

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**COLONIZAÇÃO, CATEQUESE E EDUCAÇÃO NO GRÃO-PARÁ**

Autor: Anselmo Alencar Colares

Orientador: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

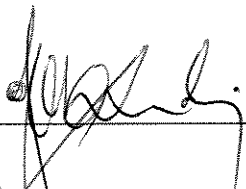
Área de Concentração: Filosofia, História e Educação

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Anselmo Alencar Colares e aprovada pela Comissão Julgadora.

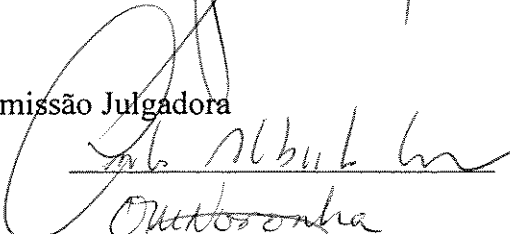
Data: 24/02/2003

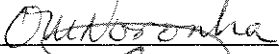
Assinaturas:


Orientador

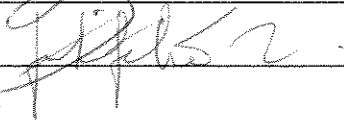
  
\_\_\_\_\_

Comissão Julgadora

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

CAMPINAS, FEVEREIRO DE 2003

UNICAMP

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SECÃO CIRCULANTE

© by Anselmo Alencar Colares, 2003.

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Colares, Anselmo Alencar.

C67c Colonização, catequese e educação no Grão-Pará / Anselmo Alencar

Colares. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador: José Claudinei Lombardi.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,  
Faculdade de Educação.

1. Educação – Brasil – História – 1616-1777. 2. Colonização – Brasil. 3. Catequese. 4. Jesuítas – Missões – Brasil. 5. Índios da América do Sul – História. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

UNIDADE	30
Nº CHAMADA	UNICAMP C67c
V	EX
TOMBO BCI	51942
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	29/04/03
Nº CPD	

CM001B234B-3

BIB ID 289848

Dedico, com amor, a  
*Lília*  
*e*  
*Lucas*

9405782



## AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa difícil, pelo significado que traz em si. Ao longo de nossa existência, somos marcados por momentos e situações nas quais, sem o apoio de outras pessoas, não conseguiríamos obter êxito. O que somos hoje, sem dúvida, é resultado de uma construção coletiva e, dessa forma, temos sempre muito a agradecer e a tendência, sem dúvida, é lembrar daqueles que estão no convívio mais direto e mais próximo do momento histórico em que estamos, todavia, reconheço que há muito mais a quem agradecer. Os nomes que aqui figuram correspondem a uma forma que encontrei de dizer o meu muito obrigado a todos, indistintamente.

- Ao meu orientador, Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, por todas as sugestões que possibilitaram a condução da pesquisa e a redação final deste trabalho;
- Aos Professores Doutores Sérgio Montes Castanho e Carlos Alberto Lucena pelas sugestões apontadas no exame de qualificação; e aos demais integrantes da banca de defesa;
- Aos Professores com os quais tive a oportunidade de estudar e desfrutar do conhecimento e da competência com que lidam com a construção do conhecimento; e também aos meus companheiros de profissão, desde os tempos em escolas da rede pública estadual;
- À CAPES, pela concessão da bolsa, auxiliando na concretização desta pesquisa;
- Aos colegas do HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”), pelo gratificante convívio e por todas as contribuições prestadas ao longo do percurso desta caminhada;
- A todos os meus familiares e aos de minha esposa, pelo incentivo e apoio à distância;



- À família Valim Gonçalves (Tadeu, Terezinha, Natáli, Tadeu e Juliana), de longe ou de perto, sempre presentes e solidários;
- Aos amigos com os quais convivi mais intensamente nesta etapa formação: Luiz, Cristina, Inácio, Lourdes, Jorge, Mara, Maria Isabel, Jô Carazzato, Mauro, Paulo, Malu, Lia, Rita, Fátima Lima;
- Aos Professores Doutores Luís Aguilar e Antonio P. Bryan, por me propiciarem a oportunidade de integrar a equipe de pesquisadores do LAPLLANE (Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional);
- À Profª Drª Sonia Giubilei, pela “acolhida” no LAGE (Laboratório de Gestão Educacional), a amizade e o incentivo profissional;
- Ao amigo Ismael Bravo, pela confiança depositada, possibilitado-me outras oportunidades acadêmicas;
- A todos os colegas do Campus Universitário de Santarém e em especial aos professores Aldo Queiroz e Fátima Mattos, e às secretárias Neila e Eliane;
- À Nadir, Gislene, Wanda, Ana, Marina, Rita, Gildenir e Rose, em nome dos quais agradeço aos demais funcionários da Faculdade de Educação da UNICAMP;
- À Vera, pela contribuição na revisão do texto final.
- A todos os amigos que conquistei nas faculdades da OPEC (Sumaré e Indaiatuba).





Quando o português chegou  
Debaixo duma bruta chuva  
Vestiu o índio  
Que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
O índio tinha despido  
O português.

(Oswald de Andrade)



## RESUMO

Nesta tese, buscou-se analisar a educação no Grão-Pará colonial, no período que se estende da fundação do Forte do Presépio, 1616, até o final da fase pombalina, em 1777. As fontes utilizadas para a pesquisa incluem os escritos de cronistas regionais, entre os quais padres jesuítas que foram testemunhas oculares dos acontecimentos descritos, além de livros de história da educação e teses que tratam de questões ligadas ao tema. Colonização, catequese e educação são vistas como faces de uma mesma moeda, articuladas em um processo mais amplo que foi o do desenvolvimento e expansão do capitalismo. Movidos pela necessidade de expandir seus territórios e suas redes comerciais, e concomitantemente por interesses religiosos, Portugueses e Espanhóis, num primeiro momento, e depois outros povos do “*Velho Mundo*” lançaram-se no além-mar e realizaram os chamados “*Grandes Descobrimientos*”. No “*Novo Mundo*”, deu-se o choque de culturas profundamente diferenciadas. Da parte do colonizador, havia a intencionalidade de modificar hábitos e crenças dos nativos para que pudessem melhor servir aos seus propósitos. Era necessário “*civilizá-los*”. Assim, todo o complexo de interações entre os colonizadores e os habitantes nativos teve uma marca profundamente educativa. A catequese serviu não apenas para converter o índio para a fé cristã, mas também para adaptá-lo aos comportamentos necessários para que pudesse corresponder aos interesses econômicos. A catequese e todo o componente educativo a ela subjacente, no contexto da colonização, funcionaram como elementos ideológicos desagregadores do modo de vida e de produção das populações nativas, reorganizando o saber, o fazer e o poder, colaborando para a inserção do Brasil como fornecedor de produtos e riquezas que propiciavam a acumulação de capitais pela burguesia européia. Escolarização também houve, mas limitada a uma minoria, reproduzindo e reforçando os privilégios e as estruturas sociais vigentes naquela época.



## ABSTRACT

This thesis, analyzed the educational aspects with a broader approach during the Grão-Pará colonisation, which started with the foundation of the Forte do Presépio in 1616, and extended until the end of the pombalino period in 1777. The sources used for this research included written records of regional writers, including jesuit priests who were eyewitnesses to the events, and history books related to this theme. Colonisation, catecheses and education are seen as directly related to each other, articulated in a broader process which brought the development and expansion of capitalism. Moved by the need to expand their territories and commercial networks, and at the same time by religious interests, settlers from the 'Old World' launched themselves to the seas and accomplished the so-called 'Great Discoveries'. In the 'New World' the highly unequalled cultures clashed. The settler's intentions were to modify habits and beliefs of the native people in order to better serve their interests. It was necessary to make them 'civilized'. Thus, the relationship between settlers and native people had an important role in the educational process. The catecheses not only served to bring the indians to the catholic faith, but also to introduce the appropriated behavior that would correspond to the economic interests. The educational process worked like an ideological element disaggregating the way of life of the native people, reorganizing the knowledge, the ability to do and the power, contributing for the insertion of Brazil in the group of suppliers of goods and wealth which afforded a build up of capitals by the european bourgeoisie. There was also some schooling, but limited to a few people, reproducing and reinforcing the privileges and the social framework of that period.



## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>CAPÍTULO</u>	
<u>A COLONIZAÇÃO COMO PARTE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO</u>	21
1.1 Os significados de “colonizar”	21
1.2 “Antigo” ou “Moderno” sistema colonial?	27
1.3 Colonização e acumulação de capitais	29
1.4 A investida no além-mar	41
1.5 As primeiras “experiências” e os choques culturais	49
<u>CAPÍTULO II</u>	
<u>O GRÃO-PARÁ E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO COLONIAL</u>	71
2.1 Das viagens exploratórias ao início da colonização do Grão-Pará	71
2.2 Os habitantes nativos do Grão-Pará	81
2.3 A utilização da mão-de-obra escrava: índios e negros	88
2.4 A administração colonial	97
2.5 O período pombalino	103
<u>CAPÍTULO III</u>	
<u>A EDUCAÇÃO NO GRÃO-PARÁ COLONIAL</u>	117
3.1 A colonização e o “processo civilizatório”: ação do Estado e da Igreja	117
3.2 As Ordens religiosas no Grão-Pará e a pujança da Companhia de Jesus	132
3.3 Catequese/instrução/“formação” de mão-de-obra	145
3.4 Reformas educacionais pombalinas no Grão-Pará	154
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	173
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	177





## INTRODUÇÃO

### A origem do interesse pelo tema

O presente trabalho é resultado direto das leituras e reflexões dos últimos anos, em decorrência do exercício da atividade de professor de história da educação na Universidade Federal do Pará e, em especial, da pós-graduação desenvolvida na UNICAMP. Ao mesmo tempo, é parte de uma incessante busca, visando melhor compreender a ciência história e, no interior desta, a história da educação.

Meu interesse pela história<sup>1</sup> remonta aos tempos do 2º grau (denominação, à época, do atual ensino médio), realimentado no curso de pedagogia com a matéria história da educação.

Realizar pesquisas decorreu da necessidade de buscar respostas para questões que surgiam na atividade docente. No mestrado, desenvolvi a dissertação intitulada “*Sociedade e educação em Santarém-Pa: estudo do período em que o município foi área de segurança nacional (1969-1984)*”. Após a defesa, que aconteceu em agosto de 1998, regressei a Santarém e reassumi as turmas do curso de Pedagogia, o qual estava em processo de intensas mudanças curriculares.

A reforma curricular foi concluída em 1999 e, entre outras novidades, a matéria história da educação deixou de ser subdividida em três disciplinas (*História I*, desde a educação nas comunidades primitivas, passando pelas civilizações clássicas, até o Renascimento; *História II*, da Época Moderna até a atualidade, destacando as idéias e práticas pedagógicas; *História III*, a educação no Brasil, dos jesuítas até os dias

---

<sup>1</sup> O termo história é utilizado neste trabalho nos seus dois sentidos: como processo histórico objetivo – os acontecimentos históricos, as coisas feitas pelos homens (*res gestae*) – e como processo subjetivo – a narração dos acontecimentos, das coisas feitas pelos homens (*res gestarum*).

atuais) e passou a ser desenvolvida em apenas duas disciplinas, *História Geral da Educação e História da Educação Brasileira e da Amazônia*<sup>2</sup>.

Com a introdução do regional nos estudos histórico-educacionais, aumentou a responsabilidade dos docentes/pesquisadores em buscar subsídios para o desenvolvimento das aulas, através da realização de pesquisas destinadas à construção da história da educação em âmbito regional, dada a bibliografia existente ser incapaz de dar conta, com propriedade, do objeto de estudo proposto na referida disciplina.

Os docentes da disciplina viram-se diante do seguinte impasse: simplesmente inferir que as análises já realizadas por pesquisadores da história da educação brasileira com relação a outras regiões também se aplicam ao Pará e à Amazônia? Ou buscar produzir conhecimentos a partir das fontes disponíveis?

Optei por esta última alternativa. Por conseguinte, busquei reunir e analisar as fontes disponíveis à luz de um referencial teórico que auxiliasse no desvelamento do que se encontra por trás das simples aparências.

O exercício da docência e, principalmente, os estudos na pós-graduação fizeram-me sentir as lacunas de minha formação e isso tem me encorajado na tentativa de superá-las. Uma dessas lacunas diz respeito ao processo de colonização desencadeado no Brasil. Só recentemente tive contato com leituras que esclarecem as conexões da colonização com as transformações econômicas, religiosas, políticas, sociais, culturais e ideológicas que estavam em curso no “velho” mundo.

Estudar um período em que não há fontes vivas para confirmar ou refutar aquilo que ficou registrado exige do pesquisador que, de alguma maneira, faça uma viagem no tempo e penetre no mundo daquela época, para que se acerque dos embates, do posicionamento dos indivíduos e dos grupos sociais, a fim de que possa com maior segurança reconstruir a trama de relações que deram corpo aos acontecimentos.

---

<sup>2</sup> *Ementa*: História da educação face ao processo de formação econômica e social do Brasil e da Amazônia. Educação brasileira e amazônica nos seus aspectos político, econômico e social com ênfase às questões relativas à história da educação na Amazônia. (Fonte: <http://www.ufpa.br/ce/ementas.htm>).

A trajetória que realizei, como provavelmente acontece em muitos trabalhos desta natureza, sofreu um desvio das intenções originais, mas com certeza corresponde melhor ao propósito de contribuir, efetivamente, para a escrita da história da educação do Pará, desde as suas origens no período colonial.

Quando apresentei o projeto para o doutorado, estava decidido a estudar “a dimensão educativa da Cabanagem”, movimento ocorrido na então Província do Grão-Pará, na primeira metade do século XIX. Entretanto, as leituras que passei a realizar para melhor entender as origens mais remotas do movimento foram me levando, gradativamente, a um afastamento da proposta original. Somou-se a isso o fato de ter cursado uma disciplina denominada *Liberalismo e Educação*, cuja realização se deu através de uma série de seminários fundamentados na leitura dos clássicos da economia política.

Além de encontros de discussões internas, houve também uma série de eventos abertos ao público em geral, focalizando aspectos relacionados ao tema central. Um dos eventos ficou sob a minha responsabilidade em conjunto com outro colega, e nos propusemos a abordar as relações do liberalismo com a colonização. No meu caso, a atenção voltava-se para a colonização portuguesa no Grão-Pará. A partir de então, optei por concentrar as leituras e as pesquisas acerca do Grão-Pará no período colonial, tarefa para a qual obtive o imediato apoio do meu orientador, Prof. Dr. José Claudinei Lombardi.

Acredito ter feito a opção acertada, passando a conhecer melhor o terreno sobre o qual pretendo edificar um sólido e amplo campo de investigação. Começar pelas origens possui um significado todo especial: espero não só ampliar os conhecimentos sobre a minha região e o meu estado em particular, mas, acima de tudo, possibilitar a outros que também tomem parte desta conquista, seja na condição de alunos, seja na posição de leitores críticos ou de pesquisadores.

## Considerações sobre a bibliografia relativa ao tema

Procurei entender a catequese e a educação na complexidade da organização social do Grão-Pará colonial, considerando as interfaces com o processo mais amplo de transformações, o de desenvolvimento do capitalismo. Como nos ensina Prado Jr. (2000, p.19-20),

[...] No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Evidentemente nem todos os que escreveram a nossa história apontam e muito menos ainda explicam esse entrelaçamento. Alguns se limitaram a relatos, registros. Mesmo assim, constituem importantes fontes de pesquisa. Antonio Vieira (1608-1697), João Felipe Bettendorf (1625-1698) e Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850), entre outros, nos transmitiram informações indispensáveis para o acompanhamento cronológico da história daquela região, inclusive pelo fato de terem sido testemunhas oculares dos acontecimentos descritos.

Antônio Baena foi autor de monumental obra que abrange o período de 1615 a 1823, contudo, ele próprio reconheceu os limites teóricos e metodológicos de sua produção:

[...] Todos os meus apontamentos por mim conservados estavaõ no risco de sofrerem descaminho: para evitar este sucedimento dei-me ao penoso trabalho de reuni-los em um volume copiando-os indiscriminadamente; isto he, sem alguma ligaçaõ systematica [...]

[...] Dei-lhe o titulo de Compendio das Eras da Província do Pará porque naõ tinha achado abastança de documentos defraudados de alguns papeis por clandestina curiosidade: e sobretudo porque eu me apercebia que naõ girava na órbita de um Joaõ de Barros e de um Eduardo Gibbon para ser Historiador como elles taõ recomendáveis pela elegante e nítida forma, que deraõ aõs seus escriptos, pelo rastreamento exacto, pelas reflexões, e pelos delicados alcances esparsos no tecido dos acontecimentos. (BAENA, 1969, p. 15-16)

Além de Baena, outros autores se dedicaram a tarefa de mostrar como se deu o desenvolvimento histórico do Grão-Pará como, por exemplo, Ernesto Cruz, Vicente Salles e Arthur Cezar Ferreira Reis. Mas ainda é reduzido o número de publicações destinadas à história do Grão-Pará colonial, mesmo se consideradas as mais recentes.

Quanto à história da educação no Brasil colonial, pode-se afirmar que se trata de um período ainda pouco pesquisado e que continua a merecer estudos mais aprofundados. Ao realizar a “revisão bibliográfica”, tive a oportunidade não só de reler algumas obras, como também de ler outras pela primeira vez, conforme a elas era “apresentado” pelos autores dos chamados compêndios ou manuais<sup>3</sup> mais difundidos na área.

Livros de caráter mais geral tratam da educação no Brasil de forma bastante sintética e praticamente não fazem referência a regiões específicas, como o Grão-Pará. Vejamos dois exemplos ilustrativos: *História geral da pedagogia* (título original: *Historia general de la pedagogia*), e *História da educação*. Este último dedica 18 das 304 páginas para tratar dos “quadros da história do processo educativo no Brasil”; destas, apenas 3 para falar do período colonial, no qual destaca a Companhia de Jesus e considera que seus colégios eram destinados à formação de uma elite letrada, ao passo que os seminários se destinavam à formação de futuros sacerdotes membros da Companhia. Considera que a expulsão dos jesuítas provocou o desmantelamento do processo educativo, contudo “*O objetivo do ensino continuou a ser a formação religiosa-humanista, seguindo os métodos utilizados pelos mestres-jesuítas*” (GILES, 1987, p. 286).

Em *História geral da pedagogia* o tomo II traz um apêndice sobre o Brasil elaborado por Célio de Cunha, com 12 páginas dedicadas ao período colonial,

---

<sup>3</sup> O compêndio “*livro de texto para escolas*” é também sinônimo de manual: “*livro que contém noções essenciais acerca de uma ciência, de uma técnica etc.*”. Abordam, em forma de síntese, inúmeros temas, ao contrário da monografia, que corresponde a “*dissertação ou estudo minucioso que se propõe esgotar determinado tema relativamente restrito*” (FERREIRA, 1986, p. 439, 1084 e 1154).

ênfatizando que os jesuítas, por 210 anos (1549-1759), “*foram os únicos responsáveis pela nossa educação*” (LARROYO, 1974, p. 883).

Entre os jesuítas fundadores que construíram a base da educação brasileira, destaca os padres Nóbrega, Aspilcueta Navarro, Anchieta e também Luís Figueira, autor da *Arte de gramática latina da língua brasileira* (1621), com a qual “*muito contribuiu para a evolução e o aprimoramento do idioma*”. O referido padre “*percorreu todo o Maranhão e o Amazonas, com sua obra catequética e pedagógica*”, sendo morto pelos indígenas na ilha de Marajó, em julho de 1643. Considera a obra jesuítica como “*marco fundamental da nossa civilização*”. A grandiosidade do trabalho educacional dos jesuítas é medida pela evolução de uma modesta Escola de Letras fundada em 1549 na Bahia, para, além das escolas de primeiras letras, mais de uma dezena de colégios, quando de sua expulsão. Procura mostrar o “*caos que dominou a educação no Brasil*” após a expulsão dos jesuítas e faz uma rápida incursão sobre a reforma educacional empreendida pelo Marquês de Pombal, questionando: “*se após haver tudo destruído, como poderia edificar um novo mundo, sem recursos e com as mesmas estruturas antigas?*” (LARROYO, 1974, p. 885-893).

Dos livros que mesclam a história da educação geral com a do Brasil, vejamos dois casos ilustrativos: *História da educação e Filosofia e história da educação*. No primeiro, sua autora, Maria Lúcia de Arruda Aranha, dedica ao período colonial alguns trechos da Unidade IV, subdividida em três partes. O Brasil aparece ao final de cada uma das divisões sempre com a preocupação por parte da autora em estabelecer as conexões entre o contexto local e o geral, por considerar que: “*A história do Brasil Colônia não pode ser desvinculada da história européia, já que a colonização deve ser compreendida como a necessidade de expansão comercial da burguesia enriquecida com a Revolução Comercial*” (ARANHA, 1989, p. 117).

Depois de expor sucintamente o contexto geral da época da chegada dos portugueses ao Brasil, considera que a educação não era meta prioritária para o colonizador, no entanto, as metrópoles européias enviavam religiosos para desenvolver

trabalho missionário e pedagógico nas suas colônias, tendo como principal finalidade converter os índios e impedir que os colonos se desviassem da fé católica. Todavia, destaca outros fatores que ampliavam a importância da atividade missionária no processo de colonização.

[...] a questão não é simplesmente religiosa. Numa época de absolutismo, a Igreja, submetida ao poder real, é instrumento importante para ajudar na garantia da unidade política, através da uniformização da fé e da consciência. Portanto, a atividade missionária facilitará sobremaneira a dominação metropolitana. Nessas circunstâncias, a educação na colônia assume papel de agente colonizador. (ARANHA, 1989, p. 118).

Na segunda obra em destaque, os autores Claudino Piletti e Nelson Piletti afirmam, na apresentação, que o atributo do livro, particularizando-o dos demais que tratam do mesmo assunto, é a ênfase à educação brasileira, merecedora de cerca de um terço de suas páginas. Todavia, o período colonial aparece em um pequeno capítulo, o de número 17 (páginas 164 a 175) destacando tão somente a atuação dos jesuítas e enaltecendo suas ações. Vejamos alguns trechos da obra.

[...] com seu trabalho missionário, procurando salvar almas, abriam caminho à penetração dos colonizadores; com seu trabalho educativo, ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a Gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus.

[...]

Os jesuítas logo compreenderam que não seria possível converter os índios à fé católica sem, ao mesmo tempo, ensinar-lhes a leitura e a escrita. Por isso, ao lado da catequese, organizavam nas aldeias escolas de ler e escrever, nas quais também se transmitiam o idioma e os costumes de Portugal.

[...]

Os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios e dos escravos. A todos procuravam transformar em filhos da Companhia de Jesus e da Igreja, exercendo grande influência em todas as camadas da população. (PILETTI e PILETTI, 1986, p. 166-167).

Quanto a livros destinados mais especificamente a educação no Brasil, vejamos algumas considerações a respeito de: *História da educação no Brasil*, de Otaíza de Oliveira Romanelli, *História da educação brasileira: a organização escolar*, de Maria Luíza Santos Ribeiro e *História da educação: a escola no Brasil*, produção conjunta de Maria Elizabete Xavier, Maria Luisa Ribeiro e Olinda Maria Noronha.

O primeiro, embora dedicado ao período 1930-1973, traz, no capítulo 2, uma espécie de retrospectiva, na qual apresenta em 7 páginas o período colonial, chamando a atenção para a importação “*de formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval européia [...] através da obra dos jesuítas*”, favorecida pela família patriarcal e pela classe dominante, desejosa de hábitos aristocráticos de vida. Mas era apenas “*a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada*” (ROMANELLI, 1980, p. 33). Aos demais, a ação educativa se dava através da catequese.

[...] A catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo mediante criação de escolas elementares para os “curumins” e de núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação que se dava aos curumins estendia-se aos filhos dos colonos, o que garantia a evangelização destes [...]

Assim, os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para a Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar os letrados.

A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite. E foi com essa característica que ela se firmou durante o período em que estiveram presentes no Brasil os seus membros e também com essa mesma característica que ela sobreviveu à própria expulsão dos Jesuítas, ocorrida no século XVIII. Dela estava excluído o povo e foi graças a ela que o Brasil se “tornou, por muito tempo, um país da Europa”, com os olhos voltados para fora, impregnado de uma cultura intelectual transplantada, alienada e alienante. Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural [...] (Idem, p. 35).

O segundo livro em apreço, *História da educação brasileira: a organização escolar*, foi publicado pela primeira vez em 1978 e inovou a forma de abordagem na nossa historiografia educacional, fugindo da tradicional divisão política e procurando tratar o tema de forma global, vinculado ao desenvolvimento da base material da



sociedade brasileira. Trata-se de um verdadeiro *best-seller* da área. A autora, consoante os critérios que adotou para efeitos de periodização, destaca “[...] *os instantes de relativa estabilidade dos diferentes modelos – político, econômico, social – dos instantes de crise mais intensa e que causaram as substituições dos modelos referidos.*” (RIBEIRO, 1993, p. 16). Como marco inicial da educação escolar brasileira, aponta a chegada dos jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega e considera que, entre os anos de 1549 e 1808, a organização escolar deu-se no contexto da consolidação do modelo agrário-exportador dependente.

O terceiro livro da série indicada divide-se em duas partes, sendo pertinente para esta análise apenas a primeira, elaborada por Maria Elizabete Xavier e denominada “A Sociedade Agroexportadora e a Constituição do Ensino de Elite (1549-1920)” que coloca como centro de atenção o processo de elitização da educação escolar no Brasil. Conforme a análise desenvolvida pela autora aquele período

[...] constitui o momento no qual a organização social brasileira se constrói sobre uma base econômica de exploração agroexportadora, utilizando-se de relações de trabalho pré-capitalistas, como a escravidão e a semi-servidão. É quando, em plena Modernidade, a produção de bens se organiza em bases técnicas rudimentares, de forma extensiva e predatória. (XAVIER, 1994, p. 26).

Por conseguinte, no âmbito educacional, foi constituído “[...] *de forma sofisticada e explicitamente seletiva, o ensino Colonial e, posteriormente, os ensinamentos Nacional, Imperial e Republicano*” (XAVIER, 1994, p. 26-27)

Ao se perguntar sobre o tipo de cultura que poderia se desenvolver nas condições materiais daquela época, conclui:

[...] uma que fosse marcada pelo autoritarismo típico da religião institucionalizada, pelo elitismo de uma estrutura social brutalmente dividida em extremos intocáveis e pelo caráter contemplativo adequado às existências ociosas, dos que viviam da produção primária de produtores compulsórios. (Idem, p. 33)

Mostra que os Colégios Jesuíticos foram os centros por excelência de formação das elites e das lideranças da sociedade colonial. Mas que não se tratava de um ensino alienado, dogmático e acrítico e sim de possibilitar, também na colônia, o modelo

cultural existente na metrópole, consoante com as diferenças em razão da posição dos indivíduos na sociedade (XAVIER, 1994, p. 46-47).

Com um título sugestivo: *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*, o livro de Maria José Garcia Werebe, lançado em 1963 e relançado em 1994, com vários acréscimos, também é uma obra que, a exemplo das anteriormente citadas, apresenta uma visão panorâmica da nossa história educacional. O capítulo I trata do período colonial abordando a atividade dos jesuítas, sua expulsão e as conseqüências daí decorrentes e os acontecimentos relativos à vinda da família real portuguesa para o Brasil. Também adota como marco inicial da escolarização no Brasil a chegada dos quatro padres e dois irmãos jesuítas chefiados por Manoel da Nóbrega<sup>4</sup>, fazendo a seguinte análise:

E assim se iniciou a educação no Brasil, respondendo aos interesses políticos da Metrópole e aos objetivos religiosos e políticos da Companhia de Jesus. A Companhia se propunha, desde suas origens, a combater o protestantismo, ocupando uma posição proeminente nas lutas que se travavam na Europa contra a Reforma e o “modernismo” que esta representava. À Metrópole interessava a catequização dos indígenas que, assim, se tornariam mais submissos e poderiam mais facilmente aceitar o trabalho que deles exigiam os colonizadores. (WEREBE, 1994, p. 21).

Em *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*, publicada originalmente em francês, no ano de 1889, o tradutor da edição consultada, Antonio Chizzotti, em nota de apresentação, explica que o título e o texto conservam o termo *instrução pública* para designar a educação, pois assim era empregado até por volta dos anos 30 do século XX. O autor, Pires de Almeida, convicto da possibilidade da

---

<sup>4</sup> Este entendimento é praticamente unânime. Na bibliografia que consultei, apenas deparei-me com uma exceção. Ailene C. dos Santos, em Tese de Livre Docência apresentada a UFRJ, tendo como título *Estudo documental da atuação jesuítica e franciscana na educação do Brasil-Colônia (1500-1808)*, nas conclusões, observa que houve uma série de diferenciações entre as duas Ordens, responsáveis pelo maior sucesso dos jesuítas no campo educacional, mas foram os franciscanos, na sua interpretação, os pioneiros da educação no Brasil. “*Embora de início a obra franciscana tenha se limitado à pregação e à catequese, não se pode esquecer que já em 1538, portanto onze anos antes da chegada dos jesuítas, esses missionários mantinham em Biaça um núcleo educacional organizado, onde desenvolviam ao lado da educação religiosa a educação moral e profissional*”. Todavia, reconhece que a atuação dos franciscanos foi bastante irregular, e sem a organização e a rigorosidade funcional da Companhia de Jesus, além de que, não contaram com as mesmas regalias que os jesuítas, vindos ao Brasil “*como legítimos representantes do governo português, com a incumbência explícita de catequizar o gentio e auxiliar a colonização*”. Assim, ressalta, “*embora tenha cabido aos franciscanos iniciar a história da educação brasileira, coube aos jesuítas der-lhes estrutura, organização e continuidade*”. (SANTOS, 1974, p. 264-267).

transformação da sociedade pela difusão da instrução, aponta a importância da escola para o progresso intelectual e moral da nação. Dedicado ao conde D'Eu, o livro visava mostrar o avanço educacional no país e o empenho do Império brasileiro nessa tarefa, inclusive comparando com outros Estados, razão pela qual foi escrito em francês, língua já universalmente conhecida. Para mostrar que os eventuais insucessos deviam-se à fase precedente, assim se expressa o autor:

O governo colonial do Brasil, ao contrário dos governos coloniais de outros povos, como o da Espanha, sempre foi hostil ao desenvolvimento da instrução pública e – salvo raras exceções – sempre reprimiu a expansão do espírito nacional. Desde os fins do século XVIII, vê-se despontar, nas instruções do governo metropolitano, o temor da futura independência da colônia. (ALMEIDA, 2000, p. 37).

Como os jesuítas foram os principais protagonistas da educação no Brasil colonial, a leitura da monumental obra escrita pelo padre Serafim Leite ainda é um dos melhores referenciais para quem busca informações detalhadas e abrangentes acerca das atividades por eles desenvolvidas no Brasil. A *História da Companhia de Jesus no Brasil* é dividida em dez tomos, dos quais o último corresponde ao índice dos anteriores. O tomo III trata da catequese, aldeamentos e colonização nas províncias do Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Composto por 4 livros, cada um refere-se a uma província.

O tomo IV retrata diferentes aspectos referentes à colonização e às Missões do Maranhão e Grão-Pará. Destaca a atuação do Padre Antônio Vieira, na defesa pela liberdade dos índios e os embates com os colonos do Maranhão e Grão-Pará. Aborda ainda os aldeamentos e a catequese dos índios, fornecendo um panorama geral acerca da administração, dos serviços dos padres, governo das aldeias, e da decisão do Estado português de dividir as aldeias da Amazônia. Mostra as dificuldades enfrentadas pelos padres e as formas encontradas para a subsistência nas Missões do Norte.

Este tomo é bem amplo, sendo descritivo e detalhado, fornecendo um panorama geral das Missões do Maranhão e Grão-Pará, desde a chegada dos jesuítas até sua expulsão. É importante ressaltar que Serafim Leite pouco menciona sobre a

resistência indígena à catequese, passando a idéia de que, em relação aos nativos, os jesuítas não tiveram maiores problemas. Provavelmente, por ser ele próprio um integrante daquela Ordem, mesmo que de uma outra época, não tenha tido interesse de explorar aquela questão em profundidade. Por outro lado, são bastante detalhados os conflitos políticos com os demais colonos.

Serafim Leite tem sido fonte de consulta obrigatória para os estudiosos da ação educacional dos jesuítas. Concordando-se com ou discordando-se de seus argumentos, é inegável que prestou um grande serviço à história da educação brasileira, retratando a face pedagógica e missionária da Ordem dos jesuítas. Luis Alves de Mattos, Leonel Franca, Baeta Neves, entre outros, também seguiram esta mesma tendência, mostrando o que foi e como foi a obra educacional dos primeiros educadores do Brasil.

No tocante aos trabalhos mais específicos resultantes de dissertações de mestrado ou teses de doutoramento, sem detrimento de outros, fazem-se dois destaques, um em cada gênero mencionado: *Colonização e catequese*<sup>5</sup>, de José Maria Paiva, e *Origens da educação estatal na América Portuguesa*, de Alberto Damasceno.<sup>6</sup>

Penetrando no complexo das relações que entrelaçavam Fé e Império no contexto quinhentista, Paiva demonstra que a catequização cumpriu um papel colonial, não como aliada externa, mas como uma força realmente integrada a todo o processo. Na introdução, faz o seguinte esclarecimento:

Entendemos por catequese toda ação pastoral da Igreja: a doutrinação propriamente dita, a pastoral litúrgico-devocional, o comportamento das pessoas e das instituições eclesásticas. Trata-se, na verdade, da catequese tal qual se realizou efetivamente e não de uma catequese teórica, universal, uniformemente transmitida para todos os povos, indiferentemente. (PAIVA, 1982, p. 13).

---

<sup>5</sup> *O papel da catequese dos índios no processo de colonização: 1549-1600* é o título original da dissertação de mestrado defendida na Unicamp em 1978, sob a orientação do Prof. Dr. Casemiro dos Reis Filho.

<sup>6</sup> Tese defendida em março de 1998, na PUC-SP, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Chizzotti.

O conhecimento do autor citado, em matéria religiosa, assim como a clareza na exposição fazem com que a obra seja acessível ao entendimento e descortine o mundo que girava em torno do *orbis chistianus*<sup>7</sup>.

Damasceno, por sua vez, dedicou-se a sistematizar e analisar idéias e dados sobre as origens da educação pública estatal na América portuguesa, partindo da compreensão de que no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1751 e 1759, foi dado início a um amplo processo de transformações que culminaria, dentre outros acontecimentos, com o surgimento — pela primeira vez na América portuguesa — de escolas estatais que viriam a substituir o sistema jesuítico de educação elementar, antes mesmo da reforma do ensino de Carvalho e Melo deflagrada em 1759 em Lisboa. O instrumento legal utilizado para que isso acontecesse foi o “Diretório” de 1757, objeto central da tese.

Ainda com relação à bibliografia que utilizei para compreender o tema, destaco a tese de Alex Fiuza de Mello, defendida na Unicamp e intitulada *Marx e a globalização*, assim como uma obra mais recente, sobre a qual explica que realizou

[...] uma releitura cuidadosa de toda a obra de Marx, desde os chamados textos de juventude até *O Capital*, e que implicou num resgate e sistematização de toda uma linha de argumentação que, ainda que de forma esparsa, ali se encontra presente, e cujo enfoque revela particularmente instigante e merecedor de notoriedade. Para Marx – é preciso dar relevo! – capitalismo é também sinônimo de *civilização*: eis o real sinônimo heurístico de suas formulações (e de implicações teóricas nada desprezíveis)! (MELLO, 2001, p. 13).

Embora tenha feito menção a alguns autores, quero deixar registrado que todas as leituras empreendidas (cuja listagem completa consta no final do texto) contribuíram igualmente para a elucidação do tema. Ainda com relação à bibliografia utilizada nesta tese, ressalto que optei por manter o padrão ortográfico presente nas obras consultadas, que embora difira do atual, creio que não compromete a sua leitura e o seu entendimento.

---

<sup>7</sup> “[...] uma imagem cristã medieval do mundo. Fundou-se na crença de que o mundo é de Deus, cujo representante na terra é a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto [...]” (PAIVA, 1982, p. 21-22).

Com exceção dos trabalhos mais específicos, ainda há poucos estudos acerca dos acontecimentos educacionais relativos ao Grão-Pará. Geralmente, o Brasil é tratado de maneira uniforme. O longo período de colonização que se estende da chegada dos portugueses até a emancipação política é analisado, do ponto de vista da história da educação, basicamente em três momentos: o do predomínio quase absoluto dos jesuítas (1549-1759), o das reformas pombalinas (após a expulsão dos jesuítas) e o joanino (1808-1822). Considerando essa realidade, procurei incorporar as contribuições dos diferentes autores e, ao mesmo tempo, investigar as especificidades que marcaram os primórdios da educação no Grão-Pará.

### **Esclarecimentos quanto à terminologia**

O termo colonização será objeto de uma discussão mais ampla no capítulo 1, uma vez que possui diferenças substanciais ao longo do tempo. Todavia, convém ressaltar que está sendo empregado para caracterizar o processo de apropriação da terra e das riquezas que se seguiu às grandes viagens marítimas empreendidas por portugueses e espanhóis, cruzando o Oceano Atlântico e chegando à América.

Ao longo deste trabalho, será comum a presença da expressão *Estado* com relação à porção territorial objeto de estudo. Antes que parem dúvidas, faz-se necessário um esclarecimento terminológico. “Estado” era o título oficial do conjunto de possessões portuguesas que, no tocante ao território que hoje compõe uma unidade (Brasil), passou por diversas formas de divisão de caráter administrativo, embora se mantendo sempre subordinado politicamente à Coroa lusa.

Durante a União Ibérica (1580-1640), a área territorial colonizada pelos portugueses no Atlântico Sul foi dividida, juridicamente, em dois Estados: o do Maranhão, ligado diretamente à Casa de Suplicação de Lisboa; e o do Brasil, dependente da Relação da Bahia (a partir de 1751, da Relação do Rio de Janeiro). “*O Estado do Maranhão era o nome conjunto com que se designavam as capitânicas do Maranhão, Pará e Rio Negro*” (RODRIGUES, 1979, p. 81).

O quadro abaixo fornece ao leitor uma rápida visualização cronológica das alterações pelas quais passou a região objeto deste estudo, em termos de denominação.

Ano	Acontecimento
1618	O Rei Filipe II de Portugal ordenou a criação do <b>Estado do Maranhão</b> .
1621	Efetivada a criação do Estado do Maranhão, com sede em São Luís.
1626	Posse do primeiro governador, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.
1652	Reintegração do Estado do Maranhão ao Estado do Brasil.
1654	Restauração da autonomia, com a denominação de <b>Estado do Maranhão e Grão-Pará</b> .
1673	Transferência da sede do governo de São Luís para Belém.
1751	Extinção do Estado do Maranhão. Criação do <b>Estado do Grão-Pará e Maranhão</b> , sediado em Belém.
1772	Extinção do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Separação do Maranhão e Piauí do Pará.
1815	Com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, passou a ser <b>Província do Grão-Pará</b> , denominação que perdurou até 1889, quando foi criado o Estado do Pará, em consequência da Proclamação da República.

Acerca da expressão Grão-Pará, embora haja controvérsias sobre sua origem, a versão mais aceita remete ao vocabulário tupi, onde “pa’ra” quer dizer rio. Os primeiros navegadores – espanhóis e portugueses – batizaram de Gran-Pará o trecho de confluência dos rios Amazonas e Tocantins. Daí veio a denominação da capitania do Grão-Pará, estabelecida em 1616 (QUINTILIANO, 1963, p. 49-51).

Outro esclarecimento é quanto à aplicação do termo educação neste trabalho. No cotidiano, quando se fala em educação, quase sempre se reporta à escola. Mesmo ao referir-se à “pessoa educada”, em geral, pensa-se na instituição de ensino e no seu produto, reforçando a posição valorativa que a *educação escolar* assumiu ao longo dos tempos, sobre as *outras formas de educação*.

Hamilton (1992, p. 14-15) faz uma distinção entre três processos – “socialização”, “educação” e “escolarização” – mostrando que todos conduzem a um resultado comum que é a aprendizagem. Para ele, a “socialização” é um processo relativamente difuso e a aprendizagem por ela gerada é “captada” ou “observada” no

curso da interação humana. Já a “educação” é um processo mais visível e mais “forte” e a aprendizagem dela resultante foi deliberadamente promovida pelo “ensino”. E, por fim, a “escolarização” ainda mais socialmente visível responde por uma aprendizagem moldada por um ensino formal e institucionalizado.

O mesmo autor, durante uma palestra apresentada na Faculdade de Educação da Unicamp, em março de 2001, observou que a escolarização em sua forma moderna decorreu de uma *virada instrucional* a partir do século XVI, com o deslocamento da ênfase da aprendizagem para a instrução, colocando o método em posição privilegiada. Isso implicou mudanças na relação entre aprender e ensinar, mediadas por algumas formas de apoio como os catecismos e as salas de aula.

Ponce (1991, p. 18) afirma que, na comunidade primitiva a educação “[...] *não estava confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente*”. Tal educação relacionava-se aos conhecimentos necessários para a vida na comunidade, incluindo as atividades de caça e pesca, mas cujo produto era coletivo. Com o desenvolvimento das sociedades divididas em classes e, conseqüentemente, da propriedade privada, os conhecimentos também foram se distinguindo. Surgiu então a educação sistematizada. Desta forma:

[...] Já nem tudo o que a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a não ser na medida em que “esse bem comum” pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar as classes dominantes. Para estas, a riqueza e o saber; para as outras, o trabalho e a ignorância. (PONCE, 1991, p. 28).

Na fase colonial contemplada neste trabalho, a educação incluía diversas práticas, entre as quais a catequese e a instrução, onde os jesuítas foram exímios, implantando Colégios e Seminários<sup>8</sup>. A instrução destinada aos índios voltou-se principalmente às crianças, através do ensino da língua e esporadicamente, também das

---

<sup>8</sup> “[...] Os primeiros eram destinados a estudantes externos e os outros eram internatos, sem a finalidade exclusiva de preparação de sacerdotes. Todos os 17 colégios fundados pelos jesuítas no Brasil colônia tinham cursos elementares; um número menor oferecia cursos de humanidades e apenas oito tinham cursos de artes, oferecendo, também, total ou parcialmente, cursos de teologia” (CUNHA, 1980, p. 28).



letras. Como destaca Paiva (2000, p. 49), o colégio “*cumpria com a missão de preservar a cultura portuguesa*”.

### **Objetivos e plano de apresentação**

Com este estudo acerca da *colonização, catequese e educação no Grão-Pará*, pretendo contribuir, de forma didática, no desenvolvimento de novas pesquisas destinadas à construção da história da educação em âmbito regional e, em especial, na escrita da história da educação do Pará. História entrelaçada com os acontecimentos mais gerais, por estar “[...] *intimamente ligada à da expansão comercial e colonial europeia na época moderna*” (NOVAIS, 1995, p. 47).

*Colonização, catequese e educação no Grão-Pará*, portanto, circunscreve-se em um tempo e um espaço definidos, mas isso não significa dizer que sejam fechados em si mesmos, razão pela qual procurei apontar os diversos fatores que a eles estão interligados. Os chamados “Grandes Descobrimentos”<sup>9</sup>, impulsionados pela emergência da burguesia e dos Estados Nacionais, possibilitaram a expansão europeia e o surgimento de uma nova forma de colonização contextual ao processo de desenvolvimento de um novo modo de produção.

Mostro, nesta tese, a colonização articulada a um processo mais amplo, o do desenvolvimento e expansão do capitalismo e, concomitantemente, da sua “onda civilizatória”. A educação é compreendida e analisada em um sentido abrangente. Os jesuítas, bem como os membros de outras Ordens religiosas também estavam integrados aos propósitos colonizadores que não eram simplesmente os religiosos. Considero que a catequese tenha se constituído uma ação educativa, que buscava não apenas converter os habitantes nativos para a fé cristã, mas também adaptá-los aos

---

<sup>9</sup> 1492: o genovês Cristóvão Colombo, apoiado por Isabel de Castela a “Rainha Católica”, navegando rumo a oeste, atingiu o continente americano, na altura de Cuba, que na época foi denominada de *Hispaniola*. Colombo, entretanto, morreu crente de ter atingido ilhas na Ásia, não aceitando a possibilidade de ter encontrado um novo continente; 1498: o português Vasco da Gama chega a Calicute, descobrindo o caminho marítimo para a Índia; 1500: Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil.

comportamentos necessários para que pudessem corresponder aos interesses dos colonizadores. A originalidade do trabalho consiste em mostrar as conexões dos acontecimentos que se passaram no Grão-Pará com os da metrópole e demais centros de influência. Apesar de não apresentar novas fontes, a tese teve o propósito de sistematizar as informações disponíveis, dando um enfoque que permita ao leitor melhor compreender a inter-relação colonização, catequese e educação.

Terras a serem conquistadas; riquezas a explorar; almas a serem salvas; hábitos e costumes a preservar ou a alterar, conforme o padrão conveniente aos interesses dominantes, foram elementos presentes no processo de colonização. Num contexto no qual Igreja e Estado se complementam, a catequese foi um poderoso aliado da colonização, aqui entendida não apenas como ocupação e exploração do solo e das riquezas, mas também como dominação das pessoas.

Muitas vezes havia conflitos entre missionários, colonos e autoridades, motivados principalmente pelas divergências com relação aos métodos empregados para incorporar os “selvagens” ao mundo “civilizado”, e, conseqüentemente, quanto ao aproveitamento da mão-de-obra nativa. Todavia, a catequese e todo o componente educativo a ela subjacente, no contexto da colonização, funcionaram como elementos ideológicos desagregadores do modo de vida e de produção das populações nativas, reorganizando o saber, o fazer e o poder, colaborando para a inserção do Brasil como fornecedor de produtos e riquezas que propiciavam a acumulação de capitais pela burguesia européia. A catequese, além de seu caráter específico que era o religioso, também funcionou como instrumento gerador de uma nova mentalidade entre os silvícolas, procurando torná-los força de trabalho para sustentar a colonização.

E nesse aspecto, a Companhia de Jesus ocupou lugar de destaque. Por essa razão, será merecedora, ao longo deste trabalho, de uma atenção especial e diferenciada em relação a outras Ordens Religiosas.

Através de mecanismos sedutores como, por exemplo, as atividades teatrais, os jesuítas atraíam os índios para as missões<sup>10</sup> nas quais deveriam aprender os hábitos dos colonizadores. Vistos como criaturas vazias, destituídos de saber, foram sendo submetidos – não sem resistência – aos padrões ditados pelos colonizadores.

Os jesuítas souberam incorporar com muita eficiência os propósitos educativos e culturais da colonização, por meio da catequese e das instituições escolares, tais como os Colégios e os Seminários.

Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar. Nóbrega, em sua primeira carta do Brasil, o atesta: “O irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escola de ler e escrever”. O colégio, contudo, era o grande objetivo, porque com ele preparariam novos missionários. Apesar de, inicialmente, o colégio ter sido pensado para os índios – “os que hão de estar no Colégio hão de ser filhos de todo este gentio” –, já em 1551 se dizia: “este colégio [...] será bom para recolher os filhos dos gentios e cristãos para os ensinar e doutrinar. (PAIVA, 2000, p. 43).

Apoiando-me na historiografia acerca da educação brasileira no período colonial, e demais fontes consultadas, procurei compreender o processo inicial de desenvolvimento da educação no Grão-Pará colonial, da fundação do Forte do Presépio, 1616, até o final do período pombalino, em 1777.

O trabalho está organizado em três capítulos. “*A colonização como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo*” faz uma discussão teórica sobre as relações entre a colonização e o desenvolvimento do modo de produção capitalista e destaca os condicionantes econômicos, sociais, culturais e religiosos contextuais à investida de povos europeus no além-mar. O capítulo denominado “*O Grão-Pará e sua inserção no contexto colonial*” tem o propósito de fazer uma incursão histórica acerca do processo de ocupação portuguesa na área territorial que hoje corresponde ao estado

---

<sup>10</sup> “[...] Missão, no sentido religioso, é o conjunto de meios com que se converte o gentio à fé cristã ou o conjunto de pregações com que se instruem e afervoram os católicos na observância da vida cristã, isto é, na prática dos mandamentos de Deus. No Brasil, as missões com o gentio chamaram-se aldeias; com os católicos, dispersos pelas fazendas e engenhos, missões rurais, que se distinguiam das missões urbanas pregadas pelos padres na sede dos colégios, embora às vezes as próprias vilas e cidades se constituíssem princípio ou termo de missões rurais ou suburbanas” (LEITE, 1993, p. 102).

do Pará, apontando as formas de violência que marcaram o encontro do colonizador com os habitantes nativos, assim como os meios utilizados para assegurar o domínio português sobre tão numeroso contingente humano. No terceiro capítulo, “*A educação no Grão-Pará*”, inicialmente são apresentadas reflexões sobre o processo civilizador que se fez presente na colonização do “Novo Mundo”. Na seqüência, destaca a ação educacional das Ordens religiosas e em especial a Companhia de Jesus, assim como as mudanças no período pombalino. Mostra as intenções de transformar o índio em colono presentes no documento denominado Diretório, que vigorou de 1757 a 1798. E como aquela política foi importante para incorporar os habitantes nativos e seus descendentes no conjunto de trabalhadores que sustentavam a colonização.

## CAPÍTULO I

### A COLONIZAÇÃO COMO PARTE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

A subordinação dos povos do além-mar pelo capital europeu é um processo relativamente lento, custoso, mas eficaz. E tal qual no processo de transição do modo feudal de produção ao capitalista, a burguesia emergente também utilizar-se-á do poder do Estado como força concentrada e organizada para ativar as transformações dos demais modos de produção necessárias à acumulação do capital. Conquista, pilhagem, escravização e extermínio de populações nativas são fatos que marcam o início das sistemáticas aventuras mercantis transoceânicas a partir da virada do século XV ao XVI, origem de todo o afluxo de metais preciosos que, em pouco tempo, passara a abarrotar os tesouros reais, os caixas dos mercadores e as contas dos banqueiros europeus, preparando as condições do desenvolvimento posterior e vigoroso do capitalismo [...] (MELLO, 1998, p. 51-52).

#### 1.1 Os significados de “colonizar”

Em *Dialética da colonização*, Alfredo Bosi (1999, p. 11), com base no *Dicionário Etimológico da Língua Latina*, de Augusto Magne, nos esclarece que “*Colo* é a matriz de *colonia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (grifos do autor). E adiante, comenta não ser por acaso que toda vez que se classificam os tipos de colonização, dois processos aparecem de forma distinta: o simples povoamento; e o que conduz à exploração do solo. Ou seja, Colônia tem o sentido de espaço, terra que se ocupa, que se cultiva, mas também povo que se pode sujeitar.

No sentido de cultivar, morar, povoar, o vocábulo colonização talvez não seja o mais indicado para designar o que aconteceu ao Brasil nos primeiros anos que se seguiram à viagem de Pedro Álvares Cabral. Por outro lado, quando associado ao processo de exploração da terra e de sujeição dos povos que a habitam, adquire um sentido condizente com as práticas que se estabeleceram naquele período. Ou seja, independente de terem os portugueses se fixado na terra, a exploração esteve presente desde os primeiros contatos e, portanto, nesse sentido, o território e os habitantes nativos começaram a ser colonizados.

Colonização, de acordo com o dicionário Aurélio, edição de 1986, significa “*Ato ou efeito de colonizar*” que, por sua vez, tem o sentido de “*Transformar em colônia*”. Etimologicamente, a palavra colonização deriva do verbo latino “*colo*” ao qual estão associados diversos significados em português: cultivar, morar, cuidar de, querer bem, realizar, honrar, venerar. Assim, colonização, como processo de ocupação de um território, implica cultivar, realizar, desenvolver uma atividade econômica. Mas, quando o termo é empregado em sentido político, assume o significado de controlar, sujeitar, dominar. É assim, por exemplo, que se diz que o Brasil foi colônia de Portugal.

Essas diferentes denominações nem sempre são aceitas ou usadas normalmente, servindo muito mais como formulações teóricas explicativas de uma determinada situação. Isso corresponde a dizer que os próprios colonizadores não se consideravam como tal nem tampouco os colonizados. A colonização, embora assumindo formas diferenciadas ao longo da história, carrega alguns aspectos em comum, por exemplo, a dominação, seja com o pretexto político, religioso ou econômico.

O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em cuidar, mas também em *mandar*. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador, então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus. Sabe-se que, em 1556, quando já se difundia pela Europa cristã a *leyenda negra* da colonização

ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial do uso das palavras *conquista* e *conquistadores*, que são substituídas por *descubrimiento* e *pobladores*, isto é, colonos. (BOSI, 1999, p. 12, grifos do autor).

Mesmo que o colonizador não tenha se reconhecido no sentido pleno do termo, é inegável que o processo e as relações apontadas foram algo concreto.

Sabemos que as palavras podem expressar diferentes significados, às vezes até antagônicos, quando vistas deslocadas do contexto histórico na qual foram originadas e empregadas, uma vez que, ao servirem para explicar uma determinada situação, carregam necessariamente as convicções ideológicas dos grupos sociais que as utilizam. Portanto, carregam uma historicidade. No caso específico do termo colonização, encontramos muitas variações no seu emprego e nos seus significados ao longo da história. A colonização posterior aos “Grandes Descobrimientos”, por exemplo, difere de outras formas similares anterior e posteriormente praticadas, mas também guarda alguns traços comuns.

Nas diversas épocas da história, a colonização assumiu formas que podem ter sido diferentes, mas que também se superpuseram umas às outras. Dominar outros povos foi de fato o motor da expansão, qualquer que tenha sido o motivo declarado desse “imperialismo”, religioso no tempo dos árabes, religioso ainda no tempo das expedições cristãs contra os infiéis, religioso mais uma vez quando católicos e protestantes desejam consolidar a expansão da fé, nos séculos XVI e XVII. (FERRO, 1996, p. 34).

O mesmo autor utiliza-se de anotações do primeiro navegador a realizar a travessia do Oceano Atlântico e chegar às Américas, para mostrar que havia uma combinação de interesses econômicos com os religiosos.

Cristóvão Colombo não só espera enriquecer pessoalmente, junto com seus marinheiros, como também quer que seus financiadores, os reis da Espanha, enriqueçam, “a fim de que possam compreender a importância da empresa”. Portanto, a riqueza o interessa, acima de tudo, por significar o reconhecimento de seu papel de descobridor. Porém, essa sede de dinheiro justifica-se mais ainda por uma vocação religiosa que é nada menos do que a expansão do cristianismo. No seu diário, em data de 26 de dezembro de 1492, ele explica que “espera encontrar ouro, em tal quantidade que os reis possam antes de três anos preparar e empreender *ir conquistar a Santa Casa*” [está se referindo à reconquista de Jerusalém, dentro do contexto das Cruzadas]. (FERRO, 1996, p. 23).

Enquanto os objetivos do colonialismo pré-capitalista estavam relacionados com a extração direta de tributos dos povos subjugados, domínio territorial, submissão e escravização das populações, o colonialismo associado ao advento e à expansão do capitalismo teve motivações essencialmente econômicas, embora permeados por interesses de outras ordens. Daí porque, muito mais do que conquistas territoriais, os colonizadores buscavam matéria-prima, mercadorias e mercados. Evidente que não podemos esquecer que a mão-de-obra escrava também constituía uma mercadoria, e das mais valiosas. Isso, evidentemente, ajuda a entender o intenso tráfico negreiro movimentado a partir da África e a impetuosa investida contra os índios, resultando em drásticas alterações no modo de vida daquelas populações, cujas conseqüências mais visíveis foram a subserviência ou o extermínio.

Nas colônias, estabeleceram lavoura e pecuária, engenhos, mineração, atividades estas movidas pelo trabalho escravo. Esse colonialismo moderno – comparado ao colonialismo praticado antes dos “Grandes Descobrimentos” – também foi suplantado por uma outra forma, conforme explica Lênin em obra intitulada *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Baseado naquele autor, Castanho observa que:

[...] O imperialismo representou uma fase de íntima união entre o capital industrial e o bancário, de tal sorte que, em lugar de se exportarem mercadorias, passou-se a exportar o próprio capital, que partilhou o mundo por intermédio de uniões internacionais monopolistas, legitimadoras dessa nova fase como o papado havia sido durante o colonialismo dito moderno. [...] (CASTANHO, 2001, p. 18-19).

Feitas tais considerações, lembramos que nossa preocupação incidirá sobre os significados concretos que assumiu, historicamente, a colonização que os portugueses praticaram no Brasil, e mais especificamente, no Grão-Pará.

Assim, entendemos que é impossível falar daquela forma de colonização sem recorrermos ao apoio teórico dos autores que analisaram tal fenômeno relacionando-o aos acontecimentos que, em solo europeu, desencadeavam o nascimento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Daí por que defendemos a validade



e a atualidade das reflexões de Karl Marx e demais pesquisadores que se apoiaram nas suas análises como, por exemplo, Mello (1998), que buscou nos escritos marxianos os elementos teóricos para repensar criticamente o capitalismo como um modo de produção que, desde as suas origens, se articula e se constitui de forma mundializada.

[...] os vários destaques dados, por Marx, aos acontecimentos que fertilizaram na Europa o advento da era do capital – a expropriação da população camponesa e a formação de um exército de trabalhadores livres, a “legislação sanguinária” contra os expropriados, a gênese do fazendeiro capitalista e do capital manufatureiro, os impactos da revolução agrícola sobre as atividades produtivas urbanas e a criação do mercado interno para a manufatura – *compõem um só e único processo umbilicalmente articulado com o fabuloso surto de expansão comercial detonado a partir das grandes descobertas ultramarinas de final do século XV e início do XVI*, e todos os eventos daí decorrentes. Desde então – e dando seqüência às radicais mudanças requeridas pelo novo modo de produção emergente –, progressivamente todo o globo foi sendo forçado a transformar-se numa gigantesca esfera de circulação de mercadorias (e os homens de todas as raças e línguas em força-de-trabalho produtora de mais-valia), criando o capital mercantil (para seu respiro) um mercado efetivamente *mundializado*, inicialmente costurado como uma imensa rede de pontos organicamente interligados, cuja primeira tessitura configurou-se no que depois ficou conhecido como o *moderno sistema colonial*. (MELLO, 1998, p. 47-48, grifos do autor).

A pesquisa histórica permite-nos compreender que os “Grandes Descobrimentos” e o colonialismo europeu estão fortemente interligados com o desenvolvimento de um sistema econômico-político gestado naquele contexto, mas ainda em vigor, após ter passado por significativas alterações.

Na atualidade, o termo globalização é empregado de forma corriqueira e quase sempre desprovido de uma preocupação em situá-lo como integrante de um processo mais amplo e mais longo. Daí porque ganham importância os estudos que mostram as articulações mais remotas de tal fenômeno.

Castanho (2001, p. 15) considera a globalização “*como uma tendência que acompanha todo o capitalismo, desde os seus primórdios, fazendo parte constitutiva de sua lógica interna*”. Citando Fernand Braudel, concorda com este ao dizer que só é possível falar em capitalismo a partir do momento em que é superado o mercado local. Assim, observa:

O capitalismo só se efetiva e se torna visível quando se constata, em diferentes pontos do mundo, a presença de grandes empresas, que são multinacionais nesse sentido de que operam em diversos países, utilizando instrumentos, como o câmbio, cada vez mais abstratos. [...] (CASTANHO, 2001, p. 16).

Nesta linha de argumentação, o autor citado procura mostrar que capitalismo e globalização constituem, respectivamente, um modo de produção e uma característica deste. Assim, para distinguir a forma atual de outras anteriores, utiliza-se de um quadro explicativo onde apresenta as “marés de globalização”. A primeira, ele denomina de *maré anti-feudal de totalização nacional*, situando-a entre os séculos XV e XVI e considerando que não chegou a ser mundial, a não ser em suas conseqüências. A segunda, contida na primeira e dela se desdobrando, denominou de *maré da globalização mercantil*, na qual o capital mercantil levou os recém-constituídos Estados europeus à expansão mundial, constituindo as colônias, nas quais buscavam novos mercados e fontes de suprimento de mercadorias. A terceira foi a *maré globalizante da indústria*, na qual houve um refluxo do colonialismo e uma mudança de curso no capitalismo que continuou global, mas em outro sentido, uma vez que as colônias foram induzidas à independência em relação às metrópoles (notadamente no século XIX) sob a pressão do sistema manufatureiro na busca de novos mercados. Na seqüência, o autor apresenta a *maré globalizante do imperialismo*, na qual os monopólios, nascidos no mercado interno, se expandiram em escala mundial e geraram o *neocolonialismo*, quando um país vincula-se de forma subordinada a outro sem necessariamente prestar-lhe vassalagem política. No pós Primeira Guerra Mundial e principalmente como decorrência dos efeitos catastróficos da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 surgiu a *maré globalizante da fase associacionista do capitalismo monopolista*. Assistiu-se ao fortalecimento dos Estados periféricos, na condição de agentes do desenvolvimento nacional, assim como a transferência parcial de parques industriais do centro para a periferia do sistema. Por fim, a *maré da globalização contemporânea*, na qual os Estados nacionais fortes, tanto no centro como na periferia do sistema, são combatidos em nome da rentabilidade empresarial e muitas

conquistas sociais são inexoravelmente eliminadas. Com o apoio de novas tecnologias, formaram-se “*megaempresas diante das quais os antigos monopólios detectados por Lênin parecem microfirms*” (CASTANHO, 2001, p. 16-20).

## 1.2 “Antigo” ou “Moderno” sistema colonial?

Fernando Novais, importante pesquisador da história do Brasil Colonial, em um de seus escritos faz a seguinte síntese:

[...] O Brasil-Colônia se enquadra com exatidão dentro do quadro de determinações do **antigo sistema colonial**, e diríamos mesmo que o exemplifica de forma típica. É dessa estrutura básica que, a nosso ver, se tem de partir, se se pretende compreender os movimentos históricos, em todos os seus níveis, dos três séculos de nossa formação colonial, e mesmo os seus prolongamentos e resistências até os dias atuais. (NOVAIS, 1995, p. 63, grifo nosso).

Ora, como buscamos compreender o processo de colonização no Grão-Pará, e aceitamos a recomendação acima exposta, entendemos que se faz necessário apontar algumas observações acerca da categoria *Antigo Sistema Colonial*, utilizada por Novais.

O referido autor, explica que “[...] *o sistema colonial apresenta-se-nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias [...]*”, porém, complementa: “[...] *num dado período da história da colonização: na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa [...]*” e na seqüência, conclui: “[...] *parece-nos conveniente chamar essas relações, seguindo a tradição de vários historiadores (Beer, Schuyler, Lipson), Antigo Sistema Colonial da era mercantilista*” (NOVAIS, 1998, p. 13, grifo do autor).

Nota-se, portanto, que nessa última frase, a expressão “da era mercantilista” ajuda a situar o termo “Antigo”, não deixando margem de dúvida quanto a sua compreensão histórica, localizando-o no período consagrado na historiografia como a Época Moderna.

Utilizando-se desta categoria, Novais procurou demonstrar as conexões entre expansão marítima, absolutismo, mercantilismo e acumulação primitiva de capitais, todos eles integrantes do processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Outros autores que também buscaram em Marx o suporte teórico para analisar as diversas etapas do desenvolvimento do capitalismo – e entre elas a da expansão intercontinental do comércio propiciada pelos Grandes Descobrimentos – preferem utilizar a categoria *Moderno Sistema Colonial*. Por exemplo, vejamos esta passagem transcrita de Mello (1999, p. 46)

Tal é a história do moderno sistema colonial que se inicia no século XVI – e que perdura até o final do XIX –, mecanismo encontrado pela burguesia européia, em associação com o poder absoluto e centralizado das Coroas dos diversos Estados nacionais emergentes, para subsumir definitivamente à lógica da acumulação capitalista (mercantil, industrial) todos os povos de todas as atitudes e longitudes do planeta. O colonialismo, pois, desvenda, na razão direta dessa escala ampliada de suas bases institucionais, os fundamentos e significado últimos de todo o processo da *acumulação originária*: a imputação, *pela força*, de um novo modo de produção voltado à produção de mercadorias e à acumulação do capital, fenômeno este favorecido pelas novas oportunidades abertas pela expansão e mundialização das atividades comerciais em marcha.

Marx, em *O Capital*, se refere à colonização moderna quando trata do movimento expansionista europeu ocorrido entre o Quinhentos e o Oitocentos, inclusive um dos capítulos da citada obra ele denominou de “Teoria Moderna da Colonização”.

Concordamos com as análises desenvolvidas por Novais, porém, discordamos do emprego da categoria *Antigo Sistema Colonial* por considerarmos que possa gerar equívoco quanto ao período histórico ao qual se refere. Por esta razão, acreditamos que seja mais adequado chamar de *Moderno Sistema Colonial* aquele que vigorou ao longo do tempo delimitado como objeto de estudo nesta tese.

### 1.3 Colonização e acumulação de capitais

As relações pré-capitalistas foram predominantemente agrícolas, onde a terra era um dos principais meios de produção e não estava concentrada em poucas mãos. O modo capitalista de produzir, por sua vez, pressupõe que os meios de produção encontrem-se apropriados por capitalistas e exista um grande contingente de mão-de-obra disponível, cuja única alternativa para sobreviver seja vender a sua força de trabalho. Ora, a história da acumulação primitiva do capital constitui-se exatamente da expropriação dos meios de produção dos camponeses, criando, assim, os trabalhadores assalariados. Como afirma Marx (1975, p. 830) “[...] *É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.*”

A Reforma Protestante também impulsionou a expropriação violenta dos camponeses, pois as terras confiscadas à Igreja Católica, a maior proprietária das terras, eram doadas ou vendidas pelos nobres aos burgueses ou arrendatários especuladores, que expulsavam os antigos ocupantes. Portanto, a base da transição do feudalismo ao capitalismo está nessa expropriação, que se realizou em toda a Europa Ocidental, evoluindo com as características próprias de acordo com a cultura e a vida cotidiana das diferentes regiões.

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de seus direitos. [...] (MARX, 1975, p. 831).

Demonstrando essa mudança histórica através de uma análise na vida social da população inglesa nos séculos XIV e XV, que naquela época vivia principalmente no campo, Marx acentua que os camponeses livres, aqueles que já não tinham nenhum laço de servidão com os senhores feudais e que já compunham, a partir do século XV, a grande maioria da população, foi expulsa de suas terras para dar lugar à criação de carneiros, de onde se obtinha a lã para as nascentes manufaturas. Assim, a nobreza

inglesa, já com uma nova mentalidade sobre o poder do dinheiro, transformou todas as terras em cultivo para pastos de carneiros.

A criação de um numeroso proletariado que se seguiu à expropriação dos camponeses não foi compatível com a sua absorção pelas manufaturas. Era necessário, pois, discipliná-lo para o trabalho assalariado e reprimir os que, por falta deste, tornavam-se mendigos ou ladrões.

[...] Daí ter surgido em tôda a Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam. (MARX, 1975, p. 851).

A escravização e extermínio de indígenas nas Américas, a conquista e a pilhagem nas Índias Orientais, o tráfico de escravos africanos e as guerras mercantis entre os países europeus possibilitaram grande acumulação de riquezas pela burguesia, acelerando o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A escravatura, fundada basicamente na sujeição de populações nativas e no tráfico de negros (*blacksins*) capturados na África e comercialmente distribuídos entre as inúmeras colônias européias, sobretudo do Novo Mundo, foi um recurso utilizado pelo capitalismo colonialista, em seus primórdios, com o objetivo de suprir esses territórios com força-de-trabalho suficiente às tarefas de extração e/ou cultivo de gêneros que eram exportados como matérias-primas estratégicas para consumo pelo mercado mundial (leia-se países europeus): ouro, prata, madeira, plantas medicinais, açúcar, algodão, tabaco etc. Nas colônias, a simples posse do dinheiro, dos meios de subsistência e daqueles de produção não era suficiente para transformar um homem em capitalista, pois, na maioria das vezes, faltava-lhes o essencial: o trabalhador que é obrigado a vender-se a si próprio para sobreviver. (MELLO, 1998, p. 60-61).

A exploração colonialista possibilitou a acumulação de capitais em diversos pontos da Europa, especialmente nos países que estavam mais avançados em termos de desenvolvimento industrial, como era o caso da Inglaterra.

Buscar em Marx o apoio para as análises interpretativas acerca do passado colonial brasileiro significa comungar do entendimento de que os acontecimentos

daquele período histórico não foram obra do acaso, mas expressão do desenvolvimento das forças constitutivas do novo modo de produção emergente.

No Livro Primeiro de *O Capital*, publicado pela primeira vez em 1861, Marx (1818-1883) nos apontou, de forma muito explícita, a importância da colonização para a acumulação de capitais:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. [...] (MARX, 1975, p. 868)

O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio, de que já falava Lutero, eram poderosas alavancas de concentração de capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital. [...] (Idem, p. 871).

Marx, ao descrever a violência que caracterizou a exploração colonial, assinala como aquele processo foi decisivo para o incremento da acumulação primitiva de capitais e também para o desenvolvimento de uma série de elementos de fundamental importância para a produção capitalista, tais como a ampliação do comércio em escala mundial, o protecionismo estatal, as guerras comerciais, a dívida pública, o fiscalismo moderno e o monopólio exercido por poderosas sociedades mercantis (*O Capital*, Livro I, v. 2, p. 868 a 875). Ainda na obra citada, no capítulo XXV, que trata da “Teoria Moderna da Colonização”, em nota de rodapé, adverte que está tratando “*das verdadeiras colônias, terras virgens, colonizadas por imigrantes livres*” (p. 883) e, ironicamente, confronta o modo de produção dominante na Europa ocidental com aquele que ocorre nas colônias, onde o produtor, possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo e não ao capitalista. Vejamos o parágrafo final do capítulo mencionado:

[...] não estamos tratando aqui de examinar a situação das colônias. Interessamos apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobriu no Novo e proclamou bem alto: o modo capitalista de produção e de acumulação

e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem, como condição existencial, o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a exploração do trabalhador. (MARX, 1975, p. 894).

Na obra “*Introdução geral à crítica da economia política*”, escrita em 1857, Marx mostrou que o século XVI preparara o caminho para a sociedade de livre concorrência, do século seguinte.

Mello, discorrendo acerca da gênese transnacional do capitalismo, observa que o desenvolvimento do comércio internacional, ultramarino, tal como ocorreu nos séculos XV e XVI, não foi *resultado* do capitalismo, como modo de produção consolidado, mas *pressuposto* do mesmo.

O capitalismo, assim, quando emerge em seu primeiro esplendor no século XVI (e não antes), sob a forma de *mercantilismo*, já se manifesta como um *sistema internacional em pleno desenvolvimento*, que tem por base as necessidades do novo *mercado mundial* em gestação, ativado pelas grandes descobertas e feitos do final do século XV. Nesse contexto, para além da tessitura molecular das estruturas econômicas do cotidiano, é o comércio ativo e regular de *longa distância* a “*ossatura*” revolucionária da nova onda de trocas – na feliz expressão de Braudel. [...] (MELLO, 2001, p. 26, grifos do autor).

O conjunto de práticas econômicas desenvolvidas pelos nascentes Estados europeus entre os séculos XVI e XVII recebeu, no século XVIII, a designação de “sistema mercantil” por parte dos fisiocratas franceses<sup>11</sup>, e os economistas alemães denominaram “mercantilismo”. O sistema mercantilista propiciou o desenvolvimento de mecanismos de concentração de capital nas Metrôpoles, com as atividades econômicas das Colônias sendo orientadas segundo os interesses da burguesia comercial da Europa.

Nesse contexto, vê-se bem o significado e a posição das colônias. Elas devem se constituir em retaguarda econômica da metrópole. Pois que a política mercantilista ia sendo praticada pelos vários estados modernos em desenfreada competição, necessária se fazia a reserva de certas áreas onde se

<sup>11</sup> Tendo como principal expoente François Quesnay (1694-1774), os fisiocratas acreditavam ser a terra a única verdadeira fonte de riquezas, segundo uma ordem natural a cujas leis um governo esclarecido deveria submeter-se. “No entanto, o personagem central da economia fisiocrata não é o proprietário rural, como à primeira vista poderia parecer, mas sim o arrendatário capitalista. Apesar de essa teoria parecer representar a glorificação da propriedade rural (a agricultura é a única atividade produtiva e o produto líquido é o dom da fertilidade da terra) ela é, acima de tudo, uma defesa da atividade capitalista nascente, principalmente agrícola, mas também industrial” (CORAZZA, 1984, p. 17-18).



pudesse por definição aplicar as normas de política econômica: as colônias garantiriam a autosuficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes.

O projeto colonizador tinha, portanto, sólida urdidura com a mentalidade da época absolutista. Tal objetivo, porém, se constituiu ao mesmo tempo em que se processava concretamente a colonização do Ultramar, onde nem tudo se operava de acordo com as normas em elaboração. A política colonial das potências visava, por isso, enquadrar a expansão colonizadora nos trilhos da política mercantilista; fazer com que as relações entre os dois pólos do sistema (metrópole-colônia) se comportassem consoante o esquema desejável [...] (NOVAIS, 1998, p. 19-20).

A política mercantilista assentava-se na supervalorização dos metais preciosos como insuperável fonte de riqueza; necessidade de ter sempre uma balança comercial favorável, sendo por isso indispensável exportar produtos manufaturados em maior quantidade do que as matérias-primas importadas; desenvolvimento de uma marinha mercante, como garantidora da prática do comércio; desenvolvimento de uma política tarifária e aperfeiçoamento das formas de arrecadação de impostos; intervenção do Estado na economia, impondo restrições ou possibilitando liberdades comerciais, desde que tais decisões pudessem favorecer o desenvolvimento mercantil e industrial.

Através das suas colônias, as metrópoles conseguiam, em certa medida, liberar-se da dependência externa, aumentando a capacidade na disputa comercial e podendo praticar preços que possibilitavam ampliar seu campo de ação.

Garantindo o funcionamento do sistema, o Estado simultaneamente se fortalecia, através da arrecadação de tributos e da montagem da estrutura jurídica e administrativa da qual detinha o controle, sem contar com o privilégio que se reservava de comercializar com exclusividade determinados produtos – o chamado “estanco”.

Novais observa que a exploração do ultramar, se considerada em seu conjunto, possibilita que se faça a seguinte distinção:

[...] **áreas já densamente povoadas** quando do início da expansão marítima européia, portadoras de civilizações tradicionais, onde a dominação política permitia o comércio vantajoso de alguns produtos de alto valor unitário no mercado europeu como as famosas especiarias do mundo indiano; **zonas de povoamento e colonização européia**, onde se estruturaram economias complementares ao capitalismo mercantil europeu, fornecedoras sobretudo de

produtos tropicais e metal nobre (a América é por excelência o teatro da ação colonizadora européia durante o primeiro sistema colonial); e, **finalmente, a África fornecedora da força de trabalho escravizada** que permite pôr em funcionamento a produção colonial do segundo setor. A primeira categoria configura o que os teóricos do colonialismo chamaram, um tanto impropriamente quanto a nós, “colônias comerciais” (as Handelskolonien de Roscher); na América, é possível discriminar as colônias propriamente de “exploração” das colônias de “povoamento”. A Europa, ou antes a economia capitalista mercantil européia, é o centro dinâmico de todo o sistema, gerador da ação colonizadora e naturalmente beneficiário dela. (NOVAIS, 1989, p. 33, grifos nossos).

A exploração colonial viabilizou a transformação do capital comercial em capital industrial, fazendo emergir novas nações hegemônicas e que conseguiram avançar na produção industrial, ampliando a oferta e as necessidades de mercadorias em nível mundial. Mas não foi uma passagem simples. Conflitos, tensões, rupturas e continuidades marcaram profundamente os três primeiros séculos de nossa história, durante os quais estivemos diretamente subordinados à metrópole portuguesa. O monopólio do comércio exercido pela metrópole exemplifica o grau de subordinação ao qual as colônias estavam submetidas.

Com o avanço da industrialização, as práticas e o pensamento econômico e político adquiriram novas bases e apontaram para novas direções: importava que as colônias se tornassem fornecedoras de matérias-primas e também consumidoras dos excedentes produzidos nos centros industrializados, ou seja, em lugar do jugo político, o que passava a contar era o modo de produzir as mercadorias e o tipo de mercadoria a ser produzida. Vejamos a análise desenvolvida por Nelson W. Sodré:

– no século XVI, quando se inicia a colonização, era dominante o capital comercial; a classe dominante, na Europa e em Portugal, era a dos senhores feudais; a divisão mundial do trabalho fizera das áreas coloniais fornecedoras de gêneros que a Europa não podia produzir; a população européia era pequena e predominantemente rural;

– no século XVIII, quando se inicia o processo de independência, era dominante o capital industrial; a classe dominante na Europa, mas não em Portugal, era a burguesia; a divisão mundial do mercado fizera das áreas coloniais fornecedoras de matérias-primas, além de alimentícias, que a Europa podia produzir em parte, mas que eram produzidos fora dela em melhores condições econômicas, quanto ao custo; a população européia crescera muito e começava a concentrar-se nas áreas urbanas.

[...] A situação colonial, por isso mesmo, é muito mais caracterizada, no campo econômico, – pelo modo de produzir as mercadorias e pela escolha das mercadorias a produzir, do que no campo político, pela subordinação a determinada metrópole. (SODRÉ, 1990, p. 188).

A projeção da Inglaterra, especialmente a partir do século XVI resultou da transformação de sua economia e de sua sociedade pela ação articulada dos proprietários de terras, comerciantes e aristocratas, que mobilizaram inteligentemente os recursos nacionais e a mão-de-obra disponível para a obtenção daquele resultado. Fator importante foi a expansão de sua marinha e de sua estrutura industrial, possibilitando-lhe impor-se como fornecedor de produtos industriais para países como Espanha, Portugal e suas respectivas colônias, ao mesmo tempo em que estes serviam de fonte de matérias-primas para a indústria inglesa. Nesse aspecto, podemos utilizar como ilustrativo o Tratado de Methuen, o qual obrigava Portugal a reduzir os tributos sobre as importações de tecidos de lã procedentes da Inglaterra (mais tarde, tais reduções foram estendidas também para as importações de tecidos de lã da França e da Holanda). Em troca, a Inglaterra se comprometia a um tratamento preferencial nas importações de vinhos portugueses sobre os provenientes da França e da Espanha. Methuen serviu para que os alemães e os holandeses fossem desprezados por completo do comércio com Portugal e suas colônias e, com isso, Portugal foi se tornando extremamente dependente da Inglaterra, a qual obteve grandes ganhos econômicos e políticos, incrementando seus negócios com a China e as Índias Orientais, ao mesmo tempo em que expulsava os holandeses de suas principais feitorias naquela gigantesca área. Recebendo metais preciosos de Portugal e da Espanha, grandes compradores de seus produtos industriais, a Inglaterra comprava mercadorias diversas do Oriente, tais como algodão e seda, azeites, sal e outros produtos, alguns dos quais eram reexportados aos países produtores de metais preciosos.

Contando com o poder bélico de sua marinha e as tarifas alfandegárias protecionistas fixadas nas famosas Atas de Navegação (das quais a mais importante foi a de Cromwell, de 1651), os ingleses ampliaram os ganhos econômicos e puderam

oferecer produtos industrializados a preços que praticamente impediam o desenvolvimento de quaisquer indústrias em outros países, produzindo grave crise na economia colonial. Além desses obstáculos “naturais”, o governo britânico proibiu, sistematicamente, suas colônias na América do Norte de fabricarem e exportarem produtos industrializados, protegendo assim seu mercado de qualquer eventual concorrência.

Vê-se que a força sociopolítica e econômica, ampliando o poderio tecnológico e comercial da Inglaterra, permitia-lhe impor condições de subordinação a outros países que estavam em situação de atraso. Por exemplo, negavam-se a consumir os tecidos orientais. Paralelamente, fazendo uso do seu potencial tecnológico, colocavam nos mercados europeus tecidos a preços mais baixos que os dos demais produtores, provocando grave crise na economia colonial. As demais potências européias praticavam equivalentes formas de aferição de vantagens sobre suas colônias, o que correspondia, na prática, a uma acumulação de capitais em mãos de industriais e grandes comerciantes, impulsionando o sistema capitalista.

Todavia, dado o alto desenvolvimento da estrutura produtiva industrial inglesa, as demais potências coloniais não alcançaram de imediato os mesmos resultados, de tal maneira que, em certa medida, ficaram em uma incômoda posição de subordinação à economia inglesa. Tal circunstância, por sua vez, levava-os a intensificar a exploração sobre suas colônias, inclusive não lhes permitindo desenvolver indústrias que pudessem competir com os artigos que eram produzidos nas respectivas metrópoles.

Portugal não conseguiu desenvolver uma produção industrial em um ritmo que possibilitasse atender a demanda de sua população interna e muito menos de suas colônias, o que fazia com que a Coroa tivesse que despender enorme quantidade de recursos para obter os produtos industriais da Inglaterra e, assim, não conseguia manter com eficiência a sua política mercantilista que, como vimos, tinha como requisitos básicos a balança comercial favorável. Mesmo tendo conseguido, gradativamente, ocupar as terras do Ultramar e fazê-las produzir riquezas, sobretudo com o volumoso

comércio de açúcar, Portugal não dispunha de uma frota mercante com capacidade suficiente para fazer cumprir a determinação de que as atividades comerciais ficassem restritas aos súditos da Coroa lusa. Além das perdas econômicas resultantes das transações ilegais, também sofria prejuízos ao permitir operações comerciais por navios holandeses e ingleses, possibilitando, em contrapartida, o enriquecimento daqueles mercados.

Estas breves observações nos permitem argumentar que não foi Portugal, como Estado, o maior beneficiário da colonização do Ultramar. Quando se analisa o grande movimento encetado pelo capital mercantil, em forma de empresa colonial, percebe-se que os interesses e, portanto, os beneficiados transcendem a instância política do Estado absolutista português.

Na verdade, mais do que colônia de Portugal, ao longo de seus primeiros três séculos de existência, o Brasil foi destinado a fornecer produtos e matéria-prima ao comércio europeu, conforme as exigências de lucratividade.

Prado Jr. faz uma interessante análise, apontando-nos o perfil do colono europeu que se fixou nos trópicos.

[...] Não é o trabalhador, o simples povoador, mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar. Vemos assim que, de início, são grandes áreas de terras que se concedem no Brasil aos colonos. Salvo a exceção da colonização de açorianos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, isto já no séc. XVIII, e em poucas outras instâncias, que no conjunto representam quantidades desprezíveis, as “sesmarias”, designação que teriam as concessões, se alargam por espaços muito grandes, léguas e léguas de terra. Nenhum daqueles colonos que emigravam com vistas largas, e não entendia levar aqui vida mesquinha de pequeno camponês, aceitaria outra coisa. A política da metrópole, inspirada por estes elementos que cercam o trono ou dele se aproximam – sabe-se que boa parte dos colonos, sobretudo das primeiras levas, é de origem nobre ou fidalga – ou influída por eles, uma vez que formam o contingente de que o Reino dispõe para realizar suas empresas ultramarinas, tal política se orienta desde o começo, nítida e deliberadamente, no sentido de constituir na colônia um regime agrário de grandes propriedades. Não lhe ocorreu, a não ser no caso tardio e excepcional já citado dos açorianos, como também não ocorrerá a nenhum dos donatários, que partilharam um momento seus poderes soberanos, a idéia de tentar sequer

um regime de outra natureza, uma organização camponesa de pequenos proprietários (PRADO Jr., 2000, p. 118)

Autores que expressaram as novas condições resultantes da acumulação de capitais e do desenvolvimento das forças produtivas propuseram mudanças na orientação econômica e política, em favor de uma ampla liberdade de ação do indivíduo, como fundamento para o progresso.

Em seu *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, publicado em 1776, Adam Smith (1723-1790) teceu críticas à política mercantil condenando o trabalho escravo, os monopólios, os tratados de comércio e todas as formas de restrição ao livre desenvolvimento das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que propunha um regime de livre concorrência. Nos *Princípios de economia política*, David Ricardo (1772-1823) corroborou as análises de Smith:

Em suas observações sobre o comércio colonial, Adam Smith demonstrou de maneira satisfatória as vantagens do comércio livre, e a injustiça sofrida pelas colônias ao serem impedidas pelas metrópoles de vender seus produtos pelo preço mais alto e de comprar produtos manufaturados e alimentos pelo preço mais baixo. (RICARDO, 1982, p. 229).

Considerou, porém, que a argumentação de Smith, apesar de ser muito clara e convincente no sentido de mostrar a injustiça daquele sistema [mercantilista] para com as colônias, não era suficientemente forte para convencer as metrópoles a realizarem um rompimento, uma vez que estavam sendo por ele beneficiadas. Assim, Ricardo dedicou-se com vigor à tarefa de mostrar as vantagens de um sistema comercial universalmente livre, argumentando que “[...] *cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países.*” (RICARDO, 1982, p. 104).

Enfim, a forma vigente de colonização era posta em xeque, uma vez que o capitalismo comercial estava sendo superado pelo capitalismo industrial. Para isso, tiveram grande importância e influência as idéias defendidas por pensadores liberais.

Tanto Smith quanto Ricardo eram vinculados aos interesses da burguesia industrial nascente.

*A riqueza das nações*, de Adam Smith e *Princípios de economia política e tributação*, de David Ricardo, revelam o pensamento liberal acerca da colonização, como parte das idéias vigentes na época. A grande meta residia em ampliar os ganhos que a acumulação baseada na lógica mercantilista havia propiciado. Daí as críticas quanto à forte presença e atuação do Estado na esfera econômica e a ênfase na defesa da liberdade de atuação dos indivíduos.

Convém lembrar que, no mercantilismo, havia o predomínio da aplicação de políticas, sobre a elaboração de teorias. Uma série de regulamentações mercantis tratava desde a defesa do monopólio comercial, até as normas de controle das exportações e importações, assim como as restrições e incentivos à produção interna. O Estado regulamentava os métodos de produção, preocupava-se com o treinamento de mão-de-obra, e com as condições de emprego e salários. Contudo, não surgiram teorizações sistematizando o conjunto das idéias e práticas econômicas que dessem conta das grandes transformações em curso e que, embora lentas, assinalavam a expansão do capitalismo comercial, com o início de uma economia manufatureira e industrial.

Outra importante característica foi a defesa da intervenção do Estado nas atividades econômicas. E isso se devia à necessidade de afirmação política dos Estados nacionais europeus, numa época de demarcação de fronteiras e de conquista territorial. Esse fator ajuda-nos a entender por que as preocupações teórico-filosóficas eram mais intensas que as questões políticas e mais ainda do que sobre a economia. Basta lembrar os nomes e as obras dos pensadores da Renascença e do Iluminismo, tais como Maquiavel, Hobbes, Montesquieu, Locke, entre outros. Não podemos desconsiderar, todavia, as críticas ao colonialismo, identificando-o com o Absolutismo e, por essa razão, apontando seus graves defeitos.

Todavia, Portugal estava em descompasso com o ritmo de industrialização alcançado por outros países europeus, em especial a Inglaterra; em lugar da burguesia industrial, continuavam os grandes proprietários de terras e comerciantes sendo os principais beneficiados da ordem social, política e econômica vigente e não nutriam desejos de mudanças. Portanto, permaneciam em Portugal as práticas mercantilistas de exploração colonial com base no monopólio comercial e no trabalho escravo.

Apesar das críticas de Smith e Ricardo ao mercantilismo, não houve interesse naqueles autores em alterar o quadro geral de subordinação das colônias com relação às metrópoles, mas, fundamentalmente, em apontar caminhos para acelerar o progresso que a acumulação de capitais permitia.

Vejamos as elucidativas observações de Eric Hobsbawm.

O argumento social da economia política de Adam Smith era tanto elegante quanto confortador. É verdade que a humanidade consistia essencialmente de indivíduos soberanos de certa constituição psicológica, que buscavam seus próprios interesses através da competição entre uns e outros. Mas poderia ser demonstrado que essas atividades, quando deixadas tanto quanto possível fora de controle, produziam não só uma ordem social “natural” (distinta da artificial imposta pelos consumados interesses aristocráticos, o obscurantismo, a tradição ou as intromissões da ignorância), mas também o mais rápido aumento possível da “riqueza das nações”, quer dizer, do conforto e do bem-estar, e portanto da felicidade, de todos os homens. A base desta ordem natural era a divisão social do trabalho. Podia ser cientificamente provado que a existência de uma classe de capitalistas donos dos meios de produção beneficiava a todos, inclusive aos trabalhadores que se alugavam a seus membros, exatamente como poderia ser cientificamente comprovado que os interesses da Grã-Bretanha e da Jamaica estariam melhor servidos se aquela produzisse mercadorias manufaturadas e esta produzisse açúcar natural. O aumento da riqueza das nações continuava com as operações das empresas privadas e a acumulação de capital, e poderia ser demonstrado que qualquer outro método de assegurá-lo iria desacelerá-lo ou mesmo estancá-lo. Além do mais, a sociedade economicamente muito desigual que resultava inevitavelmente das operações de natureza humana não era incompatível com a igualdade natural de todos os homens nem com a justiça, pois além de assegurar inclusive aos mais pobres condições de vida melhores, ela se baseava na mais equitativa de todas as relações: o intercâmbio de valores equivalentes no mercado. [...]

O progresso era, portanto, tão “natural” quanto o capitalismo. Se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável; e era evidente que o progresso da produção estava de braços dados com o progresso das artes, das ciências e da



civilização em geral. Que não se pense que os homens que tinham tais opiniões eram meros advogados dos consumados interesses dos homens de negócios. Eram homens que acreditavam, com considerável justificativa histórica neste período, que o caminho para o avanço da humanidade passava pelo capitalismo. (HOBSBAWM, 1977, p. 259).

#### 1.4 *A investida no além-mar*

A busca de riquezas foi o principal fator que motivou as Grandes Descobertas, desdobrando-se na ação colonizadora. Com essa afirmação, não estamos desprezando as motivações de natureza pessoal, pela busca de prestígio, nem tampouco as religiosas. Todavia, diversos fatores nos autorizam a dizer que interesses econômicos se sobrepujam aos demais, e fornecem as chaves para a compreensão do processo colonizador.

O colonialismo, ao desestruturar as formas de organização social dos habitantes nativos, abriu caminho para a apropriação, por parte dos interesses privados, de recursos até então controlados por aquelas comunidades. Nesse sentido, vincula-se a um processo mais amplo de radicais transformações econômicas.

[...] Enquanto que, em formações pré-capitalistas – como é o exemplo dos antigos sistemas imperiais, como Roma, Bizâncio etc. –, a raiz econômica do expansionismo repousava, sobremaneira, na apropriação, pelos conquistadores, do excedente disponível (ou obtenível) de sociedades militarmente mais fracas mediante a cobrança de tributos impostos pela força às populações subjugadas (mantendo-se intacta, via de regra, a base econômica dos territórios conquistados), no capitalismo, os mecanismos passam a ser outros. Neste caso, é a necessidade estrutural do modo de produção em *produzir e vender mercadorias em escala cada vez maior* (favorecendo a acumulação ampliada de um excedente de valor nos países metropolitanos-europeus), o que irá impulsionar a criação de um sistema de colonização sistemática que, por seu turno, ao contrário de situações históricas anteriores, vai alterar radicalmente a base econômica das sociedades em todo o resto do mundo. (MELLO, 1998, p. 48, grifo do autor).

A busca de ampliação e unificação das rotas de comércio esteve ligada ao impulso de expansão de todos os impérios, mas realizou-se de diversos modos, uma vez que a acumulação de capitais não foi igual em todos os lugares, nem se manteve inalterada no tempo. É inegável, todavia, que o fim da Idade Média revelou o

fortalecimento político e econômico das cidades, alterando a configuração social através da formação de uma rica classe de mercadores, e estabelecendo a oposição entre o poder burguês urbano e o poder feudal de base rural.

Uma série de inovações nas técnicas de plantio, assim como o aperfeiçoamento e uso de mecanismos como moinhos de água e de vento levaram ao aumento da produção, e, conseqüentemente, à geração de excedentes. A ascensão do poder político das cidades, que controlavam as rotas de comércio, alavancou a interpenetração cultural, criando condições práticas para a difusão do consumo de novos gêneros. Ao mesmo tempo, possibilitou a expansão da produção conduzida com base em interesses financeiros organizados, garantindo as empreitadas coloniais.

No “Velho Mundo” – áreas territoriais povoadas e conhecidas antes das grandes navegações empreendidas pelos portugueses e espanhóis através do Atlântico – os principais centros populacionais concentravam-se na Europa, Ásia e África. Entre aqueles continentes foram se estabelecendo importantes rotas comerciais, sobretudo graças à atividade comercial de judeus, italianos e árabes, que faziam chegar à Europa produtos exóticos como a pimenta, a canela, tapeçarias, sedas e frutos, que alcançavam alto valor comercial. As rotas comerciais, geralmente terrestres, eram arriscadas e exigiam enormes custos financeiros. Apesar desses fatores restritivos, impulsionaram os negócios entre os vários povos e possibilitaram o desenvolvimento de importantes centros comerciais tais como Veneza, Gênova e Lisboa (Europa), Constantinopla, Trípoli e Calicute (Ásia), Alexandria e Ceuta (África).

Além das dificuldades naturais, relacionadas com o desenvolvimento incipiente dos meios e das vias de transporte, assim como de conservação de certos produtos, os mercadores enfrentavam vários outros problemas, incluindo saques, doenças e disputas motivadas por interesses políticos e religiosos.

O Islamismo, por exemplo, religião monoteísta fundada no século VII por Maomé (570-632), aglutinou o povo árabe em torno de um ideal religioso que incluía a “Guerra Santa” como estratégia de difusão, ao mesmo tempo em que também ampliava

as possibilidades de comércio, atividade mais lucrativa da Arábia. No século VIII, os muçulmanos invadiram e conquistaram a maior parte da Península Ibérica, assumindo o controle de grandes rotas comerciais terrestres e marítimas que ligavam o Ocidente e o Oriente, provocando a reação dos cristãos, com o objetivo de reconquistar os territórios ocupados.

Foi no transcorrer da Guerra de Reconquista que surgiram na Península Ibérica os reinos cristãos de Leão, Aragão, Castela e Navarra. D. Henrique de Borgonha, nobre francês, prestou significativo apoio a D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, na luta contra os muçulmanos e, como recompensa pelos serviços prestados, recebeu em casamento Dona Teresa, filha ilegítima do rei, assim como uma área situada ao sul do rio Minho, que deu origem ao Condado Portucalense, em 1094. Todavia, não passava de um feudo do reino de Leão, até que em 1139, Afonso Henriques (1109-1185), filho de D. Henrique, proclamou a independência de Portugal, dando início à dinastia de Borgonha, sendo reconhecido pelo Rei Afonso VII, de Leão, como Rei de Portugal. A fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1131, e a declaração de vassalagem à Santa Sé, em 1143, foram decisivas para que D. Afonso recebesse a confirmação do título de Rei, em 1179, através de bula do Papa Alexandre III, assim como o direito de conquistar terras aos mouros sobre as quais outros príncipes cristãos não tivessem direitos anteriores.

Em suas origens, a história de Portugal é marcada pela guerra da reconquista e a luta em prol da independência política. Esses fatores contribuíram para o fortalecimento da figura do rei e de uma estrutura administrativa e política centralizada, gerando um tipo de feudalismo diferenciado de outras regiões da Europa, favorecendo a formação precoce do Estado Nacional português.

Apesar de uma economia essencialmente agrária, tendo como principais produtos o azeite, o vinho e os cereais, oriundos das regiões interioranas, na região litorânea de Portugal desenvolveram-se atividades ligadas à navegação, pesca, artesanato e comércio.

Por volta do século XIV, a navegação e o comércio ganharam destaque na economia, projetando uma classe rica e poderosa – a burguesia mercantil – cuja importância culminou após a morte de D. Fernando I, em 1383. A viúva, Dona Leonor Teles, assumiu a regência e proclamou como rainha sua filha, Dona Beatriz, que havia se casado com o rei de Castela. Temendo ser prejudicada em seus interesses, a burguesia mercantil portuguesa apoiou a Revolução de Avis – a que levou ao trono D. João I – irmão bastardo do falecido monarca.

Com a conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415, D. João I dava início à expansão portuguesa, tarefa para a qual contou com o Infante D. Henrique, seu filho, cognominado “o navegador”. Açores, Madeira e Cabo Verde, ilhas localizadas ao longo do Atlântico, foram as primeiras colônias portuguesas.

Sob o comando da Dinastia de Avis (que se estendeu de 1385 a 1580), Portugal se lançou à expansão marítima no século XV, pressionado, como outras nações européias, a buscar novas rotas comerciais, principalmente depois que se consumou a tomada de Constantinopla<sup>12</sup> pelos turcos em 1453, fechando-se para os cristãos o milenar caminho pelo Mediterrâneo, que passava a ser dominado pelos comerciantes árabes e chineses. Como observa Dias (1921, p. LXXIII)

Fôra, designadamente, a conquista de Constantinopla pelos turcos, completando a obstrução das vias terrestres e marítimas meridionais para a Ásia, (pois já desde 1171, Saladino se apoderára do Egípto, fechando as comunicações com o mar Roxo) que inspirára a audaciosa empresa das conquistas oceânicas.

Como alternativa só restava o domínio completo do Atlântico. Portugal foi exímio nessa tarefa, para a qual contou não apenas com insígnis navegadores e ambiciosos monarcas, mas fundamentalmente com uma estrutura de suporte, alicerçada nas riquezas movimentadas pelo comércio.

---

<sup>12</sup> No ano 395 a.C., o Imperador Teodósio determinou a divisão do Império Romano. O Ocidente com capital em Milão, e o Oriente com capital em Constantinopla, antiga Bizâncio, capital do Império Bizantino. Constantinopla, nome dado pelo Imperador Constantino em 330 a.C., teve durante cerca de mil anos papel fundamental no comércio de especiarias, e foi o maior porto e entreposto comercial da Idade Média. Quando os turcos Otomanos (que desde o século XIII governavam o Império Muçulmano) invadiram a cidade e tomaram o controle político, o sultão Mehmed II rebatizou o antigo centro dos cristãos ortodoxos com o nome de Istambul.

O navegador português Bartolomeu Dias, em 1487, alcançou o extremo sul da África, contornando o Cabo das Tormentas (assim por ele designado por causa dos problemas que enfrentou na travessia, mas rebatizado de Cabo da Boa Esperança, pelo Rei João III), descobrindo a passagem do Atlântico para o Índico e atingindo a costa Oriental, e dez anos mais tarde, outro navegador português, Vasco da Gama, conseguiu consumir a façanha de chegar às Índias.

Nelson Sodré, analisando as transformações que se sucederam à tomada de Constantinopla, mostra-nos que os portugueses foram gradativamente conquistando mais espaço no intrincado complexo comercial, na disputa com os venezianos.

[...] Antes da descida dos otomanos para a área de Constantinopla, os venezianos detinham o praticamente o monopólio das especiarias, que recebiam dos mercadores orientais nos portos do fundo do Mediterrâneo, funcionavam como distribuidores, enquanto os portugueses funcionavam como redistribuidores. Quando ocorre a ocupação de Constantinopla, continuam os venezianos mantendo o monopólio da distribuição das especiarias, recebendo-as agora na praça de Alexandria; continuam os portugueses como redistribuidores mas, quanto ao açúcar, são já produtores, com as plantações de cana nas ilhas; lançam-se os portugueses à conquista das praças do norte africano; e empreendem, finalmente, a conquista do mercado oriental, com a viagem de Vasco da Gama [...] a tomada de Ceuta [...] as descobertas insulares do Atlântico [...] de sorte que os venezianos, depois da viagem de Vasco da Gama, viriam a comprar pimenta em Lisboa pela metade do preço que pagavam aos árabes antes em Alexandria [...]. Estava invertida, assim, a posição relativa ocupada pelos portugueses e pelos venezianos nas trocas. (SODRÉ, 1990, p. 18-19).

O aprendizado da navegação, pelos portugueses, para que pudessem realizar a façanha de dominar o Atlântico e estabelecer a rota marítima com as Índias, decorreu de um longo processo que durou mais de um século e meio, se considerarmos como ponto inicial o reinado de D. João I (1385-1433), até o reinado de D. João II (1481-1495). Na seqüência, coube a D. Manuel I, “o venturoso” (1495-1521), prosseguir os feitos lusitanos.

Foram os navegadores portugueses os primeiros a aplicar a trigonometria no cálculo de suas rotas, assim como melhoraram os mapas e aperfeiçoaram os

instrumentos de navegação. Criaram um novo tipo de navio – a caravela redonda<sup>13</sup> – capaz de suportar as longas viagens pelo mar.

Portugal, assim como a Espanha, não se lançara isoladamente em aventuras pelo mar nem tampouco buscava ampliar seu comércio apenas por razões internas. A competição entre as várias potências esteve na base dessas iniciativas, impulsionando as grandes navegações e a necessidade de obtenção de riquezas.

O movimento expansionista foi reflexo de aspirações mais gerais presentes na Europa em fins da Idade Média. Os europeus ainda sofriam as conseqüências de graves problemas econômicos e sociais causados pela Peste Negra<sup>14</sup> e a Guerra dos Cem Anos (travada entre França e Inglaterra de 1337 a 1453): era pequena a oferta de mão-de-obra e as rendas da aristocracia haviam decaído. Somado a esses fatores, monarcas e nobreza disputavam poder e recursos, gerando um ambiente de intranqüilidade.

Ameaçados em suas fronteiras orientais pela presença hostil do Islã e pelo avanço dos turcos otomanos, restava aos audaciosos navegadores e à ambiciosa burguesia mercantil da Península Ibérica, dada sua proximidade com a África e sua longa costa Atlântica, assumirem a liderança de um movimento de expansão de fronteiras, inicialmente voltado para ampliar as possibilidades de comércio, culminando com a colonização de extensas áreas territoriais.

A viagem de Cabral e a conseqüente chegada à “Terra de Santa Cruz” sempre foram objeto de polêmica entre os historiadores acerca de sua intencionalidade ou não, assim como a questão de terem sido os portugueses os primeiros a chegar no litoral

---

<sup>13</sup> A caravela possuía um casco estreito e fundo, que lhe permitia grande estabilidade. Por baixo do convés havia um espaço que servia para transportar os mantimentos. O castelo, onde ficavam os aposentos do capitão e do escrivão se localizava na popa do navio. Porém a grande novidade foi a utilização das velas triangulares em mar aberto, as quais permitiam que a caravela avançasse em zig-zag mesmo com ventos contrários. Possuíam diversos tamanhos: as pequenas levavam entre 25 a 30 homens e as maiores chegavam a levar mais de cem homens a bordo. Geralmente a tripulação era formada por marinheiros muito jovens, incluindo capitães com cerca de vinte anos de idade, aos quais competia organizar a vida a bordo e tomar as decisões sobre as viagens. Fonte: <http://www.geocities.com/athens/marathon/6396/inicial.htm>.

<sup>14</sup> Surto de peste bubônica que, agravado pelas precárias condições de higiene e alimentação da maioria da população, dizimou praticamente um terço dos habitantes da Europa entre os anos de 1347 e 1350. Alguns anos antes, o alto crescimento demográfico, aliado às más colheitas e à alta de preços, havia provocado grande escassez de alimentos, registrado na historiografia como a Grande Fome (1315-1317).

brasileiro. Divergências à parte, o inegável é que se tratava de uma poderosa expedição para os padrões da época: 13 navios partiram do porto de Belém, Portugal, a 9 de março de 1500, levando 1500 soldados, além de negociantes e mercadorias variadas e dinheiro, fatores que, segundo Capistrano de Abreu,

[...] revelavam o duplo caráter da expedição: pacífica, se na Índia preferissem a lisura e o comércio honesto, belicosa, se quisessem recorrer às armas. Alguns franciscanos, tendo por guardião frei Henrique de Coimbra, comunicavam a sagração religiosa [...] (ABREU, 2000, p. 52).

Embora o intuito central fosse o de estabelecer feitorias nas Índias, consolidando a rota comercial portuguesa, a poderosa expedição comandada por Cabral estava preparada para muito mais que isso, inclusive a descoberta de novos caminhos marítimos. A frota de Cabral seguiu o trajeto feito por Vasco da Gama até Cabo Verde, mas, após atravessar as calmarias, foi empurrada para o oeste por ventos e correntes do Atlântico sul e acabou por chegar, a 22 de abril de 1500, no local onde hoje está situada a cidade de Porto Seguro, na Bahia.

Conforme analisa Prado Jr. (2000, p. 11) “[...] *Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora [...]*”.

Empresa esta que no Novo Mundo diferenciou-se do que já vinha ocorrendo ao longo das rotas terrestres e marítimas que ligavam Europa, Ásia e África. Face a ausência de práticas mercantis e a quase inexistência de artigos de valor comercial feitos pelos nativos, fazia-se necessária uma intervenção direta no sentido de produzir as mercadorias. E para isso, a colonização “[...] *aparece como a solução através da qual se tornou possível valorizar economicamente as terras descobertas, e dessa forma garantir-lhes a posse (pelo povoamento) [...]*” (NOVAIS, 1995, p. 48).

Embora os portugueses precisassem assegurar suas conquistas no Atlântico, não podiam descuidar dos vantajosos ganhos comerciais através do lucrativo comércio com as Índias. Daí porque não houve pressa, por parte da monarquia lusa, em ocupar e realizar benfeitorias nas novas terras descobertas, mas tão somente em obter alguma

vantagem econômica que desse retorno imediato. Mas, devido a constantes investidas de outros povos europeus, a Coroa lusa foi levada a tomar providências visando assegurar a posse do território e fazê-lo cumprir com a sua finalidade.

A primeira expedição exploradora rumo ao Brasil partiu de Portugal em meados de 1501, sendo composta de três navios e sob o comando de Gaspar de Lemos. Foi uma viagem de reconhecimento e mapeamento dos principais pontos geográficos. Serviu também para confirmar a presença do pau-brasil em todo o litoral, madeira já conhecida na Europa e da qual se extraía um corante para tecidos e móveis. Encontrado em abundância nas novas terras, constituiu-se na primeira grande fonte de riquezas para Portugal, inicialmente através de arrendamento ao mercador Fernando de Noronha,<sup>15</sup> contrato que em 1511 foi transferido a Jorge Lopes Bixorda e, a partir de 1513, foi permitida a “livre” exploração, mediante o pagamento do quinto (20%) ao rei. É importante lembrar que no período ao qual estamos nos reportando estava em pleno vigor a política econômica mercantilista. Desta forma,

[...] a primeira preocupação dos Estados Colonizadores será de resguardar a área de seu império face às demais potências; a administração se fará a partir da metrópole, e a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo. Mas a medula do sistema, seu elemento definidor, reside no monopólio do comércio colonial. Em torno da preservação desse privilégio, assumido inteiramente pelo Estado, ou reservado à classe mercantil da metrópole ou parte dela, é que gira toda a política do sistema colonial. E aqui reaparece o caráter de exploração mercantil, que a colonização incorporou da expansão comercial, da qual foi um desdobramento. (NOVAIS, 1995, p. 51)

Somente assim fazia sentido a existência das colônias. O empreendimento precisava ser lucrativo. E o foi. Detentora do monopólio do comércio, a metrópole realizava suas transações com a colônia comprando pelo preço mais baixo e vendendo pelo mais elevado e, assim, obtendo vantajosos lucros e acumulação de capital.

---

<sup>15</sup> Acerca desse arrendamento, concedido a Fernando de Noronha e a outros cristãos novos (judeus convertidos ao catolicismo por ordem de D. Manuel, em 1497) Capistrano de Abreu informa que, em 1506, a terra do Brasil “produzia vinte mil quintais de madeira vermelha, vendida a 2 1/3 e 3 ducados o quintal; cada quintal custava 1/2 ducado posto em Lisboa. Os arrendatários pagavam quatro mil ducados à coroa”. (ABREU, 2000: p. 55).



### 1.5 As primeiras “experiências” e os choques culturais

O ímpeto desbravador que tão bem simboliza os empreendimentos portugueses e espanhóis foi temperado com ingredientes econômicos, religiosos e políticos. As dosagens sofreram mudanças ao longo do tempo e conforme as necessidades e os interesses em disputa. Em determinados tempos e espaços, um daqueles ingredientes poderia se sobressair a ponto de dar a impressão de autonomia face aos demais, todavia, se considerarmos o processo mais amplo que estava em curso, tornar-se-á possível desvelar as suas conexões, suas interfaces, e inclusive suas particularidades.

Como as demais conquistas do império colonial português, a colonização no Brasil teve um aspecto essencialmente religioso. Foi sob o signo da Ordem de Cristo<sup>16</sup> que Cabral, a 22 de abril de 1500, depois de avistar o Monte Pascoal, batizou sua descoberta como Terra de Vera Cruz. A primeira missa foi rezada por Frei Henrique Coimbra, um franciscano, em 26 de abril. À época, o rei exercia poderes muito amplos de ordem espiritual, baseados no padroado, isto é, no direito de conferir benefícios eclesiásticos, inerentes à própria Ordem de Cristo. Com o correr do tempo, as funções da Coroa e do Grão-Mestrado da Ordem, a ela anexado desde 1551 pelo papa Júlio III na bula *Praeclara clarissimi*, praticamente fundiram-se. Resultou daí que a expansão da igreja no Brasil foi feita em união com o estado. O rei, na qualidade de grão-mestre, recebia os dízimos, tributos puramente eclesiásticos, e que eram uma das maiores fontes de renda da colônia. Além disso, propunha à Santa Sé os bispos e arcebispos e a estes os cônegos e párocos. As igrejas matrizes e as catedrais eram construídas e mantidas pelo estado. Da mesma forma, a expansão da igreja acompanhou sempre a conquista militar da colônia.

---

<sup>16</sup> Fundada por D. Dinis, em 1319, essa ordem usou os recursos de que dispunha para reunir os mais competentes geógrafos e navegadores e para equipar uma série de expedições, com o propósito tanto de combater os muçulmanos quanto de descobrir novas rotas marítimas e novas terras. A mais antiga das Ordens foi estabelecida entre o ano de 1113 e 1118, chamada “Ordem dos Cavaleiros de São João de Jerusalém”.

A Carta de Pero Vaz de Caminha<sup>17</sup> – escrivão da frota comandada por Cabral – é o mais antigo e o principal relato do chamado descobrimento do Brasil. Escrita em forma de diário de viagem, além de descrever com detalhes aspectos da fauna, da flora e as características dos habitantes nativos, ao longo dos dias em que as embarcações permaneceram ancoradas no local que denominaram de Porto Seguro, fez chegar ao conhecimento do Rei de Portugal a descoberta de um local exuberante, uma terra na qual poder-se-ia obter bons resultados com o que nela fosse plantado. Estava presente, portanto, a preocupação com o potencial econômico do território. Mas a Carta relata também, com entusiasmo, a predisposição dos índios em aceitar a religião, afirmando que o melhor fruto que Sua Majestade podia colher era a salvação daquelas almas.

[...] a experiência de ver, pela primeira vez, uma região estranha, habitada por uma gente tão diferente dos povos conhecidos pelos europeus, fascina Caminha que descreve a terra e seus habitantes com detalhes de paisagista e retratista. São várias as descrições dessa gente. A novidade que os habitantes da terra representam para os olhos renascentistas do escrivão é tanta que ele não se cansa de descrevê-los. [...] (BETTENCOURT, 2000, p. 39).

Uma outra Carta, escrita em Lisboa a 28 de agosto de 1501, e enviada pelo Rei D. Manuel I, aos reis de Espanha<sup>18</sup>, permite-nos inferir que os esforços expansionistas portugueses ainda se concentravam no Oriente. Portanto, as terras recém-descobertas não eram objeto de prioridade, embora pudessem servir como etapa intermediária na rota para as Índias. A referida Carta é indicadora também do cuidado em manter sob reservas as informações acerca das novas terras.

Sem a confirmação da existência de ouro ou de mercadorias valiosas que servissem aos propósitos comerciais, era necessário que se fizessem viagens de reconhecimento, e que eram também exploratórias. Portugal adotou o sistema de

---

<sup>17</sup> Publicada pela primeira vez em 1817, por Manuel Aires do Casal. Há vários estudos acerca deste documento, entre os quais citamos: CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943. ARROYO, Leonardo. *A carta de Pero Vaz de Caminha: ensaio de informações à procura de constantes válidas de métodos*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos. Brasília: INL, 1976. O escrivão Pero Vaz de Caminha nasceu na cidade do Porto, em data ignorada (possivelmente em 1450), cidade onde gozou de grande reputação política e administrativa. Faleceu na Índia em 16 de dezembro de 1500, por ocasião do assalto dos mouros à feitoria lusa de Calicute.

<sup>18</sup> Cf: DIAS, Carlos Malheiro. *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1921. [vol II, p. 165-167].

feitorias que já utilizava na costa da África, embora inicialmente bem mais modestas que aquelas, praticamente apenas servindo como local para facilitar o carregamento do pau-brasil e guardar os instrumentos e gêneros necessários para essa atividade.

A robustez dos índios, tão bem descrita por Caminha, foi logo utilizada conforme os interesses comerciais, e os habitantes nativos convertidos em mão-de-obra para a extração e o carregamento da madeira, assim como na obtenção de outros produtos que pudessem ser comercializados na Europa. Em troca, “presenteavam” os índios com bugigangas. Passada a curiosidade inicial, cessava a colaboração “espontânea”. Assim, dos contatos inicialmente amistosos, logo foram surgindo confrontos, diante da recusa do índio em submeter-se ao trabalho compulsório. Além do mais, os portugueses e outros povos que freqüentaram as costas brasileiras em busca de riquezas viram-se diante de um sério problema: a inexistência de uma autoridade com poder suficiente para submeter os demais a um acordo firmado com terceiros, independente da vontade da maioria. Dessa forma, apelavam para o uso da força. Os índios resistiam e reagiam, num confronto desigual, dadas as distâncias em que se encontravam em termos tecnológicos. A resistência foi sendo minada, não só pelos massacres, como também pela mudança de atitude de vários agrupamentos indígenas, que preferiam embrenhar-se mata adentro a serem escravizados pelos invasores brancos.

Fernandes (1972, p. 84) destaca três formas básicas de reação do índio à dominação portuguesa: 1) preservação da autonomia tribal por meios violentos; 2) submissão, como aliados ou como escravos; 3) por meios passivos, migrando para áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva.

Os métodos empregados pelos portugueses e outros povos europeus que tomaram parte na exploração colonial, embora variassem na forma, visavam os mesmos fins. Os franceses, por exemplo, a quem os índios chamavam de *Mair*, foram muito hábeis em consegui-los como aliados. Todavia, também praticaram violentos massacres. A transcrição destacada a seguir é ilustrativa a este respeito:

[...] O seguinte trecho, atribuído à intervenção de Momboré-uaçu contra a “aliança” dos Tupinambás com os franceses, situa bem a questão: “Vi a chegada dos peró [portugueses] em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós, franceses, fazeis agora. De início, os peró não faziam senão traficar sem pretenderem *fixar* residência. Nessa época, dormiam livremente com as raparigas, o que os nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários *pai* Mandaram *vir os pai*; e êstes ergueram cruces e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os *pai* podiam viver sem escravos para servirem e por eles trabalharem. E assim, se viram constrangidos os nossos a fornecer-lhos. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região”. (FERNANDES, 1972, p. 86, grifos do autor).

Há autores, todavia, que procuraram minimizar a agressão praticada contra os índios, inclusive justificando-a como uma espécie de legítima defesa. Ao mesmo tempo, enaltecem a ação do colono, como civilizadora. Vejamos esta passagem extraída de uma obra clássica acerca do Brasil Colônia.

Não se envergonhavam os cristãos de roçar mato ou de cavar com a enxada, ao lado dos índios, seus amigos, ou de algum escravo que destes adquiriram. No cativar o gentio da própria capitania foram os donatários mui parcos, e só consideravam legitimamente seus os que haviam sido aprisionados na guerra. E devemos confessar que esta prática, fundada no chamado direito dos vencedores, tinha tendências civilizadoras, e em alguns pontos chegou a produzir o influxo benéfico de poupar muitas vidas, fazendo que os mesmos vencedores guardassem, para resgatar com os nossos, os prisioneiros que segundo seus hábitos deveriam matar.

Quanto a nós, tem-se clamado demasiado injustamente contra as tendências dos primeiros colonos de levarem a ferro e fogo os Bárbaros da terra, agrilhoando-os ou escravizando-os. Não sejamos tão injustos com os nossos antepassados, nem tampouco generosos com os que da mudez dos sepulcros não se podem defender. Para provar a humanal fraqueza, os nossos instintos de vingança, não necessitamos ir contender com os ossos dos antepassados, para os quais só nos cumpre pedir paz e comiseração, quando até alguns (os dos devorados pelos Bárbaros) nem sepultura tiveram [...] (VARNHAGEN, 1981, p. 217).

Esse tipo de análise inverte totalmente a situação, pois os invasores é que são vistos na condição de vítimas, e seus costumes considerados superiores. Todavia, para os índios,

[...] a terra constituía o seu maior bem. O grau de domesticação do meio natural circundante, assegurado pelos artefatos e técnicas culturais de que dispunham, fazia com que a sua sobrevivência dependesse de modo intenso e direto do domínio ocasional e permanente do espaço que ocupassem.

Esse domínio era exercido em termos do poder de uma entidade complexa que chamaremos “tribo”. Pouco se sabe a respeito da composição e do funcionamento dessa unidade inclusiva. A única coisa evidente é que ela abrangia um certo número de unidades menores, as “aldeias” ou grupos locais, distanciados no espaço mas unidos entre si por laços de parentesco e pelos interesses comuns que eles pressupunham, nas relações com a natureza, na preservação da integração tribal e na comunicação com o sagrado. Na vida cotidiana os indivíduos podiam agir, largamente, como membros da ordem existencial criada pelo grupo local. Mas, em assuntos relacionados com o deslocamento da tribo de uma região para outra, a circulação das mulheres entre as parentelas, a realização de uma expedição guerreira, o sacrifício de inimigos etc., as ações eram reguladas pela referida teia de interesses comuns.

[...]

As malocas teriam uma largura constante, variando seu comprimento de acordo com o número de moradores. Nela vivia, segundo as estimativas mais baixas de cinquenta a duzentos indivíduos [...] Nada podia ser segredo para ninguém e todos compartilhavam das experiências quotidianas de cada um.

[...]

De acordo com informações de Gandavo, confirmada com outras fontes, “em cada casa desta vivem todos muito conformes, sem haver nunca entre eles nenhuma diferença: antes são tão amigos uns dos outros, que o que é de um é de todos, e sempre de qualquer coisa que um coma, por pequena que seja, todos os circunstantes hão de participar dela” [...] Como escreve Léry em congruência com outros autores da época, “mostram os selvagens sua caridade natural presenteando-se diariamente uns aos outros com veações, peixes, frutas e outros bens do país; e prezam de tal forma essa virtude que morreriam de vergonha se vissem o vizinho sofrer falta do que possuem”. (FERNANDES, 1972, p. 73-74).

Os relatos dos primeiros cronistas revelam um misto de admiração, espanto e horror, para com os habitantes nativos. Não entendiam como podiam ser eles tão numerosos, robustos e saudáveis, vivendo em um estágio que os colonizadores consideravam tão atrasado. Da mesma forma, estranhavam as práticas solidárias dos índios e o despojamento quanto aos padrões de riqueza europeus.

O diálogo transcrito a seguir, ocorrido em 1557 entre o viajante francês Jean de Lery<sup>19</sup> e um velho tupinambá, revela a oposição entre os valores existentes entre os europeus e os índios:

Em geral, os nossos tupinambá ficam bem admirados ao ver os franceses e os outros dos países longínquos terem tanto trabalho para buscar o seu arabotã, isto é, pau-brasil. Houve uma vez um ancião da tribo que me fez esta pergunta: “Por que vindes vós outros, mairs e perós (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?”. Respondi que tínhamos muito mas não daquela qualidade, e que não queimávamos, com ele supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente: “E porventura precisas de muito?”. Sim, respondi-lhe (procurando sempre fazer-me entender), pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil, com que muitos navios voltam carregados. “Ah!”, retrucou o selvagem, “tu me contas maravilhas”, acrescentando depois de bem compreender o que lhe dissera: “Mas esse homem tão rico de que me falas não morre?”. Sim, disse eu, morre como os outros. Mas os selvagens são grandes conversadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: “E quando morre, para quem fica o que deixa?”. Para seus filhos, se os tem, respondi; na falta destes, para os irmãos ou parentes mais próximos. “Na verdade”, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, “agora vejo que vós outros mairs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofres grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutria suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso não nos preocupamos e descansamos sem maiores cuidados!” (ALVES FILHO, 1999, p. 59).

Os primeiros escritos produzidos no Brasil colonial, ao tratarem das riquezas naturais e dos habitantes nativos, mesmo que sob diferentes enfoques, apresentam maior consenso com relação ao primeiro tema.

[...] A terra aparece sempre descrita como fértil, formosa, copiosa, de climas brandos, de águas fartas. Só o que muda é a opinião dos escritores quanto aos habitantes da região. Se Caminha os descreve sempre em termos altamente positivos, comparando-os, velada ou abertamente, aos habitantes do Jardim do Éden, outros autores, vivenciando um outro momento histórico, nos brindarão com descrições negativas ressaltando a crueldade e selvageria dos naturais da terra. (BETTENCOURT, 2000, p. 41)

<sup>19</sup> O pastor calvinista Jean de Léry (1534-1611) esteve no Brasil participando da aventura de Nicolau Durand de Villegaignon (1510-1570), na Baía de Guanabara. Suas anotações de viagens foram publicadas originalmente em 1578, tendo como título *Histoire d'un Voyage fait en la terre du Bresil autrement dite Amerique*.

A narrativa ufanista de Caminha, além do forte apelo atraindo colonos às novas terras, também contribuiu para o desenvolvimento de um imaginário romântico com relação aos habitantes nativos. Por outro lado, em outras correspondências como, por exemplo, as cartas escritas pelos padres jesuítas Nóbrega e Anchieta, a visão idílica é substituída por uma descrição negativa dos costumes e das crenças dos índios, inaceitáveis para o espírito religioso que penetrava em todos os recantos da sociedade daquela época.

[...] Caminha, ao escrever para seu rei está, mais do que narrando um descobrimento de terras, confirmando a existência dos “antípodas”. A existência, milagrosa quase, de vida em regiões tidas como inabitáveis fascina esse nosso primeiro narrador que vai compartilhar, como a mais preciosa das dádivas, sua visão com o rei de Portugal. A imagem de um povo amigável, ingênuo, inocente como os habitantes do paraíso terrestre se desfaz nas próximas cartas, onde tomamos conhecimento da antropofagia, das lutas, do modo de vida agitado e estranho de um povo cujos padrões se afastavam tanto dos conhecidos pelos portugueses. [...] (BETTENCOURT, 2000, p. 44)

O respeito ao modo de vida dos índios e aos mecanismos de defesa que utilizaram, reagindo aos trabalhos forçados, envolve uma compreensão teórica que supere a crença em quaisquer formas de superioridade cultural, em favor da aceitação e do reconhecimento das diferenças. Todavia, em alguns livros de História do Brasil, é comum encontrarmos expressões preconceituosas, e também estereótipos como a célebre constatação de que os índios eram desprovidos de Fé, de Lei e de Rei, porque na língua deles não havia as letras F, L e R.<sup>20</sup>

Tal “explicação” esconde a preocupação com o tipo de organização social, política e religiosa dos índios, considerados como sinônimos de anarquia moral, para a qual se fazia necessário impor a autoridade e os valores da civilização européia.

Nesse entendimento reside a idéia de que o colonizador foi, antes de tudo, um civilizador, e que os métodos empregados justificavam os fins. VARNHAGEN (1981, p. 219) afirma que:

---

<sup>20</sup> Análise desenvolvida por um dos nossos primeiros cronistas, o português Pero de Magalhães Gandavo. Autor de *Tratado da terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, ambas escritas e publicadas na segunda metade do século XVI.

Foi a experiência e não o arbítrio e a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os Bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, e adotarem hábitos civilizados; começando pelos de alguma resignação e caridade, fazendo-se moralmente melhores; aproveitando-se de mais bens, incluindo os da tranqüilidade de espírito e da segurança individual, à sombra de leis protetoras.

Para tentar coibir o comércio ilegal do pau-brasil, praticado principalmente por franceses, a Coroa portuguesa enviou uma frota com instruções de afundar navios estrangeiros não autorizados que estivessem navegando em seus domínios. A expedição, comandada por Cristóvão Jacques (1516-1519), também se encarregou de instalar uma feitoria em Pernambuco, na qual introduziu o plantio de cana-de-açúcar. Todavia, nem esta e nem outras expedições similares tiveram êxito pleno na luta contra os estrangeiros.

Os espanhóis, pela assinatura do Tratado de Tordesilhas, haviam aceitado as bases jurídicas das pretensões lusitanas e apenas contestavam os limites; contudo, os franceses alegavam o direito de comerciar livremente nos locais onde não houvesse uma ocupação efetiva do território pelos portugueses. Tal situação provocou a tomada de decisão por parte do Rei D. João III<sup>21</sup> pela implantação de uma colônia permanente, sendo este o principal objetivo da expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533).

Incumbido de explorar o litoral, descobrindo terras e rios, dar combate aos franceses e fixar núcleos de povoamento através da distribuição de sesmarias, sementes, animais domésticos e ferramentas, Martim Afonso de Sousa iniciou a efetiva colonização portuguesa no Brasil através de uma nova orientação política. Partiu da metrópole com uma esquadra composta por cinco navios e cerca de 500 homens. Atacou os corsários franceses em Pernambuco e ordenou que Diogo Leite liderasse uma expedição composta de duas caravelas para explorar o rio Maranhão, enquanto prosseguiu rumo ao sul, desembarcando inicialmente na baía de Todos os Santos. Após empreender viagem por um mês, fixou-se em São Vicente, onde fundou a primeira vila

---

<sup>21</sup> D. João III (1502-1557) foi aclamado rei aos 19 anos, em 1521. Preocupou-se mais com o fortalecimento das atividades comerciais na Índia e principalmente com a efetiva colonização do Brasil, ao contrário de seu antecessor, D. Manuel I (1469-1521) cujo reinado, iniciado em 1495, foi marcado pelo ímpeto expansionista.



destinada à colonização sistemática, incluindo a instalação de instituições de governo e a doação de sesmarias.

Conforme o *Dicionário do Brasil Colonial*, a palavra sesmaria é de origem discutível, porém o termo esteve ligado a uma espécie de “colégio feudal” composto por seis membros, encarregado de repartir o solo entre os moradores. Em Portugal, a lei de sesmarias data de 1375, sendo reproduzida nas Ordenações Afonsinas (1446), nas Manuelinas (1521) e nas Filipinas (1603).

Segundo as Ordenações Filipinas, “sesmarias são propriamente as dadas de terras, *casais* [casas de campo ou granjearias] ou *pardieiros* [casas velhas, ameaçando ruínas, ou já arruinadas ou desabitadas] que foram ou são de alguns senhorios e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora não o são”. No entanto, fixou-se a possibilidade de se distribuírem no sistema de sesmarias as terras em “matos maninhos, ou matas e bravios, que nunca foram lavrados ou aproveitados [...]”, todas com a ressalta: caso não fossem lavradas no prazo estipulado, o beneficiário perderia a concessão. Neste caso inseriram-se as terras do Brasil (VAINFAS, 2000, p. 529-530).

Em vez de apenas tentar impedir que os franceses e outros mercadores aportassem na costa brasileira, os portugueses passaram a ocupar efetivamente o solo e exercer uma fiscalização capaz de impedir que as riquezas fossem parar em mãos estranhas. Todavia, como a Coroa não dispunha de recursos suficientes para tal, utilizou-se da estratégia de dividir o território entre particulares, os quais passavam a ser responsáveis pelos custos e beneficiários dos resultados, sendo que alguns impostos eram destinados ao Rei: 10% sobre o pescado, 10% de todas as rendas reais e 1/20 dos lucros obtidos com a venda do pau-brasil. Tratava-se do sistema de capitânicas hereditárias, já utilizado em outras possessões portuguesas.

O litoral foi dividido em 15 lotes de terras, formando 14 capitânicas, distribuídas entre 12 donatários, entre os anos de 1534 a 1536. As concessões foram feitas a um grupo de doze homens que tinham fortes ligações na corte, embora nenhum deles pertencesse à alta nobreza. Alguns haviam adquirido fortuna nas viagens e na prática de comércio no Oriente, incluindo saques e venda de escravos. Outros adquiriram prestígio como militares ou burocratas. O donatário, assim designado por

ter recebido uma doação real, adquiria direitos sobre as terras e seus habitantes, passando a ser um representante do próprio Rei, podendo fundar povoações, nomear funcionários, cobrar impostos e administrar a justiça. Junto com a *carta de doação*, recebia o *foral*, texto que estipulava os direitos e deveres dos colonos, para com o capitão-donatário e para com a Coroa.

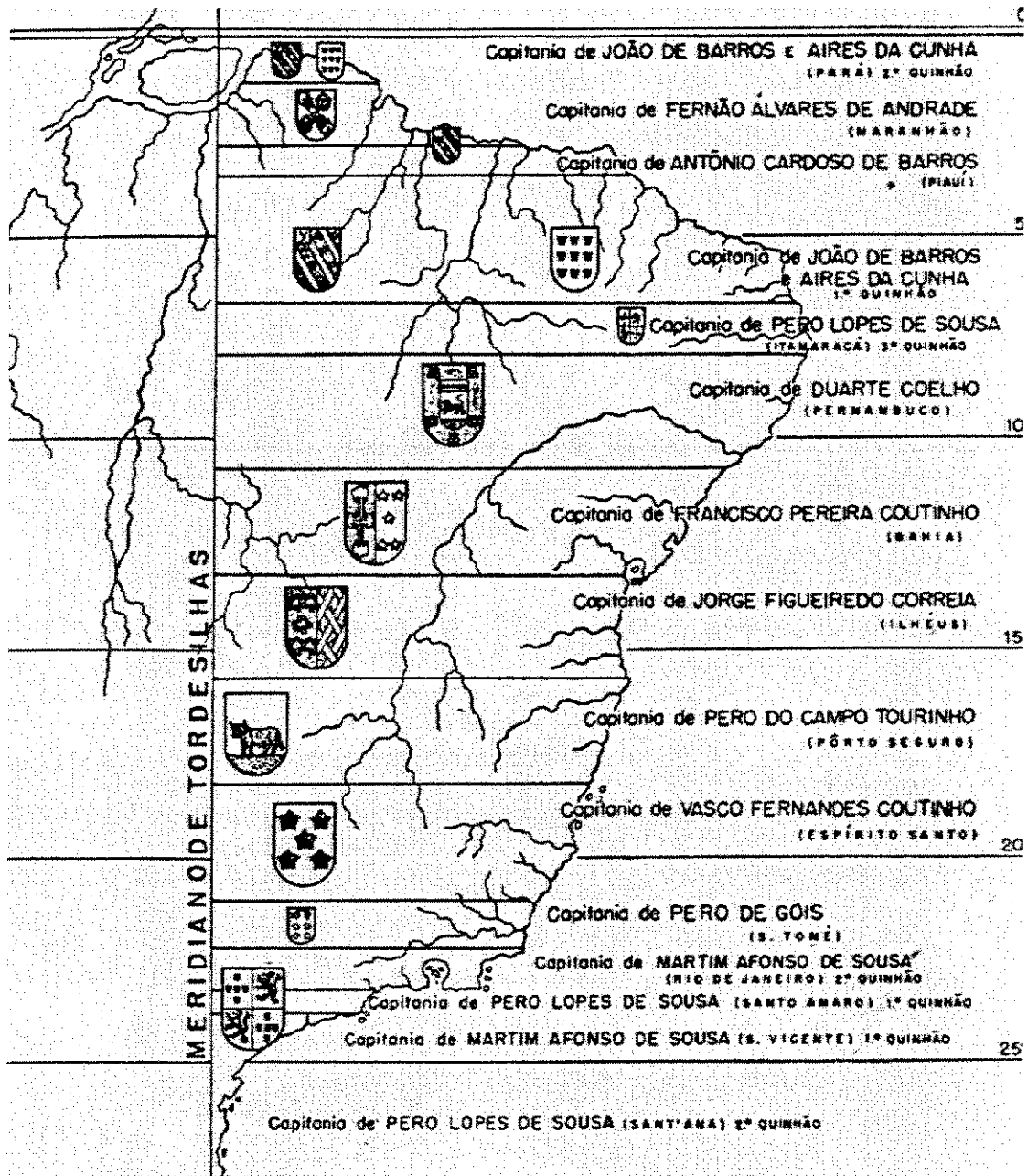
Muitos dos donatários tiveram dificuldades em conduzir a empreitada. Portugal, na época, contava com uma população reduzida (por volta do ano 1530 não passava de um milhão e meio de habitantes), e poucos se dispunham a arriscar-se na aventura do ultramar.

[...] os colonos tiveram muitas vezes de ser escolhidos entre os *degredados*, ou condenados ao exílio, que podiam ser desde prisioneiros políticos a criminosos comuns. Com pouquíssimas exceções, eram no conjunto indesejáveis, e muitos dos capitães queixavam-se deles, às vezes em termos amargos. Duarte Coelho os chamou de “esse veneno” e tentou, com considerável sucesso, atrair camponeses robustos de sua própria região do Minho. [...].(JOHNSON, 1998, p. 257).

O sistema de capitanias hereditárias não gerou os resultados esperados. Muitos donatários nunca se estabeleceram no Brasil e alguns desistiram diante das dificuldades, principalmente em atrair colonos e obter o capital necessário para a empreitada.

Os donatários que dispunham de suporte financeiro, fossem próprios ou obtidos através de empréstimos, podiam contratar trabalhadores e, principalmente, comprar escravos da África. Assim como travar guerras contra os índios, escravizando-os, de tal sorte a obter ganhos com essas e outras atividades. Os que não dispunham de semelhantes condições, dificilmente poderiam obter êxito nas terras que haviam recebido. Assim, não é de se estranhar que, excetuando-se Pernambuco, Porto Seguro, Ilhéus e São Vicente, todas as demais capitanias fracassaram em seus intentos, fator que levou a Coroa a rever aquela política.

A figura apresentada a seguir fornece-nos uma visão da localização dos lotes distribuídos, com o nome dos respectivos donatários.



Fonte: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. [Tomo I. A época Colonial. p 101].

Aproveitando-se do fato da capitania da Bahia ter ficado devoluta, após o seu donatário ter sido morto e servido em ritual antropofágico pelos tupinambás em 1548,

D. João III transformou-a em *capitania da coroa*<sup>22</sup>, aplicando recursos régios e estabelecendo uma organização mais vigorosa e administração centralizada. Foi assim criado o *Governo Geral do Estado do Brasil*, cabendo a Tomé de Souza a incumbência de comandá-lo, amparado em um Regimento que lhe dava poderes para tal.

Datado de 17 de dezembro de 1548, o Regimento, contendo as diretrizes básicas e as instruções minuciosas da nova política de colonização, foi entregue a Tomé de Sousa em fevereiro de 1549, quando de sua partida para o Brasil. A nova política colonizadora consistia, além da defesa do litoral contra as invasões estrangeiras, no policiamento interno da colônia, devendo o Governador Geral administrar as relações entre colonos e tribos pacificadas e autorizar a guerra contra os rebeldes, fundar núcleos seguros de colonizadores e investir na conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução (MATTOS, 1958, p.30).

Se com Martim Afonso de Sousa, iniciou-se a colonização do Brasil, com Tomé de Souza ela se concretizou e se fortaleceu, pela presença do Estado. Na cidade de Salvador e posteriormente em outros pontos do Estado do Brasil, foram criadas as Câmaras Municipais, um dos órgãos administrativos mais importantes do Brasil colônia, pelo poder que efetivamente possuía e se estendia a quase todos os setores da vida social. Portanto, paralelo ao sistema de capitânicas hereditárias, disperso, fundava-se um outro, centralizado. Além do Governador Geral, alguns de seus auxiliares imediatos tinham funções que extrapolavam a capitania real, com jurisdição sobre toda a costa e povoados do Brasil. Eram eles: Provedor-mor, responsável pela Fazenda; Ouvidor-mor, responsável pela Justiça e o Capitão-mor da costa, responsável pela Defesa. O Regimento de 1548 vigorou até 1678, quando foi substituído por um outro, trazido pelo Governador-Geral, Roque da Costa Barreto.

---

<sup>22</sup> Dava-se início o processo de reincorporação das terras. No começo do século XVII, estavam na condição de capitânicas reais as antigas capitânicas hereditárias da Bahia, Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão e Pará. Posteriormente, em 1654, a capitania de Pernambuco também foi incorporada pela Coroa. Em 1759, a administração pombalina (1750-1777) extinguiu definitivamente o sistema de capitânicas hereditárias.

A presença mais efetiva do Estado português no Brasil deu-se após a fase inicial das maiores dificuldades enfrentadas pelos particulares, e quando a colônia já representava uma real fonte de lucros. Conforme Johnson (1998, p. 261)

A decisão da coroa de enviar um governador geral do Brasil não pretendia abolir as concessões dos donatários. A maioria delas se mantiveram por todo o século seguinte e algumas até entrando o século XVIII. Ao contrário, o rei tencionava de certo modo restabelecer uma parte da autoridade a que tão generosamente renunciara numa época em que os recursos da coroa estavam debilitados. O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda vinculou a instituição do governo geral à descoberta espanhola de prata em Potosí (1545); outros, como Frédéric Mauro, viram nessa atitude uma decisão de substituir o comércio depauperado das especiarias do Estado da Índia pelo do açúcar brasileiro. Por outro lado, não se deve esquecer de que a eventual retomada do controle real era uma prática normal das monarquias do *ancién regime* e a concessão de direitos reais, muitas vezes um procedimento temporário. Isso ocorrera com o comércio de pau-brasil, outorgado entre 1502 e 1505 e retomado pela coroa em 1506; isso se repetia agora com as colônias que haviam sido criadas entre 1535 e 1548. Depois que a iniciativa privada preparava o terreno, a burocracia real intervinha para apropriar-se de uma empresa em funcionamento. Uma olhadela rápida em casos espanhóis semelhantes é reveladora: somente quatorze anos após a conquista de Cortés no México é que chegou o primeiro vice-rei; no Peru, o intervalo entre a conquista privada e a criação de uma administração real não foi superior a doze anos. Se as capitânicas hereditárias são consideradas a fase da “conquista privada” no Brasil, então a chegada de um governador geral quatorze anos depois conforma-se exatamente ao padrão ibérico generalizado.

Quando da instalação do Governo Geral, o Estado português já contava com uma considerável experiência acumulada, tanto dos fracassos quanto dos êxitos, incluindo-se os confrontos com os habitantes nativos. Assim, o Regimento de 1548, recomendava punição exemplar aos agrupamentos considerados hostis, ao mesmo tempo em que previa um convívio pacífico com os colaboradores.

Eu sou informado que os gentios que habitavam ao longo da costa da capitania de Jorge de Figueiredo da Vila de São Jorge até a dita Bahia de todos os Santos são da linhagem dos tupinambás e se alevantaram já por vezes contra os cristãos e lhes fizeram muitos danos e que ora estão ainda alevantados e fazem guerra e que será muito serviço de Deus e meu serem lançados fora dessa terra para se poder povoar assim dos cristãos como dos gentios da linhagem dos tupiniquins que dizem que é gente pacífica que se oferecem aos ajudar a lançar fora e a povoar e defender a terra, pelo que vos mando que escrevais à pessoa que estiver por capitão na dita capitania de Jorge de Figueiredo e a Afonso Alvarez provedor de minha fazenda em ela e a algumas outras pessoas que vos bem parecer que venham à dita Bahia. E

tanto que nela forem praticareis com ele e com quaisquer outras pessoas que nisso bem entendam a maneira que se terá para os ditos gentios serem lançados da dita terra. E o que sobre isso assentardes poreis em obra tanto que vos o tempo der lugar para o poderdes fazer.

[...]

Com os gentios das terras Peraçuí e de Totuapara e com quaisquer outras nações de gentios que houver na dita capitania da Bahia assentareis par e trabalhareis porque se conserve e sustente para que nas terras que habitam possam seguramente estar cristãos e aproveitá-las e quando suceder algum levantamento acudireis a isso e trabalhareis por pacificar tudo o melhor que puderdes castigando os culpados. (ALVES FILHO, 1999, p. 52).

Há, portanto, uma clara estratégia destinada a alimentar as rivalidades inter-tribais, em proveito do colonizador. Desta forma, mais facilmente podiam exercer a dominação e ampliar o contingente de mão-de-obra escrava, resgatando os prisioneiros antes que fossem realizados os rituais de canibalismo. Esse tipo de ação era considerado um gesto nobre e sinônimo de piedade, portanto, merecia a aprovação da Igreja. O texto destacado a seguir, escrito pelo Frei Vicente do Salvador, tem o propósito de mostrar esta questão, inclusive com a descrição das crueldades do gentio e que tanto escandalizavam os missionários:

OS QUE PODEM CATIVAR NA GUERRA LEVAM PARA vender aos brancos, os quais lhe compram por um machado ou foice cada um, tendo-os por verdadeiros cativos, não tanto para serem tomados em guerra, pois não consta da justiça dela, quanto por a vida que lhes dão, que é maior bem que a liberdade. Porque, se os brancos os não compram, os primeiros senhores os têm em prisões atados pelo pescoço e pela cinta com cordas de algodão grossas e fortes, e dão a cada um por mulher a mais formosa moça que há na casa, a qual tem cuidado de o regalar e lhe dar de comer até que engorde e esteja pera o poderem comer.

E então ordenam grandes festas e ajuntamentos de parentes e amigos, chamados de trinta, quarenta léguas, com os quais na véspera e dia do sacrifício cantam e bailam, comem e bebem alegremente, e também o padecente come e bebe com eles. Depois o untam com mel de abelhas, e sobre o mel empenam com muitas penas de várias cores, e a lugares o pintam de janipapo e lhe tingem os pés de vermelho e, metendo-lhe uma espada na mão, pera que se defenda como puder, o levam assim atado a um terreiro fora da aldeia, e o metem entre dois mourões, que estão metidos no chão, afastados um do outro alguns vinte palmos, os quais estão furados, e por cada furo metem as pontas das cordas, onde o preso fica como touro e as velhas lhe cantam que se farte de ver o sol, pois cedo o deixará de ver e o cativo responde com muita coragem que bem vingado há de ser.

Então vão buscar o que há de matar à sua casa todos os seus parentes e amigos, onde o acham já pintado de tinta de jenipapo com carapuça de penas na cabeça, manilhas de ossos nos braços e nas pernas, grandes ramais de

contas ao pescoço, com um rabo de penas nas ancas e uma espada de pau pesada de ambas as mãos mui pintada, com cascas de mariscos pegadas com cera, e no cabo e empenhadura da espada grandes penachos. E assim o trazem com grandes cantares e tangeres de seus búzios, gaitas e tambores, chamando-lhe bem-aventurado, pois chegou a tamanha honra. E com este estrondo entra no terreiro, onde o paciente o espera, e he diz que se defenda, porque vem pera o matar, e logo remete a ele a espada de ambas as mãos, e o padecente com a sua se defende, e ainda às vezes ofende, mas, como os que o têm pelas cordas não deixam desviar do golpe, o matador lhe quebra a cabeça e toma nome [...]

Em morrendo este preso, logo as velhas o despedaçam e lhe tiram as tripas e forçura, que mal lavadas cozem para comer, e reparte-se a carne por todas as casas e pelos hóspedes que vieram a esta matança, e dela comem logo assada e cozida e guardam alguma, muito assada e mirrada, a que chamam moquém, metida em novelos de fio de algodão e posta nos caniços ao fumo, pera depois renovarem o seu ódio e fazerem outras festas, e do caldo fazem grandes alguidares de migas e papas de farinha de carimã, pera suprir na falta de carne, e poder chegar a todos.

O que o matou nenhuma coisa come dele, antes se vai logo deitar na rede e se faz todo sarrafaçar e sangrar, tendo por certo que morrerá se não derramar de si aquele sangue. Nem faz o cabelo dali a sete ou oito meses, os quais passados faz muitos vinhos e apelida os amigos para beber e cantar e com essa festa se tosqueia, dizendo que tira o dó daquele morto. E é tão cruel este gentio com os seus cativos que não só os matam a eles, mas, se acontece a algum haver filho da moça que lhe deram por mulher, a obrigam que o entregue a um parente mais chegado, pera que o mate quase com as mesmas cerimônias, e a mãe é a primeira que lhe come da carne; posto que algumas, pelo amor que lhes têm, os escondem, e às vezes soltam também os presos e se vão com eles pera suas terras ou pera outras. (SALVADOR, 1982, p. 86-87)

A escravidão era uma instituição conhecida dos índios, mas vinculada ao canibalismo ritual. Todavia, naquele novo contexto, o prisioneiro era convertido em mão-de-obra para servir aos propósitos econômicos, realizando trabalho com horários rígidos e exigências de produzir além do necessário ao sustento, situação que era desconhecida na cultura indígena.

As origens da escravidão indígena no Brasil remontam aos meados do século XVI, quando os colonizadores portugueses começaram a intensificar suas atividades econômicas ao longo do litoral. Neste período inicial, o cativo dos índios visava solucionar, de uma só vez, dois imperativos da colonização: a questão militar e o suprimento de mão-de-obra para a incipiente economia açucareira. Os grupos que se mostravam resistentes às pretensões dos europeus eram sujeitos a guerras movidas pelos portugueses e seus aliados indígenas e os prisioneiros eram distribuídos ou vendidos como escravos. (MONTEIRO, 2000, p. 105).

Através do Regimento de 1548, o Rei de Portugal deixou patentes as preocupações para com a conversão dos índios e a manutenção dos colonos na fé cristã e na obediência à Igreja Católica. Vejamos alguns trechos das instruções dadas a Tomé de Souza:

Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais a melhor maneira que para isso pode ter e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos e para eles mais folgarem de o ser tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçam sempre e não consintam que lhes seja feito opressão nem agravo algum e fazendo-se lhe lho façam corrigir e emendar de maneira que fiquem satisfeitos e as pessoas que lhos fizerem sejam castigadas como for justiça. (ALVES FILHO, 1999, p. 53)

[...]

Porque parece que será grande inconveniente os gentios que se tornaram cristãos morarem na povoação dos outros e andarem misturados com eles e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-nos de sua conversação vos encomendo e mando que trabalhes muito por dar ordem como os que forem cristãos morem juntos das povoações das ditas capitãias para que conversem com os cristãos e não com os gentios e possam ser doutrinados e ensinados nas coisas da nossa Santa Fé e aos meninos porque neles imprimirão melhor a doutrina trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios e aos capitães das outras capitãias direis de minha parte que lhes agradecerei muito ter cada um cuidado de assim o fazer em sua capitãia e os meninos estarão na povoação dos portugueses e em seu ensino folgaria de se Ter a maneira que vos disse". (Idem, p. 56)

Para fazer cumprir essas determinações, D. João III enviou, juntamente com Tomé de Souza, o primeiro grupo de padres da Companhia de Jesus. Essa Ordem religiosa foi criada em 1540, no bojo da Contra-Reforma, e teve como propósito primeiro a defesa do catolicismo contra quaisquer investidas reformistas. A estratégia jesuítica previa a forte atuação educacional de seus membros, o que foi amplamente estimulado em Portugal e em suas colônias.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Desde a eclosão da Reforma Protestante, a Igreja Católica viu-se diante da necessidade de reagir, o que se concretizou através do movimento denominado Contra-reforma, o qual, na Europa, revestiu-se de dois aspectos principais: procurou por um lado reconquistar pelas armas os territórios protestantes; e por outro, converter as massas protestantes ou pagãos, por toda uma série de meios. Para isso, multiplicou as dioceses, construiu ou reconstruiu igrejas, sobretudo criou seminários, universidades e colégios, utilizando o fanático devotamento das Ordens religiosas.



Em 1542, já se instalara o primeiro “Colégio de Jesus” em Coimbra e outro em Sanfins no Minho. Logo, o Colégio de Coimbra tornou-se importante centro de formação dos missionários e educadores para a propagação da fé nos extensos domínios portugueses. As primeiras tentativas educacionais do Brasil quinhentista vieram daí, de onde saíram Nóbrega, Leonardo Nunes, Luiz da Grã, Anchieta e vários outros jesuítas representativos em nossa história.

A missão do Brasil pertenceu à Província de Portugal até 1553, ano em que se tornou *sui iuris*, constituindo-se Província da Companhia, a qual não foi só a primeira na América, mas conta-se também entre as primeiras de todo o mundo [...] (LEITE, 1993, p. 2).

Em 1549, quando da inauguração, na Bahia, da primeira escola brasileira, por Nóbrega e seus cinco missionários, Portugal era um país sem tradições educativas, com um esboço de sistema escolar. O analfabetismo ia das massas até a alta nobreza, excetuando-se apenas os poucos confinados à vida sacerdotal e à alta administração pública. Os dois focos principais de cultura letrada do Reino localizavam-se em Lisboa e Coimbra. Nesta, desde 1073, funcionava o Seminário do Mosteiro de Santa Cruz, onde se ministrava o ensino de Humanidades, Filosofia, Teologia, Direito Canônico e Medicina.

Aos descobrimentos ultramarinos realizados por Portugueses e Espanhóis, seguiu-se o desafio para a Igreja Católica em promover uma correspondente expansão missionária. As notícias de muitos povos pagãos recém-descobertos despertaram o interesse apostólico nas diversas Ordens religiosas, que se propuseram a essa tarefa de catequização e conversão dos gentios. No Brasil, coube à Ordem dos franciscanos a precedência sobre todas as outras. Mas por diversas razões, não lograram os êxitos necessários aos propósitos da Igreja e da Coroa.

Junto com o primeiro governador-geral vieram para o Brasil os primeiros jesuítas: os padres Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, Antônio Pires, Aspícuela Navarro, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Apesar de não ter sido a primeira Ordem

a se instalar, foi a mais importante e a que maior influência teve na vida colonial brasileira.

Com os jesuítas desenvolveram-se mais intensamente a catequese e a educação. E foi também, a partir da presença dos jesuítas, que afloraram as contradições entre os propósitos missionários e os interesses dos colonos, com os índios no centro das disputas. De um lado, o aproveitamento econômico da terra, de outro, a expansão da fé. Mesmo que ambos fizessem parte da mesma empreitada, em determinadas circunstâncias, eram inevitáveis os confrontos. Por exemplo, com a ampliação do processo de exploração comercial, tanto pelo extrativismo quanto pela instalação de engenhos, se colocou fortemente a necessidade da organização social da produção. Isso implicava, naturalmente, desdobramentos quanto ao regime de trabalho e da própria organização política. O índio era disputado como mão-de-obra escrava pelos colonos, e caçados como almas a serem salvas pelos jesuítas. Nesse ponto, chocavam-se os projetos dos colonizadores. À escravização pura e simples do índio, defendida pelos colonos, contrapunham-se os jesuítas, enquanto o Estado metropolitano oscilava entre uns e outros.

Divergências à parte, o que os unia era a convicção de que os índios não eram os donos da terra, e nem mereciam ser, por não serem capazes de conduzir seu próprio destino. Em 1549, em uma das Cartas que escreveu ao seu colega jesuíta Azpilcueta Navarro, Nóbrega estranha o fato de “[...] *haver [Deus] entregue terra tão boa, tamanho tempo, a gente tão inculta que tão pouco o conhece, porque nenhum Deus têm certo, e qualquer que lhes digam ser Deus o acreditam [...]*”. (NÓBREGA, 1988, p. 90).

O período inicial de atuação dos jesuítas, de avaliação e experimentação, foi denominado como o “período heróico”<sup>24</sup>, fase que se estende da chegada dos primeiros jesuítas (1549) até a morte de Nóbrega (1570). Nesse período, assinala Dias (1993, p.

---

<sup>24</sup> Cf. MATTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da educação no Brasil – o período heróico (1549 a 1570)*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1958.

18) “[...] há que se ressaltar o fervor apostólico, abnegação e heroísmo do punhado de primeiros educadores chefiados por Nóbrega que escreveram o primeiro capítulo da história da educação brasileira [...]”.

Os jesuítas dedicaram-se ao aprendizado da língua e a entender os costumes dos índios, para que pudessem realizar com êxito a catequese. O desenvolvimento de procedimentos capazes de atingir a sensibilidade dos índios, tais como o teatro, a música, a dança, ou autos religiosos e as procissões, assentava-se na convicção de que assim conseguiam conquistar a confiança e, conseqüentemente, doutriná-los na fé cristã.

Em 1553, foi criada a Província da Companhia de Jesus no Brasil e Nóbrega nomeado primeiro provincial. Logo percebeu que a tarefa missionária não podia lograr maiores êxitos se continuasse a ser desenvolvida através da pregação itinerante. Havia poucos padres para percorrer as aldeias indígenas, correndo grandes riscos e enfrentando inúmeras dificuldades. O aldeamento foi a forma encontrada para que a ação missionária passasse a ser mais eficaz.

[...] a primeira grande modificação na estratégia missionária residia no deslocamento de índios de seu território para aldeias jesuíticas no litoral. Baeta Neves viu nisto uma profunda “alteração das formas de deslocamento dos interlocutores”, pois, ao invés dos padres, seriam então os índios a se deslocarem no espaço, submetendo-se ao território colonial e cristão. No mais, eles ficariam obrigados a obedecer ao calendário cristão, a sedentarizar-se por meio do trabalho agrícola, a adotar os “costumes cristãos”, a terem sua vida diária pontuada, em resumo, pelas badaladas dos sinos. É certo que, entre o plano das aldeias e a prática da catequese, muitas adaptações foram feitas, mas o sentido do *aldeamento* era, por princípio, radicalmente *acumulador*. (VAINFAS, 2000, p. 21, grifos do autor)

Nos aldeamentos jesuíticos os índios eram educados para viver como cristãos. Essa educação significava imposição de outra cultura. Para isso, os jesuítas valiam-se do aprendizado da língua e das demais práticas facilitadoras da aproximação. Todavia, violentavam aspectos fundamentais da vida e da mentalidade dos nativos. Do ponto de vista dos jesuítas, conseguir bons resultados na catequese simbolizava o sucesso dos aldeamentos. Assim, além de terem conseguido meios facilitadores de converter os

índios, ainda julgavam estar protegendo-os da escravidão; ao mesmo tempo, também ampliavam as possibilidades de fornecimento de mão-de-obra para os colonos, além de uma força militar auxiliar para ser usada contra tribos hostis, intrusos estrangeiros e escravos fugitivos.

Havia uma distinção nominal entre as aldeias, em decorrência da legislação e das finalidades a que se destinavam, conforme explica Leite (1943, Tomo IV, p. 97):

As dos serviços dos Colégios eram para utilidade exclusiva dêles (complemento da dotação régia aos mesmos Colégios para sustento dos Missionários); as do serviço real para as actividades de carácter público (salinas e pesqueiros); as da repartição, para serviço dos moradores. [...] Com o tempo prevaleceram as seguintes denominações: Aldeias do Colégio, Aldeias de El-Rei ou da Repartição e Aldeias simplesmente, ou Missões, longe das cidades e vilas, sem nenhum dêesses encargos, núcleos apenas de catequese, pela fixação dos Índios nessas remotas paragens, guardas avançadas da civilização.

A atividade missionária dos jesuítas foi alvo de críticas e sofreu resistências por parte de colonos, e até outras religiosas. D. Pero Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil<sup>25</sup>, por exemplo, não compartilhava da crença na possibilidade da conversão dos índios e muito menos aceitava os métodos utilizados pelos jesuítas.

Diante da falta de apoio para o prosseguimento da catequese na Bahia, Nóbrega instalou-se na capitania de São Vicente, onde expandiu as aldeias, uma das quais – fundada em 1554 – foi o núcleo original da futura cidade de São Paulo.

Para a expansão das atividades jesuíticas, foi significativa a ação de José de Anchieta, que chegou ao Brasil em 1553, na companhia de Duarte da Costa, o segundo Governador Geral. Anchieta, além da gramática tupi, compôs inúmeros autos religiosos, utilizados nas aldeias e dedicados especialmente para as crianças, consideradas por ele como estratégicas para a catequese. Também foi um dos maiores

---

<sup>25</sup> A diocese foi criada pelo papa Júlio III, através da bula “*Super specula militantis Ecclesiae*”, e instalada na Bahia durante o governo de Tomé de Souza, em 1551. Pero Fernandes Sardinha foi indicado para o cargo episcopal por D. João III, como previa o padroado. Em 1556, Pero Fernandes Sardinha foi enviado de volta a Portugal, após desentender-se com o então Governador Geral, Duarte da Costa (1553-1557). Porém, a nau em que viajava o bispo naufragou e não obstante ter sobrevivido ao acidente, terminou por ser aprisionado, morto e devorado pelos índios caetés, juntamente com outras cerca de 90 pessoas que o acompanhavam, escapando somente um português que conhecia a língua nativa e dois escravos índios.

responsáveis pela transposição, para a língua tupi, das figuras sagradas do cristianismo.<sup>26</sup>

Com a vinda do terceiro Governador Geral, Mem de Sá, em 1557, e do novo bispo, Dom Pero Leitão, que assumiu o cargo em 1559, inaugurou-se uma nova fase de conquistas, consolidando-se ainda mais o processo de colonização do Brasil. Atuando efetivamente como pólo central de poder, Mem de Sá liderou a expulsão dos franceses que haviam se estabelecido no Rio de Janeiro e o combate ostensivo a tribos indígenas consideradas inimigas dos portugueses, inclusive promovendo o massacre aos caetés, em 1562, como retaliação pela morte do bispo Pero Sardinha. Essa espécie de vingança tardia foi declarada pelo governador geral como “Guerra Justa” e serviu de pretexto para que os colonos atacassem e escravizassem outros agrupamentos indígenas, a despeito da lei criada pelo Rei D. Sebastião, em 1570, contra o cativo indígena.

Por trás dessa “Guerra Justa” estava a necessidade de recompor e ampliar o contingente de mão-de-obra escrava, em virtude das inúmeras mortes provocadas por epidemias que assolavam a população do litoral.

[...] Sedentos de mão-de-obra cativa, os colonos da Bahia organizaram seus aliados em poderosas colunas de guerra e investiram contra os Caeté, além de outros grupos que se encontravam no caminho. De acordo com o jesuíta Anchieta, em poucos meses foram capturados mais de 50.000 cativos de guerra, entre homens, mulheres e crianças, sendo que apenas 10.000 destes chegaram a compor a força de trabalho nos engenhos do Recôncavo, os demais sucumbindo-se à varíola ou aos maus tratos dos conquistadores. (MONTEIRO, 2000, p. 107)

Mem de Sá foi um colaborador entusiasta dos jesuítas e, em contrapartida, recebeu deles o total apoio nas incursões contra os índios que resistiam ser aldeados. Os que aceitavam a aculturação recebiam proteção nas aldeias, os demais, considerados rebeldes, quando capturados, eram escravizados. Ao fim do longo governo de Mem de Sá (14 anos), em 1572, quando faleceu em Salvador, o Brasil ingressava em seu primeiro grande ciclo econômico, o do açúcar. Diminuídas as preocupações com os

---

<sup>26</sup> Em 1557, foi escolhido provincial da Companhia de Jesus, cargo que ocupou até 1586. Deixou vastíssima obra, de grande importância para a compreensão do Brasil colonial. Faleceu em 1587, na cidade que hoje leva o seu nome, no atual estado do Espírito Santo.

invasores externos e aumentado o domínio sobre os índios, os colonos concentravam suas energias na geração de riquezas, o que satisfazia os interesses da metrópole e as exigências tributárias do Estado português. O Rei D. Sebastião determinou a divisão administrativa em dois governos: um no norte, sediado na Bahia, sob o comando de D. Luís de Brito, que tomou posse em 1573; outro no sul, tendo o Rio de Janeiro como sede, entregue a D. Antônio de Salema, cuja posse aconteceu em 1574. Posteriormente, em 1577, ocorreu a reunificação, sendo designado apenas um governador, sediado em Salvador, na Bahia. Tomou posse do cargo, em 1578, Lourenço da Veiga. Dois anos mais tarde, com a morte do cardeal D. Henrique, último herdeiro do trono da dinastia de Avis, teve início a União Ibérica, subindo ao trono português o rei da Espanha, Filipe II, uma vez que D. Sebastião<sup>27</sup> não deixou descendente.

Feitas essas considerações gerais acerca do processo de colonização no Brasil, passaremos a nos ocupar mais especificamente da região objeto deste estudo, o Grão-Pará. Na seqüência, mostrar-se-á como foi a expansão territorial rumo ao norte e a ocupação sistemática do que hoje conhecemos como Estado do Pará, cujo marco inicial foi a fundação do forte do Presépio, em 1616.

---

<sup>27</sup> D. Sebastião (1554-1578), teve o nascimento bastante festejado, pois evitava a possível união de Portugal e Espanha (Castela), pela inexistência de um herdeiro legítimo ao trono luso. Aclamado rei aos três anos de idade, só assumiu a coroa em 1568. Na expectativa de fundar um império cristão no norte da África, concentrou esforços na luta contra os muçulmanos no Marrocos. Foi derrotado e morto na batalha de Alcácer Quibir, em 14 de agosto de 1578. A espera de notícias sobre o Rei e de parte do exército dos 20 mil homens que saiu de Portugal, fez surgir o chamado sebastianismo, crença messiânica na volta redentora do soberano português.

## CAPÍTULO II

### O GRÃO-PARÁ E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO COLONIAL

[...] a via aberta à penetração lusitana no continente para jusante amazônico encontrou as suas origens na expansão pernambucana em direcção ao Maranhão e na fundação de Belém do Pará. A penetração *paraense* soube compreender a oportunidade da união política das duas coroas para fins de ocupação de um território imenso, que a América portuguesa acabou por herdar “legalmente” em 1750. Quando, em 1638, Pedro Teixeira chegou a Quito e se juntou na lenda ao companheiro de Gonzalo Pizarro, Francisco de Orelana, que descera o famoso rio cerca de um século antes, a “jornada” tomara posse, em nome de Portugal, de toda a região situada entre o Rio Aguarico, afluente do Napo e o Atlântico. [...] (MAURO, 1991, p. 140).

#### 2.1 *Das viagens exploratórias ao início da colonização do Grão-Pará*

De acordo com alguns autores<sup>28</sup>, em janeiro de 1500, os exploradores espanhóis, sob o comando de Vicente Yanez Pinzon, teriam chegado ao delta do Amazonas e tentado navegar no sentido interior, mas tiveram que retornar ao mar, em face do risco que corriam as caravelas.

Daniel Kidder, pastor metodista que percorreu o Brasil no início do século XIX, faz a seguinte descrição da viagem de Pinzon:

---

<sup>28</sup> Cf. ADONIAS, Isa. *A cartografia da região amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)*. 2 vols. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963; AZEVEDO, João Lúcio d'. *Estudos de história paraense*. Belém: SECULT, 1994; FREIRE, José Ribamar. (Coord.). *A Amazônia colonial (1616-1798)*. Manaus: Metro Cúbico, 1991; SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

[...] A baía e o rio Maranhão foram descobertos em 1500, por Vicente Yanez Pinzon, companheiro de Colombo, em cuja expedição comandou a nau “Nina”. Tendo obtido permissão para sair à procura de novas terras, êsse navegador equipou quatro caravelas que foram os primeiros barcos espanhóis a cruzar a linha equinocial. Rumando para sudoeste, depois de contornar o Cabo Verde, avistou uma ponta de terra à qual, pelo alívio que trouxe a tóda a tripulação, na situação quase desesperadora em que se achava, Pinzon denominou Cabo Santo Agostinho. Daí seguiu a costa, em direção noroeste, desembarcando de vez em quando para manter contacto com a população nativa, até que, finalmente, chegaram à enseada que seria conhecida como baía do Maranhão. Os espanhóis foram muito bem recebidos pelos aborígenes, mas retribuíram vilmente sua bondade simples, aprisionando 30 dêsses entes inofensivos, para depois vendê-los como escravos. Pinzon supunha que a terra em que tocara fôsse alguma região da Índia, além do Ganges e que passara ao largo da grande cidade de Catai. Tomou posse da costa para a Coroa de Castela [...] (KIDDER, 1972, p. 56)

Ainda no ano de 1500, as expedições de Diogo de Lepe e Alonso Mendoza também teriam percorrido parte do curso do rio. Assim, teriam sido esses espanhóis os primeiros europeus a chegar em terras que hoje compõem a Amazônia brasileira e a navegarem pelo rio Amazonas, denominado inicialmente pelos espanhóis como *Santa Maria de la Mar Dulce*.

Todavia, em obra comemorativa ao primeiro centenário da Independência do Brasil, coordenada por Carlos Malheiro Dias, é negada a primazia dos espanhóis. Isso porque a política de segredo praticada por Portugal, contrariamente ao que adotou a Espanha, não autoriza que se estabeleça com precisão a precedência dos espanhóis, acredita-se que os portugueses já tivessem feito algumas incursões pelo Atlântico sul, antes da expedição de Cabral, em 1500.

A política de segredo, invariavelmente adoptada até muito tarde pelos reis de Portugal, e a consequente falta de diplomas oficiais, a sobriedade ou silêncio e a ocasional confusão dos nossos cronistas quando depõem acêrca dos mais importantes descobrimentos, a desapareção de numerosos documentos no terremoto de Lisboa e por fim a escassez de investigações paleográficas, mantêm sôbre meio século da epopéia marítima portuguesa uma densa névoa que difficilmente se dissipará.

[...].

Doutro modo se passavam as coisas na Espanha, onde os reis católicos e seus sucessores não tinham de guardar as reservas ciosas dos parentes vizinhos e deixaram nos arquivos grande cópia de documentos preciosos. A colheita de informações, que se póde dizer abundante quando enfrentada com a penúria portuguesa, é todavia deficiente no tocante à exploração castelhana



no nordeste da América meridional, pouca seguida porque de pequeno proveito material [...] (DIAS, 1921, p. 108).

Defende que os espanhóis já mencionados não passam de falsos precursores de Cabral.

[...] pôde-se com efeito demonstrar– se é lícito o termo fora das sciências exactas ou experimentais, – que Álvares Cabral não teve precursores espanhois na descoberta do vasto território do moderno Brasil. Em 1499, Hojeda não cruzou o equador, nem sequer viu a foz do Orinoco; Pinzon em 1500 não esteve no Amazonas e ficou para o norte, não ultrapassando o cabo d’Orange; Diego da Lepe e Vellez de Mendonza só visitaram o grandíssimo rio quando já se rasgavam para a história os esplendores do século XVI. (DIAS, 1921, p. 108-109)

Francisco Orellana, em 1542, conseguiu percorrer todo o grande rio. Tendo sido atacado por índios ferozes, montados a cavalo e cheios de adornos femininos, supostamente tidos como mulheres amazonas<sup>29</sup>, denominou o curso d’água como Rio das Amazonas (QUINTILIANO, 1963, p. 38). Depois, entre 1560 e 1561, foram realizadas novas viagens, comandadas por Pedro de Ursúa e Lopo de Aguirre. Entretanto, mesmo com tantas investidas, os espanhóis não chegaram a ocupar a área.

Após as viagens de Orellana, Pedro de Ursúa e Aguirre, a Amazônia (designação dada na época à porção territorial hoje correspondente ao Estado do Pará e adjacências) passou a ser conhecida na Europa, envolta em relatos fantásticos, superlativos, maravilhados que sugeriam uma espécie de paraíso perdido, um novo mundo, onde seria possível viver em felicidade e paz. Basta lembrar que o cronista de Orellana, Frei Gaspar de Carvajal, deu à sua narrativa o seguinte título: “Relación Del Nuevo Descubrimiento Del Famoso Rio Grande de las Amazonas” revelando terem encontrado mulheres amazonas em alguns pontos do grande rio. Tais mulheres, excepcionalmente hábeis no manejo de arcos, seriam brancas e altas, andavam praticamente nuas, mostrando seus belos e musculosos corpos. Ainda segundo o relato, através dos habitantes locais,

<sup>29</sup> Etimologicamente, o termo significa “sem peito” com referência ao lendário costume de mulheres que extraíam um dos seios para melhor manejar o arco. O mito das amazonas remonta ao passado greco-romano, quando poetas e escritores narraram histórias de guerreiras que viviam apartadas dos homens.

[...] souberam que elas dominavam uma grande região e exigiam impostos dos índios. Havia 70 aldeias onde residiam somente mulheres. Suas casas não eram de palha, mas de pedra e com portas. Ficavam em aldeias interligadas por estradas e controladas por soldados. As amazonas não se casavam. Quando desejavam, faziam guerra contra o reino vizinho e capturavam índios com quem viviam o tempo necessário para engravidarem. Esses índios eram altos, brancos e viviam em aldeias populosas. Depois da gravidez, devolviam os machos sem molestá-los e, depois do parto, mantinham somente as meninas. Entre essas mulheres, havia uma hierarquia: as chefes possuíam grande riqueza em ouro e prata, enquanto suas comandadas usavam vasilhas de madeira e tachos de barro. Na capital do império, havia cinco templos dedicados ao culto do sol. No interior das construções, havia estátuas de mulheres feitas de ouro e prata, além de objetos feitos em metais preciosos para servir ao sol. As chefes vestiam-se com roupas de fina lã, mas o tecido cobria o corpo somente do peito para baixo. Os cabelos eram soltos e chegavam até o chão e na cabeça usavam coroas de ouro. Andavam na corcova de camelos ou no lombo de bichos parecidos com cavalo, apesar de terem pêlos compridos e patas fendidas. Esse reino fabuloso atraía aventureiros em busca de riquezas. (VAINFAS, 2000, p. 34)

Note-se que tais relatos mirabolantes estavam em completo contraste com a forma de vida dos habitantes nativos, mas, por outro lado, enchiam os olhos e aguçavam os desejos de enriquecimento para toda sorte de aventureiros do além-mar.

E não tardou para que o grande rio viesse a ser rota de empreitadas comerciais que, embora tivessem por objetivo maior a procura de ouro e outros metais preciosos, não deixavam escapar a oportunidade de obter ganhos através do comércio com produtos tais como sementes, peixes, tabaco, e outras fontes de riqueza. O lucro obtido com esse comércio favorecia a acumulação de capitais para empresas particulares de diversas nações européias.

Quando da divisão do Brasil em capitânicas hereditárias, coube a João de Barros, Fernão Álvares de Andrade e Aires da Cunha a tarefa de empreender a colonização das terras situadas no extremo norte. Todavia, a empreitada não teve bom êxito, adiando os planos dos portugueses.

[...] Três indivíduos de posses e valimento na côrte real se tinham associado para explorar a região que, ao longo da costa norte, ia entestar com os domínios castelhanos nos limites amazônicos da linha de Tordesilhas. Fernão Álvares era escrivão da casa da Índia, cargo dos principais da monarquia, coração da empresa do comércio e conquista ultramarinas. Êste fidalgo se mostrava interessadíssimo no Brasil, como demonstra o fato de ser sesmeiro em Ilhéus. Outro associado, João de Barros, era também funcionário diretor

da mesma repartição, no cargo de tesoureiro e feitor. O terceiro, Aires da Cunha, estava em constante contacto com os outros por ser comandante de navios de além-oceano, atividade em que granjeara fama e haveres em Malaca onde fôra alcaide-mor e em Calecute e outras praças que assolara. Sôbre êle recaiu o encargo de comandar a expedição por todos financiada, composta de novecentos homens de armas, dos quais cento e trinta cavaleiros com os respectivos ginetes, e mais elementos necessários à empresa que abrangia da Paraíba à região dominada pelo espanhol descobridor. Tal vulto aparentava essa aventura dos três beneficiados pelo tráfico da Índia, que o embaixador castelhano tomado de inquietação alertou Madri. Entretanto, fados contrários logo lhe deram o primeiro golpe. Naufragou Aires da Cunha no Maranhão, onde morreu levando consigo muitas ilusões da sociedade acêrca do empreendimento. Os restantes expedicionários embarcados em outros navios estabeleceram-se na atual ilha de S. Luís, onde tiveram de resistir à hostilidade do gentio incitado por franceses. Ante a iminência de pior desastre, mandou João de Barros expedição de socorro comandada pelos seus próprios filhos, mais uns poucos de imigrantes destinados a povoar a terra. Teve por desventura o mesmo fim da primeira, atribuído o malôgro pelo cronista a exações praticadas contra os silvículas pelos predecessores. Teve João de Barros de armar mais navios e remeter mais gente “sem desta despesa lhe resultar nenhum proveito”, diz Gabriel Soares, perdidos irremediavelmente no Maranhão os bens granjeados na especiaria indiana e o que o seu prestígio junto à Coroa lhe galardoara. (HOLANDA, 1972, p. 105-106).

Essa expedição desastrosa reuniu “*a maior e mais custosa força armada até então enviada à América portuguesa*” (KIDDER, 1972, p. 156). Em 1544, outra expedição e novo fracasso, desta feita sob o comando de Luiz de Melo, em favor de quem João de Barros desistira de seus direitos sobre a capitania.

Até o início do século XVII, os portugueses ainda não haviam conseguido ocupar definitivamente a região, tornando-a alvo fácil para a passagem de embarcações estrangeiras, especialmente francesas e inglesas, que se aproveitavam para obter os produtos desejados como, por exemplo, o pau-brasil. Em 1612, os franceses, comandados por Daniel de la Touche (Senhor de la Ravardière) e François de Rassily, fundaram a França Equinocial e o Forte de São Luís.

[...] À época, a ilha já estava amplamente povoada pelos Tupinambá que tinham vindo da costa leste movidos pelo sentimento de ficar longe dos portugueses (Abbéville, 1945: 63; Métraux, 1927: 6-10). Marinheiros franceses vinham mantendo proveitosamente, há mais de trinta anos, relações comerciais de troca com os Tupinambá da Ilha e da Serra do Ibiapaba, no Ceará. Pelos troncos de pau-brasil, tatajuba, tabaco e produtos tropicais exóticos que os índios carregavam até suas naus, davam em troca facas,

machados, enxadas, tesouras, espelhos, panos, chapéus, contas de vidro e outras bugigangas baratas [...] (GOMES, 2002, p. 114).

Portanto, a primeira tentativa organizada de instalação naquele vasto território coube à França, com a fundação da cidade de São Luís do Maranhão, o que significou, na prática, a aglutinação urbana de vários mercadores que já freqüentavam a região desde pelo menos meados do século anterior. Tal iniciativa, porém, forçou a reação de Portugal e acelerou uma série de providências da nação lusa para assegurar a posse efetiva das terras que pleiteavam lhes pertencer por direito, com base no Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha em 7 de junho de 1494, sob a arbitragem do Papa Alexandre VI.

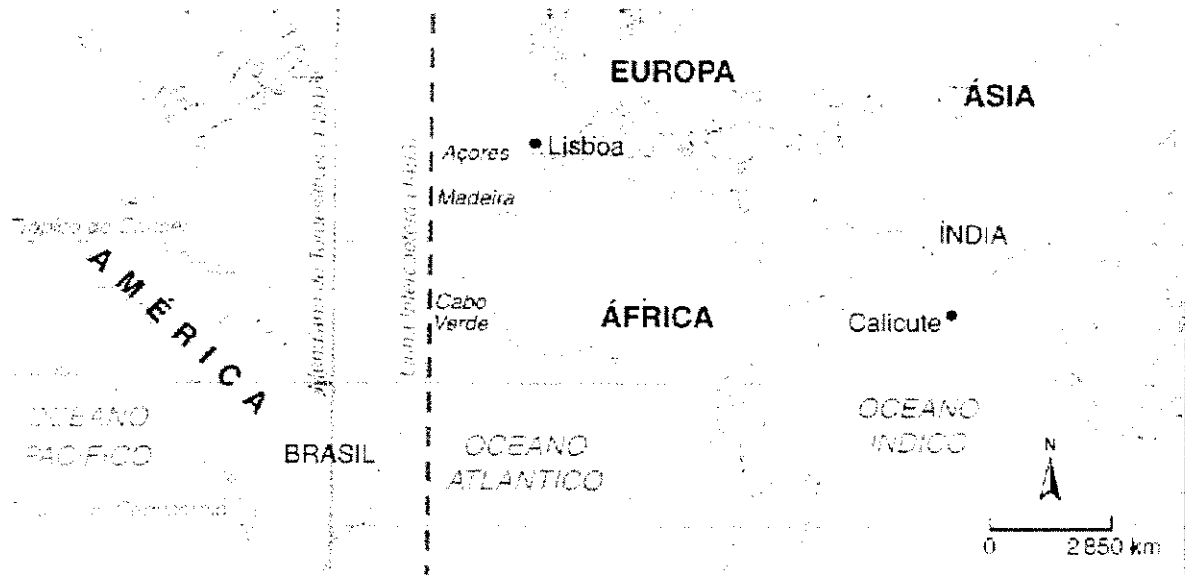
Um ano antes, havia sido proclamada a bula *Inter coetera*, segundo a qual era traçada uma linha imaginária a partir das ilhas de Cabo Verde, dividindo as terras entre Espanha e Portugal. Mas essa medida, na prática, significava um retrocesso para os privilégios que Portugal havia conquistado nesse campo e por isso o rei D. João II exigiu um novo acordo. Aqueles dois países católicos eram beneficiários do poder de dominação e cristianização dos territórios e povos conquistados em terras de infiéis.

Mas desde a viagem bem-sucedida de Cristóvão Colombo à América em 1492, financiada pela Espanha, esta aumentou seu prestígio perante a Igreja Católica, o que significava maior poder de barganha nas questões de natureza diplomática. Por outro lado, Portugal tratou de buscar maior segurança para suas investidas comerciais através das rotas marítimas.

Assim, o Tratado de Tordesilhas garantiu 370 léguas a partir das ilhas de Cabo Verde e embora nunca tenha sido rigidamente respeitado, garantiu a Portugal o direito de posse sobre a imensa faixa litorânea do Atlântico sul. Caso não tivessem obtido êxito nessa disputa diplomática, as terras descobertas por Cabral pertenceriam, por direito, à Espanha.

A figura apresentada a seguir facilita a visualização da importância que teve para a expansão colonial portuguesa a revogação da bula *Inter coetera* e a assinatura do

Tratado de Tordesilhas. Com a ampliação da área de abrangência, os portugueses ficaram legalmente habilitados para a colonização das terras descobertas por Cabral em 1500.



Fonte: COSTA, L. C. A; MELO, L. I. A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999. p. 28.

A linha demarcatória de Tordesilhas, contudo, não garantia a ausência de investidas de outros povos em busca de obtenção de riquezas e, inclusive, a posse de terras do Novo Mundo.

Entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha formam a União Ibérica<sup>1</sup>. Essa união, acontecida por razões de sucessão, criou condições favoráveis para a expansão territorial portuguesa, especialmente para a empreitada na Amazônia.

Felipe II, tendo sido informado de que piratas estrangeiros situavam-se em vários pontos do território que lhe pertencia, explorando seus recursos naturais, realizando feitorias e se preparando para ocupar o extenso vale, reagiu, dando

<sup>1</sup> Junção das Coroas de Portugal e Espanha. Filipe II da Espanha, passa a ser Filipe I de Portugal (1580-1598), ficando a União Ibérica sob o domínio da dinastia dos Habsburgos (na seqüência, subiram ao trono Filipe III da Espanha, II de Portugal: 1598-1621; e Filipe IV da Espanha, III de Portugal: 1621-1640). Apesar da união das Coroas em um mesmo soberano, não houve anexação do país. Juridicamente, Portugal continuou a ser um reino independente, regido por suas leis e detentor de seus domínios no ultramar.

instruções a Gaspar de Souza, então Governador do Estado do Brasil, no sentido de conquistar definitivamente aquelas terras através de ocupação militar e povoamento.

Sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, os portugueses investiram na retomada do Maranhão em 1613, sem êxito, mas obtiveram a vitória no ano seguinte. Tomaram posse do Forte de São Luís e iniciaram a colonização, reconhecendo ser esta a melhor forma de defesa dos seus domínios. Como observa Furtado (1972, p. 66) “*A experiência já havia demonstrado que não bastava a simples defesa militar. Era preciso ocupar definitivamente o território*”.

A missão de ocupar as terras no vale amazônico coube a Francisco Caldeira Castelo Branco, capitão-mor do Rio Grande do Norte e experiente em batalhas contra franceses e holandeses.

[...] O capitão Castelo Branco foi encarregado de ocupar o resto do litoral pelo norte, saindo de São Luís para estes intentos em dezembro de 1615, exatamente no dia de Natal. Chegou ao Pará no dia 12 de janeiro de 1616 e instalou-se numa ponta de terra proeminente da baía de Guajará [...]. (HOORNAERT, 1992, p. 51).

Mesmo sendo resultado de uma missão em princípio ordenada por um rei da Espanha, a conquista se fazia por Portugal, tanto é que “Feliz Lusitânia” foi o primeiro nome que Castelo Branco atribuiu para a região (REIS, 1993, p. 7).

Aliás, Pero Gândavo, em obra publicada em 1576, descrevia o Brasil como sendo uma “nova Lusitânia” e o jesuíta Fernão Cardim afirmava, na obra *Tratados da terra e gente do Brasil* (1585), que o Brasil era um outro Portugal. Tal fenômeno torna-se compreensível, “*quando se tem em mente a perspicaz observação de Stuart B. Schwartz segundo a qual, ‘em termos sociais ou religiosos, o Brasil foi criado para reproduzir Portugal, não para transformá-lo ou transcendê-lo’*”. (MELLO, 2000, p. 73).

O forte Presépio foi o embrião da cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará (atual Belém, capital do Estado do Pará) e um marco na incorporação da Amazônia ao espaço geográfico ocupado pelos portugueses, que souberam tirar

proveito da União Ibérica para avançar na conquista territorial, antes limitada pelo Tratado de Tordesilhas. Quando do término da União Ibérica (1640) e a conseqüente restauração da autonomia portuguesa, o processo de ocupação lusitana na Amazônia já estava praticamente consolidado, forçando a redefinição das fronteiras entre os dois impérios, o que ocorreu mediante o Tratado de Madri<sup>31</sup>, assinado em 1750, através do qual a Espanha reconheceu formalmente o direito de Portugal sobre a maior parte da vasta região amazônica.

Aplicou-se, com o referido Tratado, a chamada lei do *uti possedetis*, muito respeitada na época, segundo a qual os que conseguissem ocupar uma região eram considerados seus donos legítimos.

Evidente que tal lei correspondia aos interesses do sistema mercantilista em expansão e, portanto, não podia tratar com o menor respeito a posse efetiva dos verdadeiros proprietários, que eram os habitantes nativos.

A estratégica localização geográfica do forte Presépio possibilitou aos portugueses o efetivo controle da navegação fluvial que comunicava o Rio Amazonas com o Oceano Atlântico, garantindo a permanente vigilância do vasto território, cobiçado por mercadores de outras nacionalidades. A ocupação militar foi, portanto, a primeira forma de efetiva presença portuguesa na Amazônia. Como observa Novais (1989, p. 136) “*A defesa do patrimônio, isto é, a preservação das colônias, é, evidentemente, na ordem lógica, a primeira tarefa que enfrenta sempre uma metrópole colonizadora.*”

Mas a tarefa de defesa do patrimônio não era tão simples. Até porque antes dos portugueses, holandeses e franceses haviam se instalado e dado início à exploração comercial, contando com a mão-de-obra indígena, que souberam conquistar como

---

<sup>31</sup> Através deste acordo, Portugal adquiriu a pose legal do Rio Grande do Sul (área dos Sete Povos das missões), do Mato Grosso e da Amazônia, regiões situadas a oeste da linha de Tordesilhas. Por outro lado, reconhecia a soberania espanhola sobre a colônia de Sacramento. Algumas questões ainda permaneceram pendentes, sendo objeto de conflitos e acordos futuros, tais como o Tratado do Pardo (1761) e o Tratado de Santo Idelfonso (1777). “Não obstante, o curso dos anos mostrou a perenidade das orientações do Tratado de Madri, marco legal decisivo para o delineamento territorial do futuro país independente” (VAINFAS, 2000, p. 562).

aliados, diferentemente do que faziam os portugueses nas demais regiões do Brasil. Conforme observa Quintiliano (1963, p. 53)

[...] foram abandonando a idéia de escravatura e estabelecendo um sistema de relações com os tupinambás, à semelhança do que faziam com os caribes e aruans, mais ao norte. E, com isto, desenvolveram suas culturas de cana de açúcar e tabaco, que em princípios do século XVII eram das mais prósperas.

Ainda com relação à diferença no tratamento para com os índios por parte dos franceses, se comparados com os portugueses, os padres capuchinhos Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux descreveram com interessantes detalhes o modo como os franceses chegaram, como foram recebidos e como deram início à instalação da colônia. Tudo foi feito para impressionar os Tupinambá e com isso conseguir arregimentar, sem violência, a força de trabalho daqueles índios, sem a qual não conseguiriam prover as necessidades básicas da colônia, nem manter a extração do pau-brasil para a exportação (GOMES, 2002, p. 115).

Castelo Branco, porém, ao expulsar os “invasores” estrangeiros, deu início à colonização portuguesa utilizando o mecanismo da escravização e provocando a reação hostil do habitante nativo. Seguindo as orientações do Governo Geral do Brasil, encarregou-se, na qualidade de capitão-mor, em promover a organização militar e governativa da Capitania do Pará. Conforme Reis (1993, p. 24),

[...] Fazia a guerra aos indígenas, – escravizava-os, – creava povoações, – provia empregos, – construía embarcações, – alistava soldados, – remunerava serviços, – perdoava penas, – concedia terras, – deportava suppostos ou verdadeiros turbulentos, – suspendia officiaes e empregados públicos, – infligia castigos, – fazia obras, – procedia em summa como senhor absoluto da colônia.

O autor citado apresenta uma listagem de ações nas quais os colonizadores portugueses enfrentaram os índios e os invasores estrangeiros da Amazônia. Merece registro o tom de aprovação que utiliza ao abordar o referido processo:

[...] O sertanista da Amazônia, integrando Tropas de Resgate, Tropas de Guerra, buscando as “drogas do sertão”, partindo de Belém, de Cameté, de Gurupá, de São Luis, revelou coragem, indiferença a quanto perigo encontrou. Subio e desceu rios, atravessou corredeiras, varou a selva, combateo os francezes que desciam da Cayena, combateo os hespanhoes que baixavam pelo Solimões, arriscou-se em empreendimentos sensacionaes,



ganhou batalhas que sustentou contra o nativo em armas, venceu sempre. (REIS, 1993, p. 14).

A decantada beleza das amazonas e os demais elementos que fizeram com que a região fosse difundida como um paraíso na terra acirraram as disputas por tudo o que pudesse se converter em riquezas. Todavia, para isso era imperioso que alguém realizasse o trabalho, seja na agricultura ou no extrativismo. Assim, as diversas formas de obtenção e utilização da mão-de-obra indígena constituiu um dos traços mais marcantes do processo de colonização no Grão-Pará.

A luta pela mão-de-obra indígena que realizaram os colonos do norte e a tenaz reação, contra estes, dos jesuítas, que desenvolveram técnicas bem mais racionais de incorporação das populações indígenas à economia da colônia, constituem um fator decisivo na penetração econômica da bacia amazônica.

Em sua caça ao indígena, os colonos foram conhecendo melhor a floresta e descobrindo suas potencialidades. Na primeira metade do século XVIII a região paraense progressivamente se transforma no centro exportador de produtos florestais: cacau, baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas. A colheita desses produtos, entretanto, dependia de uma utilização intensiva da mão-de-obra indígena, a qual, trabalhando dispersa na floresta, dificilmente poderia se submeter às formas correntes de organização do trabalho escravo. [...] (FURTADO, 1972, p. 67).

## 2.2 *Os habitantes nativos do Grão-Pará*

A região objeto deste estudo, antes da presença do colonizador, era habitada por diversos povos com costumes, línguas e crenças próprias, como revelam os estudos voltados para a compreensão das origens e do modo de vida dos primeiros habitantes das terras brasileiras<sup>32</sup>.

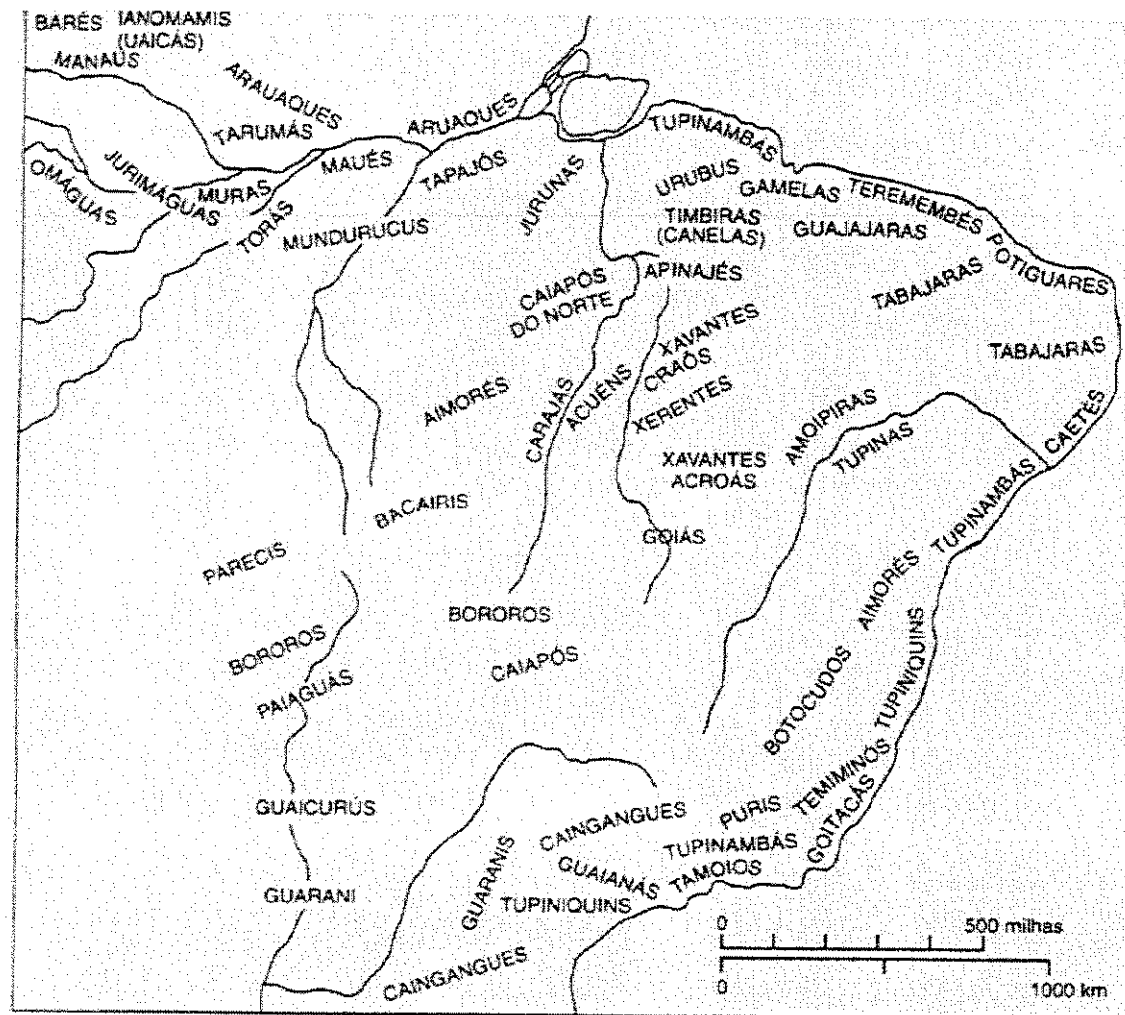
A bacia amazônica que era habitada e disputada por três dos principais grupos lingüísticos – tupi, aruaque e caraíba – foi palco das culturas mais sofisticadas do Brasil antes da conquista. A cerâmica desenterrada na ilha de Marajó na foz do Amazonas, em Santarém e em outros sítios às margens do rio testemunha a existência de sociedades mais avançadas do que as tribos

---

<sup>32</sup> No artigo denominado “*Ponto de vista sobre os índios brasileiros: um ensaio bibliográfico*” há uma apreciação crítica de importantes trabalhos acerca das populações indígenas brasileiras e uma listagem bibliográfica com várias sugestões de leitura para quem se interessa pelo tema. (Cf. CERQUEIRA e BOSCHI. In: CERQUEIRA et al. *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez: ANPOCS, 1986, p. 35-68).

que os europeus encontraram no século XVI. [...] (HEMMING, 1998, p. 101-102)

A figura abaixo dá uma idéia da distribuição dos agrupamentos indígenas no período da colonização.



Fonte: BETHELL, L. (Org.). *História da América latina*. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 1998. v. 1. p. 103.

Os estudiosos dos primeiros habitantes do Brasil mostram que havia no meio daquela heterogeneidade agrupamentos que já cultivavam a terra e possuíam formas próprias de organização social, assim como uma certa divisão do trabalho em tarefas diferenciadas em função do sexo e da idade.

Entretanto, nenhum estudo menciona a existência de propriedade privada e produção de excedentes com fins de comércio, por mais avançados que tais povos estivessem em termos de organização social. A título ilustrativo, vejamos um trecho de Florestan Fernandes, no qual descreve aspectos da organização social e da divisão das atividades entre os índios:

As mulheres ocupavam-se com os trabalhos agrícolas (desde o plantio e a semeadura até a conservação e a colheita) e com as atividades de colheita (de frutas silvestres, de mariscos etc.) colaboravam nas pescarias, indo buscar os peixes frechados pelos homens, transportavam produtos das caçadas, aprisionavam as formigas voadoras, fabricavam as farinhas, preparavam as raízes e o milho para a produção do cauim, incumbindo-se da salivação do milho, fabricavam o azeite de côco, fiavam o algodão e teciam as redes, trançavam os cestos e cuidavam da cerâmica (tanto da fatura de painéis, alguidares, potes para cauim etc., quanto de sua ornamentação e cocção), cuidavam dos animais domésticos, realizavam todos os serviços domésticos, relacionados com a manutenção da casa ou com a alimentação, e dedicavam-se a outras tarefas, como a depilação e tatuagem dos homens pertencentes a seu lar, o catamento do piolho deles ou das mulheres do grupo doméstico, a preparação do corpo das vítimas humanas para a cerimônia de execução e para o repasto coletivo etc. Os homens ocupavam-se com a derrubada e preparação da terra para a horticultura, entregando-as prontas para o plantio às mulheres (encarregavam-se, pois, da queimada e da primeira limpa), praticavam a caça e a pesca, fabricavam as canoas, os arcos, as flechas, os tacapes e os adornos, obtinham o fogo por processo rudimentar, construíam as malocas, cortavam lenha, fabricavam rês lavradas e, como manifestação de carinho, podiam tatuar a mulher, auxiliá-la no parto etc. É claro que a proteção das mulheres, crianças e velhos era atividade masculina, bem como a realização de expedições guerreiras e o sacrifício de inimigos ou de animais como a onça, que rendiam um novo “nome” ao sacrificante. As atividades xamanísticas também constituíam prerrogativa masculina, embora existam referências esporádicas à participação das mulheres nestas atividades, bem como nas guerreiras (na qualidade de combatentes, nos casos das mulheres tribades). A mulher suportava uma carga extremamente pesada no sistema de ocupação. Mas prevalecia a interdependência de trabalhos e serviços, de modo que eles se completavam e amparavam mutuamente. (FERNANDES, 1972, p. 75-76).

A respeito da diversidade e da quantidade dos nativos habitantes do Grão-Pará, Bezerra Neto (1999, p. 09) observa que

[...] seriam formados por diversas etnias indígenas, entre as quais podemos destacar alguns grupos, conforme a família lingüística a que pertenciam: os Aruak; os Karib; os Tupi; os Jê; os Katukina; os Pano; os Tukana; os Xiriana e os Tukuna. Cada um destes grupos congregavam diversas tribos, ocupando

toda a vastidão da planície amazônica, particularmente a região da várzea<sup>33</sup>. No século XVI, por exemplo, na Amazônia brasileira havia um total de dois milhões de índios, sendo que 950 mil viviam nas áreas de várzea, cuja extensão territorial de 65 mil quilômetros quadrados compreendia uma densidade demográfica de 14,6 habitantes por quilômetro quadrado. Assim sendo, quando os conquistadores chegaram na Amazônia assombraram-se muitas vezes com a tamanha quantidade de pessoas que aqui viviam, particularmente nas margens do rio Amazonas, em suas aldeias consideradas pelos invasores como de grandes dimensões.

Entre os diferentes grupos indígenas citados, merece destaque os Tupi, grupo mais numeroso e os primeiros a serem encontrados por espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e portugueses que percorreram a Amazônia.

Conforme Quintiliano (1963, p. 34) a distribuição do poder era feita, comumente, pela idade, embora pesasse o destaque pela força, coragem e destreza. Os homens dividiam-se em seis classes de idade, da infância à velhice, sendo que os membros desta última integravam o Conselho dos Pajés. O autor citado diz também que eles praticavam “*uma espécie de comunismo primitivo*”.

Embora possuíssem alguns objetos e roças particulares, todos podiam aproveitar-se dos bens, livremente. Ignoravam a exploração econômica do trabalho escravo. Os que eram aprisionados por ocasião das guerras intertribais, eram tratados como membros do grupo até a data do sacrifício.

Como não dispunham de meios mais eficientes para dominar a natureza, a sobrevivência dependia do modo intenso e direto da ocupação da terra, seu maior bem, e também precisavam tirar o maior proveito da cooperação em todo gênero de atividade, combinando a capacidade de trabalho individual em diferentes propósitos, resultando no melhor aproveitamento da capacidade do organismo humano na obtenção daquilo de que necessitavam. Os cronistas destacaram a habilidade dos povos

---

<sup>33</sup> O ecossistema denominado de várzea, preferencialmente ocupado pelos primitivos habitantes da Amazônia, localiza-se às margens dos rios, sendo sujeito a inundações fluviais todos os anos, das quais resulta uma fertilização natural das terras, além do que é mais abundante em pescado e outros recursos que favorecedores da sobrevivência humana. Compreende aproximadamente 1,5% da planície amazônica. Estando situada no trajeto inicial dos invasores, os habitantes da várzea foram, por este motivo, as primeiras vítimas das incursões dos exploradores.

indígenas na confecção de redes, ornamentos, preparação de pinturas e de alguns objetos de barro e de palha.

Por outro lado, o modo de vida do colonizador era completamente distinto, tamanhas as transformações já ocorridas no modo de produção e, conseqüentemente, nas relações sociais e nos interesses que os motivavam.

O colonizador, ávido por obtenção de riquezas e poder, mas não se predispondo ao trabalho, recorreu ao trabalho escravo sob a justificativa de suprir as suas necessidades de produção. Aquela modalidade de uso da mão-de-obra, aparentemente igual à que fora utilizada em épocas anteriores, como nas civilizações clássicas da Grécia e de Roma, possuía agora novos componentes.

[...] Em vez de brotar, como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais era que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo. (PRADO Jr., 2000, p. 278).

Com todas as transformações que estavam em curso no “Velho Mundo”, e das quais resultava, entre outras coisas, uma massa de expropriados que precisava vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência, Marx (1975, p. 878) fez a seguinte observação: “[...] *a escravidão dissimulada dos assalariados na Europa precisava fundamentar-se na escravatura, sem reboços, no Novo Mundo*”.

Nada mais “lógico e natural” naquela estrutura econômica e social que a própria mão-de-obra virasse fator de comércio, sendo utilizada de forma mais intensiva nas colônias, cuja razão de ser era o fornecimento de mercadorias para as metrópoles. Mas não era esta a lógica do habitante nativo das terras brasileiras.

Embora dando margem para os preconceitos que depois a eles seriam atribuídos, como o de indolentes, os índios não demonstravam interesse em estocar produtos, mesmo os de natureza comestível, muito menos em produzir para fins específicos de troca.

O contato de culturas tão diferenciadas, cuja origem estava assentada em interesse unilateral, só poderia resultar em conflitos. A imposição de práticas, idéias e costumes gerou resistências e confrontos, expressos em atitudes imediatas ou na formação de um sentimento de ódio e vingança, latentes, aprisionados, que emergiam sempre que as condições objetivas concretas permitissem.

Por essas razões, reputamos absurdo o mito da passividade do índio frente aos efeitos da investida colonizadora, assim como o da cordialidade diante de tantas atrocidades. Uma leitura mais atenta dos relatos da época mostra-nos que, nos limites de suas possibilidades, os índios lutaram arduamente pela terra, pela liberdade e pela preservação de seu modo de vida.

Uma das diversas formas de resistência realizadas pelos índios, mesmo que não intencionais, consistiu na recusa em aceitar os padrões culturais dos colonizadores:

Os bens culturais, recebidos através do escambo, não chegaram a desencadear mudanças culturais profundas. A razão disso é evidente. Artefatos como o machado, a enxada, a faca, a foice, além dos tecidos, dos espelhos, dos colares de vidro e outras quinquilharias, logo foram muito cobiçados pelos indígenas. A ponto de se sujeitarem não só a permutá-los com os próprios bens, mas a prestar serviços em condições muito árduas para conseguí-los. A difusão desses elementos culturais não afetava, entretanto, o equilíbrio do sistema organizacional tribal. De um lado, porque o uso de tais artefatos não se fazia acompanhar da aceitação das técnicas européias de produção, de circulação e de consumo. De outro, porque os próprios indígenas selecionavam os valores que desejavam incorporar à sua cultura, rejeitando os demais, às vezes até de forma desagradável para os brancos (como, por exemplo, as maneiras dos europeus às refeições ou diante dos bens naturais, que pretendiam acumular em grande quantidade: os nativos ridicularizavam-nos abertamente). O essencial é que os brancos não tinham poder, nessas condições, de obrigá-los a agir de outra forma e a promover a substituição de instituições tribais que lhes pareciam “bárbaras”. Em consequência, o processo de mudança cultural seguia o curso determinado pela capacidade de assimilação de inovações dos aborígenes. (FERNANDES, 1972, p. 81-82).

Em um estudo sobre o povo Tenetehara (que quer dizer “*o ser íntegro, gente verdadeira*”), um dos inúmeros grupos nativos habitantes da Amazônia, Gomes (2002, p. 49) adverte que muitos dos povos atuais e dos que não sobreviveram ao holocausto que se seguiu à conquista do *Novo Mundo* nem sempre ficaram conhecidos por suas

autodenominações. “*Ao contrário, muitos receberam e ficaram conhecidos por nomes que lhes foram dados por seus próprios inimigos, nomes pejorativos e em línguas diferentes das suas*”. Os Tenetehara, por exemplo, foram chamados pelos portugueses de Guajajara, nome que se mantém até a atualidade. Todavia,

[...] os Tenetehara só falam de si mesmos como Guajajara em conversa com brasileiros. Na verdade, aplicam esse designativo aos índios Guajá, um de seus vizinhos tupi, caçadores-coletores sem agricultura, a quem consideravam às vezes terem sido Tenetehara no passado, ou, mais freqüentemente, que os Tenetehara teriam sido como eles no passado. Porém, este não é um aplicativo tradicional, pois os Guajá não estavam no Maranhão no século XVII, só tendo ali chegado em meados do século XIX. Fica claro que os Tenetehara não gostam de serem chamados de Guajajara, pois Guajajara são os outros, aqueles índios mais primitivos. (GOMES, 2002, p. 49).

Explica também como os Tenetehara conseguiram se manter física e culturalmente, apesar de todo o processo de colonização ao qual foram submetidos.

Entre as importantes circunstâncias que, ao longo de sua história de relacionamento com a sociedade luso-brasileira, favoreceram os Tenetehara em sua luta pela sobrevivência, a primeira delas se deu em razão da incapacidade da Missão de Maracu, bem como, mais tarde, a de São Francisco Xavier, ou Carará, e ainda, Acarará, que arregimentaram os Tenetehara entre 1653 e 1759, de controlar a totalidade de sua população. Uma parte dela, quase sempre seu segmento maior, permaneceu longe da supervisão dos jesuítas, embrenhada nas matas do Rio Pindaré, embora mantendo relações sociais com seus patrícios de missão. Foram esses indivíduos que, inelutavelmente, preservaram a base populacional, étnica e cultural, dando lastro para que os índios missionizados se mantivessem Tenetehara – se assim o quisessem – e até as condições objetivas do relacionamento social o permitissem. (GOMES, 2002, p. 52).

Mas esta não foi a regra. Os povos indígenas, em sua maioria, apesar de resistirem em um primeiro momento, terminavam sendo expulsos ou sucumbindo diante do poder do colonizador. O padre jesuíta Felipe Bettendorf, primeiro jesuíta destacado para missionar no rio Amazonas em 1661, fez um relato acerca dos antigos habitantes da região onde hoje se situa a cidade de Santarém e que é ilustrativo a este respeito.

[...] Têm este bello rio muitas nações pela terra adentro e ricas minas de prata, com mui belas terras e mantimentos assim de mandioca, milho, como caça, passarios, peixe, até peixe boi e tartarugas; é a nação dos Tapajoz gente briosa, mas já toda rendida aos Portuguezes com a fortaleza que lá se fez.

Chegou lá antigamente uma nau inglesa de grande porte, pretendendo os Inglezes fazer lá povoação para cultivarem tabacos. Os Tapajóz tendo-lhe dado boas palavras, os acometeram de improviso matando os que estavam em terra e haviam de ter tomado também a embarcação se elles não fizessem a vela com toda pressa para se retirar [...] (BETTENDORF, 1990, p. 59).

Apesar de os índios reagirem, sob diversas formas, não puderam resistir às estratégias utilizadas pelos colonizadores que, entre outras coisas, utilizaram as rivalidades intertribais em seu proveito. As guerras significavam possibilidades de estabelecer amizades convenientes com alguns grupos e escravizar outros. Também não se pode desprezar nesta análise a superioridade tecnológica dos colonizadores.

Os índios sempre estiveram em desvantagem em sua luta contra os portugueses. Enquanto os invasores dispunham de arcabuzes, de espadas e às vezes canhão, os índios tinham de combater com arco e flecha (embora em suas mãos estas armas fossem terríveis), com bordunas, bem como com todo tipo de ardil e surpresa que pudessem adicionar a seus ataques. No entanto, antes que fossem dizimados pelas doenças, a grande força dos índios esteve em seu efetivo. [...] (JOHNSON, 1998, p. 259).

### *2.3 A utilização da mão-de-obra escrava: índios e negros*

Para suprir a necessidade de mão-de-obra na fase inicial do processo de colonização do Grão-Pará, os colonos portugueses utilizaram-se da escravização dos índios. Mas os jesuítas, embora parceiros do projeto colonizador, mostravam-se resistentes a essa prática uma vez que defendiam a adoção de outros métodos para obter o trabalho indígena.

Portanto, a primeira grande investida visando a consolidação da Coroa portuguesa na região, foi a obtenção de mão-de-obra, fundamento de qualquer processo produtivo, seguida da instalação de fortes e povoados, para a defesa do território e a implantação de novas formas de organização social. Concomitante a essas atividades, o trabalho de catequese e educação desencadeado pelas ordens religiosas completava a marca da colonização, estabelecendo a supremacia das classes sociais detentoras do poder.



A implantação de um modelo tão fechado e habilmente controlado, verificável no processo de ocupação e colonização portuguesa, marcou profundamente os séculos seguintes.

A reação da população nativa da Amazônia ao longo do processo de colonização esteve intimamente relacionada com as formas utilizadas pelos colonos para obterem a mão-de-obra. Assim, em princípio, como nos demais núcleos do litoral, instalou-se a lavoura da cana-de-açúcar, mas a agricultura não alcançou o êxito esperado, devido às condições naturais que lhe eram desfavoráveis. Diante da baixa produtividade do solo e da insuficiente rentabilidade do açúcar e do tabaco, ganhou destaque, a partir da segunda metade do século XVII, a produção extrativista.

Impulsionados pela necessidade de obtenção de ganhos econômicos, os colonos apelaram para produtos comercializáveis, cuja obtenção era garantida pela simples extração, tais como a castanha, o cacau, a madeira, a caça, a tartaruga e os peixes<sup>34</sup>.

Alguns desses produtos constituíam as chamadas “drogas do sertão”, que tanto podiam ser nativas quanto aclimatadas e eram muito bem aceitas na Europa por causa das propriedades medicinais, assim como para uso em tinturarias ou como temperos. Cravo, canela, salsaparrilha, ovos de tartaruga (de onde se extraía óleo para alimentação e iluminação) passaram a constituir a principal atividade econômica. Todavia, as dificuldades de transporte impediam seu pleno aproveitamento, reduzindo a lucratividade dos negociantes.

Impôs-se, assim, a adoção de uma prática extrativista. Para tanto, os trabalhadores tinham de ser profundos conhecedores do ecossistema amazônico, pois a movimentação em seu meio e o seu usufruto requeria absoluto domínio de seus ciclos e ritmos. A matéria-prima existente em lugares esparsos exigia a penetração na floresta e

---

<sup>34</sup> Embora não fosse considerada atividade econômica principal, a pesca se revestia de grande importância, na medida em que seu produto era empregado para a subsistência dos efetivos militares, segundo um estudo sobre a história dos pescadores no Brasil. (Cf. SILVA, 1988, p. 58-9).

o seu escoamento, a utilização das vias fluviais. Os índios eram, deste modo, a mão-de-obra por excelência; por conhecerem profundamente seu *hábitat* natural e por sua exímia capacidade de deslocar-se tanto na terra quanto nas águas, através de suas canoas. Desse modo,

[...] até meados do século XVII, a economia amazônica é fortemente caracterizada pela atividade extrativista, com utilização exclusiva de mão-de-obra indígena. Dos índios dependiam não só a extração das “drogas do sertão”, como também todos os outros serviços voltados para a vida cotidiana dos colonos: eram os remeiros, os guias, os pescadores, os caçadores, carregadores, as amas-de-leite, as farinheiras [...] (FARAGE, 1991, p. 23-27).

Ferreira (1894, p. 32) mostra as vantagens econômicas do índio sobre o negro africano, pois enquanto estes custassem em média 100\$000 réis, um escravo indígena podia ser adquirido por 10 patacas [correspondente a aproximadamente três mil e duzentos réis], ou o valor de 5 machados.

Havia três formas básicas de recrutamento da mão-de-obra indígena por parte do colono português: descimentos, resgates e guerras justas. O “*descimento*” consistia em realizar expedições destinadas a capturar índios para as missões religiosas; o “*resgate*”, conforme o nome sugere, era a operação pela qual os índios aprisionados por grupos rivais eram trocados por algum produto; na “*guerra justa*”, os índios eram aprisionados e escravizados, desde que assim o fizessem por merecer de acordo com as regras do colonizador, ou seja, caso se recusassem a auxiliá-lo na luta contra outros grupos indígenas e a defender suas vidas e suas fazendas, quando atacavam ou roubavam o colono, quando se opunham ao cristianismo e também quando se aliavam aos invasores estrangeiros.

O estado do Maranhão e Pará foi a parte do Brasil, em que os índios experimentaram maiores violências, e padeceram mais extraordinários rigores dos portugueses, cativando-os, não só contra as leis reais, mas contra todo o direito natural, e das gentes, e servindo-se deles em trabalhos excessivos, com que os matavam e consumiam, mais ainda que com as guerras. (VIEIRA, 1992, p. 4).

A crueldade praticada pelos europeus foi impiedosa e pífida nas estratégias de destruição cultural e nas táticas de guerra; animalesca e perversa com o indivíduo. Nas guerras valia tudo, do direito sobre a vida do prisioneiro a mutilações, despedaçamentos e experimentações sobre os limites da resistência humana. [...] (GOMES, 2002, p. 60).

Nas expedições extrativistas, os colonos organizavam equipes reunindo os índios em dezenas de embarcações; alguns, como trabalhadores, outros, como guardiães, pois o perigo de se defrontar com tribos hostis era sempre presente. Após semanas ou meses, a expedição retornava e o produto era entregue aos comerciantes, que se incumbiam de exportá-lo para a Europa.

Para se ter uma idéia dos lucros auferidos com esse negócio, vejamos a transcrição apresentada a seguir:

O maior producto, que podem trazer estas canôas no seu melhor successo, quando são bem succedidas, são mil arrobas de cacau, ou duzentas de cravo fino, ou cento e cincoenta de salsa, que são as cargas que ordinariamente buscam, com algumas ajudas de peixes secco, balsamo de copahiba, e cousas semelhantes, como cousas accessorias: qualquer d'estas cargas que seja, conforme o preço ordinario da cidade, em que o cacau vale mil réis, apenas sóbe a primeira carga a um conto de réis; tirando d'este computo o quinto do cabo, que são duzentos mil réis, e abatendo os gastos das canôas, que chegavam a quatrocentos mil réis, e ás vezes mais pelo aluguel da canôa, apenas lhe ficarão de lucro outros quatrocentos mil réis; [...] mas tambem já se dão os donos por bem contentes, quando chegam a cem mil réis, e muito mais quando chegam a duzentos mil réis. (AZEVEDO, 1994, p. 43-4).

A transcrição citada nos indica que toda a organização econômica não teria funcionado se faltasse um componente essencial: a força de trabalho indígena. Tal era sua importância.

Dois holandeses que estiveram presos no Maranhão e Pará (Gedeon Morris e Jean Maxwell) calcularam que, em meados da década de 1630, havia 1.300 portugueses capazes de pegar em armas, além de umas novecentas mulheres, com quem constituíam famílias com pelo menos dois filhos e, portanto, o total de colonos portugueses e seus descendentes provavelmente não era inferior a 4 mil. Esta sociedade se alicerçava sobre o trabalho de cerca de sete mil índios escravos e 14 mil índios “livres” que viviam em quarenta aldeias. Portanto, uma média de 7 índios escravos para cada casal de portugueses e 14 índios aldeados, sob o controle de capitães, fazendeiros e das Câmaras das cidades, trabalhando em um regime de servidão. Por um ano inteiro de trabalho recebiam em pagamento um machado ou um facão, ou três

varas de pano e um machado (quando recebiam). A partir de 1655, o salário dos índios livres aldeados ficou estipulado em duas varas de pano por mês. Embora formalmente livres, esses índios aldeados podiam ser recrutados para diversos serviços e serem castigados caso não obedecessem às ordens. Como eles constituíam a maior parte da mão-de-obra, eram o maior alvo das disputas por parte dos colonos. Com o passar dos tempos, perderam a autonomia cultural e o uso das terras onde moravam e passaram a constituir o grande contingente de trabalhadores pobres (GOMES, 2002, p. 130-131).

O padre jesuíta Felipe Bettendorf ao relatar em sua crônica o crescimento do povoado que se formou em torno do Forte do Presépio, chamava a atenção para o fato de, apesar dos recursos disponíveis haver muita pobreza, e creditava a isso a falta de governo e a atitude dos moradores (colonos) em quererem viver de forma ociosa, embora não possuíssem nobreza suficiente para tal.

[...] cresceo tanto em moradores e casas bellas, que agora se pôde gloriar do titulo de cidade; se bem é mui pobre, não é isso por lhe faltar meios com que possa ser um dos mais ricos impérios do mundo, mas é por falta de bom governo e industriados moradores, os quaes todos querem viver á lei da nobreza e serem servidos em o Pará, quando a mor parte delles em suas terras serviriam a outros, e quando menos a si mesmos [...] (BETTENDORF, 1990, p. 23-24).

Para o colono viver na ociosidade, precisava contar com mão-de-obra escrava ou semi-escrava. Como não dispunha de recursos suficientes para contrabandear escravos negros, investia fortemente sobre as populações nativas.

As lutas que os índios empreenderam – seja na modalidade de ataque ou de resistência – tiveram sempre por objetivo a manutenção da liberdade, ameaçada desde os primeiros contatos com os europeus. Das rivalidades entre os diferentes grupos étnicos, o colonizador soube tirar proveito em benefício próprio, ampliando as possibilidades de obtenção de mão-de-obra escrava, assegurada pela legislação que regulamentava as “tropas de resgates”. Através de ataques nos quais utilizavam armas mais destrutivas, afugentavam os índios cada vez mais para o interior e apoderavam-se de suas terras férteis. Enfim, a dominação que se concretizou confirmou que o grupo que conseguiu se impor foi aquele que dispunha de maior capacidade destrutiva em

termos bélicos, resultado de maior domínio sobre a natureza e do emprego de instrumentos tecnicamente elaborados.

A intensa necessidade de mão-de-obra se agravava ainda mais em decorrência do alto índice de mortalidade, principalmente dos índios, após contraírem doenças dos brancos.

Considerando que o índice de mortalidade dos índios que viviam em aldeias próximas a povoações portuguesas era bastante alto naqueles tempos, com os freqüentes surtos de varíola e sarampo, pode-se imaginar o que seria dos escravos índios vivendo em condições subumanas de trabalho ininterrupto. Ao serem arrancados de suas aldeias e separados de seu meio cultural para trabalhar em tarefas duras, rotineiras e desagradáveis, sob o jugo ferrenho do capataz ou do dono desalmado, e sem o benefício de uma cultura solidária, não somente adoeciam fisicamente com facilidade como caíam em anomia, uma condição sociopsicológica de apatia, desânimo e perda do sentido de viver. Em tempos atuais a anomia tem sido observada como um dos fatores mais letais para a sobrevivência de um povo indígena recém-contatado. Provavelmente não seria de outra forma nos tempos da colonização. Com efeito, os cronistas relatam que muitos preferiam se suicidar comendo barro ou se enforcando. (GOMES, 2002, p. 141)

Os surtos epidêmicos foram registrados desde o primeiro ano de domínio português no Maranhão. Sarampo, em 1616 e 1663. Varíola, em 1620 e 1695. Entre 1724 e 1725 uma forte epidemia de varíola devastou a cidade de Belém. Em 1749, foi uma epidemia de sarampo que assolou a capital do Grão-Pará. Em 1782, há registros de uma epidemia de febres malignas que vitimou uma expedição ao Rio Japurá.

Os freqüentes surtos de doenças contagiosas prejudicavam ainda mais o bem-estar do índio colonial. Criava-se o círculo vicioso comum a toda a América portuguesa ao longo do período colonial: a alta mortalidade suscitava repetidas investidas ao sertão em busca de novos cativos que, sem qualquer resistência biológica, agravavam as mesmas crises epidemiológicas. [...] Em 1673, o padre Bettendorf resumia a condição dos escravos da terra: “O Estado [do Maranhão] é paupérrimo, sem possuir nada de seu; os que têm hoje cem escravos, dentro de poucos dias não chegam a ter seis. Os índios, de frágil condição, estão sujeitos a incrível mortalidade, qualquer disenteria os mata, e por qualquer leve desgosto se dão a comer sal e morrer.” Pouco depois, o padre João de Sousa Ferreira ilustrava bem a situação demográfica e sua relação com o cativo: “Metendo dez escravos em casa, daí a dez anos não havia um; mas fugindo um casal para o mato, achava-se daí a dez anos com dez filhos. (MONTEIRO, 2000, p. 118-119).

Mas não eram apenas as epidemias que dizimavam as populações indígenas:

Relatos dão conta de que os índios cativados, amarrados à canoa para não fugirem, ficavam sujeitos aos caprichos do comandante que lhes dava pouca comida e deixava-os à mercê do sol e da chuva, visando minar sua resistência e forças para fugir. Nestas condições, durante as semanas e meses que duravam as viagens, muitos adoeciam e morriam. Os doentes graves e os cadáveres eram abandonados às margens dos rios ou jogados nos rios, como alimento de jacarés e urubus. (DAMASCENO, 1998, p. 40).

Tais situações demonstram o extraordinário e violento processo de genocídio ocorrido na região amazônica ao longo de sua colonização. Dessa forma, Freire (1991, p.10) chama a atenção para o seguinte aspecto: falar em povoamento da Amazônia como estratégia de sua conquista representa uma visão eurocêntrica, do ponto de vista do colonizador, porque a partir da ótica dos primeiros moradores “*o que houve foi uma grande catástrofe demográfica*”.

Conforme destaca Bezerra Neto (1999, p. 18):

[...] a sociedade colonial construída na Amazônia nas margens dos seus rios, não fora apenas banhada pelas águas dos mesmos, banhou-se também em verdadeiro mar de tormentos e sofrimentos, para as populações indígenas.

Após anos de lutas travadas com outros europeus e com os habitantes nativos, os portugueses impuseram-se sobre a região, à base de uma intensa ação militar e de catequese. Nas margens dos rios fundaram povoações com fortificações militares que garantiam a defesa e o domínio do território ocupado, enquanto os missionários cumpriam importante papel na destribalização dos índios, modificando-lhes suas formas tradicionais de vida.

Ao serem absorvidos ao sistema colonial, aos índios restavam duas possibilidades de convivência:

[...] ou como escravos, vivendo nas casas e quintais dos senhores, ou em ranchos nas fazendas; ou como livres ou forros, vivendo em aldeias de missão ou aldeias de repartição, estas últimas também chamadas de aldeias de administração, ou ainda aldeias de serviço d’El Rei, quando eram exclusivas da administração da Coroa. Escravos eram aqueles tomados em guerras justas, resgatados de outras tribos que os tinham supostamente para serem sacrificados ou comidos, ou comprados de alguém que legalmente os havia obtido. Índios livres eram aqueles que haviam se sujeitado a viver em aldeamentos organizados e supervisionados por portugueses próximos a povoados coloniais. [...] (GOMES, 2002, p. 147).

As atividades eram muito diversificadas, embora de alguma forma estivessem relacionadas com a colheita, organização e transporte da matéria prima a ser comercializada. Por exemplo: havia entrepostos para preparação do pescado e dos subprodutos da mandioca. Daí ser comum os índios construírem casas e instalações para salgar o pescado ou levantar pequenas fábricas de farinha onde, principalmente através do trabalho de mulheres e crianças, a raiz da mandioca era descascada, ralada e processada; em seguida, a massa resultante desse processo era espremida em tipitis<sup>35</sup> para separar o suco (tucupi) da polpa (que é a base da farinha), componentes indispensáveis da culinária Amazônica.

Os índios também fabricavam canoas cavando troncos de árvores, e alguns utensílios domésticos à base de argila. O cotidiano das mulheres índias escravas consistia basicamente em serviços domésticos para famílias de posses, mais particularmente na preparação da comida, na lavagem de roupas e no acompanhamento de suas amas aos eventos sociais e religiosos.

Outro contingente humano que foi aos poucos sendo incorporado na paisagem amazônica foram os negros africanos. Embora em menor número que os índios, serviram aos mesmos propósitos e também alimentavam os desejos de liberdade.

Diferentemente dos índios, hábeis conhecedores das matas, tinham maiores dificuldades na execução de fugas, mas nem por isso deixavam de tentar. Quando logravam êxito, constituíam os quilombos e mocambos<sup>36</sup>, onde se organizavam comunitariamente, às vezes até contando com a ajuda de índios insatisfeitos com a vida urbana ou aldeada.

---

<sup>35</sup>Artefato de palha de palmeira trançada, com a forma de um tubo flexível. Quando é esticado, diminui seu diâmetro pressionando a massa colocada em seu interior.

<sup>36</sup> Há autores que utilizam estes termos, tal qual aparece nos dicionários, como sendo sinônimos; entretanto, há os que fazem distinção, conforme podemos notar na citação a seguir: “Na crônica histórica do Pará as palavras *quilombo* e *mocambo* aparecem como sinônimos. Damos preferência, entretanto, ao termo *mocambo*, que significa um aldeamento fixo, permanente, ao contrário de *quilombo*, que era provisório” (SALLES, 1971, p. 205). Grifos do autor.

Com uma organização social simples e uma estrutura produtiva dinamizada pelas próprias circunstâncias geradas pela clandestinidade e necessidade de sobrevivência, os mocambos mantinham relações econômicas com outros segmentos e setores da sociedade colonial. Tais atividades iam dos roubos a fazendas locais até a produção agrícola e a exploração do minério de ouro. Os produtos obtidos eram trocados em feiras livres ou no mercado “negro”, por tudo aquilo que não era produzido ou existia em quantidade insuficiente, principalmente alimentos, armas e munições.

Apesar da numerosa quantidade de índios disponíveis para serem escravizados ou utilizados de forma servil pelos colonos, diversos fatores contribuíram para que estes utilizassem, cada vez mais, também o escravo negro africano para o desenvolvimento das atividades econômicas.

Historiadores como Varnhagem e Capistrano de Abreu atribuíram à indolência indígena a opção pelos africanos. Caio Prado Júnior buscou as explicações na pouca lucratividade do trabalho indígena em decorrência de baixa resistência física dos nativos e sua aversão ao trabalho agrícola. Gilberto Freyre argumentou que o índio não reunia aptidão para a vida sedentária da agricultura. Celso Furtado apontou o problema da dispersão das populações nativas, criando obstáculos para o desenvolvimento de uma empresa rentável destinada a sua captura. Fernando Novais buscou explicar a questão dentro de um contexto mais amplo, defendendo a idéia de que a escravização africana estava mais integrada ao sistema mercantilista e proporcionava altos lucros através do tráfico atlântico, sendo parte essencial na acumulação primitiva de capitais.

Os dados disponíveis indicam que a quantidade de negros escravos que foram utilizados na Amazônia colonial foi bem menor do que no Nordeste, contudo, não é de menor importância. Trabalharam nas lavouras, principalmente de arroz, e nos engenhos de açúcar, na colheita do Cacau e outros produtos nativos, assim como na produção de farinha. Também foram utilizados em construções urbanas e serviços domésticos. Mais



as atividades que mais demandavam mão-de-obra escrava eram as fortificações militares.

[...] Isto porque a construção de uma Fortaleza necessitava, ao mesmo tempo, toda uma infraestrutura de material de construção fornecida pelas *pedreiras*, pelas *olarias*, pelos *fornos de cal*, pelas *serrarias*, além de serviços especializados de *remeiros*, *canoeiros* e *carreiros*, entre outros. Conseqüentemente, vamos encontrar negros e índios na Amazônia, no decorrer do século XVIII, entregues a todos esses misteres. (VERGOLINO e FIGUEIREDO, 1990, p. 54, grifos do autor).

Os autores citados observam que “[...] *apesar da precariedade dos dados conhecidos, tudo nos leva a crer que pelo menos 53.000 escravos entraram na Amazônia no período colonial*” (Idem, p. 65).

#### 2.4 A administração colonial

Quando partiu de São Luiz, sede da Capitania do Maranhão, em 25 de dezembro de 1615, Francisco Caldeira Castello Branco ganhou o posto de capitão-mor da Capitania do Pará, subordinado diretamente ao Governador Geral do Brasil. Além das três embarcações com 150 homens, munição e víveres, recebeu instruções escritas (Regimento) para estabelecer um forte, reconhecer a costa, abordar o gentio e envidar esforços para convertê-lo à fé cristã. Decorridos 16 dias, a missão inicial estava cumprida, com a instalação do forte.

Em correspondência dirigida ao Arcebispo de Lisboa, mencionada por Reis (1993, p. 7), Castello Branco referia-se a uma terra “[...] *‘sadia, de muito bons ares, fertilíssima em tudo, inclusive pela abundância e docilidade do gentio, superior ao restante do Brasil [...]*”.

Para a organização da ação colonizadora, além do capitão-mor,

[...] foram aos poucos sendo nomeados outros funcionários, que iam dando à aparelhagem administrativa da capitania paraense os seus lineamentos definitivos. Os primeiros providos foram os da provedoria da fazenda, a cujo cargo corriam os serviços do fisco, seguramente, nos primeiros tempos, de poucas obrigações, dado o pequeno vulto das operações de comércio. O capitão-mor vencia a anualidade de cem mil réis. (REIS, 1972, p. 23).

Castello Branco não permaneceu muito tempo no posto. Em setembro de 1617 foi deposto e preso por não consentir na punição do seu sobrinho Antonio Cabral, que havia assassinado o capitão Álvaro Neto. Como capitão-mor da Capitania do Pará assumiu Balthasar Rodrigues de Mello e permaneceu na função até o ano de 1619. Foi substituído por Jerônimo Fragoso de Albuquerque, nomeado pelo Governador do Brasil Dom Luiz de Souza com ordens expressas para enviar presos para Lisboa os dois capitães anteriormente citados. Também em cumprimento das ordens do Governador do Brasil, empreendeu violento ataque aos Tupinambá e dizimou as aldeias de Guanapú e Carepi (BAENA, 1969, p. 25).

A permanência de um capitão-mor era curta, tamanhos os conflitos internos. Após a morte de Jerônimo de Albuquerque (agosto de 1621), o cargo teve três ocupantes em menos de um ano.

A partir de 1626, efetivou-se a mudança administrativa realizada pela metrópole ao criar o Estado do Maranhão<sup>37</sup>, separando-o do Estado do Brasil e tendo como capital São Luiz. Embora permanecesse na condição de Capitania, o Grão-Pará, tendo por sede Belém, foi gradativamente ganhando importância, a ponto de Arthur de Sá e Menezes decidir pela transferência da sede do governo de São Luiz para Belém, entre os anos de 1686 e 1688.

Baena descreve a prosperidade do Grão-Pará no século XVIII, destacando a circulação de dinheiro e o movimento de exportação de vários produtos obtidos em atividades agrícolas e extrativistas.

No princípio de Maio (1749) na forma do Decreto de 12 de Junho de 1748 principia a correr o dinheiro amoadado de ouro, prata e cobre da mesma inscripção, peso, valor, lei, typo e denominação estatuidos para a moedagem do Brazil. Até então o dinheiro circulante, que havia para as regulares e diurnas despesas, eraõ novellos de algodão e outros generos; os quais tinhaõ valor fixo e estimação de especieis cunhadas, e com elles se pagava aõs

---

<sup>37</sup> A criação do estado fora aprovada em 1618, por Filipe II, mas só em 1626, com a posse de seu primeiro Governador, Francisco Coelho de Carvalho, se tornou realidade. Em 23 de fevereiro de 1652, os dois estados – do Maranhão e do Brasil – foram reunificados, sendo novamente desmembrados em 25 de agosto de 1654. (REIS, 1993, p. 24-25) (BAENA, 1969, p. 29, 64 e 68).

Empregados de todas as classes as quantias de seus ordenados ou mantimentos. [...]

Deste anno em diante recebem os Governadores em dinheiro metallico todo o seu soldo de seis mil cruzados; do qual até entãõ percebiaõ de Lisboa oito centos mil reis em effeitos, e o resto no Pará. Além do mencionado soldo tem propinas e emolumentos, que fazem parte de sua vivenda.

No fim de Maio escreve a Câmera a El-Rei, agradecendo-lhe a Lei da circulaçãõ da moeda Brazilia em logar dos generos e drogas. Requer em 7 de Dezembro aõ Ministério que venhaõ mais navios buscar carga porque he grande a quantidade dos gêneros, e se está perdendo muito cacão, cravo, café, salsa, assucar, e couros. E affirma que o Pará já não se acha como nos tempos anteriores aõ anno de 1733, nos quaes sói havia carga para trez navios, mas que do dito anno avante carrega annualmente seis a sete navios porque chegou a ter um cultivo mais de sete centos mil pés de cacão, e de dezessete mil pés de café. [...] (BAENA, 1969, p. 157-158).

Em 1751 “[...] *D. José I desfez a sujeição a que vivia o Pará. Em vez de Estado do Maranhão e Grão-Pará, passou a chamar-se de Grão-Pará e Maranhão, a capital transferindo-se para Belém*” (REIS, 1993, p. 28).

Nova mudança de nome aconteceu em 1815, quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, passando então o Estado do Grão-Pará e Maranhão a denominar-se tão somente Província do Grão-Pará.<sup>38</sup>

Como se pode notar, com o passar do tempo houve modificações de nome mas a relação de subordinação para com a metrópole nunca foi alterada. Para garantir que o vasto território permanecesse naquela condição, havia um conjunto de procedimentos, como por exemplo os Regimentos (o primeiro datado de 1623). “[...] *Além desses estatutos, decretaram-se, em Alvarás, Cartas Régias, Decisões do Conselho Ultramarino e outras especies legislativas, accrescimos, restrições, alterações, traçando-se rumo seguro aos governantes [...]*” (REIS, 1993, p. 25).

A 19 de março de 1624, o governador do estado do Maranhão foi autorizado a criar capitãncias; em consequência, as terras começaram a ser divididas, principalmente

---

<sup>38</sup> Em 1821, por ocasião da instalação das Cortes de Lisboa, o Grão-Pará foi elevado à condição de Província Ultramarina de Portugal. Assim, voltava a estar subordinado diretamente a Portugal. Isso explica por que os portugueses continuaram a exercer o poder na Província, mesmo após a emancipação política de 1822, indiferentes ao novo governo, e também o fato de ter sido aquela a última região a ser incorporada ao Império brasileiro.

entre os que se distinguiam em feitos militares. Tal iniciativa visava à consolidação do controle ibérico no delta do rio Amazonas e no norte da região. Havia também a preocupação em estimular ações individuais de expansão do território (MAURO, 1991, p. 119). Essas capitânicas ficaram sob a responsabilidade de particulares, mas com a fiscalização da Coroa. Uma exceção era a capitania de Gurupá, que ficou totalmente sob a responsabilidade da Coroa e na qual aconteciam o registro e a fiscalização das embarcações que subiam ou desciam o Amazonas.

A legislação portuguesa relativa à colônia é vista por Prado Jr. (2000, p. 309) como um “[...] *conjunto embaralhado e copioso* [...]” na medida em que não havia a preocupação de uniformidade (“*Órgãos e funções que existem num lugar, faltam noutros, ou neles aparecem sob forma e designação diferentes*”), assim como deixa a desejar quanto a um seqüenciamento lógico “[...] *Quando se cria um novo órgão ou função, a lei não cogita nunca de entrosá-los harmoniosamente no que já se acha estabelecido* [...]”. Além desses problemas, acrescenta que no mais das vezes, em lugar de explicitar os procedimentos, apenas determinava o fazer conforme o que se praticava no Reino. “[...] *Como resultado, as leis não só eram uniformemente aplicadas no tempo e no espaço, como freqüentemente se desprezavam inteiramente, havendo sempre, caso necessário, um ou outro motivo justificado para a desobediência* [...]” (Idem, p. 310).

Pelas razões expostas, considera que o mais nefasto efeito de copiar servilmente na colônia os sistemas adotados no Reino foi a centralização do poder e a concentração das autoridades em poucos locais (capitais e sedes), deixando o resto do território praticamente desgovernado.

É claro que todas aquelas incongruências beneficiavam sempre ao colonizador. Não se tratava de uma simples ausência do poder central, já que ele estava tão incorporado no corpo social e político. Era uma ausência com presença, na medida em que a ação dos particulares estava impregnada dos mesmos pressupostos que davam cimento a todo o processo colonizador. Além do mais, havia o Conselho Ultramarino,

incumbido de tratar dos assuntos coloniais, exceto os da competência da *Mesa da Consciência e Ordens* (assuntos eclesiásticos, bens de defuntos e ausentes) e com os negócios das Ordens Militares (religiosas).

Não havia clareza quanto às atribuições dos governadores no ultramar, até porque, acima deles, sempre vigilante, estava o governo central da metrópole. Suas competências e jurisdições variavam com o tempo, lugar e até com o estilo pessoal de conduzir-se na função. Contudo, não podemos subestimar o poder e a autoridade dos governadores ou reduzir-lhes a expressão na vida administrativa da colônia porque ele de fato representava a figura do rei, tendo até a faculdade de se manifestar em nome do soberano.

Quanto aos demais órgãos da administração, Prado Júnior os analisa em três setores: *militar, geral e fazendário*. O aparato militar era formado pela *tropa de linha*, regular e profissional, permanentemente em prontidão, composta basicamente de portugueses; as *milícias*, tropas auxiliares comandadas por oficiais escolhidos na população civil; e os *corpos de ordenanças*, formados por todo o resto da população masculina entre 18 e 60 anos, não enquadrados nas situações anteriores e tendo uma função local, ao contrário das duas modalidades anteriores. As ordenanças permaneceram até 1831, quando foram extintas.

No chamado setor geral, civil, se situavam as funções propriamente de administração e de justiça. Mas é preciso estar alerta para o fato de que a nomenclatura não corresponde necessariamente às atribuições que hoje desempenham determinadas autoridades. Assim, o juiz ocupava-se não só das funções de justiça, mas também de tarefas administrativas, ou seja, providenciava a execução, a realização das atividades necessárias ao funcionamento da estrutura colonial, fosse acionado ou não.

Nas vilas e cidades, havia o Senado da Câmara (título que só raramente era confirmado de forma legal, por se tratar de simples Câmara), composto por um juiz presidente, três vereadores e um procurador. Quando o presidente era letrado e de nomeação régia, era denominado juiz-de-fora; caso contrário, sendo leigo e eleito como

os demais membros, tratava-se do juiz ordinário. Votavam os chamados homens bons, ou seja, de posses. Os eleitores, embora não participassem das deliberações da Câmara, eram chamados a participar das decisões em assuntos de muita importância e relevante interesse público. Como espaço político, o Senado da Câmara possibilitou a polarização de facções adversas, principalmente as disputas de interesses entre os proprietários nascidos no Brasil e os reinóis. Em alguns casos, chegou a sobrepor-se à autoridade do governador e até a destituí-lo. Mas havia também situações opostas, com o governador interferindo nos assuntos municipais. Contudo, as Câmaras assumiram um papel especial como caixa de ressonância das queixas e solicitações mais gerais.

Os órgãos fazendários, diversos e com funções paralelas não estavam subordinados uns aos outros nem ao governador. O principal deles era a *Junta da Fazenda*, organizada de forma colegiada e presidida pelo governador. O mais importante tributo a ser arrecadado era o dízimo, que recaía sobre qualquer produção. A arrecadação dos tributos, comumente, era feita através de contratos com particulares, dada a impossibilidade de o estado realizar com seus próprios funcionários. A arrecadação de tributos merecia destaque no conjunto administrativo, como ponto chave da empresa mercantilista:

Ela é antes de tudo um “negócio” do rei, e todos os assuntos que se referem à administração pública são vistos deste ângulo particular. Assim os problemas políticos e administrativos que suscita a colônia americana são sempre abordados de um ponto de vista estritamente **financeiro**. Para a política portuguesa, não havia aqui uma sociedade ou uma economia de que se ocupar, fosse embora uma função dos interesses portugueses, mas tão-somente “fianças” a cuidar. Lendo-se a maior e mais importante parte da correspondência oficial e da legislação relativa ao Brasil, percebe-se isto imediatamente. Aliás, nunca se procurou escondê-lo, e o Real Erário é o personagem que representa em nossa história colonial, e sem nenhum disfarce, o maior papel. (PRADO Jr., 2000, p. 372, grifo do autor).

Além dos organismos militares e civis, já mencionados, é de se destacar o papel da Igreja, parceira de todo o empreendimento expansionista português. A vida privada era completamente invadida por esta instituição. A religião, naquele contexto, imbricada no poder do Estado, fazia com que as questões espirituais assumissem o

mesmo grau de necessidade que as exigências práticas da vida. Tamanho espaço de atuação muitas vezes resultava em conflitos entre as autoridades civis e as eclesiásticas, mas quase sempre eram contornados por causa da identidade de propósitos que os unia.

Um elemento singular para a compreensão do caráter administrativo da Igreja foi o Padroado, concedido ao rei de Portugal e nas suas possessões ultramarinas, permitindo-lhe larga ingerência nos negócios eclesiásticos, entre os quais: criação e provimento de bispados; ereção de igrejas e delimitação de jurisdições territoriais; autorização para estabelecimento de Ordens religiosas, conventos ou mosteiros e percepção dos dízimos. Em compensação, através de subvenções, a Coroa obrigava-se a prover a manutenção do clero. Por outro lado, por efeito do padroado, a Igreja deixou de ter independência e autonomia. Os negócios eclesiásticos da colônia sempre estiveram inteiramente nas mãos do rei, que deles se ocupava através do departamento de sua administração. Mesmo assim, a Igreja exerceu uma influência decisiva, especialmente quando da “[...] *preponderância de que gozou por muito tempo na corte portuguesa a Companhia de Jesus [...]*” (PRADO Jr., 2000, p. 338).

### 2.5 O período pombalino

A era pombalina inaugura-se no ano de 1750. Em 31 de julho daquele ano, com a morte de D. João V, assumiu o trono Dom José I que deu posse como um de seus ministros a Sebastião de Carvalho e Melo (posteriormente nomeado “Marquês de Pombal”) começando uma nova fase de desenvolvimento do Estado luso. Portugal tinha um Rei soberano e três Conselhos: o Ultramarino, o da Mesa de Consciência e Ordens e o da Fazenda. Abaixo dessas instâncias, situavam-se os Vice-Reis ou Governadores Gerais de suas Colônias. O Poder executivo do reino português organizava-se em três pastas: Ministério do Reino, Marinha e Ultramar, dirigido por Diogo de Mendonça; Ministério da Guerra, dirigido por Pedro da Motta e o Ministério dos Negócios Estrangeiros dirigido por Sebastião de Carvalho e Melo. Este último, com enorme capacidade de articulação e influência, obteve a destituição de Diogo de

Mendonça, em agosto de 1756, através de Decreto Real e concentrou grande poder no governo.

Os monarcas anteriores (D. Pedro II e D. João V) haviam esbarrado em muitos empecilhos para que suas vontades se impusessem sem oposições. Daí a importância das modificações realizadas na estrutura organizativa e na redistribuição do poder. No entendimento de Saraiva (1993, p. 232-233),

[...] a situação só se alterou na segunda metade do século XVIII, com o Governo pessoal do marquês de Pombal. A liquidação violenta da nobreza, a expulsão dos Jesuítas, a transformação da Inquisição em instrumento do Estado, a repressão violenta das manifestações populares, acabaram então com os verdadeiros limites ao poder absoluto do rei.

Para revigorar a economia portuguesa, em crise devido a diversos fatores, em especial ao declínio da produção mineral brasileira, fazia-se necessário o reforço dos vínculos coloniais, e a retomada do crescimento do Império, apesar do ideário liberal já em voga na Europa. Pombal então implantou várias medidas: decretou o recolhimento de no mínimo cem arrobas de ouro por ano para a metrópole e o monopólio da Real Extração no Distrito Diamantino, restringiu os privilégios da nobreza e do clero, reorganizou as frotas navais e os portos, criou o Banco Real, proibiu a exportação de moedas e criou as Companhias Gerais de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba. Conforme Novais (1989, p. 122-123) “[...] *desenvolve-se na segunda metade do século XVIII todo um esforço de recuperação econômica [...], que necessariamente envolvia um recuo da presença dominante dos interesses ingleses*”.

As reformas estruturais que começaram a ser implementadas em todo o Império colonial português a partir de 1750 mostravam-se afinadas com as expectativas cada vez mais otimistas de um progresso a ser alcançado. A crescente demanda da economia fabril inglesa impulsionava as potências colonialistas a reestruturarem suas economias em função das novas exigências. Pombal (1699-1782), um representante da baixa nobreza, fora ministro plenipotenciário junto a Londres e depois a Viena (1738-1749) estava em sintonia com sua época e via a dinamização da economia mercantil portuguesa como uma pré-condição para superar o atraso e a dependência que



caracterizavam sua economia frente aos países que estavam em fase de industrialização.

Desse modo, o cenário de fundo dos acontecimentos na Amazônia portuguesa configurou-se naquele novo quadro, especialmente por causa da presença de seu primo-irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na condução da Província do Grão-Pará, como Governador-General, entre os anos de 1751 a 1759. Este foi, sem dúvida, o deflagrador na região amazônica do projeto pombalino de reerguer Portugal como potência entre as nações européias.

Vejamos como se apresentava o contexto internacional naquele período:

[...] De um lado, o desenvolvimento irreversível da revolução industrial inglesa exigia cada vez mais a abertura dos mercados ultramarinos consumidores de produtos manufaturados; por outro lado, a política de autonomização e desenvolvimento econômico dos países ibéricos ia cada vez mais dificultando a penetração dos produtos ingleses nos mercados do ultramar pelas vias metropolitanas. O resultado dessa coincidência de tendências divergentes tinha necessariamente de fazer com que os interesses do industrialismo inglês se orientassem no sentido da ruptura do pacto colonial, removendo-se o intermediário das metrópoles [...] (NOVAIS, 1989, p. 123).

O Marquês de Pombal apostava no incremento das relações mercantis entre as grandes nações européias, de tal forma que Portugal não se distanciasse da modernização e do progresso. Era importante a reestruturação da economia de tal maneira que os mercados produtores e consumidores, cada vez mais ampliados, pudessem ser abastecidos de matérias-primas e de gêneros alimentícios e artigos manufaturados.

O plano econômico pombalino, de incentivo à agricultura e ao comércio nas colônias de além-mar, encontrou na Amazônia portuguesa um de seus focos principais, tanto pela necessidade de assegurar em mãos lusas aquela imensa faixa de terra como pela enorme potencialidade de exploração que o primeiro ministro antevia.

Enquanto um conjunto razoável de iniciativas produtivas encontrava-se na atual região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais) prolongando-se até a Bahia e Pernambuco no início da exploração econômica da terra chamada Brasil, a

atual região Norte permaneceu, durante séculos, na condição de reserva a ser defendida de invasões estrangeiras ou de exploração assistemática de alguns produtos.

Para se ter uma idéia da inferioridade do retorno comercial do Estado do Grão-Pará com relação ao Estado do Brasil, para a metrópole, basta lembrar que, no período pré-pombalino, “[...] o número de barcos, viajando anualmente da Amazônia para Lisboa, era de 3 contra 40, partindo dos portos do nordeste do Brasil [...]”. O lucro propiciado com o açúcar superava em muito o obtido com as “drogas do sertão” (PROST, 1997, p. 57). Somente em maio de 1749, teve início a circulação de moedas de ouro, prata e cobre, denominadas *brasílicas*. Mesmo assim, continuou forte a prática do escambo, sendo utilizados como moeda os meios de troca disponíveis tais como cacau, peixe seco e algodão (MONTEIRO, 1994, p. 17).

Por outro lado, o Grão-Pará nunca foi menosprezado como fonte de obtenção de riquezas, mesmo que os indicadores oficiais não sejam tão reveladores. E isso pode ser explicado por uma menor eficiência na fiscalização das atividades ilícitas e nas formas encontradas para burlar o fisco.

Maxwell (1996, p. 45) observa que:

O comércio ilícito de drogas e especiarias do Amazonas era tão lucrativo, diziam os contemporâneos, que enquanto as bancarrotas eram conhecidas entre os outros intendentess, eram raras entre os comerciantes no Grão-Pará e Maranhão.

A partir do advento de Pombal, Belém passou a ser a capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esse fato pode ser interpretado também em decorrência da necessidade de maior obtenção de riquezas extraídas da colônia Brasil.

[...] durante o consulado pombalino, que é quando se estrutura de forma mais sistemática a política mercantilista lusitana, ao mesmo tempo que todo um esquema de ação política de índole ilustrada, lançaram-se as grandes linhas da definição territorial e preservação das fronteiras. Neste sentido, como bem observou Lourival Gomes Machado, é que se deve entender a transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro e a da sede do governo do Estado do Maranhão para Belém do Pará: tratava-se de uma “ubicação racional da sede do poder”. (NOVAIS, 1989, p. 136-7).

Tal acontecimento revelou-se de importância fundamental para a empresa portuguesa na Amazônia colonial: “*a princípio meramente administrativa, tal divisão veio a configurar uma real e profunda diferença de cunho político-econômico entre as duas regiões*” (FARAGE, 1991, p. 23). O Grão-Pará, com sede em Belém e o Brasil, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

A mudança se deu de tal forma que pode ser destacada tanto do ponto de vista político, pois se tratava de garantir a ocupação, articulada com a expansão das fronteiras lusas, quanto do ponto de vista militar, pela condição estratégica que a região representava para a manutenção do projeto colonial português.

O Estado do Grão-Pará e Maranhão contava, na segunda metade do século XVIII, com 11 capitanias assim distribuídas: Maranhão, Grão-Pará, Ceará, Cameté, Alcântara, Caeté, Cabo do Norte, Piauí, São José do Rio Negro, Marajó e Xingu. (AVELLAR, 1970, p. 106-7).

A definição e regularização das fronteiras e limites dos territórios portugueses e espanhóis na América, em especial na Amazônia, eram também preocupações prioritárias. Em 1753, Mendonça Furtado recebeu do rei plenos poderes para tratar da questão dos limites na região, constituindo-se no Primeiro Comissário para as conferências e demarcações. Devido à sua participação na Comissão de Limites, encarregada de delinear as fronteiras lusas na América, partiu em 2 de outubro de 1754 para o Rio Negro junto com vários especialistas estrangeiros enviados de Lisboa sob os auspícios do governo português, devido à ausência de técnicos capazes de compor turmas de campo.

Após essa viagem, em que conheceu, fiscalizou, registrou e exerceu as atribuições a que tinha direito nas terras sob sua jurisdição, retornou a Belém de onde saiu novamente em 16 de janeiro de 1758, já com o intuito de instalar as novas unidades administrativas, transformando as "Aldeias" em "Lugares" ou "Vilas", de acordo com o tamanho de sua população e dando-lhes nomes previamente escolhidos.

A criação das Vilas, a partir das aldeias, foi, conforme o entendimento de Moreira Neto (1988), a maior responsável pelo surgimento de um tipo novo na paisagem amazônica, o *tapuio*, que ele chama de índio genérico. Destribalizado e sem a aldeia, perde todas as referências, sendo mais facilmente convertido em mão-de-obra à disposição dos colonos.

A vila pombalina foi instituição bem diversa do aldeamento missionário. Em primeiro lugar, o carisma religioso foi substituído pela presença e pela opressão física da autoridade local e do colono mas, também, por valores abstratos quase sempre incompreensíveis, como as posturas e normas legais, a autoridade (pouco convincente e de duvidosa legitimidade) de índios e mestiços convertidos em juizes e vereadores – funções vedadas, via de regra, às lideranças tradicionais do grupo – e por símbolos profanos mais ominosos, como o pelourinho. Acima de tudo, a nova ordem representava a desistência da autonomia relativa – que é um dos traços mais característicos das comunidades de índios e *tapuios* que coexistiram ou sobreviveram ao regime das missões, representava, também, a integração direta e inexorável à ordem colonial que, como colonizados, eram necessariamente subordinados aos colonizadores e nunca iguais em direito, a despeito dos textos legais. (MOREIRA NETO, 1988, p. 25).

As povoações, cujos nomes eram predominantemente indígenas, passaram a ter denominação de cidades portuguesas. Nesse fato percebe-se a preocupação do governador com o processo de implantação radical da língua portuguesa na região. Os religiosos, insistindo na utilização da Língua Geral, resistiam à perda do controle sobre os índios; ao mesmo tempo, ampliavam o fosso que os separava, naquele momento, da política lusa, o que se transformou em um dos fatores justificadores de sua expulsão.

Os missionários em sua atividade “civilizadora” foram várias vezes advertidos pelo rei de terem negligenciado o ensino da língua portuguesa. E o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado irá acusar os missionários religiosos em geral de terem deixado os índios na ignorância da língua lusitana. Alega ele não ter encontrado índios nas ex-missões dos religiosos, que soubessem os mandamentos da Lei de Deus, ou o Credo em português. E se pergunta estupefacto: Como poderão os índios compreender o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo sem o vínculo necessário da língua portuguesa? (FRAGOSO, 1992, p. 172)

Depois da assinatura do Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha, em 1750, ainda no reinado de D. João V e após três anos de árduas negociações, tornavam-se mais necessárias a ocupação e a defesa do território luso. Portugal conquistara a



Imediata demarcação das fronteiras e ampliação do número de colonos se fazia necessária. A política colonial pombalina, fundamentada na compreensão da importância do Brasil para o desenvolvimento da metrópole, objetivava estender o território até onde fosse possível, ao mesmo tempo em que reforçava a estrutura administrativa, judicial e militar, mediante o fortalecimento do poder absoluto da monarquia.

[...] Pombal completou a reorganização administrativa do Brasil que se iniciara durante o reinado de Dom João V. O objetivo era criar uma estrutura administrativa e política que atendesse às necessidades estratégicas e geográficas decorrentes do Tratado de Madri e às novas realidades econômicas e aos problemas de comunicação que se originavam da exploração e colonização permanente do interior do Brasil. Basicamente, as medidas eram de dois tipos: primeiramente, foram formadas novas capitanias naqueles territórios que eram extensos demais e difíceis de administrar diretamente e, em segundo lugar, foram retomadas pela coroa as pequenas capitanias que ainda restavam nominalmente em mãos de particulares mas abandonadas muitas vezes por seus donatários.

As vicissitudes do Estado do Maranhão dão um bom exemplo do tipo de reorganização que ocorreu. O Estado era constituído por três capitanias da coroa (Pará, Maranhão e Piauí) e seis pequenas capitanias privadas (Cabo do Norte, Ilha Grande ou Marajó, Xingu, Cameté, Caeté e Cumá na periferia do delta do Amazonas), mas depois de 1751 sua estrutura foi radicalmente alterada, quando recebeu o título de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Com isso era reconhecida oficialmente a importância estratégica e a força econômica superior do Pará. O Estado foi dividido em dois “governos”, com um governador e um capitão-mor que residiam permanentemente em Belém do Pará, a capital a partir de 1737, e um governador “auxiliar” que morava na antiga capital, São Luís do Maranhão. Entre 1752 e 1754 as seis pequenas capitanias foram retomadas de seus donatários e incorporadas ao Estado, enquanto em 1755 a parte oeste da enorme capitania do Pará foi desmembrada para formar uma nova capitania subordinada, São José do Rio Negro, semelhante à capitania subordinada do Piauí, separada do Maranhão. (SILVA, 1998, p. 486-487).

O desenvolvimento da economia brasileira precisava ser assegurado, mas dentro dos princípios do “pacto colonial”, ou seja, em proveito exclusivo da metrópole. Desta forma,

[...] tinha de ser afirmada a soberania da coroa portuguesa sobre uma área mais ampla possível. Para isso, os portugueses reforçaram suas defesas, aumentando a rede de fortes ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes e incentivando a ocupação de regiões ainda desertas ou cuja população fora dizimada por epidemias. Sobretudo, foram instalados nessas regiões colonos portugueses oriundos de áreas com excedente de mão-de-

obra – os famosos casais dos Açores e da Madeira. Foi-lhes assegurada ajuda material e deles se esperava que trabalhassem sem o recurso ao trabalho escravo. Assim, foram criados ou restaurados ou fortes de Gurupá, Macapá, São José do Rio Negro, São Joaquim, São Gabriel, São José dos Marabitanas, Itabatinga, Bragança e Príncipe de Beira, bem como a nova capital do Mato Grosso, Vila Bela, na margem leste do rio Guaporé. (SILVA, 1998, p. 483)

Foi nesse contexto que a idéia de transformar o índio em “colono” ganhou intensidade como uma alternativa viável, desde que fossem retiradas as barreiras impeditivas, como por exemplo a tutela sobre eles exercida pelos jesuítas.

Conforme Damasceno (1998, p. 63)

[...] as razões fundamentais da política reformista que D. José I e Carvalho e Melo vão implementar em relação ao trato com os indígenas na Amazônia colonial – determinada por uma legislação francamente não escravista – podem ser sintetizadas em três grandes fatores intrinsecamente ligados à empreitada da colonização: a ocupação através de povoamento planejado e a exploração agrícola (corolários do desenvolvimento comercial pretendido para a região) e, em terceiro lugar, o controle direto do Estado, não mais com a mediação dos religiosos, que deixaram de deter o poder temporal das aldeias [...]

[...]

Povoamento, em aldeias, lugares ou vilas; estímulo à agricultura e ao comércio e controle direto do Estado: sobre esses três eixos vão assentar-se as ações governamentais para o Grão-Pará e Maranhão a partir de meados do século XVIII, intensificadas sobretudo com o advento do governo de Mendonça Furtado.

Influenciado por uma nova concepção da relação entre Estado e Igreja, corolário do complexo iluminismo europeu e pelas contendas insolúveis em torno do controle sobre as aldeias entre os colonos e os jesuítas, Pombal expulsou aqueles religiosos das colônias ultramarinas portuguesas. Do Pará saíram quarenta, em 1759, ao mesmo tempo em que o Estado lhes confiscou uma fortuna em bens acumulados. Tal medida teve como consequência o crescimento do poderio econômico dos colonos leigos que não só revigoraram as práticas de exploração do trabalho indígena, sem a denúncia dos religiosos, como também se beneficiaram com o aproveitamento em seu proveito dos espaços antes controlados pelas diversas ordens, especialmente a dos jesuítas.

Embora nunca tenham prosperado as grandes plantações de cana-de-açúcar no Grão-Pará, há registros de que em torno de Belém existiam vários engenhos e fabriquetas destinadas à produção de cachaça. O Marquês de Pombal estimulou a lavoura espalhando colonos portugueses pelas aldeias em um processo de mesclagem cultural. Foram incentivadas as culturas de cacau, anil, café, algodão, arroz e cravo. Desse modo, promoveu a migração de colonos de várias regiões do império luso para o Grão-Pará.

Mesmo não tendo conseguido êxitos imediatos, realizou um trabalho que deu frutos posteriores, como analisa Arruda (1980, p. 641-642)

[...] chamamos a atenção para os efeitos a longo prazo das reformas pombalinas. “Pombal, que alimentava uma verdadeira ojeriza pelas minas que considerava “como riquezas fictícias”, havia feito do incremento da agricultura um dos itens principais da sua administração, e, sob a sua influência direta, o cultivo do algodão, do arroz, do anil, do cacau e do café espalhou-se rapidamente por toda extensão do território brasileiro”. O protecionismo dispensado à agricultura surtiria efeito a longo prazo. No final do século XVIII e inícios do século XIX, produziria resultados: era a diversificação agrícola que passava a sustentar o Estado português, porque sustentava as Fábricas do Reino de matéria-prima, propiciando a retração das importações, contribuindo para que a Balança Comercial coma Inglaterra se tornasse favorável.

O estímulo às manufaturas portuguesas está intimamente relacionado à política de fomento agrícola, pois, sem a matéria-prima oriunda da colônia, os custos de produção industrial seriam muito elevados, principalmente numa fase de implantação do aparelho industrial. Daí a correlação entre os dois estímulos: agricultura e indústria. [...]

Decidido a colocar Portugal em condições de competir com as potências européias da época, Pombal empreendeu uma série de reformas que abrangiam desde a reorganização econômica até reformas educacionais. Tais reformas tiveram prosseguimento mesmo após o fim do período pombalino, em função dos resultados alcançados.

[...] produziram uma geração de homens providos de uma nova visão técnica, científica e filosófica, que, numa tentativa de introduzir reformas e progresso em Portugal, juntaram forças com uma geração mais velha de homens “ilustrados”. Além das tradicionais instituições, como a Universidade de Coimbra, reformada em 1772, vários outros órgãos deram importante contribuição a esse movimento. De modo bastante curioso, foi no Brasil que se criou, em 1772, a primeira academia científica do império português. Foi a



Academia Científica do Rio de Janeiro, fundada para incentivar o estudo das ciências naturais, da física, da química e da agricultura, e, portanto desenvolver ou melhorar a economia do Brasil. Do mesmo modo que outra instituição que a seguiu alguns anos mais tarde (a Sociedade Literária, 1786-1794), a Academia Científica não sobreviveu por muito tempo (1772-1779), mas ajudou a promover a difusão de novos produtos para exportação. [...] (SILVA, 1998, p. 506)

No Grão-Pará, Mendonça Furtado também realizou um governo marcado por mudanças substanciais no plano econômico, político, social e cultural. Entre as realizações, podemos enumerar: a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, incentivos para a união entre índias e colonos portugueses, expulsão dos jesuítas e liquidação das missões, além da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa.

[...] o ensino do português era uma exigência das determinações dos reis de Portugal, em vista dos índios serem seus “vassalos”, e, sobretudo, porque seria através desse instrumento da língua portuguesa que a corte régia iria garantir o fundamento jurídico de sua conquista em regiões que, pelo Tratado de Tordesilhas, deveriam ser da Espanha. Pois, em 1750, quando do Tratado de Madri se procura delimitar as fronteiras da América portuguesa e espanhola, o critério decisivo vai ser este: A América portuguesa vai até onde se falar o português. (FRAGOSO, 1992, p. 170).

A Companhia Geral de Comércio, criada por Pombal em 1755, é entendida por Novais (1989, p. 136) como um projeto econômico articulado com a defesa do patrimônio. De fato, ela revigorou a economia do Estado. Mas também contribuiu, ao longo de seus 22 anos de existência, para o surgimento de profundas mudanças no quadro demográfico e que acarretariam problemas de ordem política e social.

Salles (1971, p. 33) relata que aquela Companhia foi responsável pela introdução de 14.749 escravos africanos apenas no Pará. Tal empreendimento fazia-se necessário, uma vez que o governador Mendonça Furtado, exercendo o cargo munido de amplos poderes, prometia finalmente concretizar as disposições legais que desde 1624 proibiam o cativo de índios, substituindo-os pelos negros.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> A tentativa de execução do Alvará de 15 de maio de 1624 resultou em um primeiro conflito entre missionários e colonos. A Câmara de Belém, defendendo os interesses dos colonos, conseguiu sustar aplicação do referido Alvará.

Mas não era tarefa fácil, especialmente se considerarmos que, por volta de 1680, o preço de um escravo africano girava em torno de 100\$000 a 120\$000 (cem a cento e vinte mil réis), enquanto um índio podia ser adquirido em Belém pela módica quantia de 4\$000 (quatro mil réis) (FREIRE, 1991, p. 33).

A preocupação em contornar o problema da aquisição de mão-de-obra para a lavoura foi o ponto de partida para a organização da Companhia de Comércio. No ano de 1754, em carta dirigida a Diogo de Mendonça, integrante da Corte Real em Lisboa, Mendonça Furtado apresentava argumentos para solicitar apoio na metrópole para a criação da referida Companhia. Explicava que com a venda de ações de cem mil réis, obteve junto aos colonos do Grão-Pará a importância de 30 mil cruzados, mas essa quantia era insuficiente para a empreitada. Além do mais, era preciso também contar com outros favorecimentos. Seus apelos foram atendidos e a Companhia, formada a 6 de junho de 1755, passou a contar com vários privilégios (SALLES, 1971, p. 34-35).

Cumprindo a política de revitalização comercial portuguesa, a Companhia “[...] não apenas cuidou da produção mas, também, da distribuição das riquezas” (QUINTILIANO, 1963, p. 75-76). O autor citado informa que chegaram a ser feitos, pelos índios, ternos impermeabilizados e outros artigos de borracha.

Por outro lado, ao longo de seu funcionamento, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, detentora do monopólio do comércio, de solução passou a ser um novo problema. Isso pode ser notado na transcrição a seguir, embora seu autor insista em resgatar o “lado bom”, uma vez que as “paixões do momento” não estavam permitindo a verificação “com isenção e espírito de justiça”.

A “Companhia” tinha a obrigação de transportar a produção da colônia, trazer a ela os gêneros de que carecesse o Estado, introduzir o braço africano, cooperar no fomento à lavoura e à colonização. Quase que os mais pesados encargos do plano econômico pombalino ficavam a cargo da “Companhia”. Sua frota, que foi construída nos arsenais reinóis e de Belém e São Luís, cortou o Atlântico no cumprimento de seus misteres, sem os louvores da Capitania. Porque os colonos se julgavam prejudicados, uma vez que só tendo agora os navios da “Companhia” para embarcar o que produziam, ficavam sujeitos aos seus fretes e aos seus caprichos em matéria de preço para a produção, adquirida quase que violentamente nos dois portos

pelos agentes dela. Embora, apesar das acusações que fizeram, entre elas a de trazer mercadorias más para os colonos, inclusive fazendas estragadas, meias usadas, alimentos apodrecidos, escravos a altos preços e em quantidade muito parca, a “Companhia” prestou serviços, que as paixões do momento impediram de verificar e assinalar com isenção e espírito de justiça. (REIS, 1972, p. 63)

Reclamações dos colonos portugueses residentes no Grão-Pará, e de comerciantes de Lisboa, exercendo pressão sobre o Rei, foram decisivas para o fim da Companhia de Comércio. Carrera (1988, p. 90) cita uma representação assinada por 48 comerciantes de Lisboa, contrários à renovação da concessão do monopólio para a Companhia.

Embora obtendo um certo sucesso inicial, a tentativa de transformar a Amazônia em produtora de produtos agrícolas não logrou o êxito desejado, devido a diferentes fatores que vão desde a adversidade das condições de clima e solo, passando pelo constante problema da escassez de mão-de-obra, até as grandes distâncias e epidemias (LINHARES, 1990, p. 59-60).

Mas foi também durante o período pombalino que a cidade de Belém, na qualidade de sede do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ganhou efetivamente ares de capital.

A prosperidade econômica e cultural propiciou a construção de diversos prédios públicos e particulares, seguindo linhas arquitetônicas arrojadas. O próprio Mendonça Furtado trouxe de Portugal o arquiteto Landi para construir o Teatro da Paz e o Palácio do Governo.

Todos esses símbolos de prosperidade também serviam para aumentar o contraste resultante da ampliação das diferenças entre uma minoria rica e uma maioria de miseráveis. Ao primeiro grupo, pertenciam funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e militares portugueses. No segundo grupo podemos enumerar os pequenos proprietários, brancos livres e sem ocupação, mestiços e índios, além dos escravos negros.

Também merece registro observar que entra nessa composição uma nova e importante categoria social – o tapuio – expressão utilizada para designar o índio que perdeu a sua identidade e não conseguiu espaço na ordem social do branco.

Em linhas gerais, foram estas as principais modificações introduzidas pela política do Marquês de Pombal no Grão-Pará, cujas repercussões marcaram as décadas seguintes.

Um balanço desse período, comprometido com a verdade histórica e não apenas com interesses de grupos ou instituições, não pode deixar de registrar as atrocidades que foram cometidas contra os habitantes nativos, desestruturando suas formas de organização e alterando sus crenças, seus valores, sua cultura, sua dignidade. As marcas de prosperidade escondem um passado de destruição. A efetiva presença do colonizador português significou, como seu contrário, a gradativa ausência dos verdadeiros donos da terra.

Sob a ótica do colonizador, os “selvagens” foram “civilizados”. Entretanto, talvez seja preferível pensar que os interesses de uma minoria ávida de poder e riqueza se sobrepuseram a uma absoluta maioria desorganizada e destituída de tais desejos.

Do choque entre povos com características tão distintas, resultou o aniquilamento daqueles que, embora sendo valentes guerreiros e exímios conhecedores do terreno onde a luta se tratava, desconheciam as técnicas e as artimanhas utilizadas pelo adversário.

Como instrumentos de guerra não foram utilizadas apenas as armas e munições disponíveis na época, mas também a palavra, os gestos, os sentimentos, tarefa que coube aos missionários, através da catequese.

O próximo capítulo será dedicado à continuidade da compreensão do processo de colonização no Grão-Pará, e sua articulação com a catequese e a educação.

## CAPÍTULO III

### A EDUCAÇÃO NO GRÃO-PARÁ COLONIAL

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado? Mais do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa. Quem fez as letras nessa sociedade? A quem pertencem? Pertencem à corte, como eixo social. Não se trata, a meu ver, de possibilitar o acesso ao livro, ao livro sagrado: nem estamos na Alemanha, nem a leitura da Bíblia estava na linha do devocionismo então vigente. Trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade. Esta mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos. A certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-las desnecessárias. E os colégios, estes sobretudo, se voltam para os filhos dos principais. A cultura hegemônica assim o dispunha. (PAIVA, 2000, p. 43-44).

#### *3.1 A colonização e o “processo civilizatório”: ação do Estado e da Igreja*

Temerosos de ou escandalizados com alguns dos costumes indígenas, os colonizadores buscavam os meios necessários para torná-los “civilizados”. Era como se as populações nativas também fizessem parte da natureza bruta que precisava ser dominada. Neste caso, moldada pelos valores europeus.

Para esta tarefa a atividade das Ordens religiosas, em especial a Companhia de Jesus, foi decisiva. Consoante com as idéias de civilização desenvolvidas pelos enciclopedistas, comungavam do entendimento de que: “*Quanto mais afastada da ‘natureza’ mais alguma coisa é ‘civilizada’.* A natureza é algo ‘bruto’ à espera de ser ‘purificada’, lapidada pela ação dos súditos de Cristo” (NEVES, 1978, p. 41).

Além disso,

As regiões conquistadas pelo colonialismo mercantilista são as regiões da *Natureza*. A Metrópole é a sede da Civilização. E, apesar da heterogeneidade e da distância, há possibilidade de um relacionamento. E o melhor relacionamento é a troca. A cristandade dá a civilização e os gentios dão a natureza. [...] (Idem, p. 42, grifo do autor).

A colonização adquire então uma espécie de justificativa civilizadora. Este é mais um traço diferenciador de outras formas anteriores de movimentos expansionistas, como nos revela Norbert Elias:

[...] Não é das menores características da estrutura da sociedade ocidental que o lema de seu movimento colonizador seja “civilização”. Para os membros de uma sociedade em que é grande a divisão de funções não basta simplesmente governar indivíduos e países subjugados pela força das armas, como se formassem uma casta guerreira, embora os velhos e simples objetivos da maioria dos antigos movimentos expansionistas – a expulsão de outros povos de suas terras, a aquisição de novos solos para cultivo e assentamento – indubitavelmente tenham desempenhado um papel nada pequeno na expansão do Ocidente. Mas a necessidade não é só de terras, mas também de pessoas. Elas têm de ser integradas, seja como trabalhadores seja como consumidores, na teia do país hegemônico, de classe superior, com sua diferenciação altamente desenvolvida de função. Isto, por seu turno, exige certa elevação dos padrões de vida e o cultivo do autocontrole e das funções do superego nos povos submetidos, de acordo com os modelos ocidentais: exige, em suma, “civilizar” os colonizados [...]” (ELIAS, 1993, p. 259).

Mas que civilização foi esta? Quais os seus fundamentos e seus propósitos?

No *Manifesto* [...] escrito por Marx e Engels, encontramos uma interessante pista para respondermos a essas indagações. Dizem os referidos autores:

Pelo rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. [...] Compele todas as nações a apropriarem os meios de produção da burguesia, sob pena de ruína total: compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Numa palavra, a burguesia cria para si um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX e ENGELS, 1982, p. 110-111).

Embora o texto acima citado corresponda a uma fase posterior ao período a que estamos nos reportando, não há dúvidas de que o colonizador procurou impor os seus padrões e costumes e, neste sentido, criar um mundo que mais se assemelhasse com as suas pretensões. E como estivesse imbuído do desejo de obter riquezas e/ou conquistar novos adeptos para a religião católica, o colonizador usou de todos os meios

para anular quaisquer formas de organização e de comportamento praticadas pelos índios que não fossem convenientes para os seus interesses. E assim alegavam estar levando a civilidade para aqueles que viviam de forma selvagem.

Naquele contexto, o trabalho das Ordens religiosas tornava-se imprescindível. Embora nem sempre a alegada civilidade fosse a meta final, era necessário para os fins da colonização que buscassem formas de aproximação que resultassem na colaboração quase espontânea do habitante nativo. E isso só seria possível se houvesse o conhecimento das regras “civilizadas” do colonizador.

[...] Em relação aos índios, sua aceitação à mínima condição de humanidade exigia sua conversão ao catolicismo. Os termos e efeitos da conversão resultavam, aos olhos dos portugueses, na dupla condição de humanizar os índios e de fazê-los aceitar as regras de submissão pessoal e de acatamento à ordem política e cultural vigente. Para isso é que era preciso a presença de missionários – e só nesse sentido é que eles foram tolerados pelos colonizadores. O pior índio era aquele que não conseguia entender e aceitar os ensinamentos religiosos dos missionários. Ao justificar o sacrifício de alguns índios Tremembés à boca do canhão, em 1666, o jesuíta João Felipe Bettendorf, autor de uma extensa crônica sobre a missão jesuítica, diz que jamais havia sido capaz de dar a qualquer desses índios “um bom sentimento de Deus”. Ao tentar doutrinar um dos seus maiores, teria ouvido “estas escandalosas palavras *nicatui ibaca, ibinho, ycatú*, que querem dizer: Céu, não presta para nada, só a terra sim, esta é boa” [...]. No cômputo geral, entretanto, a tarefa da doutrinação religiosa com fins sociais foi desempenhada com eficácia pelos missionários que se estabeleceram no Maranhão e Grão-Pará – jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercedários. Todos eles não só acatavam e emulavam a autoridade máxima do rei e de seus administradores, como também procuraram introduzir a autoridade divina pelo símbolo e pela liturgia. (GOMES, 2002, p. 134).

Fragoso (1992, p. 152-154) observa que nos documentos régios o índio é quase sempre apresentado como um selvagem ou um bárbaro. Sabe-se que houve uma forte polêmica entre os próprios religiosos acerca da possibilidade ou não da conversão do índio ao cristianismo, alguns até se rendendo aos argumentos dos colonos mais ávidos por mão-de-obra e que não viam outra forma de “aproveitamento” para aqueles “brutos silvestres”. O autor citado transcreve um trecho de um documento redigido pelo procurador das Câmaras do Pará e Maranhão, Paulo da Silva Nunes, dirigindo-se ao rei de Portugal por volta de 1735, e no qual expressava o pensamento daquelas Câmaras

ao afirmar que os índios não eram verdadeiros humanos e sim brutos silvestres incapazes de participar na fé católica. Por esta razão, pergunta: “*se os etíopes podem ser cativados, por que não podem sê-lo os índios do Maranhão?*” Tal documento revela as disputas que eram travadas entre colonos e missionários, especialmente os jesuítas. Todavia, como analisa Paiva (1982, p. 33)

A luta entre jesuítas e colonos, os primeiros defendendo ao máximo a liberdade dos índios, e os segundos forçando ao máximo seu cativeiro justo, será uma mera questão de enquadramento: entre eles mediará a Coroa (a primeira interessada), a quem enviou tanto a uns como a outros; é ela quem decidirá [...]

Fragoso também destaca os limites do conflito entre os vários grupos que disputavam o domínio sobre os índios:

Para a ótica da corte régia, missionários, colonos e autoridades locais eram todos “instrumentos da colonização”. O que importava era harmonizar os interesses desses três grupos de “colonos”. Se as determinações reais pareciam tantas vezes mostrar preferência pelos “colonos missionários”, o seu intento último era providenciar, através dos missionários, de uma maneira mais prática e eficaz, o bem dos outros colonos “seculares”. Assim, por exemplo, a concessão aos religiosos de terem o governo temporal e espiritual dos aldeamentos dava aos missionários um poder absoluto sobre os índios, mas, por outro lado, os missionários teriam a obrigação de desenvolver uma série de atividades em função do bem dos colonos e do projeto conquistador.

A posição dos colonos frente à questão dos índios estava, pois, em primeiro lugar, marcada pelo interesse de ter “mão-de-obra barata”, ou mesmo de graça. E esse interesse se demonstrou, de maneira ordinária, como insaciável. Tal posição tinha como pressuposto a visão que os colonos tinham do índio. Um conceito de índio como ser infra-humano daria toda uma base jurídica para a escravização do índio. (FRAGOSO, 1992, p. 160).

Os missionários foram importantes agentes no processo de colonização, integrando objetivos político-religiosos-econômicos. No Brasil, a principal Ordem religiosa que se dedicou à catequizaçã<sup>40</sup> dos índios foi a Companhia de Jesus. Por causa dos métodos que empregou nessa atividade e da perspicácia com que soube utilizar-se do trabalho indígena nas missões, auferindo grandes lucros com a comercialização dos produtos, além da defesa por vezes intransigente da liberdade dos

<sup>40</sup> A palavra catequese é de origem grega, na qual o verbo *katechein* significa ensinar, educar. O termo catequizar adquiriu o sentido de instrução religiosa no início do cristianismo, referindo-se ao processo de doutrinação na fé.



índios, teve que enfrentar críticas de outras Ordens religiosas e o furor dos demais colonos que se sentiam prejudicados em seus interesses econômicos.

Gomes destaca dois métodos de missionização praticados por jesuítas e integrantes de outras Ordens religiosas: persuasão forçada e acatamento voluntário. Em ambos, mostra a combinação dos interesses religiosos com os objetivos econômicos dos colonos.

Os jesuítas, como as demais ordens religiosas, usavam de dois métodos para reunir índios em aldeamentos. O primeiro se realizava como um empreendimento de risco no qual missionários e representantes da Coroa se associavam para entrar pelos sertões e convencer tribos indígenas a aceitar a presença de missionários para serem catequizados e se tornarem disponíveis ao recrutamento para o trabalho nas aldeias de repartição. Esse método combinava a persuasão, que operava através da distribuição de presentes e da promessa de que não seriam molestados por bandeiras escravistas e a coerção das armas. Quer dizer, junto com as técnicas e a boa vontade da persuasão era, às vezes, imprescindível aplicar uma lição de força para que os índios se submetessem; ou, por outra, eles já teriam experimentado semelhante violência pelas mãos de entradas ou bandeiras anteriores. Chamamos esse método de persuasão forçada, que parece ter sido utilizado mais especificamente em grupos indígenas que não falavam a língua geral e que desconfiavam com mais temor do estilo de vida dos luso-brasileiros que os aguardava.

[...]

O segundo método, que chamaremos de acatamento voluntário, era menos traumático e talvez com resultados menos perniciosos. Uma tribo indígena era, de início, contatada por um emissário dos jesuítas, geralmente um índio da tribo ou que falava uma língua parecida, e que já vivia no meio colonial. O emissário falava a respeito dos jesuítas e de seu desejo de fazer missão entre eles, o que significaria receber bens antes inalcançáveis e ter segurança contra ataques de outros portugueses. Tendo uma resposta positiva, em seguida vinha um jesuíta com uma comitiva de índios de missão e uma carga de presentes para cumprir as promessas feitas (Vieira, 1925: 395). Em alguns casos, a própria tribo indígena enviava por sua conta um emissário para conversar e negociar seu relacionamento com os jesuítas. Finalmente, escolhia-se um local para a missão e tratava-se de persuadir a tribo a mudar-se para tal local, em geral, de fácil acesso a uma vila ou povoado português, mas não tão próximo que favorecesse o contato permanente com os colonos.

[...]

Uma variante do acatamento voluntário era aplicada em associação com a administração colonial. Nesse caso, os jesuítas agiam como embaixadores e os retornos desses empreendimentos eram bastante rendosos. Na década de 1650, em três entradas que foram acompanhadas por jesuítas

(inclusive a que estava o próprio Vieira), mais de três mil índios livres foram convencidos a deixar suas aldeias e descer para viver em aldeias de repartição perto de Belém, onde deveriam ser catequizados e postos à disposição como índios forros. [...] (GOMES, 2002, p. 157-158).

As práticas pedagógicas visando converter os índios geralmente combinavam formas mais ou menos pacíficas com outras agressivas, tais como as chamadas *guerras justas*, validadas pelos missionários como mais um recurso na conquista de almas para Deus e de súditos para a Coroa.

Na história das relações entre “europeus” e “índios” no Brasil quinhentista, a guerra santa, a chamada “guerra justa”, teve desdobramentos na prática – e na teoria – singulares. Os jesuítas têm como forma primeira e preferencial de conversão o “convencimento”. Pretendem fazer entender a doutrina cristã pelo gentio através da razão atingida por práticas pedagógicas, institucionais (escola) ou não (“exemplo”), pacíficas. A partir do momento em que a estratégia do “convencimento” se revela insuficiente para converter, os inácianos passam a aceitar a idéia de guerra justa a fim de que fossem “domados” aqueles que insistissem em comer Bispos ou roubar apitos [...] Essa incorporação da guerra como modo de converter não significa uma rejeição da antiga ideologia educacional de “convencimento”; ambas coexistem. A guerra vitoriosa tem não somente resultados político-militares-econômicos “leigos”; ela tem um valor pedagógico próprio, que é o do “exemplo”. Exemplo que, se agora não é mais o das virtudes de “mansidão” dos cristãos, permanece igualmente válido. “Esse gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado e por isso se S. A. os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar [...] e Nosso Senhor ganhará muitas almas [...]” (Nóbrega, Cartas do Brasil, carta ao P. Miguel de Torres (Lisboa) da Bahia, 8 de maio de 1558, p. 280-281). (NEVES, 1978, p. 68-69).

Mello (2002, p. 112) em suas análises acerca do longo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista observa que: “*A civilização do capital interligou o mundo, criando em todos os pontos do globo idênticas vontades e necessidades, iniciativas e impasses, soluções e problemas, semelhante tecido social*”.

No Brasil colonial, não foi fácil a tarefa de homogeneizar ou pelo menos diminuir as diferenças entre as diversas nações indígenas e o colonizador. Resultou de um longo e constante trabalho de aculturação, em que o aprendizado muitas vezes se dava nas duas direções.

Os jesuítas foram muito hábeis em aprender com o índio: sua língua, suas crenças, seus medos e suas fantasias<sup>41</sup>, para depois utilizá-las em proveito dos propósitos para os quais a Ordem havia sido criada, e que também serviam aos interesses mais amplos da formação de um mundo “civilizado”.

Há estudos que mostram, com base em documentos da época produzidos por missionários e viajantes, que os habitantes nativos eram portadores de conhecimentos que foram assimilados pelos colonizadores. Isso incluiu desde as habilidades e destrezas no enfrentamento dos perigos da selva e dos rios, a distinção de ervas medicinais e venenosas, assim como o uso de ornamentos, pinturas e a produção de objetos de madeira e argila, entre outros.

Nos aldeamentos, entretanto, os índios iam aos poucos se afastando das formas de aprendizagem que caracterizaram seus antepassados. Deu-se, então, o movimento inverso: o índio teve que aprender com os jesuítas. E isso lhes custou não somente a domesticação, mas também a inclusão, no nascente capitalismo, como força de trabalho disponível para os detentores dos meios para utilizá-la de acordo com a lógica da produção de mercadorias.

Os métodos, os fins e os objetivos da catequese e da instrução no Brasil colonial já foram objeto de vários estudos, e não é nosso propósito repeti-los. Pretendemos, todavia, utilizá-los como referencial teórico para nossa argumentação.

A catequese e a instrução foram meios de doutrinar na fé cristã católica o índio e também ensiná-lo a ser trabalhador. Ao mesmo tempo, serviram para manter a cultura

---

<sup>41</sup> “O mundo sobrenatural era muito real para os tupis, mesmo que não tenham tido uma religião organizada. Sentiam-se rodeados de espíritos ou demônios, alguns protetores mais em sua maioria malévolos. A vida tribal estava envolvida numa trama de lendas, mitos, cerimônias e crenças espirituais. Quase toda celebração, quer relacionada com o calendário agrícola, a caça, a guerra, quer com o ciclo de vida, se impregnava de um sentido espiritual. Toda tribo tinha pajés para interpretar o mundo sobrenatural e curar por meio da fé do paciente em seus poderes espirituais. Os mais velhos da tribo adoravam narrar as lendas de seus ancestrais. As decisões eram tomadas através da interpretação de presságios ou por adivinhação. [...]”

“[...] O trovão era identificado ao urro de um demônio chamado Tupã – e os jesuítas, de modo bastante surpreendente, adotaram Tupã como a tradução tupi para Deus. Dos muitos espíritos malignos, o que os missionários adotaram para corresponder seu Demônio foi Anhangá (também conhecido entre os tupis do norte como Jurupari) [...]” (HEMMING, 1998, p. 113-114).

portuguesa nos domínios do reino. Catequese e instrução realizaram-se em graus diferenciados para colonos e colonizados, como reflexo de uma sociedade dividida em classes.

Servindo aos propósitos colonizadores, a catequese e todo o componente pedagógico da qual era portadora, contou com o apoio da Igreja e do Estado. Essas duas instituições articularam-se e apoiaram-se mutuamente na montagem e no funcionamento do sistema colonial, mesmo que em algumas situações específicas tenham surgido conflitos.

O Estado desempenhou papel fundamental no processo de colonização, legalizando e legitimando as vantagens de classe das metrópoles e as das colônias.<sup>42</sup> A empreitada colonizadora exigia grandes investimentos, de tal forma que não podia ser realizada pela incipiente organização empresarial. Daí a importância decisiva do Estado centralizador, capaz de mobilizar recursos financeiros e humanos.

Como observa Novais (1995, p. 49-50).

[...] Na medida em que os velhos reinos medievais se organizam em Estados de tipo moderno, unificados e centralizados, vão, uns após outros abrindo caminho no ultramar e participando da exploração colonial: Portugal, Espanha, Países Baixos, França, Inglaterra, do século XV ao XVII, realizam sucessivamente a transição para a forma moderna de Estado e se lançam à elaboração de seus respectivos impérios coloniais [...]

A importância da Igreja para a colonização do Novo Mundo não foi menor. Diversas bulas papais, promulgadas no século XV, encorajavam a expansão dos países católicos e a escravização dos pagãos, considerados “*inimigos do nome de Cristo*” (RAMINELLI, 2001, p. 230). O discurso religioso alimentou o impulso colonizador.

[...] A unificação cultural da colônia com a metrópole sob a prática de uma só religião se verifica em todas as partes onde se ramifica o sistema mundial capitalista na sua fase mercantilista. A política de unificação cultural pela religião tem uma vantagem dupla: de um lado produz um discurso discriminatório diante de concorrentes colonialistas de outras nações européias que são taxados de hereges, como no caso dos ingleses, holandeses e mesmo franceses. Do outro lado essa política permite dismantelar

---

<sup>42</sup> Nesse aspecto, o trabalho de Schwartz sobre a burocracia jurídica no Brasil colonial mostra como o sistema de justiça funcionou como ponte na extensão de privilégios, entre a metrópole e as colônias. SCHWARTZ, S. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

organizações indígenas que pudessem subsistir sob as lideranças dos seus próprios chefes indígenas. Daí por que o maior inimigo do missionário sempre foi o pajé, pois este mantinha a coesão entre indígenas em nome da religião antiga. (HOORNAERT, 1992a, p. 56-57).

Os religiosos foram importantes agentes do expansionismo português e decisivos na ocupação do território através da instalação de inúmeras Missões.

Os religiosos concebiam os ameríndios como vítimas das artimanhas de Lúcifer: se o Diabo não lhes furtasse o bem da salvação, não provocasse discórdias, não lhes incitasse a matar e comer uns aos outros, os nativos seriam homens felizes. A luta cruzadística travada na América pretendia libertá-los da penúria e da miserabilidade provocadas pelo mal [...] (RAMINELLI, 2001, p. 233).

Em toda a Ibero-América, a Igreja Católica formou um imenso patrimônio e construiu um sistema educativo que lhe garantiu posição privilegiada na formação de opinião e de influência na sociedade. Esse processo de formação ideológica passou por períodos marcadamente diferenciados. Nos primeiros duzentos anos do sistema colonial, praticamente não houve dissonâncias quanto à orientação ideológica. Todavia, quando surgiram contradições locais de poder, ao mesmo tempo em que acontecia o enfraquecimento simultâneo de Portugal e da Espanha, por diferentes razões que convergiram para resultados semelhantes, os sintomas da reversão de sinais apareceram em algumas rebeliões, já no século XVIII, mas suas principais manifestações deram-se nas primeiras décadas do século XIX, com importante presença de clérigos em quase todos os movimentos revolucionários.

A manutenção das colônias em sua forma de subordinação incontestada foi um pressuposto essencial da sustentação política dos colonizadores. Por isso, conviveram com uma crescente contradição, entre os interesses de suas elites, que pretendiam benefícios diretos das relações com as colônias; os seus interesses de Estado, de preservar relações equilibradas entre metrópoles e colônias, capazes de perdurar indefinidamente, e os interesses que se formaram nas colônias, das elites coloniais associadas a representantes do sistema de poder das metrópoles.

O próprio mecanismo de subordinação, que levou uma minoria privilegiada a estudar nos principais centros europeus, funcionou com o duplo significado de reproduzir a dominação ideológica e de transmitir as contradições da metrópole para as colônias, possibilitando e/ou ampliando a percepção das elites coloniais para os problemas econômicos e políticos que lhes geravam entraves, afetando seus interesses particulares.

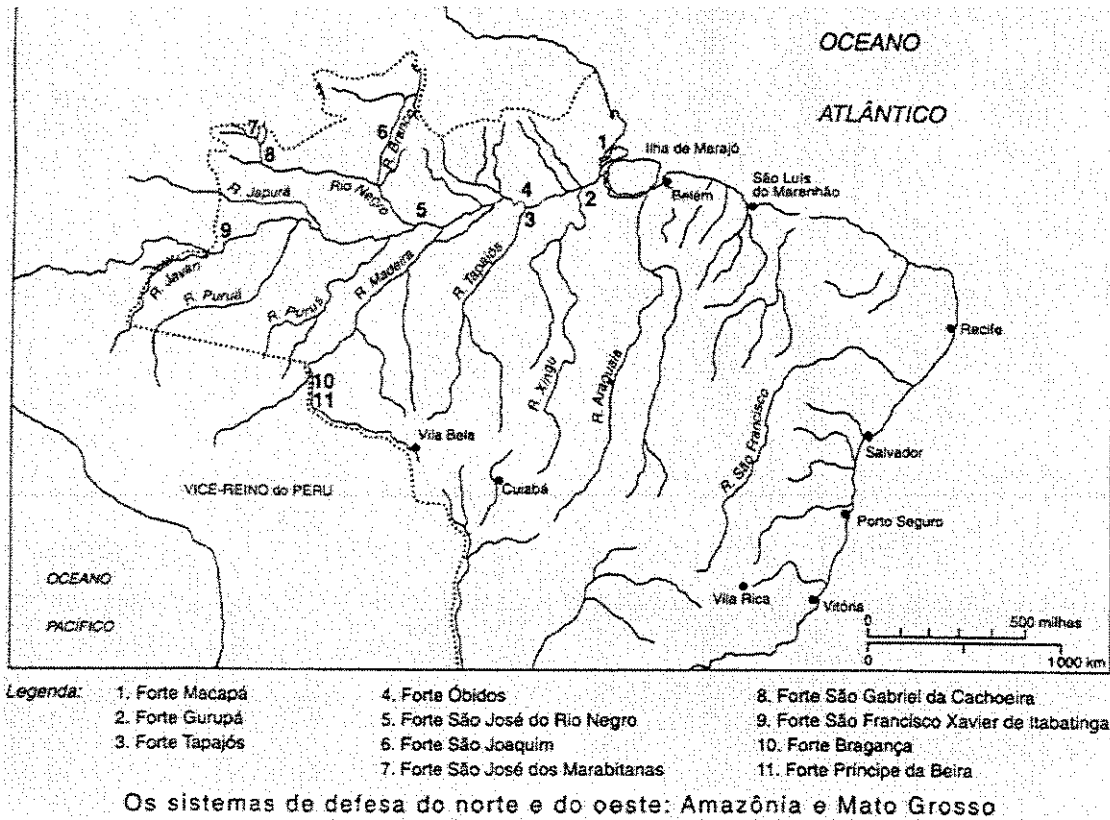
Estado e Igreja, articulados no processo de colonização, impulsionaram importante reorganização do espaço, uma vez que o poder colonizador sempre precisou de pontos de apoio, que fossem ao mesmo tempo militares e comerciais.

A ocupação do espaço nas áreas coloniais seguiu padrões de estrita racionalidade do exercício do poder, criando-se cidades onde elas poderiam desempenhar funções duradouras e escolhendo-se rotas de comércio que atendiam interesses mais amplos que os da administração de cada colônia em particular, uma vez que os objetivos clássicos de obter matérias-primas fundiam-se com os de controlar mercados.

Fortes Militares e Missões Religiosas se complementavam no propósito colonizador. Vejamos, por exemplo, uma das recomendações feitas pelo Rei Felipe IV, a um dos primeiros escolhidos para promover a ocupação territorial portuguesa na Amazônia. A transcrição refere-se ao Regulamento de 1626.

Eu, el-Rei, encarrego a Bento Maciel Parente de fazer a descoberta e a conquista do rio Amazonas. Eu o encarrego de escolher religiosos para acompanhá-lo nessa expedição. Entendo que sejam os religiosos aqueles que trabalham na melhor forma para manter os índios em paz e na obediência às minhas ordens. (PROST, 1997, p. 48).

A figura apresentada na página seguinte (destacando a Amazônia e o Mato Grosso) fornece-nos uma idéia da importância dos Fortes Militares para a colonização portuguesa.



Fonte: BETHELL, L. (Org.). *História da América latina*. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 1998. v 1. p. 484.

Graças às fortificações militares e ao trabalho dos missionários das diversas Ordens religiosas, a colonização seguiu sua marcha de forma vitoriosa para os portugueses.

Ambos – militares e religiosos – foram importantes instrumentos na catequização e na “civilização” dos índios. Enquanto eram demovidos de suas crenças e costumes, e ensinados a rezar e a falar a língua portuguesa, aprendiam a obediência à Coroa através das autoridades civis e militares. Também aprendiam a ser trabalhadores, incorporando-se lentamente ao contingente de despossuídos que nas regiões mais “civilizadas” engrossavam a classe do proletariado.

Para conseguir persuadir os índios a se converterem à religião cristã, os missionários tiveram que competir com o pajé, pois este era o intermediador dos espíritos e desfrutava de grande prestígio por ser capaz de predizer o futuro e curar moléstias.

Os pajés eram os intermediários entre a comunidade e o mundo sobrenatural. Eram os anciãos de cura ou de profecia, homens ou mulheres, que haviam revelado poderes incomuns de cura ou de profecia. Os pajés dirigiam as danças e as cerimônias grupais, balançando ritmicamente os maracás, e com tiras de sementes de aguai nas pernas que chocalhavam ao bater os pés. As predições ou conversas com os espíritos eram cercadas por um ritual elaborado. A cura se realizava numa nuvem de fumaça de fumo e consistia em sugar os maus espíritos da pessoa afligida ou em fingir cuspir algum objeto que teria causado a doença. Era um ritual clássico de cura, executado de diversas formas pelos feiticeiros em toda a Amazônia. Os pajés bem-sucedidos eram altamente reverenciados e obedecidos; mas uma série de predições erradas ou de curas mal-sucedidas podiam custar a reputação de um pajé e possivelmente sua vida. (HEMMING, 1998, p. 114).

O pajé, portanto, precisava ser conquistado ou desmascarado para que fossem mais facilmente abertas as portas para a ação dos missionários. E não ele apenas, mas um outro líder que exercesse a condição de “chefe” na aldeia.

Se se tenta conquistar o “*chefe*” – e os padres percebem uma conversão do “chefe” como uma conversão praticamente certa de toda a tribo – papel nodal para o jesuíta é conquistar o “*feiticeiro*”. E isto não é gratuito: o “*pagé*” (feiticeiro) é aquele que detém o saber tribal, segundo a visão missionária. Conquistando o “saber” tribal, isto é, “desmascarado” o feiticeiro, muito estaria conseguido. Parece haver aí uma projeção isomórfica, na sociedade indígena, da sociedade portuguesa. O “*pagé*” seria a “cultura” e o “chefe” seria o “poder metropolitano”, o “*pagé*” seria a “Fé” e o chefe seria o “Império”; o poder do “*pagé*” seria o *poder do saber* e o poder do “chefe” seria o *poder do poder* (poder político “*tout court*”). É evidente a correspondência com a sociedade portuguesa, onde o poder do saber seria apresentado pelo religioso e o poder seria o do rei. Assim, a tarefa principal do missionário na conquista colonial seria o da conquista do “saber” indígena. Que, paradoxalmente, na aparência, não é um “saber”, já que existe um único saber, de que são portadores os membros da Ordem de Santo Inácio. Na verdade o que é preciso fazer é “desmascarar” o “*pagé*”; decifrar seu código maligno e exibi-lo como mentiroso e falacioso para os indígenas. Desmascarado, mostraria seu rosto verdadeiro: o do Demônio, que impingiu aos “índios”, como “saber”, uma coisa que ele não pode dar porque não pode criar, e que não pode transmitir porque para tanto não tem poderes.

Lúcifer é o “*pagé*”. Este é o locutor infernal que precisa calar. (NEVES, 1978, p. 92-93).

Quando estavam convencidos de ter convertido um gentio, os missionários realizavam o batismo, cerimônia da maior importância pois através dela era feita a confissão pública do abandono dos costumes antigos e aceitação dos costumes novos. Nas palavras de Paiva (1982, p. 67) “*Era o diploma de adaptação*”.



Ao contrário das crianças e dos moribundos, os adultos são para que pudessem ser batizados precisavam dar provas de perseverança nos novos costumes. Afinal, este sacramento é o que “*assinala o nascimento social, espiritual e religioso do indivíduo*” (NEVES, 1978, p. 73). Por meio dele o índio recebia um nome português em substituição ao antigo nome que era carregado de um significado próprio na sua cultura. Conforme os ensinamentos cristãos, passava por uma espécie de morte para ter a chance de ingressar na vida eterna. Duvidosos dos conhecimentos próprios, e impotentes diante da força do colonizador, os índios aceitavam ser batizados não apenas por razões de fé, mas também por temor. Afinal, “[...] *mesmo não tendo mais nada a perder, ainda assim tinham medo de perder aquilo que os portugueses afirmavam ir acontecer depois da morte*” (PAIVA, 1982, p. 57).

Seguindo a ordem de importância dos sacramentos católicos na catequese vinha o matrimônio, pois através deste era introduzida a instituição familiar nos moldes do colonizador, e também poderia ser evitado o “pecado” da poligamia, tão comum entre os indígenas. A transcrição a seguir revela como esta questão era tratada na prática. Notem-se os argumentos usados pelo jesuíta para obter os intentos desejados.

[...] Não se tirou com menos feliz successo a multidão das mulheres que tinham aquelles índios; tinha o Padre Superior dito aos Padres Missionários que, achando-se índios pelos sertões com muitas mulheres, se casassem com aquella que tinham por sua legitima mulher, á que elles chamam Xerimirêcô-atê, e quando nenhuma dellas fosse verdadeira os casassem com quem elegessem a seu gosto, e como entre os índios da aldêa de Tapajoz havia vários que tinham mais de uma só sua mulher, tratei de lhes tirar as mancebas e casal-as com uma, conforme Deus manda; porém como esta empresa fosse difficultosa, disse a João Corrêa mandasse aos índios de parte, que em um dia de festa assignalada apparecessem todos deante de mim e delle, e de seu companheiro, grande língua. Foram, servindo-me elle de interprete, as praticas, que fiz de modo seguinte:

– Filhos, como eu sou ainda pouco praticado em os estylos destas terras, pela pouca assistência que em ellas tenho feito até agora, por haver pouco que sou vindo do Reino, desejando eu de saber o verdadeiro modo de governar, ouvi dizer que haveis de ser governados com pancadas como se governam os brutos, por não seguirdes a razão que Deus deu aos homens para se dirigirem por ella; não me posso persuadir que isto seja assim e por tanto quero fazer experiência antes de crê-lo. Olhae os Mandamentos da Lei de Deus, todos se fundam em a razão, e quem os seguir deve-se chamar homem racional, e pelo contrario quem não quer seguir este se póde chamar bruto, e

se deve governar com pancadas como se governam os animaes irracionaes. [...] (BETTENDORF, 1990, p. 171).

A confissão praticamente fechava o círculo dentro do qual os missionários buscavam prender suas conquistas espirituais. Através dela tornava-se possível uma verificação constante dos atos praticados pelos convertidos. Ouvindo-os, poderiam tentar corrigi-los. E assim, quem sabe integrá-los definitivamente no mundo dos civilizados.

Como explica Paiva:

Os jesuítas gastavam mais tempo em corrigir os costumes do que em pregar a mensagem da salvação. De sua parte, os índios, para mostrar que queriam ser cristãos, prometiam antes de mais nada que queriam viver como eles lhes diziam. E isto exigia uma renúncia dos hábitos culturais mais arraigados.

A primeira radical transformação pedida era o apartar-se dos que não queriam se converter. Dom João III já o determinara no Regimento de Tomé de Sousa. A segregação dos índios para junto dos portugueses não deu certo, porém: o mau exemplo servia de contratestemunho. Era preciso criar-lhes uma redoma, aonde mal chegassem as más influências. Foi a aldeia dos índios. A disciplina foi o estilo da nova educação: o horário se achava distribuído, da manhã à noite. Também as tarefas. Modifica-se o tipo de trabalho: antes, caça e pesca, talvez um pouco de lavoura, de acordo sempre com as necessidades imediatas. Agora, a agricultura, de acordo com as necessidades da colônia. [...] Os índios aprendem a domar a natureza e, assim, aprendem a domar a natureza própria. Aprendem a preparar o futuro. As tarefas são dadas também aos homens, contra seus costumes antigos. A divisão do trabalho portuguesa passa a orientar a ocupação [...] Também as mulheres aprendem logo qualquer ofício com as portuguesas. A ordem, com efeito, era o trabalho: não se permitia a ociosidade. [...] (PAIVA, 1982, p. 93-94).

Comer carne humana era um dos costumes indígenas mais abomináveis aos colonizadores, assim como o de tomarem cauim (bebida fermentada feita a base de mandioca, milho ou caju). Este último talvez fosse até mais fortemente combatido, por estar na origem ou interligado com muitos outros, inclusive o canibalismo. E também por ser uma espécie de antídoto contra os ensinamentos dos religiosos.

O cauim fazia parte dos rituais de passagem dos kunumí, menino, para o kunumí guasú, rapaz; fazia parte da festa do surgimento de um maramoñangára, guerreiro; também nos rituais de antropofagia, que estava ligado justamente ao do guerreiro, à troca de nomes do matador. Fazia parte das festas do início do plantio e depois da colheita de plantas, principalmente

se esta planta fosse aquela com que se fazia o cauim e se a colheita fosse muito boa. Um belo dia de caça com bastante carne era comemorado com cauim. A visita de um caraíba chegando à taba era festejado com cauim. A boa hospitalidade era regada com cauim. Uma boa matança de inimigos era festejada com cauim. E, tudo aquilo que os índios aprendiam com os padres era esquecido quando tinham tomado cauim. (HERNANDES, 2001, p. 134).

O empenho dos religiosos na cristianização e, portanto, na civilização dos índios fundamentou-se em uma atitude de autoconvicção. Certos de que os índios viviam nas trevas do paganismo e da barbárie, trouxeram para si a responsabilidade e a incumbência de reconduzi-los para Deus. Para isso, tornava-se necessário acabar com os “costumes bárbaros” e implantar novas formas de conduta condizentes com as regras aceitas pela civilidade. Em outros termos

[...] o índio devia deixar de ser índio. E por conseguinte, a “desindianização” fazia parte integrante da evangelização.

Para os missionários, “civilização” era o modo de ser do homem de “civitas”, ou seja, do homem europeu. “Selvageria” era o modo de ser do homem da “selva”. E “os costumes cristãos” não se coadunavam com o modo barbárico do “homem da selva”. De forma que “civilizar” e “cristianizar” eram dois aspectos de uma mesma atividade missionária. Nesse sentido, vêm bem a peito as palavras de Ranke: “A conquista transformou-se em missão, a missão em civilização. De forma que se repetia aquilo que Lúcio de Azevedo afirmou, comparando a ação missionária na região amazônica com a atividade dos monges e clérigos da Idade Média: Como na Idade Média se tinham visto prelados e sacerdotes guerreiros, “agora veremos os padres exploradores e geógrafos, atravessando terras, percorrendo pelos rios, perscrutando as florestas, sendo em toda parte, no mundo novo, as avançadas sentinelas da civilização”. (FRAGOSO, 1992, p. 169-170).

Em sua tese de doutoramento intitulada *A honra e a cobiça*, Luiz Koshiha retrata o índio, acima de tudo, como um guerreiro. Baseando-se em relatos de missionários, autoridades e viajantes, assim como em análises de diversos estudiosos do modo de vida dos primeiros habitantes das terras brasileiras, mostra que um dos aspectos que mais intrigou os europeus foi o estado permanente de guerra que os índios apresentavam se vistos em conjunto, contrastando com as formas de solidariedade, amizade e companheirismo praticadas no âmbito das aldeias.

O sacrifício dos prisioneiros de guerra e a forma com que encaravam a morte – sem temor – causava um misto de espanto e preocupação aos colonizadores. Temiam

por suas próprias vidas diante daqueles selvagens, mas também sabiam que um homem que não teme a morte é perigoso porque não aceita ser submisso. A morte será sempre preferível a qualquer forma de servidão. E isso representava um importante obstáculo para a necessidade de mão-de-obra que a empreitada colonizadora exigia. Daí a necessidade imperiosa de civilizá-los.

Conforme já demonstramos, os missionários foram os principais, porém não os únicos, encarregados de transformar gradualmente o selvagem guerreiro em um ser civilizado, dócil e trabalhador. Foi um processo lento, que envolveu persuasão e violência, desestruturação e reorganização de costumes.

Assim submetidos, podemos acreditar que os índios se desorientassem. Tomavam-lhes as mulheres e nem por isso se convertiam em aliados; moviam contra eles uma guerra de conquista, onde a apropriação da terra e de cativos contava mais que a bravura em si mesma; os prisioneiros, ao invés de executados segundo um ritual sagrado, eram degredados e escravizados; promoviam um sistema de trocas de objetos por escravos e, por último, casavam índias resgatadas com índios sob controle, destruindo o sentido das uniões matrimoniais indígenas, somente para nivelar índios livres e cativos. Cada uma dessas ações atuava evidentemente como fator de desorganização do sistema tribal e, portanto, como elemento que debilitava cada vez mais a resistência indígena ao minar, pela raiz, o seu modo tradicional de vida. Com isso, em contrapartida, firma-se o poderio e domínio dos portugueses, enquanto aos índios ficava reservado um sentimento esmagador de medo, terror e impotência: o guerreiro começava a agonizar. (KOSHIBA, 1988, p. 85-86).

Assim, lembrando as observações de Marx e Engels no *Manifesto Comunista* a respeito de a burguesia arrastar todas as nações para a civilização, ou seja, para tornarem-se burguesas, podemos dizer que os indígenas, sendo civilizados, puderam mais facilmente ser utilizados como força de trabalho.

### 3.2 *As Ordens religiosas no Grão-Pará e a pujança da Companhia de Jesus*

Os religiosos que se instalaram e desenvolveram atividades junto aos índios no Grão-Pará nos séculos XVII e XVIII foram: jesuítas, franciscanos (divididos em três ramos: os da Província de Santo Antônio, os da Piedade e os da Conceição da Beira e Minho), os carmelitas e os mercedários.

A seguir, faremos uma breve exposição cronológica acerca da instalação e das atividades desses missionários.

Os primeiros religiosos a se fixarem em Belém, em 1617 (22 de julho), foram os Capuchos<sup>43</sup> da Província de Santo Antônio, de Portugal. O grupo de quatro freis religiosos (Cristóvam de São José, Felipe de São Boaventura, Sebastião do Rosário e Antonio de Marciana, sob o comando do último), estruturou a primeira casa religiosa do Pará (CRUZ, 1973, p. 55).

Por determinação régia, deram início à atividade de catequese dos índios, organizando os primeiros aldeamentos. Essa tarefa era imprescindível para o domínio português na região, inclusive para a obtenção de aliados nas lutas contra possíveis invasores estrangeiros.

Além de doutrinar índios das nações Caapunas, Aracajús, Aruans, Tucujús e Canhoão, aldeados na Missão dos Amaquazes, fundaram entre 1757 e 1758 dois núcleos de catequese, origem dos municípios de Almeirim e Chaves. O primeiro foi chamado aldeia do Parú, onde existiu o Forte do PARÚ; o segundo, aldeia dos Aruans, no Marajó. (CRUZ, 1973, p. 60).

[...] Tão proveitoso foi o trabalho desses religiosos, na segunda metade do século XVII, que o Rei, em Carta de 19 de março de 1699, concedeu-lhes todas as missões que se localizassem ao Norte do Rio Amazonas e terras do Cabo do Norte, onde era a capitania de Bento Maciel Parente. (Idem, p. 154).

Em 1626 vieram os Carmelitas<sup>44</sup> construindo o primeiro convento, o qual foi reformado em 1696. Fundaram fazendas às margens do rio Guamá e foram “*excelentes defensores das fronteiras do império português no interior do vale amazônico*”. (HOORNAERT, 1992b, p. 56). Ainda segundo esse autor, a ação dos carmelitas

---

<sup>43</sup> Denominação relativa ao uso de uma indumentária de igual nome, conforme Francisco de Assis. Esta Ordem monástica foi fundada em 1526 por Matteo di Bascio, um religioso que desejava recuperar os ideais primitivos da orientação franciscana. Em 1528, o papa Clemente VII estabeleceu o ato da fundação através da bula *Religionis Zelus*, mas a Ordem só foi definitivamente organizada em 1536 e passou a gozar de plena autonomia em 1574, por determinação do papa Gregório XIII.

<sup>44</sup> A Ordem dos Carmelitas nasceu por volta do século XII, na Palestina, no Monte Carmelo (hoje Israel). Em 1562, Santa Teresa de D'Ávila reformou o Carmelo Feminino e, em 1568, com a ajuda de São João da Cruz, reformou também o ramo masculino, nascendo, assim, a Ordem dos Carmelitas Descalços. Esta última denominação resultou “*da decisão de Santa Teresa de somente usarem sandálias de corda, idênticas às dos pobres*” (AZEVEDO, 2002, p. 86-87).

agradava aos colonos uma vez que os acompanhavam facilmente aos sertões nas expedições em busca de índios.

Os carmelitas tiveram importante atuação no território do norte do Amazonas, incluindo as áreas fronteiriças às terras pertencentes à Espanha e nas quais os jesuítas negaram-se a assumir alegando não possuir missionários suficientes. Na verdade buscavam evitar atritos com os confrades espanhóis das missões de Quito. Carmelitas e jesuítas atuaram de forma divergente no que se refere à defesa das liberdades indígenas e na orientação do trabalho catequético.

A Ordem de Nossa Senhora das Mercês<sup>45</sup> instalou-se em 1640 com a construção do Convento de Nossa Senhora das Mercês. Vindos a pedido do capitão-mor Pedro Teixeira, quando esteve em Quito, após ter subido com uma expedição todo o curso do Amazonas, foram recebidos com suspeição por alguns colonos e autoridades portuguesas. Por Alvará de 9 de dezembro de 1645 foram autorizados pelo rei de Portugal a permanecerem no Pará. Em Belém, abriram escolas para os filhos dos colonos, a título de noviços (MOREIRA NETO, 1992, p. 94-95).

Esse mesmo autor revela que a atitude das autoridades coloniais e da Corte de Lisboa em relação aos mercedários sofreu modificações e contradições ao longo do tempo, desde elogios, censuras, expulsões. Conseguiram sobreviver a todos os percalços e ainda se encontravam na Amazônia, mas já em número bastante reduzido, quando da abolição do regime das missões, no período pombalino.

---

<sup>45</sup> Esta Ordem religiosa nasceu por volta do século XII, quando praticamente toda a Península Ibérica estava sob o jugo muçulmano. Um militar francês, de origem fidalga (Pedro Nolasco), teria recebido, em sonho, a incumbência de libertar os cristãos cativos, através de uma congregação religiosa. São Raimundo de Peñaforte, confessor de Pedro Nolasco e um dos maiores teólogos da época, assim como o monarca D. Jaime I de Aragão também teriam tido o mesmo sonho e lançaram-se à sua concretização, fundando a Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos. *“A Ordem de Nossa Senhora das Mercês, após a aprovação do Santo Padre, espalhou-se pela Europa. Quando Cristóvão Colombo descobriu a América, despertou a atenção dos Mercedários para o enorme campo de atividades que se lhes deparava no Novo Mundo. A Milícia de São Pedro Nolasco logo aceitou o encargo de catequizar o selvagem americano do Mundo Espanhol. Os primeiros milicianos estabelecidos no Brasil vieram de Quito com Pedro Teixeira em 1639, quando o nosso país ainda se achava sob o domínio da Espanha, e se localizaram em Belém do Pará”* (internet: <http://www.diocesedemaria.org.br/SP-NsdasMerces.htm>).

Os padres da Companhia de Jesus fixaram-se em 1653, embora já tivessem circulado anteriormente pelo Grão-Pará.

O primeiro Jesuíta, de quem consta com certeza pisasse terras do Pará, foi Luiz Figueira [em abril de 1636] [...] Depois de Luiz Figueira passaram pelo Pará, os dois Jesuítas Cristóvão de Acuña e André de Artieda, descidos de Quito com Pedro Teixeira e, enfim, em 1653 os Padres João de Souto-Maior e outros por ordem do P. António Vieira, e ainda nêsse ano o mesmo Vieira. Com êles começou na realidade o estabelecimento da Companhia de Jesus no Pará. (LEITE, 1943, Tomo III, p. 207).

Hornaert (1992b, p. 81) observa que a chegada dos jesuítas ao Grão-Pará não se deve à expedição de algum bandeirante, conquistador ou governador, mas à viagem missionária do padre Luiz Figueira. Destaca também a ambição desse religioso e de outros que o seguiram (após sua morte em 1643 pelos índios Aruãs, na ilha de Marajó), em fundar uma “nova igreja” naquela região, corrigindo os erros já cometidos com a catequese em outras localidades em que os jesuítas atuavam.

Bettendorf assim relata as primeiras atividades dos religiosos, especialmente dos Jesuítas no Grão-Pará:

Tendo Alexandre de Moura governado dous annos a capitania do Maranhão, chegou Bento Maciel por governador da Capitania do Pará no anno 1618, e depois de estar o governo oito annos nas mãos dos Capitães Mores, chegou finalmente no anno de 1629 Francisco Coelho de Carvalho por primeiro governador de todo o Estado que governou treze annos.

[...]

Pouco depois começaram os religiosos a edificar seus conventos, [...] começaram os Padres com muito mais fervor os costumados exercícos da Companhia de Jesus, como são: ensinar doutrina, confessar e pregar. (BETTENDORF, 1990, p. 47-48).

Uma Provisão Régia datada de 1680 revela o apoio da Coroa ao trabalho missionário dos integrantes da Companhia de Jesus:

Eu, El-Rei, recomendo aos Padres Jesuítas que penetrem tanto quanto possível nos sertões e façam neles igrejas para cultivarem os índios na fé e para que vivam com a decência cristã e deixem seus bárbaros costumes. (PROST, 1997, p. 48).

Posteriormente, chegaram os Capuchos de Nossa Senhora da Piedade (1693) e os da Conceição da Beira e Minho (1703). Estes últimos “[...] *sem a prévia permissão*

*do Rei. Não obstante essa circunstância, construíram o convento de SÃO BOAVENTURA, que depois passou à propriedade da Coroa”* (CRUZ, 1973, p. 158).

Moreira Neto (1992, p. 92) relata que houve desavenças e competições entre os franciscanos de Santo Antônio e os da Conceição da Beira e Minho. O motivo foi a divisão das aldeias anteriormente controladas pelos primeiros, ficando sob o controle dos recém-chegados as aldeias de Cayã, Conceição, Carajá, Marajó e Tuerê.

Os religiosos franciscanos da Piedade também desenvolveram um intenso trabalho de catequese junto aos índios:

Fundaram e missionaram as aldeias de SURUBIU, atual município de Alenquer; dos JAMUNDÁS, hoje município de Faro; JURITI [hoje também município mantendo o nome original]; GURUPATIBA, origem do município de Monte Alegre; dos PAUXIS, que se transformou no progressivo município de Óbidos. OUTEIRO, depois município de Prainha; de MATURU, base do município de Porto de Mós. (CRUZ, 1973, p. 158).

As missões instaladas pelas diversas Ordens religiosas proliferaram ao longo do território e constituíram a marca inicial da ocupação portuguesa na Amazônia. Há indicações de que em 1720, o número de missões chegava a 63, abrigando um total de 54.000 índios (PROST, 1997, p. 53). Das missões mencionadas, 19 eram dos jesuítas, 15 dos carmelitas, 10 dos capuchos da Piedade, 9 dos religiosos de Santo Antonio, 7 dos capuchos da Conceição da Beira e Minho e 3 dos frades mercedários (DIAS, 1970, p. 173).

Diversas decisões régias buscaram fixar os limites da ação dos diferentes grupos de religiosos. Após alguns anos, as missões foram gradativamente ocupadas pelos colonos, transformando-se em vilas ou freguesias, de acordo com a importância econômica, populacional e estratégica.

A Companhia de Jesus, conforme já mencionado, contou com importante apoio da Coroa, mas também sofreu resistências, tanto dos colonos quanto de outras ordens religiosas. A existência da mão-de-obra escrava na região, como uma imposição dos colonos para o crescimento econômico dos seus negócios, não era algo apreciado pelos jesuítas, e isso significava um grande empecilho para a autorização da sua



instalação na Amazônia. Por outro lado, os trabalhos já desenvolvidos pela Ordem em outras terras brasileiras funcionavam como uma referência positiva e uma possibilidade promissora para os empreendimentos da Coroa Portuguesa.

Através do seu principal instrumento de poder – a Câmara – os colonos portugueses exigiram a assinatura de um termo no qual os padres se comprometiam a não interferir na utilização de índios como mão-de-obra, como condição para que se instalassem na Capitania do Pará. Assim, deveriam reservar-se tão somente ao trabalho para o qual foram enviados. Cruz (1973, p. 95-96) reproduziu o documento:

Aos 26 dias do mez de janeiro de 1653 anos, nesta cidade de Belém da Capitania do Grão Pará, estando presentes os Oficiais da Câmara, e o padre Reitor João de Soto Mayor, que vinha fazer casa para ensinar a Doutrina e Latim<sup>46</sup> aos filhos dos moradores pelo Procurador do Conselho, foi dito ao dito Pe. Reitor, que havia de assinar um Termo, em que não havia de entender com os escravos dos brancos, ao que o dito Pe. Reitor disse que ele queria assinar o dito termo de em tempo nenhum entender com os escravos de brancos, nem ainda queria administração de Índios fôrros, mas que ensinar-lhes a doutrina, e que para isto levava muito em gosto, que este termo se fizesse; e declarou mais que esta obrigação ficava nos mais que viessem a suceder-lhe.

A preocupação dos colonos portugueses era, evidentemente, a de impedir qualquer interferência dos jesuítas sobre a força de trabalho indígena, por eles largamente utilizada: no extrativismo, na lavoura, na pesca e caça, enfim, em diversos trabalhos em regime de escravidão ou semiescravidão.

Superado o impasse mediante a assinatura do termo de compromisso, os jesuítas instalaram-se em um terreno cedido pelos padres Mercedários. Naquele local construíram casa e capela de palha. Mas como ficava distante do núcleo populacional, entraram em negociação com a câmara de Belém para conseguirem terreno nas proximidades do forte. Assim, conforme menciona Serafim Leite, apresentaram à Câmara carta enviada pelo rei D. João IV, dizendo o seguinte:

Eu El-Rei vos envio muito saudar. Ordenei aos religiosos da Companhia da Província do Brasil, que, por serviço de Deus e meu, tornassem a êsse Estado e fundassem nêles as igrejas necessárias com o

---

<sup>46</sup> CRUZ (1973, p. 214) considera que “Essa é a indicação mais antiga, se não da abertura da primeira aula de Belém, pelo menos do compromisso de assim ser feito”.

intento de doutrinar e encaminhar ao gentio dêle a abraçar nossa Santa Fé, principal obrigação minha nas conquistas. E, porque lhes será de grande ajuda vosso favor e assistência, vos encomendo muito e mando que lha deis em forma que tenha eu muito que vos agradecer [...] (LEITE, 1943, Tomo III, p. 208).

Esse documento provocou a agilização dos entendimentos entre a Câmara e os jesuítas, e significou a autorização que a Companhia de Jesus necessitava para iniciar o processo de catequização. A partir da carta enviada pelo Rei, não só conseguiam a autorização que pleiteavam, como igualmente demonstravam seu grande poder político.

Em um terreno nas proximidades do forte, no centro do núcleo populacional, deram início à construção da Igreja de São Francisco Xavier e do Colégio Santo Alexandre, por volta dos anos de 1665 a 1670. A influência dos jesuítas passou a ser tão grande que, de acordo com Serafim Leite, o forte passou a ter a denominação de “Forte do Colégio”, por causa do Colégio Santo Alexandre que começava a ser erigido. Mas as relações com os colonos portugueses nunca foram amistosas.

Essa antipatia manifestava-se por diversos modos: pedras jogadas contra a modesta habitação dos padres – “bloqueio das ruas circunvizinhas, impedindo a passagem de víveres; vozear de grosserias e ameaças”. Somente com a interferência de pessoas mais influentes da terra, puderam – “exercer em paz o seu ministério, COMEÇANDO PELO ENSINO”.

O padre Gaspar Fragoso passou a acudir – “as obrigações do confessorário e doutrina dos índios escravos dos portugueses”, enquanto que o padre Souto Mayor encarregava-se das pregações no púlpito e do ensino de latim e retórica aos filhos dos moradores. (CRUZ, 1973, p. 214).

Com a chegada do padre Antônio Vieira, superior da missão no Estado do Maranhão e Grão-Pará à capitania do Pará, no ano de 1654, a ação dos jesuítas tomou novo impulso, intensificando-se cada vez mais na região. Vieira efetuou viagem de inspeção do trabalho missionário da Companhia de Jesus e, a partir das observações que fez, elaborou um plano de atuação para os jesuítas na região. Entre outras coisas, preocupava-se com a catequização de índios considerados perigosos, devido à forte resistência para com o trabalho missionário, bem como com a criação de várias aldeias no interior da região.

Tendo como propósito central o trabalho educativo de catequese, na medida em que obtinham progresso com os nativos, conhecendo cada vez mais sua cultura, acercando-se dos seus conhecimentos e seduzindo-os à sua influência, aumentavam seu poder de interferência na região, profundamente ampliado quando a Coroa deu-lhes o controle, ainda que questionado por colonos, sobre as aldeias indígenas.

Os jesuítas aplicaram-se com denodo ao trabalho evangelizador, aprendendo as várias línguas faladas pelos índios e unificando-as para facilitar os contatos, no que ficou denominado de *língua geral* ou *nheengatu*<sup>47</sup> e que se impôs como um privilegiado canal de comunicação entre os colonizados e colonizadores.

Nesse processo de passagem da língua indígena para a portuguesa, os missionários unificaram as línguas indígenas sob a denominação de *língua geral*, a qual se tornaria de tal modo comum, que no dizer dos cronistas “a usavam os meninos e as mulheres portuguesas ainda no confessionário”. (FRAGOSO, 1992, p. 154, grifo do autor).

Sem dúvida, a Companhia de Jesus foi a Ordem religiosa que maior importância teve na ação missionária inserida no processo de ocupação e de colonização lusitana. Nenhuma outra conseguiu desenvolver um trabalho tão intenso e consistente.

A condição para alcançar tamanha projeção pode ser buscada nos fundamentos daquela Ordem, baseados em uma rígida disciplina, caracterizada pela origem militar de seu fundador Santo Inácio de Loyola, convertido ao catolicismo após uma batalha contra cristãos em 1523. A organização da Companhia de Jesus estava de tal forma estruturada que

[...] seus membros dispensavam os fundamentos usuais da vida em comunidade: o individualismo da época impregnou-a e foi por ela colocado a serviço da religião de modo tal que onde houvesse um jesuíta haveria uma ordem. Caracterizava-se, essencialmente, pela rígida disciplina militar a que se submetiam os seus membros [...] (MAUÉS, 1968, p. 20).

---

<sup>47</sup> Este termo é também encontrado com a grafia Ñeengatú, e significando “boa fala”. Ao combinar a língua indígena com o latim, os jesuítas lançavam mão de um poderoso recurso para a ação missionária e, ao mesmo tempo, ampliavam seus poderes na condição de principais intérpretes e elos de ligação entre os índios e os demais colonos.

Também no campo econômico, eram extremamente eficientes, utilizando os aldeamentos como verdadeiros empreendimentos comerciais. Os missionários, de um modo geral e em especial os jesuítas, foram muito hábeis na utilização do índio como força de trabalho.

A tabela a seguir nos dá uma idéia do volume das exportações (em libras) de produtos regionais saídos do porto de Belém para Lisboa entre os anos de 1743 e 1745, tendo como *locus* da produção as propriedades de Ordens religiosas presentes no Grão-Pará. Nela, podemos notar a supremacia dos jesuítas. Interessante observar também a diversidade de mercadorias produzidas, incluindo desde as obtidas com o extrativismo até aquelas resultantes da lavoura.

EXPORTAÇÕES (EM LIBRAS) DE MERCADORIAS SAÍDAS DO PORTO DE BELÉM PARA LISBOA NO PERÍODO 1743/1745 E PRODUZIDAS EM PROPRIEDADES DAS ORDENS RELIGIOSAS

	Cacau	Cravo	Café	Salsaparrilha	Açúcar
Jesuítas	341.306	54.905	1.817	11.712	10.130
Carmelitas	38.808	100	374	320	4.673
Mercedários	8.384	832	—	128	—
Franciscanos	56	28	20	—	—
<b>Totais</b>	<b>433.554</b>	<b>55.865</b>	<b>2.211</b>	<b>11.620</b>	<b>14.803</b>

Fonte: ALDEN, Dauril. *O significado da produção do cacau na região amazônica*. Belém: UFPA/NAEA/FIPAM, 1974.

Desde a efetiva instalação do colonizador português no Grão-Pará, em 1616, ficou evidente que o controle sobre o território implicava também controle sobre o habitante nativo. Mas os processos de violência adotados nem sempre surtiam bons resultados. Era preciso encontrar meios para fazer a população indígena ser útil aos interesses mercantis metropolitanos. O principal deles foi dado pelo trabalho de catequese desenvolvido pelas missões religiosas, especialmente as jesuíticas.

Utilizando técnicas de sedução e convencimento – incluindo a música, o teatro e outras estratégias pedagógicas – nas quais contavam com a ajuda de outros índios que

já haviam sido por eles influenciados, promoviam verdadeiras migrações populacionais em direção às missões. Naquele ambiente de lutas e disputas, a missão significava muitas vezes a única alternativa de sobrevivência, embora representasse, nas palavras de Cruz (1963, p. 186) “[...] *um excelente celeiro de braços [...]*” para os colonos.

Convém ainda destacar que aos índios praticamente não restava a alternativa de retorno ao estado anterior de vida, porque ao deixarem suas aldeias “[...] *os missionários lhes davam roupas para que se vestissem e mandavam que queimassem as casas e roças de sua aldeia para que eles não tivessem a tentação de desistir e voltar para lá [...]*” (REZENDE, 1987, p. 41). Tudo era feito com o propósito de forçar os índios a abandonarem seus costumes, especialmente aqueles considerados inaceitáveis para os padrões do colonizador.

O relato transcrito a seguir ilustra um dos procedimentos utilizados pelos missionários para que os índios modificassem seus costumes.

Tinham os Tapajoz um terreiro mui limpo pelo matto dentro, que chamavam Terreiro do diabo, porque indo fazer alli suas beberrias e danças, mandavam as suas mulheres levassem para lá muita vinhaça, e depois se puzessem de cócoras com as mãos postas dente dos olhos para não ver, então falando alguns dos seus feiticeiros com voz rouca e grossa lhes persuadiam que esta fala era do Diabo, que lhes punha em a cabeça tudo o que queriam; assim me affirmou o principal Roque. Indo eu com elle vêr asquelle terreiro, para depois prohibil-o, como fiz, dando-lhes só licença para beber em suas casas, convidando-se alternativamente uns aos outros, aconteceu um dia que vendo eu uma fileira grande de homens e mulheres com seus filhinhos ao collo ou pelas mãos, e iguaçabas ou quartas grandes de vinho na cabeça, perguntei ao alferes João Corrêa que cousa era esta procissão de gente, e disse-me elle que eram os índios da aldêa que iam beber e fazer suas danças que chamam poracês no Terreiro do Diabo. Mandeí-o que fosse avisal-os da minha parte que logo voltassem para suas casas, e quando não obedecessem ao que lhes mandava dizer, quebrasse os potes ou igaçabas dos índios, e derramasse o vinho no chão, e como o alferes João Corrêa não se atrevesse com receio que os índios o maltratassem, animei-o outra vez que fosse dizer-lhes de minha parte que se retirassem para suas casas, e quando não, lhes desse com um pau nas igaçabas e as fizesse em pedaços; foi elle então e com prospero successo lhes intimou á minha ordem, e porque repugnavam em obedecer logo, deu com grande animo e confiança em Deus que o havia de ajudar, com um pau nos potes e derramou os vinhos. Cousa notável, não houve um so que se lhe opuzesse, mas foram-se todos para suas casas e nunca mais foram ao terreiro prohibido, emquanto lhes assisti; porém, para não ir com tudo ao cabo em aqueles principios, lhes permitti se

convidassem uns aos outros em os dias de suas festas para suas casas, para lá beberem com moderação. [...] (BETTENDORF, 1990, p. 170).

Aos que não se submetiam ou que tinham a "sorte" de sobreviver à adesão compulsória, restava o combate contra os colonizadores cujo resultado, na grande maioria das vezes, favorecia aos brancos.

Dessa forma, embora continuassem no mesmo espaço geográfico, era como se agora vivessem em outras terras, submetidos que eram a costumes estranhos e aos padrões do colonizador. Os missionários viam os indígenas como portadores de atitudes selvagens e alvo da doutrinação cristã. Para atingir esse propósito, utilizavam-se do ensino de orações e cantos, assim como da vigilância quanto a um modo de vida condizente com a moral cristã.

Nas missões, embora fossem inicialmente bem tratados, até como forma de desestimular as fugas, os índios também eram explorados. Segundo Almeida (1988, p. 113) "*Cada missionário tinha direito a 25 índios trabalhando em tempo integral para o seu serviço pessoal*". Além disso, frequentemente aqueles locais se tornavam focos de epidemias, com a disseminação de doenças antes inexistentes nas aldeias, portanto, trazidas pelo colonizador, tais como sarampo, caxumba, tuberculose ou varíola.

Os missionários, possuídos de objetivos próprios, tais como a propagação da fé, os interesses da Igreja ou das respectivas Ordens "[...] *pelo menos nos métodos adotados pelos padres, forçados a isto pelas circunstâncias ou não, se afastam e até muitas vezes contradizem os objetivos da colonização leiga* [...]" (PRADO Jr., 2000, p. 87).

No tocante à defesa da liberdade dos índios, Antônio Vieira foi, inegavelmente, o nome mais destacado, como brilhante intelectual e hábil negociador. Redigiu inúmeras cartas à Corte portuguesa. Em uma delas, para "*mostrar a pouca justiça com que foram julgados por cativos setecentos e setenta e dois índios*" (VIEIRA, 1992, p. 4), refere-se às leis e ordens do rei sobre a liberdade e cativeiro dos

índios, desde a primeira, datada de 1595, ratificada pelas que a sucederam, todavia, quase sempre descumpridas.

Como resposta, em 1655 o rei mandou revogar e declarar por nula a lei anterior que tratava do cativo dos índios e “*mandou fazer uma nova e última lei na qual, pelas causas nela alegadas, resolve sua majestade, que no estado do Maranhão se não possam cativar índios [...]*” (VIEIRA, 1992, p. 7). Esta lei, datada de 9 de abril de 1655, constituiu-se no primeiro Regimento das Missões e passou a ser *a base da atividade missionária na Amazônia*. Fundamentava-se basicamente em três pontos: a necessária pacificidade com que se devia tratar os índios; o tipo de servidão que cabia aos índios e o tratamento das missões no sertão, com independência das autoridades locais.

Novas alterações legais aconteceram na seqüência, apesar do aparente caráter definitivo do Regimento das Missões. Tais modificações simbolizavam o estado conflituoso da disputa pela mão-de-obra indígena. Através da Lei Régia de 12 de setembro de 1663, a administração temporal das aldeias foi entregue a capitães seculares nomeados pela Câmara, cabendo aos missionários apenas sua dimensão espiritual. Regimento baixado em 1º de dezembro de 1686, novamente dava aquelas atribuições para os missionários. A legislação, todavia, não tinha por objetivo impedir de vez a escravização dos índios, uma vez que tal atitude ia de encontro às necessidades de mão-de-obra, cada vez mais intensa, por parte dos colonos.

Em 1678, Vieira escreveu ao Conselho Ultramarino e fez uma análise da situação política e econômica do Estado do Maranhão e Grão-Pará, corroborando o ponto de vista do governador quando este reclamava da carência da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico do Estado e de braços para sua defesa. Todavia, não poupou críticas à forma como estavam sendo tratados os índios e denunciou os maus-tratos que eles sofriam, expondo em seu texto o verdadeiro genocídio praticado contra os nativos. Alegava que até aquela data, mais de dois milhões de índios haviam desaparecido:

[...] toda aquela imensidade de gente se acabou ou nós a acabamos em pouco mais de trinta anos, sendo constante estimação dos mesmos conquistadores que, depois de sua entrada até aquele tempo, eram mortos dos ditos índios mais de dois milhões de almas [...] (VIEIRA, 1992, p. 86).

Em seguida, mostrando-se preocupado em *ressuscitar* o Estado, apresenta 7 (sete) meios para o sucesso da empreitada. A primeira sugestão apresentada é uma defesa explícita da escravidão dos negros:

[...] que sua alteza por conta de sua real fazenda, pois não há particulares que o façam, mande meter no Maranhão competente número de escravos de Angola, os quais se vendam por preço moderado aos moradores, e com largueza de tempo em que os possam pagar pelo rendimento dos gêneros que fabricarem [...] (Idem, p. 98-99).

O segundo item sugere a proibição do resgate dos índios ao mesmo tempo em que propugna um castigo para quem o despreze. O terceiro meio advoga o cuidado e a proteção do rei para com as aldeias convertidas, onde “*nem os índios nem seus párocos sejam molestados*”. A quarta sugestão diz respeito ao descimento dos índios, sempre por meio dos missionários, *pacificamente e sem violência* e à ocupação destes nas aldeias em que venham habitar. Nos três últimos meios restantes, se percebe sua preocupação com a administração dos índios, cuja responsabilidade deveria ser dada aos religiosos (Idem, p. 99-100).

A responsabilidade pela administração das aldeias foi objeto de disputas e sofreu várias modificações ao longo do período objeto deste estudo. Inicialmente, através da Provisão Régia de 15 de março de 1624 a administração foi confiada aos franciscanos. Em 1655 foram entregues, com exclusividade, aos jesuítas. Contudo, este fato provocou a revolta de moradores do Maranhão e os jesuítas foram expulsos momentaneamente. Retornaram sob a proteção da Coroa e novos incidentes ocorreram em 1661. Dois anos depois, reassumiram a administração espiritual das aldeias, mas já sem a exclusividade, dividindo-a com as demais Ordens religiosas, e a administração civil dos aldeamentos passou a ser responsabilidade de capitães seculares, a serem nomeados pelas Câmaras.



Por insistência de Antônio Vieira, por volta de 1680 voltou a ser cogitado a exclusividade da administração das aldeias para os jesuítas, sob a alegação de que havia muitos inconvenientes no modelo em vigor. Em 1684, aconteceu nova expulsão dos jesuítas, tendo como causa principal o controle sobre os índios. Por fim, em 1695 ocorreu a divisão das missões do Grão-Pará, entre jesuítas, franciscanos de Santo Antônio e da Piedade, religiosos carmelitas e mercedários (FRAGOSO, 1992, p. 149).

### *3.3 Catequese/instrução/"formação" de mão-de-obra*

A construção do "Forte do Presépio" em 1616, embrião do que é hoje a cidade de Belém, marcou a presença efetiva dos portugueses na porção norte do Brasil. A necessidade de colonizar o Grão-Pará atendia aos interesses mercantis e, naquele contexto, significava o fornecimento de produtos que interessavam aos centros consumidores localizados na Europa. Para os colonos envolvidos na produção e circulação de mercadorias, o objetivo era aumentar suas fortunas. Para os administradores, ampliar os rendimentos do Estado através dos impostos, função para a qual se serviam com muita propriedade dos vários fortes espalhados por toda a região, fiscalizando o contrabando de mão-de-obra indígena e de riquezas regionais, tais como as "drogas do sertão" por parte de estrangeiros. Aos religiosos, coube como maiores tarefas a catequese e a educação. E para isso não pouparam esforços. As primeiras experiências pedagógicas surgiram com os religiosos.

Primeiro os Carmelitas Calçados, depois os Capuchos de Santo Antônio, a seguir os Mercedários e os Jesuítas, tomaram o encargo de ensinar os filhos dos colonos, os índios e os soldados que, inicialmente, constituíram a mescla dos moradores de Belém. (CRUZ, 1963, p. 405).

Embora sejam escassas as informações sobre o ensino em Belém durante o século XVII, sabemos que em 1697 existiam três aulas na Cidade, funcionando normalmente, que eram, de Filosofia racional, de Retórica e de Gramática latina. Por esse mesmo tempo, foram instaladas mais outras três Escolas de primeiras letras. (CRUZ, 1973, p. 215).

Até o período que antecedeu o reinado de D. José I e o conseqüente predomínio do Marquês de Pombal na condução da política lusa, a educação escolar,

tanto em Portugal quanto no Brasil (e Grão-Pará), não só era conduzida pelas Ordens religiosas como estava basicamente subordinada a seus interesses. Como ainda não havia separação entre Igreja e Estado, uma parcela dos impostos era destinada às atividades da Igreja e, desta forma, pode-se dizer que o financiamento da educação era público.

De um modo geral, e mesmo reconhecendo a possibilidade de equívocos, acreditamos que o desenvolvimento das atividades educativas no Grão-Pará colonial pré-pombalino – período que vai de 1616 a 1750 – assemelhou-se ao que ocorreu no restante do território colonizado pelos portugueses na América. Escolarização restrita à minoria, em um contexto histórico-social onde poucos a ela podiam ter acesso. Aos demais, a absoluta maioria, restava a catequização, embora nesta também estivesse presente o sentido educativo.

Conforme Leite (1943, Tomo IV, p. 271)

A instrução inicial no Pará foi também mais instrumento de catequese do que propriamente ramo profissional de ensino. E os mestres nem sempre eram Padres, que, por serem poucos e o campo do apostolado imenso, se ocupavam em aulas mais difíceis, ou nas expedições, Aldeias e cargos de governo.

O relato de outro jesuíta, o padre João Felipe Bettendorff, que viveu na Amazônia no século XVII, nos dá idéia da rusticidade do ensino naquela época e naquele lugar:

Em esta aldêa de Murtigura, tendo o Padre Subprior e visitador Antonio Vieira despedido o Padre Manoel Nunes e o Padre João Maria Gorsony para os Ingaybas, e mandando ficar-me a mim por companheiro do Padre Francisco da Veiga para aprender a lingua, ensinando o ABC aos meninos, voltou-se para o Pará; [...] juntaram-se muitos discipulos e entre eles o capitão Jacaré; e são estes hoje os mais autorizados e velhos da aldêa (os meus discipulos) e por que, por falta de livros tinta e papel, não deixassem de aprender, lhes mandei fazer tinta de carvão e summo de algumas ervas, e com ella escrevia em as folhas grandes de pacobeiras e para lhes facilitar tudo lhes puz um páuzinho na mão por penna, e os ensinei a formar e conhecer as letras assim grandes como pequenas no pó e arêa das praias, com que gostaram tanto que enchiam a aldêa e as praias de letras [...] (BETTENDORF, 1990, p. 156-157).

Naqueles locais, mesmo que esporadicamente realizassem atividades de instrução, o que predominava era a catequese.

[...] tinha antes da Missa as suas três horas de oração; ao sahir da aurora dizia a primeira Missa aos índios, conforme o costume, para depois irem trabalhar em suas lavouras; acabada a Missa, ensinava a doutrina geralmente a todos, catechizando os adultos; depois tinha a sua meia hora de recolhimento em acção de graças, a qual acabada, ia visitar os enfermos, curando-os e applicando-lhes todos os medicamentos necessários, porque sua muita caridade e grande experiência, que tinha tido nas enfermarias, lhe havia communicado a sciencia experimental de qualquer enfermidade e toda sorte de chagas curava sempre por sua mão. Depois de visitar e consolar em língua brazilica, em a qual era muito perito, punha-se a repartir, por sua pessoa, o sustento que houvera de ir a cada um delles, conforme a enfermidade que padecia. A's tardes continuava com a mesma doutrina e catechismo, baptizando os innocentes e adultos, que já tinham sciencia dos principais mysterios de nossa Santa Fé; ao fim da doutrina, sahia com todo o auditório a encommendar as almas pela aldeã, entoando os meninos em voz alta a doutrina chistã com cruz alçada, e respondendo todos, assim índios como índias, uniformemente a tudo; e para que se fizesse todos os dias este acto com mais devoção e maior solemnnidade, e ele era o que muitas vezes entoava aos gentios a santa doutrina, levando deante uma Cruz, ajoelhando-se em todos os cantos da aldeã, até se tornarem a recolher á igreja da qual tinham sahido, fazendo que se gaurdasse este costume em todas as nossas residências. (BETTENDORF, 1990, p. 131).

O trecho selecionado mostra o cotidiano de um jesuíta no Grão-Pará, e pelo relato podemos notar que a maior parte do tempo era destinada à doutrinação dos índios. Adiante, menciona a realização de atividades destinadas ao ensino da leitura e da escrita, pelo próprio Bettendorf, inclusive com o uso de tinta de carvão e sumo de ervas aplicadas sobre folhas, por causa da falta de tinta e papel. Descreve também a forma que encontrou para estimular a aprendizado, mostrando-se contente com os resultados obtidos. Destaca também o aprendizado da língua dos índios, e sua importância para o prosseguimento do trabalho da catequese, por ele e por outros membros da Ordem.

[...] mas como os mysterios de nossa Santa Fé são os que se devem saber e ensinar antes de tudo o mais, em elles também os exercitava em o fim da classe, e com isso ia também eu aprendendo a lingua da terra, cuja grammatica já tinha trasladado para o latim, estando ainda em Portugal, e mandando-a para a minha provincia para que aprendessem por ella os que lá quizesem vir para esta missão do Maranhão. Não faltava que fazer em aquella aldêa [de Mortigura], que constava de umas três mil almas aquella tempo, e comprehendia muitas nações [...] (BETTENDORF, 1990, p. 156).

[...] cheguei ao Tapajoz com o Alfares João Corrêa. A primeira cousa que lá fiz foi com a ajuda de meu companheiro e alguns índios grandes línguas fazer uns catechismos de vários idiomas daquelles seus principais, todos pelo da lingua geral, um era em lingua dos Tapajoz, outro dos Urucucus, que commumente entendiam, e com este os ia ensinando e baptizando [...] (Idem, p. 168).

A vida dos padres jesuítas nos colégios do Grão-Pará pautava-se pelas regras elaboradas para os demais colégios do Brasil, embora com algumas adaptações. Todavia, nas Aldeias e Missões, havia uma ordenação própria, conforme nos esclarece Serafim Leite. O Regulamento das Aldeias, elaborado pelo padre Antônio Vieira, embora tendo recebido algumas pequenas alterações, vigorou durante todo o período de permanência dos jesuítas. Considerando a importância do documento, que foi compilado pelo autor da história da Companhia de Jesus no Brasil (Tomo IV, páginas 106 a 124), transcrevemos a seguir alguns dos parágrafos, identificados pela numeração por ele atribuída.

14 – [*Doutrina de manhã*]. Todos os dias da semana, acabada a oração, se dirá logo uma Missa que a possam ouvir os Índios antes de irem às suas lavouras; e para isso se terá a oração a tempo que quando sair o sol esteja ao menos começada a Missa, a qual acabada se ensinarão aos Índios em voz alta as orações ordinárias: a saber Padre Nosso, Avê-Maria, Credo, Mandamentos da Lei de Deus, e da Santa Madre Igreja; e os Sacramentos, acto de contrição, e confissão, geralmente os diálogos do catecismo breve, em que se contém os mistérios da fé.

15 – [*Escola*]. Acabada esta doutrina irão, podendo ser, todos os Nossos, para a Escola, que estará da nossa Portaria para dentro; aonde os mais hábeis, se ensinarão a ler e escrever, e havendo muitos se ensinarão também a cantar, e tanger instrumentos para beneficiar os officios divinos; e, quando menos, se ensinará a todos a doutrina cristã, e em caso que o não possa fazer o Padre, ou será seu Companheiro, que sempre é o que mais convém, ou fará algum moço dos mais práticos na doutrina, e bem acostumado.

16 – [*Doutrina da tarde*]. À tarde, antes de se pôr o sol, se tangerá a 2ª doutrina, exortando a todos que venham a ela, e sendo obrigados a vir meninos e meninas, como é de costume; e nessa doutrina se ensinarão as mesmas orações, que na de pela manhã, mudando somente o diálogo do catecismo, que será variadamente um dos outros. E acabada a doutrina sairão os meninos em ordem, dando a volta a tôda a praça da Aldeia, cantando o Credo e Mandamentos; encomendando a espaço as Almas do Purgatório e rezando por cada vez um padre Nosso e uma Avê-Maria.

Não basta para remédio das Almas e satisfação de nossas obrigações, que se ensine em geral a doutrina nas Aldeias; mas é necessário, que em

particular se advirta, se há alguns mais rudes, que a não [*saibam*] ou não a entendam; e que se tomem a rol, para que sejam particularmente ensinados. Isto se poderá fazer mais comodamente, quando as Aldeias se desobrigam pela quaresma, pondo à margem das listas, defronte do nome do que há mistér ser ensinado êste sinal + [*uma cruzinha*] para que o mesmo Padre, ou outro que lhe suceda, conheça os que necessitam de ser catequizados. (LEITE, 1943, p. 112-113).

Cuidando da conversão do nativo à religião cristã, os religiosos levavam a cabo o trabalho de catequese e, também, a instrução formal. Tamanho esforço, além do aspecto relacionado com a propagação da fé e o desenvolvimento da empresa colonizadora, pode também ser explicado como resultante da necessidade de novos integrantes para o trabalho das Ordens religiosas.

Na Vigia, os da Companhia de Jesus fundaram um Colégio denominado São Jorge dos Alamos, nome atribuído inicialmente àquele povoado. Também os Mercedários e os Carmelitas abriram casa de ensino em Vigia, onde em 1732, os Jesuítas fundaram o *Colégio da Mãe de Deus* anexo à igreja, que ainda hoje subsiste.

O Padre Gabriel Malagrida, no ano de 1745, lançou os fundamentos de um Seminário, situado na antiga Rua do Açougue, atual Gaspar Viana, ângulo com a Travessa dos Mirandas, depois 15 de agosto e hoje Getúlio Vargas. (CRUZ, 1963, p. 405).

Serafim Leite observa que o traço de originalidade dos jesuítas com relação a outras Ordens religiosas no campo da instrução deveu-se ao caráter de *Escolas Gerais* que os assumiram os estudos de Latim, Humanidades e Retórica.

[...] A princípio havia locais diferentes para os estudantes de casa e para os externos. Assim era ainda em 1706. Depois, os estudos de latim, Humanidades e Retórica, assumiram carácter de *Escolas Gerais*, e nas mesmas classes se reuniam todos os estudantes.

Parece-nos ser esta a originalidade dos Jesuítas. Tôdas as Ordens Religiosas, beneméritas cada qual no seu ramo, ensinaram Latim e as mais disciplinas eclesiásticas aos seus próprios membros e talvez a alguma pessoa de fora, à proporção que iam fundando as suas Casas, algumas das quais, não no Brasil, mas no Estado do Maranhão e Grão-Pará, de tratamos agora, são anteriores às dos Jesuítas.

A importância, fama e utilidade dos Colégios da Companhia, está nestas *Escolas Gerais*, em que o ensino se generalizava e se punha ao alcance de todos. (LEITE, 1943, p. 263, grifos do autor).

Não é demais lembrar que ao chegarem na Amazônia, há muito havia sido dissolvido o plano de estudos elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega e que previa também a instrução para os indígenas, além da catequese.

O plano de estudos propriamente dito foi elaborado de forma diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados o aprendizado profissional e agrícola, e de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa.

Não tinha, inicialmente, de modo explícito, a intenção de fazer com que o ensino profissional atendesse à população indígena e o outro à população “branca” exclusivamente. (RIBEIRO, 1993, p. 21-22).

Em substituição ao plano de Nóbrega, vigorou o *Ratio Studiorum*. Luiz da Grã, superior dos jesuítas, não nutria simpatias pelo propósito de Nóbrega e desde 1556, quando começaram a vigorar as Constituições da Companhia de Jesus, opôs sérias resistências ao plano de Nóbrega, suprimindo-o de vez com a morte de seu idealizador, em 1570. A partir do *Ratio*, houve a exclusão das etapas iniciais de estudo. Ainda de acordo com Ribeiro (1993, p. 22)

[...] a orientação contida no *Ratio*, que era a organização e plano de estudos da Companhia de Jesus publicado em 1599, concentra sua programação nos elementos da cultura européia. Evidencia desta forma um desinteresse ou a constatação da impossibilidade de “instruir” também o índio.

Era necessário concentrar pessoal e recursos em “pontos estratégicos”, já que aqueles eram reduzidos. E tais “pontos” eram os filhos dos colonos em detrimento do índio, os futuros sacerdotes em detrimento do leigo, justificam os religiosos.

Embora seja difícil determinar qual a primeira instituição escolar criada no espaço geográfico que hoje corresponde ao estado do Pará, é possível destacar dois marcos iniciais importantes: o Convento dos Franciscanos de Santo Antônio e o Convento dos Carmelitas, ambos construídos no ano de 1626. Naqueles locais funcionaram aulas de teologia, filosofia e música. A partir de 1640, foi instalada em Belém, no Convento dos Mercedários, uma escola aberta aos filhos dos moradores, a quem ensinavam gramática latina e bons costumes, além das primeiras letras. Essas

instituições tiveram, contudo, duração efêmera (não encontramos maiores informações a respeito delas).

Os jesuítas fundaram no Grão-Pará os seguintes estabelecimentos de ensino: Colégio de Nossa Senhora da Luz, em São Luís do Maranhão, 1679; Colégio de Santo Alexandre, em Belém do Pará, 1681; Colégio da Madre de Deus, em Vigia do Pará, 1732. Fundaram também o Seminário de Nossa Senhora das Missões (não destinado exclusivamente à formação sacerdotal) em Belém do Pará, 1749, e o Seminário de São Luís, em São Luís do Maranhão, 1753.

No Colégio de Santo Alexandre, atual sede do Arcebispado em Belém, eram administradas aulas nos níveis primário, secundário e superior. Este último conferia aos alunos o diploma de Bacharel, Licenciado e Mestre em Artes, não obstante o curso se voltasse para a formação de novos religiosos.

Em 1730 concede-se aos dois Colégios do Maranhão e Pará a faculdade de darem graus acadêmicos de Bacharel, Licenciado e Doutor, tanto para os internos, como para os externos *ex iure pontificio*. Concederam-se para aplicação oportuna, mas o Colégio do Pará, pela sua posição central, assumiu a feição de entreposto geral, econômico, de todas as Missões da Amazônia. [...] (LEITE, Tomo IV, 1943, p. 275).

O Colégio da Madre de Deus figura entre as importantes obras educacionais dos jesuítas e há registros de que lá existia uma biblioteca com 1.010 volumes (ILDONE, 1991, p. 14-15). Serafim Leite estimou em mais de 12 mil a quantidade de livros que dispunham os jesuítas no Grão-Pará.

Nos Colégios do Brasil colonial, professores e alunos pareciam ter diante de si apenas livros. Tudo funcionava como se fosse na Europa, apesar da realidade totalmente adversa. Não porque a desconhecêssem ou não fossem capazes de conhecê-la, mas por que buscavam espelhar-se na estrutura sócio-cultural de Portugal. A função do Colégio era primeiramente formar na fé e nos bons costumes e, em segundo lugar, transmitir o conhecimento. Evidentemente que este era restrito a poucos.

Nas transcrições apresentadas a seguir, destacam-se algumas informações complementares acerca da atividade educacional dos jesuítas no Grão-Pará. Primeiro,

acerca da aprendizagem de caráter profissional, em seguida acerca dos exercícios escolares e da atividade teatral.

Nestes Colégios existiram escolas rudimentares de aprendizagem mecânica [...] Uma lista de cêrca de 1718 enumera os oficiais do Colégio de Santo Alexandre, índios, negros e cafuses, que tinham aprendido as artes ou ofícios de pedreiro, ferreiro, carpinteiro, escultor, torneiro, alfaiate, tecelões e canoieiros. (LEITE, Tomo IV, 1943, p. 261).

[...]

Como aliás no resto do Brasil, os exercícios escolares da Companhia de Jesus, nos Colégios do Maranhão e Pará, eram os que definiu António Vieira, exigindo dos estudantes, composição em prosa e verso, actos de declamação, diálogos e dominiciais.

Entende-se por dominical, o ensaio de prêgação em que o discípulo, sobre um tema dado com poucos dias de antecedência, falava diante dos mais, e geralmente no púlpito do refeitório, aos domingos [...] (Idem, p. 291).

[...]

Uma das características do teatro no Norte, reminiscência dos Mistérios e Autos Sacramentais, foi abrirem-se as igrejas para essas representações, com mais freqüência do que no Centro e Sul. [...] (Idem, p. 296)

Serafim Leite também dá ênfase para a necessidade do conhecimento da língua dos índios, por parte dos jesuítas:

A aprendizagem da língua, como instrumento de catequese, era de tal maneira fomentada pelos Jesuítas e reconheceu-se tão útil e tão necessária, e por outro lado tão custosa às vezes, para os recém-chegados, que se elevou à categoria de disciplina, cujo estudo era requisito prévio para a profissão solene dos Religiosos, e tinha que ser atestada juridicamente por examinadores peritos. (LEITE, Tomo IV, 1943, p. 312).

Um dos primeiros historiadores da educação brasileira, embora reconhecendo a importância da atuação dos jesuítas e outros religiosos no campo educacional, chama a atenção para o descaso para com a instrução primária.

Enquanto os padres da Companhia de Jesus residiram no Brasil, mantiveram numerosas escolas dirigidas por professores verdadeiramente hábeis. Depois de sua expulsão, as outras ordens religiosas procuraram continuar a obra do ensino público, mas permaneceram muito aquém de seus predecessores. Seria, entretanto, injusto não mencionar os esforços dos Conventos do Carmo, de Santo Antônio e de São Bento.

Mas, a instrução primária dada ao povo, às expensas do governo colonial, ficou muito abaixo do que se possa imaginar. Os estudos secundários somente poderiam ser seguidos nos seminários episcopais e em



um pequeno número de seminários civis, onde se ensinavam aritmética, álgebra, geometria, latim e grego, retórica e um pouco de filosofia. Para continuar os estudos, era preciso atravessar o oceano e ir a Coimbra. [...] (ALMEIDA, 2000, p. 30).

Naquele contexto, poder freqüentar um Colégio, fosse na colônia ou na Europa, demonstrava a destacada posição do indivíduo na ordem social. Ali se formavam os letrados que eram absorvidos na burocracia administrativa. Fora dele estavam os demais, cumprindo funções para as quais não havia necessidade do conhecimento das letras.

Com respeito ao saber, o colégio converte-se num lugar no qual se ensina e se aprende um amontoado de banalidades desconectadas da prática, do mesmo modo que, mais tarde, a escola e o trabalho escolar precedem e substituem o trabalho produtivo. Esta fissura com a vida real favorecerá todo tipo de formalismo que se colocam em relevo não somente na importância que os jesuítas conferem à aprendizagem e manipulação das línguas – especialmente o latim –, senão também na repetição de exercícios de urbanidade e de boas maneiras. Formalismos que, por outro lado, não devem ser subvalorizados ou ignorados já que jogam um importante papel de distinção e valorização das classes distinguidas. A aquisição dessas habilidades apresenta uma nota diferencial: não implica na cooperação entre professores e alunos, senão que, pelo contrário, sua organização e planificação serão missão exclusiva do professor que se servirá das próprias teorias pedagógicas para disfarçar seus monopólios, podendo assim converter estas imposições em serviços desinteressados aos alunos. O colegial se verá desse modo excluído do saber e dos meios e instrumentos que permitem o acesso a ele. O saber é propriedade pessoal do professor, só ele realiza a interpretação correta dos autores, conhece e censura as fontes, adequa conhecimentos e capacidades, e decide quem é o bom aluno. Mas quais saberes detém tão onipotente especialista? Saberes “neutros”, “imateriais”, isto é, saberes separados da vida social e política que não só têm a virtude de converter em não saber os *conhecimentos vulgares* das classes populares, senão que, além disso, através de mecanismos de exclusão, censura, ritualização e canalização dos mesmos, imporão uma distância entre a verdade e o erro. Para as classes distinguidas, que são sempre as classes instruídas, cunha-se a verdade do poder, verdade luminosa afastada das praças públicas e do contato contaminante das massas. Os colégios de jesuítas são precisamente uma preservação do contágio das multidões. A partir de agora a memória dos povos, os saberes adquiridos no trabalho, suas produções culturais, suas lutas, ficarão marcadas com o estigma do erro e desterradas do campo da *cultura*, a única legítima porque está legitimada pelo mito da “neutralidade” e da “objetividade” da ciência. [...] (VARELA e ALVAREZ-URIA, 1992, p. 85-86).

### *3.4 Reformas educacionais pombalinas no Grão-Pará*

Não obstante a importância dos missionários para a introjeção de novos hábitos aos índios, convenientes ao colonizador, tais como a obediência e a aceitação da autoridade externa, não raras vezes, tiveram que regressar à Metrópole ou se dirigir para outros locais por exigência das autoridades locais. Por exemplo, os franciscanos da Piedade foram obrigados a sair de Belém e retornar para a metrópole em fevereiro de 1758 e em abril do mesmo ano os da Beira e Minho tiveram que se recolher ao Maranhão. A culminância desse processo de interferências deu-se com a expulsão dos jesuítas em 1759, efetivada pelo todo poderoso primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Naquela época, a Província da Companhia de Jesus estabelecida no Brasil (e mais a Vice-Província do Grão-Pará) contava com 474 membros, entre eles 44% de brasileiros. A expulsão atingiu ao todo 670 pessoas, incluindo os noviços. Do Grão-Pará saíram 155 jesuítas, sendo 5% nascidos naquele território. (HOORNAERT, 1992b, p. 83).

A Companhia de Jesus foi o principal alvo do projeto modernizador do Marquês de Pombal. No Grão-Pará, antes mesmo da expulsão oficial de Portugal e de suas colônias, já estava sofrendo repressões, movidas pelo Governador Mendonça Furtado, que esteve no exercício do cargo de setembro de 1751 a março de 1759.

Incumbido da demarcação dos limites territoriais com a Espanha, por determinação do Tratado de Madri, Mendonça Furtado precisava do apoio logístico da Companhia de Jesus, através do fornecimento de índios e de outros recursos necessários para o cumprimento da tarefa que lhe havia sido incumbida pelo Rei D. José I. Como os jesuítas relutavam em fornecer os índios, e passassem a criar algumas outras dificuldades, não tardaram os desentendimentos. Os demais colonos portugueses trataram de alimentar a cisão, a pretexto de novamente, e quem sabe desta feita de forma definitiva, livrarem-se da “concorrência” desigual que as atividades econômicas dos jesuítas representavam.

Carvalho (1978, p, 104-105) observa:

Que a Companhia de Jesus, no Brasil, se desviara dos seus fins exclusivamente missionários parece hoje não haver menor dúvida. O insigne historiador Lúcio de Azevedo que, a propósito das atividades dos jesuítas no Grão-Pará, examinou arquivos brasileiros e portugueses, não teve dúvidas de afirmar que a Companhia de Jesus teve, nas províncias do norte, não só um caráter colonizador mas também mercantilista.

A intensa atuação dos jesuítas em atividades de cunho comercial era vista como sinônimo de atraso por Pombal e seus adeptos. Como os lucros que obtinham não serviam aos colonos nem também ingressavam, em forma de impostos, para os cofres do Estado, a Companhia de Jesus era um empecilho para os objetivos do iluminismo ilustrado português. No entanto, observa Lins (1992, p. 78) que, naquele período, ela era “[...] *tão moderna e capitalista quanto qualquer outra companhia colonizadora que exerceu grandes atividades mercantis, como as companhias holandesas e inglesas no Brasil [...]*”.

A mesma autora mostra que nas aldeias jesuíticas também estava presente o fenômeno de expropriação do trabalhador. Tanto os senhores de engenho quanto os jesuítas se beneficiavam do trabalho compulsório, dotando a expropriação de características peculiares.

No Brasil, o fenômeno da expropriação assume características singulares. Aqui, o trabalhador, ou é trazido sob as algemas da escravidão, que é o que se denomina tráfico negreiro; ou é aldeado a pretexto de cristianização, o que nada mais é que uma forma de escravidão dos indígenas que ocorreu, sobretudo, na região norte da colônia.

[...]

Observa-se ainda a forma pela qual a escravidão colonial se apóia em uma ação pedagógica de alta eficiência, que permite, não somente, altos lucros para os senhores de engenho, mas igualmente, grandes fortunas (na forma burguesa de compreender a riqueza) para a Companhia de Jesus. (LINS, 1992, p. 79-80).

Defende também a autora que, tanto os jesuítas quanto o Gabinete Pombal, possuíam interesses convergentes. E em ambos a política educacional excluía do processo educacional escolar a maioria da população.

É portanto, baseado no entendimento de documentos que comprovam que a ação da Companhia de Jesus se distingue muito mais pelo seu caráter

colonizador e mercantil, do que por uma ação simplesmente missionária e de dogmática pedagógica, que se admite considerar a concepção de educação da Companhia de Jesus no Brasil naquilo que tange às necessidades de uma sociedade de classes tão moderna e progressista, quanto o fora o pombalismo. [...]

Por parte da Companhia de Jesus, verificar-se-á a reorientação de sua política educacional, logo nos primeiros anos de sua estada no Brasil. Esta reorientação teve por objetivo abandonar as atividades pedagógicas de ensino dos bons costumes e de ler e escrever para as crianças indígenas e reinóis, para se voltar à educação de elite agrária no âmbito dos colégios. [...]

A análise desses documentos [correspondência de Mendonça Furtado e as obras de Benci, Vieira e Antonil] permite admitir que tanto a companhia de Jesus, quanto o Gabinete Pombal, defendem os interesses do capital. Permite-se também a constatação de que tanto o jesuitismo, quanto o pombalismo, excluem a camada da população que trabalha do acesso à escola. Desta forma, consideram-se semelhantes tais políticas educacionais que conflitaram no período colonial. (LINS, 1992, p. 80-81).

A atividade mercantil não poderia ser a única ação da Companhia de Jesus, mesmo que tivesse alcançado tamanha importância. A catequese continuava a ser sua principal justificativa, assim como a instrução.

Pelas Constituições da Companhia de Jesus, somente os Colégios e as Casas de Formação poderiam possuir bens que lhes garantissem o sustento do trabalho pedagógico e missionário. Não resta dúvida, portanto, que a expansão do ensino jesuítico, no reino como nos domínios portugueses, foi condicionada por este relevante fator. A penetração e o alargamento da obra missionária dependiam, fundamentalmente, da criação de escolas, únicos empreendimentos que poderiam justificar, do ponto de vista canônico, a posse dos bens indispensáveis à concretização dos demais fins da Companhia de Jesus. Não é de estranhar, portanto, que, com a perseguição movida pelo gabinete de D. José I aos inicianos, se fizessem sentir as reivindicações dos povos que viam desamparados os seus filhos, com a supressão das aulas mantidas pela Ordem de Santo Inácio. (CARVALHO, 1978, p. 110).

No campo da educação, as reformas pombalinas constituem expressão altamente significativa do iluminismo português. A remodelação dos métodos educacionais, assim como a introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza representaram um passo decisivo na conformação de uma nova cultura dominante naquele país (CARVALHO, 1978, p. 25).

A expulsão dos jesuítas de todas as terras de domínio português foi uma condição essencial para a efetivação das reformas educacionais. Para se ter uma idéia da pujança daquela Ordem neste campo, basta lembrar que

Quando foi extinta, em 1773, a Companhia contava 23.000 membros e dirigia, na Europa, 546 Colégios e 148 Seminários e, fora da Europa, 123 Colégios e 48 Seminários, ou seja, um total de 865 estabelecimentos de ensino. (GOMES, 1995, p. 33-34).

Tal quadro também revela as dificuldades que Pombal precisava enfrentar para reorganizar o ensino na Metrópole e nas colônias de Portugal, principalmente porque prometia alcançar avanços na direção da modernidade. Segundo Ribeiro (1993, p. 33) se iniciava “[...] *um ensino público propriamente dito. Não mais aquele financiado pelo Estado, mas que formava o indivíduo para a Igreja, e sim o financiado pelo e para o Estado*”. Os resultados efetivamente obtidos são discutíveis quando se trata de Portugal e lastimáveis no que diz respeito ao Brasil.

Através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, foram extintas todas as escolas disciplinadas pelo método jesuítico e estabelecido um novo regime – de aulas régias<sup>48</sup> – tendo à frente um Diretor Geral de Estudos. Em Portugal, para o referido cargo, foi indicado D. Tomaz de Almeida. No Grão-Pará foi nomeado, em 1760, Eusébio Luiz Pereira Ludon, permanecendo naquela função até 1768.

Outra frente de luta que o Marquês de Pombal e Mendonça Furtado travaram, especialmente na Amazônia, foi com relação à imposição da língua portuguesa, de tal forma que pudesse quebrar a hegemonia das comunicações em mãos dos jesuítas e ao mesmo tempo implantar definitivamente uma linguagem que tornasse possível o entendimento entre os habitantes nativos, os colonos e o governo. O fato de a Língua Portuguesa ser praticamente um símbolo morto, diante da força da Língua Geral, prejudicava demasiadamente os propósitos comerciais da metrópole e esvaziava o

---

<sup>48</sup> Estas aulas régias eram, na verdade, aulas avulsas e não passaram de solução paliativa, como se pode notar pela demora na criação do novo imposto – o subsídio literário - previsto para sustenta-las. O imposto só foi criado em 1772, 13 anos após a instituição das aulas régias (XAVIER, 1994, p. 52).

poder político das autoridades e dos colonos. Os grandes beneficiados eram os jesuítas, maiores intérpretes da língua corrente.

Mendonça Furtado, depois de ouvir relatos e constatar *in loco* as condições em que se encontravam as aldeias jesuíticas, assim expressava o descontentamento e a reprovação aos missionários:

- Conseguindo os Regulares que S.M. lhes desse, não só o governo espiritual das aldeias, mas também o temporal e político, se persuadiram logo que estas aldeias todas eram suas;
- Persuadiram-se as Religiões que aquelas aldeias eram suas, porque são governadas por um missionário que nelas reside, o qual batiza, faz casamentos, dispensa nos impedimentos, administra absoluta e despoticamente todo o espiritual;
- Administram mais com um governo absoluto e despótico todo o temporal, sem que das suas injustiças e violências haja para quem recorrer, porque no dito governo não há ordem ou forma de proceder, e em consequência não se admite apelação ou recurso para tribunal algum.
- Como os Regulares se viram senhores absolutos desta gente e das suas povoações; como se foram fazendo senhores das maiores e melhores fazendas deste Estado, vieram a absorver naturalmente todo o comércio, assim dos sertões como o particular desta cidade, e vieram a cair os direitos reais e dízimos e em consequência a cair o Estado, sem remissão. (MENDONÇA, 1963, p. 70-72).

D. José I, ao nomear o primo-irmão do Marquês de Pombal para Governar o Grão-Pará, fez recomendações quanto à necessidade de mudanças na catequese dos índios e na educação. Cumprindo as determinações reais, Mendonça Furtado instituiu o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*<sup>49</sup>. Editado em 3 de maio de 1757, foi confirmado pelo Alvará Régio de 17 de agosto de 1758 e abolido somente a 12 de maio de 1798. O “Diretório” extinguiu o Regimento das Missões, substituindo a administração dos religiosos por leigos nos aldeamentos. Conforme Moreira Neto (1988, p. 27):

[...] um claro instrumento de intervenção e submissão das comunidades indígenas aos interesses do sistema colonial. Nesse sentido, amplia e

<sup>49</sup> Doravante designado apenas por Diretório. As referências a este documento, apresentadas a seguir, serão feitas remetendo o leitor à obra denominada *Índios da Amazônia: de maioria a minoria*, citada *in fine*. Nela encontra-se um fac-símile do original, como anexo, nas páginas 166 a 205. Dessa forma, utilizarei a grafia conforme consta no original.

completa a obra de desorganização da vida indígena tribal, inaugurada pelas missões.

O período de vigência do Diretório foi, sem dúvida, de grande importância para a história da educação no Grão-Pará. Não porque tenha resultado em realizações concretas, mas pelo novo direcionamento que traçou para a educação. O Diretório tratou de diversos temas: desde o maior controle para as atividades dos religiosos, até preocupações em povoar a região para evitar sua invasão pelos franceses e holandeses; também procurou disciplinar a criação de seminários e de conventos assim como estabelecer regras para a abertura de escolas, do financiamento do Estado, seu comércio e segurança, destacando especial importância à agricultura e às fronteiras. Quanto à instrução dos índios, o Diretório destacava o ensino profissionalizante já realizado com êxito pelos jesuítas em regiões sob controle espanhol.

Num projeto ambicioso de transformar o índio em vassalo do rei, tirando-o da tutela da Igreja, D. José I exigiu empenho de Mendonça Furtado no sentido de garantir liberdade e condições de trabalho aos índios, proibindo toda e qualquer tentativa de escravizá-los, seja por leigos ou religiosos<sup>50</sup>. Buscou garantir o cumprimento de sua determinação inclusive reforçando o serviço público com os próprios índios, que receberiam um salário para tal.

O Diretório, documento de importância fundamental para a implantação de um novo projeto de colonização portuguesa, contém 95 parágrafos, dentre os quais alguns dedicados a normatizar a instrução. Trata da “Civilização dos índios” em onze parágrafos (do 5º ao 15º), através do estabelecimento da “*proibição das línguas indígenas e obrigatoriedade do português*” assim como da determinação que houvesse “*escolas separadas para meninos e meninas, seleção e pagamento dos mestres e do aportuguesamento obrigatório dos sobrenomes, das casas, dos costumes e do*

---

<sup>50</sup> Há autores que relatam a participação de religiosos na escravização dos índios. Por exemplo, MENDONÇA (1963, p. 27) cita que uma das “tropas de resgate” fôra chefiada por um padre jesuíta chamado Aquiles Maria Avogadri, enquanto SWEET e NASH (1987, p. 321) dão destaque para a presença de um capelão jesuíta nas expedições de “recrutamento” de mão-de-obra, legitimando a aquisição dos escravos.

*vestuário; proibição de chamar de negros aos índios”* (BEOZZO, 1983, p. 127).

O primeiro parágrafo se inicia com uma referência ao Alvará de 7 de junho de 1755 que extinguiu a administração temporal exercida pelos religiosos sobre os indígenas no Grão-Pará transferindo este poder aos seus *Principaes* (denominação utilizada no referido documento para designar os líderes indígenas). Expressando sua preocupação com o fato de os Principais não serem capazes de cumprir sua tarefa, Mendonça Furtado propunha a nomeação de um diretor que o fizesse de acordo com os objetivos determinados por seu governo, e a necessária anuência da Coroa portuguesa:

[...] como estes [os principais] pela lastimosa rusticidade, e ignorancia, com que até agora forão educados, não têm a necessária aptidão, que se requer para o Governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo-lhes não só os meios da civilidade, mas da conveniencia, e persuadindo-lhes os proprios dictames da racionalidade, de que vivião privados, para que o referido Alvará tenha a sua devida execução, e se verefiquem as Reaes, e piissimas intenções do dito Senhor, haverá em cada uma huma das sobreditas Povoações, em quanto os Indios não tiverem capacidade para se governarem, hum Director, que nomeará o Governador, e Capitão General do Estado [...] (MOREIRA NETO, 1988, p. 166).

O diretor a que se referia Mendonça Furtado, além de ser por ele nomeado, devia preencher um conjunto de critérios dentre os quais o conhecimento da língua portuguesa. Para ele, o diretor precisava “[...] *ser dotado de bons costumes, zelo, prudencia, verdade, sciencia da lingua, e de todos os mais requisitos necessarios para poder dirigir com acerto os referidos Indios debaixo das ordens [...]*”. (MOREIRA NETO, 1988, p. 166).

No terceiro parágrafo do documento, Mendonça Furtado expôs a situação religiosa dos índios, considerando-os distanciados da prática cristã, em uma clara alusão depreciativa ao trabalho dos missionários:

Não se podendo negar, que os Índios deste Estado se conservarão até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nascerão, praticando os pessimos, e abominaveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoraveis mysterios da nossa Sagrada Religião, mas até das mesmas conveniencias Temporaes, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Commercio [...] (MOREIRA NETO, 1988, p. 167)

Nota-se, na última frase, a preocupação com que aos índios fosse possibilitado



não apenas o acesso ao aprendizado da religião, mas também outros aspectos necessários ao processo colonizador e civilizador,

[...] para que saindo da ignorancia, e rusticidade, a que se achão reduzidos, possaõ ser úteis a si, aos moradores, e a do Estado [...] (MOREIRA NETO, 1988, p. 167-168)

Incumbindo os Diretores, e não mais os missionários, da tarefa de cristianizar e civilizar os índios, ao mesmo tempo admitia que, em se tratando de assunto de natureza espiritual, ficasse sob a responsabilidade do Prelado da Diocese.

Para se conseguir pois o primeiro fim, qual he o chistianizar os Índios, deixando essa matéria, por ser meramente espiritual, á exemplar vigilância do prelado desta Diocese [...]

Em quanto porém á Civilidade dos Índios, a que se reduz a principal obrigação dos diretores, por ser propria do seu ministério [...] (MOREIRA NETO, 1988, p. 168)

O Governador parecia ter plena noção da importância da educação para seu projeto de colonização e reiterou com bastante ênfase a necessidade de consolidar a língua portuguesa. Criticou os primeiros colonos portugueses por não terem se preocupado em introduzir firmemente o uso da língua entre os habitantes e insistiu na necessidade de os Diretores cumprirem esta tarefa:

[...] será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos, Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Lingua propria das suas Nações, ou da chamada geral [nome dado à língua nheengatu]; mas unicamente da Portugueza, na fôrma, que Sua Magestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observarão com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado. (MOREIRA NETO, 1988, p. 169).

Para que a língua portuguesa fosse disseminada, o documento previa para cada povoação

[...] duas Escolas públicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christãa, a ler, escrever, e contar na fôrma, que se pratica em todas as Escólas das Naçoens civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruídas na Doutrina Christãa, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, cultura, e todos os demais ministérios próprios daquele sexo. (MOREIRA NETO, 1988, p. 169)

Interessante observar que, mesmo estabelecendo a obrigatoriedade do uso da

língua portuguesa nas escolas, e dando tamanha importância a esse fato, não cuidou da sustentação financeira daqueles precários estabelecimentos, deixando-os sob a responsabilidade dos próprios pais dos alunos, fosse com dinheiro ou trabalho.

Para a subsistencia das sobreditas Escólas, e de hum Mestre, e huma Mestra, que devem ser Pessoas dotadas de bons costumes, prudencia, e capacidade, de sorte, que possam desempenhar as importantes obrigações de seus emprêgos; se destinarão ordenados sufficientes, pagos pelos Pais dos mesmos Indios; ou pelas Pessoas, em cujo poder elles viverem, concorrendo cada hum delles com a porção, que se lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em effeitos, que será sempre com attençaõ á grande miseria, o pobreza, a que elles presentemente se achaõ reduzidos. [...] (MOREIRA NETO, 1988, p. 169)

Ocupando-se com a questão da civilização dos indígenas, o Diretório abordou assuntos tais como formas de tratamento, denominação, habitação, até alimentos, bebidas e métodos de convencimento. Expressou preocupação para com o tratamento desrespeitoso dado aos índios como, por exemplo, em trabalhos penosos e arriscados. Revelou-se, dessa forma, defensor de direitos (daqueles investidos de posições de destaque) a ponto de recomendar aos Diretores,

[...] que assim em público, como em particular, honrem, e estimem a todos aquelles Indios, que forem Juizes Ordinarios, Vereadores, Principaes, ou occuparem outro qualquer posto honorifico; e tambem as suas familias; dando-lhes assento na sua presença, e tratando-os com aquella distincão, que lhes for devida, conforme as suas respectivas graduações, empregos, e cabedae [...] (MOREIRA NETO, 1988, p. 170)

Outra forma de desrespeito aos índios, atacada por Mendonça Furtado no texto do Diretório, refere-se ao uso do termo pejorativo negro, uma vez que

[...] seria indecoroso ás Reaes Leys de Sua Magestade chamar *Negros* a huns homens, que o mesmo Senhor foi servido nobilitar, e declarar por isentos de toda, e qualquer infâmia, habilitando-os para todo o emprego honorifico: Não consentiráõ os Directores daqui por diante, que pessoa alguma chame *Negros* aos Índios, nem que elles mesmos usem entre si desse nome como até agora praticavaõ [...] (MOREIRA NETO, 1988, p. 170-171, grifos do autor).

Nota-se que o texto previa outras formas de aproveitamento da força de trabalho indígena. Tal registro, além de indicador do profundo preconceito que pesava sobre os escravos de origem africana, deixa claro que para eles só restava a escravidão, sequer estavam incluídos nos planos civilizatórios da política colonizadora, por mais

tacanhos que fossem.

Acerca da forma de habitação utilizada pelos nativos, o Diretório considerou-a promíscua e incentivadora da indecência e brutalidade entre as famílias. Recomendou que fossem construídas casas com separações, de acordo com os projetos portugueses. Esta foi mais uma das responsabilidades atribuídas aos Diretores.

Ainda sobre hábitos em geral, recomendou que os Diretores empregassem todas as suas forças visando acabar com a bebedeira e a embriaguez por parte dos índios. Mas com o cuidado de não utilizarem meios violentos que pudessem afastá-los do “*Gremio da Igreja*” (MOREIRA NETO, 1988, p. 172).

Finalizando o bloco de parágrafos que dizem respeito à questão da civilização dos índios, o governador ordenava a seus subordinados que introduzissem nos índios o “*virtuoso, e moderado desejo de usarem de vestidos decorosos, e decentes*” ao mesmo tempo em que externava uma preocupação com o excesso de luxo (*excessiva, e superflua preciosidade das galas, hum vicio dos capitães*). Deu especial recomendação para que os Diretores não permitissem que andassem nus, “*especialmente as mulheres*” (MOREIRA NETO, 1988, p. 172-173).

A partir do décimo-sexto parágrafo, o documento abordava assuntos de comércio, agricultura, segurança e outros de natureza administrativa. Chegou a estabelecer formas de “incentivo” para que os índios pudessem se tornar produtores e, também, responsáveis pelo próprio sustento.

Em primeiro lugar cuidarão muito os Directores em lhes persuadir o quanto lhes será util o honrado exercício de cultivarem as suas terras; porque por esse interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundancia as suas casas, e familias; mas vendendo os generos, que adquirirem pelo meio da cultura, se augmentaraõ nelles os cabedães á proporção das lavouras, e plantaçoens, que fizerem. [...] (MOREIRA NETO, 1988, p. 173).

Recomendava que os Diretores fizessem os índios compreender que sua ociosidade era a responsável pela situação de pobreza em que se encontravam. E portanto, era preciso ensiná-los a superá-la:

E para que estas persuasoens cheguem a produzir effeito, que se deseja, lhes faraõ comprehender os Directores, que a sua negligencia, o seu descuido, tem sido a causa do abatimento, e pobreza, a que se achaõ reduzidos; naõ omittindo finalmente diligencia alguma de introduzir nelles aquella honesta, e louvavel ambição, que desterrando das Republicas o pernicioso vicio da ociosidade, as constitue populosas, respeitadas, e opulentas. (MOREIRA NETO, 1988, p. 173).

A importância seja positiva ou negativa, do Diretório de 1757, para a organização social dos nativos da Amazônia é mencionada por diversos historiadores das mais diversas tendências.

Capistrano de Abreu, por exemplo, situa-se entre os seus críticos e observa:

O diretório, aprovado pelo rei, vigorou de 1757 a 1798. As misérias provocadas por ele, direta ou indiretamente, são nefandas. Por fim D. Francisco de Sousa Coutinho teve compaixão dos índios e conseguiu a revogação. Chegava tarde a medida salvadora: o mal estava feito. Em 1850 o Pará e o Amazonas eram menos povoados e menos prósperos que um século antes; as devastações da cabanagem, os sofrimentos passados por aquelas comarcas remotas de 1820 a 1836 contam entre as raízes a malfadada criação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. (ABREU, 1982, p. 164).

Nessa mesma linha, Moreira Neto aponta o Diretório como o instrumento que ampliou e completou a obra de desorganização da vida indígena tribal:

A despeito da eloqüência com que são proclamadas as liberdades indígenas na legislação pombalina, seu instrumento mais eficaz, concreto e durável, o “Directorio [...]”, firmado no Pará em 1757 pelo irmão de Pombal Francisco Xavier de Mendonça Furtado, é um claro instrumento de intervenção e submissão das comunidades indígenas aos interesses do sistema colonial. Nesse sentido, amplia e completa a obra de desorganização da vida indígena tribal, inaugurada pelas missões. (MOREIRA NETO, 1988, p. 27).

Baena (1969, p. 167) tece comentários elogiosos e atribui importância positiva ao Diretório. Considera os 95 parágrafos “[...] *todos propios de quem se via possuido de grandes ideias, e precisamente accommodados aõ regimem dos Indianos [...]*”.

Dias é outro autor que manifesta aprovação ao Diretório e às suas conseqüências, inclusive a incorporação do índio no universo cultural e econômico.

A partir dos últimos anos da administração de Mendonça Furtado, a arrancada colonizadora incorporou ao domínio do Grão-Pará uma extensa área geo-econômica representada pelos vales dos rios Tapajós, Mearim, Itapecuru, Gurupi, Guamá, Madeira, Amazonas, Negro, Branco e, bem assim,

dos campos de Marajós. Penetração horizontal e vertical, conquista agrícola do espaço, enraizamento, revigoração e europeização das populações [...]

O governo de Mendonça Furtado deu ao índio, no entanto, as condições necessárias para sua maior participação na vida social. Com a instituição do “Diretório” o Estado animou o cruzamento étnico do colono civil e militar com a mulher da terra [...] (DIAS, 1970, p. 82-83).

O diretório, sem dúvida, foi importante no processo de conformação de mudanças na colonização no Brasil, a partir do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Como assinala Beozzo (1983, p. 126): *“Busca-se, em primeiro lugar, o estabelecimento e fortalecimento do Estado, ao qual todos os outros fins estão subordinados”*.

Com a instituição do Diretório, ganhava corpo o projeto pombalino de transformar o índio em colono, vassalo do Rei, resultando em maiores vantagens para a metrópole. Como as ordens religiosas controlavam dois terços da força de trabalho aldeado, modificar aquela situação era tarefa de maior importância.

Em 1693, bem antes do período pombalino, houve uma tentativa de disciplinamento do controle da força de trabalho indígena: a Coroa dividiu o Maranhão e Grão-Pará em províncias missionárias entre as várias ordens religiosas, restringindo a atuação dos jesuítas ao sul do Amazonas. A partir de 1689, o Estado português também passou a permitir aldeamentos de índios por particulares, atendendo a solicitações de colonos. Em 1749 era consumado o golpe final com a expulsão dos jesuítas. Desestruturando o sistema de aldeamentos, Marquês de Pombal e Mendonça Furtado colocavam um ponto final na velha disputa pela mão-de-obra indígena entre missionários e colonos, tendo o Estado como o grande vitorioso.

Mas transformar o índio em colono implicava realizar ações que propiciassem o reconhecimento de tal condição. A política indigenista de Pombal previa o desenvolvimento de estratégias que pudessem levá-los a aceitar os interesses portugueses, especialmente quanto ao comércio, como seus próprios interesses, na qualidade de colonos. Pombal, através da Lei de 6 de junho de 1755, complementada pelo Alvará de 7 de junho de 1755, revogou todas as Leis, Regimentos, Resoluções e

Ordens que permitiam, mesmo em casos particulares e excepcionais, a escravização dos índios nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão (MOREIRA NETO, 1988, p. 156).

Sabedor do não-cumprimento de outras leis anteriores que visavam disciplinar a prática de escravização indígena, incluiu na Lei de 1755 artigos nos quais previa a imediata prisão de todos aqueles que insistissem em manter índios em cativeiros, além de perda de direitos tais como Homenagens e Alvarás. Determinou ainda o reconhecimento do direito de posse da terra, dos antigos aldeamentos, para os índios que nele habitassem.

Todavia, a legislação é reveladora de que, no fundo, não havia diferenças entre os interesses de Pombal e as práticas dos jesuítas. Em ambos os casos, o índio era explorado como mão-de-obra, segundo a lógica da colonização.

Percebe-se que não existe diferença, do ponto de vista do capital, entre os interesses pombalinos e jesuíticos. Não se pode afirmar que o Alvará com força de lei de sete de junho de 1755, que aboliu o poder temporal que os regulares exerciam sobre todos os índios da região norte, tenha por objetivo transformar o índio em um civilizado, ou melhor, libertá-lo da condição de trabalhador manual, dando-lhe a possibilidade de vir a tornar-se membro de outra classe – aquela que usa a capacidade intelectual como forma de manifestação de sua cidadania e poder. (LINS, 1992, p. 129).

Outro importante componente da política voltada para transformar o índio em colono e vassalo do Rei consistiu no incentivo – através da garantia de honras e privilégios – para a união matrimonial entre portugueses e índias.

Com todas essas medidas, os idealizadores da reforma modernizadora de Portugal pretendiam fazer com que os índios se sentissem também na condição de colonos, agindo como tais, produzindo e fornecendo mercadorias para a metrópole, submetendo-se aos deveres para que, em contrapartida, pudessem ter alguns direitos reconhecidos.

Todavia, habituados a uma produção de subsistência, os índios nunca demonstraram interesse em absorver a disciplina e a lógica do trabalho voltado para a produção excedente. Por essa razão, Celso Furtado atribui à desorganização do sistema de aldeamentos a decadência econômica do final do século XVIII na Amazônia.

Contrariamente ao que idealizara Pombal e Mendonça Furtado, o índio-colono não se dedicou à produção nem mesmo aos níveis que alcançavam os jesuítas, levando a região a um estado de letargia econômica (FURTADO, 1972, p. 129).

A situação dos índios a partir da desorganização do sistema de aldeamento e da tentativa de transformá-lo em colono é objeto de uma interessante análise desenvolvida por Souza Jr. (1999, p. 32-33):

Ao pretender emancipar os índios através da instituição do Regime do Diretório, Pombal tinha claro a fundamental importância que isto tinha para a efetivação do seu projeto para a Amazônia, na medida em que, transformados em colonos, os índios garantiriam a ocupação efetiva da mesma e conseqüente consolidação da dominação portuguesa, já que não havia qualquer possibilidade de que isto pudesse ser feito com colonos portugueses. Assim, tornava-se imperioso retirar os indígenas da tutela dos missionários e abolir o estatuto da propriedade que a escravização garantia aos colonos brancos. Dar “liberdade” aos índios significava aprisioná-los às necessidades do governo colonial, que passaria a ter liberdade para deslocá-los para áreas que lhes fossem mais convenientes como soldados, completando o processo de destribalização iniciado pelos missionários, utilizá-los como trabalhadores nas obras públicas e distribuí-los com vantagens financeiras aos colonos. Tal esforço demonstrou ser infrutífero, pois a laicização das povoações facilitou a ação dos colonos portugueses no que dizia respeito à exploração do trabalho indígena, tornando, em grande medida, os artigos do estatuto do Diretório letra morta.

[...]

O Diretório representou um esforço estupendo de integração do índio à sociedade colonial, contribuindo decididamente para intensificar a desorganização do seu antigo modo de vida, e para tornar as suas condições de sobrevivência praticamente insuportáveis, aproximando-o ainda mais dos outros segmentos de não-proprietários presentes na população, cujos laços de solidariedade foram se estreitando até eclodirem na Cabanagem [...].

Passados quase três anos da instituição do Diretório, Mendonça Furtado, em carta que enviou ao Marquês de Pombal, expressou sua preocupação com a instrução dos índios e a efetiva implantação da língua portuguesa, além de denunciar a omissão e a desobediência das Ordens religiosas quanto ao cumprimento dessa tarefa. A transcrição da Carta é encontrada em Damasceno (1998, p. 94):

Já o informei de que eu dei a tôdas as religiões a ordem de S. Maj. para que introduzissem nas aldeias a língua portugüesa, sendo mais próprio para conseguir êste fim o estabelecimento das escolas; tôdas me responderam que logo obedeceriam; poucas foram as que o fizeram; rara é a que hoje conserva alguma aparênciã dêste estabelecimento. Porque tôdas imitam a Companhia,

que absolutamente desobedece e se obstinou contra êstes utilíssimos estabelecimentos, e aqui nunca o quis executar sem mais razão que a de não obedecer, como é seu antigo costume, e de compreenderem que poderiam com êle, para o futuro, perder parte dos seus interesses.

A intenção de organizar um sistema escolar estatal, como é possível interpretar nas preocupações do governador Mendonça Furtado, não encontrou ambiente favorável para ser concretizada. Aqui estamos nos referindo às reais condições políticas, econômicas e sociais para o seu pleno desenvolvimento. Além de que, entre a edição do Diretório e a expulsão dos jesuítas, não houve tempo hábil de ser efetivado tal empreendimento, para o qual era necessário adequar estruturas e currículos e capacitar professores substitutos aos mestres jesuítas. Todavia, é possível deduzir que houvesse nas recomendações de D. José I, nas intenções de Mendonça Furtado e no propósito geral do Marquês de Pombal o germe da universalização do acesso das crianças à instituição escolar, como forma de criar uma identidade entre os súditos da coroa.

O Diretório representou uma espécie de carta de intenções em sintonia com o contexto europeu da época, quando já estava em curso uma série de postulados quanto a necessidade de se ampliar a escolarização oferecida pelo Estado às classes populares. Tal importância derivava não apenas “*de sua capacidade para transmitir habilidades ocupacionais particulares*” mas também por possibilitar a criação de “*uma força de trabalho moralmente treinada*” (HAMILTON, 1992, p. 24).

À medida que o capitalismo se desenvolvia, as conseqüências indesejáveis do mercado de trabalho (por exemplo, desemprego, migração em massa e agitação social) tornavam-se questões tanto políticas quanto econômicas. Claramente, havia muito a ganhar em termos capitalistas se o mercado de trabalho pudesse ser mais adequadamente supervisionado. De fato, é esta pauta política que ajuda a explicar, por um lado, a emergência de governos centralistas (isto é, “absolutistas”) fortes nos séculos XVI e XVII e, por outro lado, a onda de legislação social nacional subseqüentemente patrocinada por esses governos (por exemplo, com relação à pobreza, ao emprego, à aprendizagem e à escolarização) (Idem, p. 20).

Canivez (1991, p. 18), ao estudar a relação entre Estado e educação, argumenta que o Estado pode ser concebido como a encarnação de uma idéia nacional, na qual se faz presente a herança de tradições e a referência aos grandes feitos do passado, dando



à nação “*o sentido de sua identidade e de seu valor*”. Assim, torna-se de fundamental importância o ensino da língua, de hábitos de convivência, história nacional e até mesmo a religião como elementos integradores de uma identidade nacional, mesmo que a isso não corresponda uma igualdade geral.

Talvez o mais apropriado seja dizer que Mendonça Furtado não visava organizar um sistema escolar estatal, e sim garantir a presença e o controle do Estado na atividade educativa, seja no âmbito da socialização/ profissionalização/ instrução/ aculturação dos índios, assim como em estudos mais avançados e destinados à formação de quadros para os serviços públicos e para as profissões liberais. Interpretadas por esse prisma, as medidas efetivadas pelo governador tiveram êxito pelo menos parcial, pois conseguiram a implantação definitiva da “língua do príncipe” na região e arrancaram das ordens religiosas para o âmbito do Estado o controle das atividades no campo educacional, acompanhando um movimento verificado em outras partes do mundo, relativo ao crescente processo de separação entre Estados e Igrejas. Como destaca Petitat (1994, p. 141):

Esta espécie de divisão de poderes entre Estados e Igrejas irá desintegrar-se rapidamente nos séculos XVIII e XIX. As medidas contra os Jesuítas revelam as novas ambições do Estado nesta área. Rússia (1719), Portugal (1759), França (1762) e Espanha (1764) expulsam, cada um por sua vez, a Companhia de Jesus.

Embora no caso português a relação entre Estado e Igreja ainda tenha permanecido, não resta dúvida de que com a expulsão dos jesuítas houve um fortalecimento do Estado.

De acordo com o Diretório, os responsáveis pelos povoados estavam obrigados a tomar providências para que os meninos aprendessem a ler e a escrever e as meninas aprendessem a bordar, cozer e demais trabalhos femininos. Tal obrigação de nada adiantou, pois não havia meios para o seu cumprimento. Além da dificuldade em encontrar professores, era muito grande a aversão das crianças com o tipo de escola existente.

O governador Mendonça Furtado, alegando que mesmo em Portugal tais dificuldades também aconteciam, insistia no cumprimento do Diretório, ao afirmar: “[...] ‘*Quanto a aversão, que essas Crianças tem em irem ás Escolas, e aprenderem nellas, o mesmo succede ás de Portugal, porque nenhuma vay Lá por seu gosto, e sem embargo disso as obrigam, e depois estimam muito chegarem a sabe’r*” (REIS, 1993, p. 73).

Outro depoimento significativo sobre a precariedade da educação escolar na Amazônia colonial pós-reformas pombalinas foi produzido pelo Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, após viagem que realizou em 1775 pela capitania do Rio Negro. O Ouvidor afirma não ter encontrado escolas em todas as povoações, pela absoluta falta de mestres.

Antes disso, em 1760, Manuel Bernardo de Mello e Castro, o substituto de Mendonça Furtado no governo do Grão-Pará, em conjunto com o Bispo e outras autoridades, propôs a contratação de um professor de primeiras letras para substituir o que os jesuítas mantinham em Belém. Para isso, ofereceu um ordenado de oitenta mil réis por ano – nas localidades do interior, o ordenado chegava a doze mil reis – utilizando-se de rendimentos das fazendas que antes eram de propriedade dos religiosos inacianos. Essas providências visavam incentivar o exercício do magistério, uma vez que “[...] *ninguem queria sojeitarse ao trabalho de mestre das escolas pelo pouco lucro, q. que resultava [...]*” (REIS, 1993, p. 74). Somente em junho do ano seguinte, foi nomeado um professor leigo para Belém, de nome Euzébio Luiz Pereira Lendon.

Em carta régia de 11 de junho de 1761, o governo português autorizou o estabelecimento de um colégio secular no hospício<sup>51</sup> que os religiosos da Piedade

---

<sup>51</sup> “Entende-se por Hospício uma Casa ou Residência grande, cabeça de toda a Missão, *diferente* das casas das Aldeias. A ela se acolheriam os missionários das Aldeias para repousar, de vez em quando; e dela, os missionários, que a habitassem de assento, iriam fazer missão às Aldeias e ao sertão. Seria também uma como enfermaria geral dos missionários onde se recolhessem os doentes ou alquebrados pela idade. A êste conceito primitivo acresceu, mais tarde, outro, de estudos [...]” (LEITE, 1943, Tomo III, p. 73).

havam deixado na localidade de Gurupá e outro onde antes funcionava um convento dos jesuítas em Belém. Mas como a freqüência foi completamente nula nesses estabelecimentos, o governador Fernando da Costa Athaide Teive achou por bem propor ao Ministério do Reino que os suprimissem.

Embora algumas destas informações refiram-se mais especificamente a Belém e suas adjacências, não permitindo maiores generalizações, acreditamos que sejam bem representativas do que ocorria em outros pontos daquele vasto território, até porque Belém era o seu principal *locus* de referência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se demonstrar, com o apoio de vários autores que se dedicaram a compreender os fatores contextuais dos chamados *Grandes Descobrimientos*, como o expansionismo português aglutinou interesses religiosos, políticos e econômicos. Movendo-se pela necessidade de obtenção e acumulação de riquezas, a burguesia mercantil estabelecida no “*velho mundo*” alastrou-se nas diversas áreas colonizadas, articulando-se ao processo mais amplo de desenvolvimento do capitalismo.

Para conseguir seus propósitos, os colonizadores usaram de diferentes meios, com o suporte de duas importantes instituições: o Estado e a Igreja. Os religiosos tinham como missão converter os gentios, assim como manter os colonos na “santa fé católica”, da qual o rei apresentava-se como principal interessado na sua propagação e defesa. Desta forma, colonização e catequese integraram-se ao movimento de inserção de territórios e de pessoas no chamado mundo ocidental e cristão.

Em terras brasileiras, os portugueses encontraram comunidades indígenas nas quais prevaleciam relações igualitárias e de cooperação, sem a ocorrência do comércio. Em princípio, os índios serviram de admiração, como relatam diversas correspondências dos primeiros cronistas. Depois foram utilizados como mão-de-obra ou simplesmente dizimados.

No lento e longo processo de “*adaptação*” ao trabalho destinado à produção de excedentes para o comércio, os índios foram submetidos a uma intensa aculturação. Distanciando-se das velhas formas de aprendizagem, das crenças, e dos costumes legados pelos seus antepassados, ficaram vulneráveis às novas formas de interpretação do mundo apresentadas pelos colonizadores. Assim, principalmente as novas gerações

foram sendo “educadas” para que se afastassem dos comportamentos “selvagens” e incorporassem os padrões “civilizados” definidos pelo colonizador europeu.

A atividade educacional dos primeiros educadores do Brasil, os jesuítas, assim como dos demais integrantes das diversas Ordens religiosas que se estabeleceram na colônia, reforçava a dominação portuguesa sobre a população nativa. Cuidando da conversão dos índios à religião cristã e introjetando novos costumes através dos aldeamentos, os missionários levavam a cabo o trabalho de catequese, e também desenvolviam a instrução formal. Assim, as primeiras experiências pedagógicas nasceram visando catequizar os índios e transformá-los em seres “civilizados”.

Estranha civilização esta que nasceu no bojo do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nenhuma época conheceu manifestações de barbárie tão extensas, tão massivas e tão sistemáticas quanto as praticadas na colonização que se seguiu aos *Grandes Descobrimentos*. Massacre de indígenas, tráfico negro, guerras coloniais. Uma “barbárie civilizada”, isto é, conduzida pelos impérios coloniais economicamente mais avançados.

Apesar de a história humana ser rica em atos hediondos, cometidos tanto por nações “civilizadas” quanto por tribos “selvagens”, a época moderna registra com intensidade atos que desautorizam o uso do termo civilizado como sinônimo de pacífico. Karl Marx foi um dos críticos mais contundentes desses tipos de práticas maléficas e destruidoras da modernidade. Em *O Capital*, especialmente no capítulo sobre a acumulação primitiva, encontra-se uma crítica radical dos horrores da expansão colonial: a escravização ou o extermínio dos indígenas, as guerras de conquista, o tráfico de negros. Tais atrocidades execráveis não conheceram igual em qualquer outra era da história universal, em nenhuma raça por mais selvagem, impiedosa e sem pudor que tenha sido. Colocados em contraponto o canibalismo praticado pelos índios e as torturas praticadas por cristãos, encontramos desumanidade em ambos. Todavia, os índios eram guerreiros por natureza e não precisavam esconder aquela condição, nem tampouco dissimulá-la com discursos ideológicos. Viver e principalmente morrer em

combate era sinônimo de honra para eles. Já os cristãos, embora lançassem mão de diversas práticas bélicas, viviam exaltando o amor fraternal e abominando os atos “selvagens” presentes no modo de vida das diversas tribos indígenas.

A catequese e a instrução escolar, no Grão-Pará, de um modo geral, assemelharam-se ao que ocorreu em outras regiões da principal colônia portuguesa na América. As Ordens religiosas foram seus primeiros e principais protagonistas, auxiliando a Coroa no processo de dominação cultural da população nativa. No período pré-pombalino – 1616 a 1750 – a escolarização ficou totalmente nas mãos dos religiosos. Na fase posterior, sem uma efetiva atuação do Estado, e com a expulsão dos jesuítas, agravaram-se os problemas que já eram intensos. Escolarização restrita a privilegiados, em um contexto social onde poucos a ela podiam ter acesso. Aos demais, a absoluta maioria, restava a catequização, embora nesta também estivesse presente o sentido educativo.

As reformas pombalinas visaram, entre outros objetivos, secularizar as instituições educacionais. Criar uma escola útil aos fins do Estado buscava atender antes aos imperativos da Coroa que aos interesses das Ordens religiosas. No caso do Grão-Pará e da Amazônia, propagar a língua portuguesa deveria ser a principal tarefa dessa nova escola. O mais não era tão urgente.

Pombal, ao retirar dos religiosos a administração temporal das missões, com a instituição do Diretório, possibilitou aos colonos portugueses instalados no Grão-Pará a exploração mais intensa das drogas do sertão, assim como a produção e a comercialização de mercadorias de grande valor, tais como carne, açúcar e aguardente.

Todas as mudanças realizadas no período pombalino refletiram-se em profundas transformações na organização social. A expulsão dos jesuítas e o conseqüente fechamento dos Colégios, Seminários e demais Casas da Companhia, assim como a desestruturação das missões, colocou um enorme contingente de braços disponíveis para as necessidades da produção.

Em síntese, a colonização atendeu aos interesses mercantis presentes no expansionismo português, através da associação da Igreja e do Estado, e propiciou as condições para o desenvolvimento do capitalismo tanto na Europa quanto no Brasil. Naquele contexto, catequese e educação foram faces de uma mesma moeda e serviram para implantar, no “*novo mundo*”, os padrões de civilidade que interessavam aos novos tempos, caracterizados pela formação de uma imensa massa de trabalhadores desprovidos dos meios de produção e, por isso mesmo, obrigados a venderem-se como força de trabalho.

Conforme se apontou na introdução, um dos objetivos era o de contribuir para a escrita da história da educação em âmbito regional, a partir da elucidação dos fatores interligados aos primórdios do seu desenvolvimento.

Todavia, reconhecemos que ainda restam diversas lacunas a serem preenchidas. Por exemplo: como e quais foram as atividades educacionais das outras Ordens religiosas, uma vez que as informações aqui reunidas e analisadas referem-se quase que exclusivamente aos jesuítas. Da mesma forma, acreditamos que novos estudos possam melhor esclarecer-nos sobre as aulas régias e as outras formas de ensino que foram utilizadas no período colonial.

São questões ainda em aberto, e a serem respondidas por novas pesquisas. Assim como este trabalho foi inspirado em leituras de autores que se dedicam ao estudo e ao ensino da história da educação, espera-se que ele também sirva como ponto de partida para outras investigações e novos esclarecimentos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: EDUNB, 1982.

\_\_\_\_\_. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. 7 ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

ADONIAS, Isa. **A cartografia da região amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)**. 2 vols. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

ALDEN, Dauril. **O significado da produção do cacau na região amazônica**. Belém: UFPA/NAEA/FIPAM, 1974.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação**. Tradução Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVI-XVII*. In: **Revista Arrabaldes**, n. 2, 1988.

ALVES FILHO, Ivan. **Brasil. 500 anos em documentos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1999.

ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

ANDRADE, Oswald de. **O santeiro do mangue e outros poemas**. São Paulo: Globo, 1991. (Obras Completas de Oswald de Andrade. Poemas Menores. Erro de Português).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1989.

ARROYO, Leonardo. **A carta de Pero Vaz de Caminha: ensaio de informações à procura de constantes válidas de métodos**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos. Brasília: INL, 1976.

ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME, 1970.

- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário histórico de religiões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- AZEVEDO, João Lúcio d'. **Estudos de história paraense**. Belém: SECULT, 1994 [1893] (Série Lendo o Pará, vol. 19).
- AZEVEDO, Luiz Carlos de. CARMIGNANI, Maria Cristina da Silva. *A organização judiciária no Brasil colônia*. In: **Revista UNIFIEO** (Fundação Instituto de Ensino Para Osasco). Ano II, n. 3, jun 2000.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo).
- BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.
- BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América latina: a América latina colonial**. Tradução Maria Clara Cescato. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Brasília/DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v. 1.
- BETTENCOURT, Lucia. *Cartas brasileiras: visão e revisão dos índios*. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Global, 2000. p. 39-46.
- BETTENDORFF, Pe. João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 2. ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- BEZERRA NETO, José Maia. *A conquista portuguesa da Amazônia*. In: ALVES FILHO, Armando; SOUZA Jr., José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. **Pontos de história da Amazônia**. Belém/Pa: Produção Independente, 1999. v. 1.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOTTOMORE, Tom. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRIQUET, Raul. *Instrução pública na Colônia e no Império*. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. n. 4, out de 1944.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas, SP: Papirus, 1991.
- CARRERA, Antonio. **A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão**. São Paulo: Editora Nacional, 1988. v. 2.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.
- CASTANHO, Sérgio. *Globalização, redefinição do estado nacional e seus impactos*. In:

LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas-SP: Autores Associados/HISTEDBR. Caçador-SC: UnC, 2001.

CORAZZA, Gentil. **Teoria econômica e estado (de Quesnay a Keynes)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRS, Rio Grande do Sul, 1984.

CORTESÃO, Jaime. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

CORTESÃO, Jaime. *O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos. (169-204)*. In: **Anais do IX congresso de história nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, 1950. v. 3.

COSTA, Emília Viotti da. *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. 7 ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

COSTA, L. C. A; MELO, L. I. A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

CRUZ, Ernesto H. da. *O Pará nos séculos XVII e XVIII*. In: **Anais do IX congresso de história nacional** Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950. 3 v.

\_\_\_\_\_. **História do Pará**. Belém: UFPA, 1963. (Coleção Amazônia). v. 1

\_\_\_\_\_. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. (Coleção Amazônia). v. 1.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAMASCENO, Alberto. **Origens da educação estatal na América portuguesa**. Tese de Doutorado. PUC-SP, São Paulo, 1998.

DIAS, Carlos Malheiros (Org.). **História da colonização portuguesa do Brasil**. Porto/Portugal: Litografia Nacional, 1921.

DIAS, Erasmo. **A educação e o ensino no período colonial**. São Paulo: E. Dias, 1994.

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: UFPA, 1970. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). v. 1 e 2.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. (v. 2. Formação do Estado e Civilização).

ELLIOT, J. H. *A conquista espanhola e a colonização da América*. In: BETHELL, L. (Org.). **América Latina colonial**. 2 ed. São Paulo: Editora da USP. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v. 1.

FALCON, Francisco José Calasãs. **A época pombalina: política econômica e monarquia**

ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FARIA FILHO, L. M; VIDAL, D. G. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. In: **Revista Brasileira de Educação**. nº 14. [Número Especial, mai/jun/jul/ago, 2000]. Campinas/SP: ANPED/Autores Associados, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, João de Souza. América Abreviada ... In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1984. tomo 48 parte 1.

FERNANDES, Florestan. *Notas sobre a educação na sociedade tupinambá*. In: **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. **Comunicação na pedagogia dos jesuítas na era colonial**. São Paulo: Loyola, 1980.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências séculos XIII a XX**. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRAGOSO, Hugo. *A era missionária (1686-1759)*. In: HOORNAERT, Eduardo. (Coord.). **História da igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 139-209.

FREIRE, José Ribamar Bessa. (Coord.). **A Amazônia colonial (1616-1798)**. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

FREITAS, M. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos. *O "campo negro" de Iguaçu: escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812 - 1883)*. In: **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, (25): 43-72, dez. 1993.

GOMES, J. F. **Para a história da educação em Portugal: seis estudos**. Porto: Porto Editora, 1995.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). **Índios do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

HAMILTON, David. *Mudança social e mudança pedagógica: a trajetória de uma pesquisa histórica.* In: **Teoria e Educação**, n. 6. Porto Alegre, 1992.

HANSEN, João Adolfo. *Sem F, sem L, sem R: cronistas, jesuítas e índios no século XVI, (45-55).* In: **Cadernos CEDES** nº30 (A conquista da América). Campinas: CEDES/Cortez, 1993.

HAUBERT, Maxime. **Índios e jesuítas nos tempos das missões.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HEMMING, John. *Os índios do Brasil em 1500.* In: BETHELL, L. (Org.). **América Latina colonial.** 2 ed. São Paulo: Editora da USP. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v. 1.

HERNANDES, Paulo Romualdo. **O teatro de José de Anchieta: arte e pedagogia no Brasil colônia.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848.** Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do descobrimento à expansão territorial.* In: HOLANDA, S. B. de. (Org.). **História geral da civilização brasileira.** 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1972. tomo I (A época colonial).

HOORNAERT, Eduardo. *A Amazônia e a cobiça dos europeus.* In: HOORNAERT, E. (Coord.). **História da igreja na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1992a. p. 49-62.

\_\_\_\_\_. *A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial.* In: HOORNAERT, E. (Coord.). **História da igreja no Brasil.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1992b. Tomo II/1.

ILDONE, José. **Noções de história da Vigia.** Pará: CEJUP, 1991.

JOBIM, Leopoldo. **Ideologia e colonialismo: um estudo sobre o pensamento político e econômico no Brasil setecentista.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

JOHNSON, H. B. *A colonização portuguesa no Brasil, 1500-1580.* In: BETHELL, L. (Org.). **América latina colonial.** 2 ed. São Paulo: Editora da USP. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v. 1.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil** (províncias do norte). Tradução Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins/Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

KOSHIBA, Luiz. **A honra e a cobiça**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral da. **Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763 - 1769)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. **O antigo sistema colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LARROYO, Francisco. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1974. 2 v.

LEITE, Pe. Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália /Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943. 10 v.

\_\_\_\_\_. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil 1549-1760**. Braga/Portugal: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993.

LINHARES, Maria Yedda L. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LINS, Ana Maria Moura. **A burguesia sem disfarce: a defesa da ignorância versus as lições do capital**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1992.

MADUREIRA, J. M. **A liberdade dos índios: a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. (Livro Primeiro. Volume 2).

MARK, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. In: **Obras Escolhidas**. tomo I. Edições Avante, Lisboa. Edições Progresso, Moscovo, 1982.

MATTOS, Anibal. **Joseph de Anchieta: seu IV Centenário em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Apolio, 1958.

MAUÉS, Heraldo. et al. **Ação das ordens e congregações religiosas na Amazônia**. Belém: Grêmio Literário Português, 1968.

MAURO, Frédéric. (Coord.) **Nova história da expansão portuguesa**. Lisboa: Ed. Estampa, 1991. [v. VII: O Império luso-brasileiro (1620-1750)].

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro, 1996.

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a globalização do capitalismo**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção mundial e processo civilizatório: os horizontes históricos do capitalismo em Marx.** Belém: Paka-Tatu, 2001.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O pensamento da metrópole portuguesa em relação ao Brasil.** Separata da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 257, out/dez, 1962. Rio de Janeiro: IHGB, 1963.

MENEZES, Maria Cristina. **Raízes do ensino brasileiro: a herança clássico-medieval.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 1999.

MONTEIRO, John. *O escravo índio, esse desconhecido.* In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Índios no Brasil.** São Paulo: Global, 2000. p. 105-120.

MONTEIRO, José Cauby Soares. **Rebeldes, deschapelados & pés-descalços: os cabanos no Grão-Pará.** Dissertação de Mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 1994.

MORAIS, Pe. José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará.** Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850).** Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759.* In: HOORNAERT, Eduardo. (Coord.). **História da igreja na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1992. p. 63 a 120.

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Brasil em perspectiva.** 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

NEVES, Luís Felipe Baeta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil, 1549-1560.** Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Editora da USP, 1988.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. *O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial.* In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Brasil em Perspectiva.** 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: (séculos XVI-XVIII).** São Paulo: Brasiliense, 1998.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese.** São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. **O papel da catequese dos índios no processo de colonização (1549-1600).** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1987.

\_\_\_\_\_. *Educação jesuítica no Brasil colonial.* In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **Filosofia e história da educação.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1986.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** 11 ed. Tradução José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

PRADO Jr. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PRADO, J. F. de Almeida. **O Brasil e o colonialismo europeu.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PROST, Gérard et al. **História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem.** Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1997.

QUINTILIANO, Aylton. **Grão Pará: resenha histórica.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1963.

RAMINELLI, Ronald. *Império da fé: ensaio sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão.* In: GOUVÊA, M. de F. (Org). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS, A. C. **Síntese de história do Pará.** São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1972.

\_\_\_\_\_. **A política de Portugal no valle amazônico.** Belém/PA: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. (Coleção Lendo o Para, 16).

**Revista Brasileira de Educação.** 500 anos de educação escolar. ANPED/Autores Associados. mai/jun/jul/ago 2000. n. 14. (Número Especial).

REZENDE, Maria Valéria. **Não se pode servir a dois senhores: história da Igreja no Brasil colonial.** São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação da mulher no Brasil-Colônia.** São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1993.



- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas).
- RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979. (Brasiliana. Grande Formato. 1ª Parte, v. 21)
- ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.
- ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores**. Tradução Marilda Pedreira. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. 7 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da USP, 1982.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.
- SANTOS, Ailene Contreiras dos. **Estudo documental da atuação jesuítica e franciscana na educação do Brasil-Colônia (1500-1808)**. Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1974.
- SARAIVA, José Hermano. **História de Portugal**. [Portugal]: Publicações Europa-América, 1993.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação e colonização: as idéias pedagógicas no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII**. Campinas: [s.n.], 1997. (mimeo).
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. *Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808*. In: BETHELL, L. (Org.). **América Latina colonial**. 2 ed. São Paulo: Editora da USP. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v. 1.
- SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história do Brasil**. Petrópolis: Vozes/Recife: CPP, 1988. (v. 1. colônia e império).
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- SOUZA Jr. José Alves de. *O projeto pombalino para a Amazônia e a doutrina do 'índio cidadão'*. In: ALVES FILHO, Armando; SOUZA Jr, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. **Pontos de história da Amazônia**. Belém/Pa: Produção Independente, 1999. v. 1.

SOUZA, Laura de Melo e. *Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial*. In: FREITAS, M. C de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 17-38.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. (Org.). **O legado educacional do século XIX**. Araraquara/SP: Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

SWEET, David G.; NASH, Gary B. **Lucha por la supervivencia en la América colonial**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1987.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade**. 3 ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TREVISAN, Leonardo. **Estado e educação na história brasileira (1750/1900)**. São Paulo: Moraes, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Dicionário do Brasil colonial. (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VARELA, Júlia. ALVAREZ-URIA, Fernando. *A maquinaria escolar*. In: **Teoria e Educação**, n. 6. Porto Alegre, 1992.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil antes de sua separação e Independência de Portugal**. Belo Horizonte: EDUSP, 1981.

VERGOLINO, Anaiza; FIGUEIREDO, Henry Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VIANNA, A. *Esboço retrospectivo da instrução pública no Pará*. In: PARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **A educação no Pará**. Documentário. Belém: Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado de Educação, 1987.

VIEIRA, Pe. Antonio. **Escritos instrumentais sobre os índios**. São Paulo: EDUC, 1992.

WEREBE, M. J. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil: 30 anos depois**. São Paulo: Ática, 1994.

WREGGE, Rachel Silveira. **A educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia: uma leitura da obra de Serafim Leite "História da Companhia de Jesus no Brasil"**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1993.

XAVIER, M. E. S. P. *A sociedade agroexportadora e a constituição do ensino de elite (1549-1920)*. In: XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

